

Comunicação Interna nº 2 / NAZARÉ - SPA - PROMOTORIA DE JUSTIÇA - SECRETARIA PROCESSUAL E ADMINISTRATIVA

Em 19 de novembro de 2020.

De: Manoel Souza das Neves

Para: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Assunto: Solicitação de mudança de sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Nazaré

Trata-se de solicitação de mudança de sede do local onde atualmente funcionam as instalações da Promotoria de Justiça da Comarca de Nazaré. Após a criação e titularização da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré, assim como a nomeação dos Assessores Técnico Jurídicos e futura chegada de mais um Assistente-Técnico Administrativo, houve um considerado incremento do grupo de trabalho lotado nas Promotorias de Justiça de Nazaré, tornando o espaço físico existente inadequado para o bom desenvolvimento das atividades ministeriais.

Ao quanto exposto, acrescenta-se o fato de que a disposição física do imóvel dificulta a realização de adaptações e alterações, capazes de sanar as novas demandas por espaço e qualidade de vida no trabalho. Não obstante, o imóvel apresenta uma divisão ruim dos cômodos em relação à separação da copa com a sala de recepção, permitindo a visão por parte do público em relação aos servidores que estejam fazendo uso da copa para refeições, etc. Destaca-se ainda a existência de fissuras em paredes e colunas, bem como pontos de infiltração e mofo.

Desta forma, os Promotores de Justiça que assumiram as funções ministeriais no referido órgão ministerial no ano de 2020 (Dra. Cíntia Campos da Silva e Dr. Leandro Ribeiro de Mattos Oliveira no mês de março; Dr. Lucas da Silva Santana, no mês de maio), em comum acordo, concluíram que o bom desempenho dos trabalhos a serem realizados, inclusive as novas demandas de distanciamento social, etc, dependem da realização da mudança do local onde se encontra a sede ministerial na Comarca.

Diante deste quadro, este subscritor, em acompanhamento ao Dr. Lucas da Silva Santana, realizou levantamento, na cidade de Nazaré, de imóveis com condições de abrigar a nova sede da Promotoria de Justiça de Nazaré. Foram contactados corretores e realizadas buscas ativas, resultando na localização de dois imóveis que reuniram as condições necessárias:

Imóvel 01: Localizado na Rua Governador Luiz Viana Filho, nº 32, Bairro Conceição, Nazaré-Ba, CEP 44.400-000, cujo contato se deu através da Sra. Lélia, telefone (71) 99172-5765. Pelos proprietários, bem como pela refrida senhora, foi informado que o valor mensal da locação proposto é de R\$ 4.500,00.

Imóvel 02: Localizado na Rua Alcides Andrade, nº 84, Nazaré-BA, CEP 44.400-000, cujo contato se deu através do corretor Jackson Torres, telefone (75) 98173-0840. Pelo corretor foi informado que o valor mensal da locação proposto é de R\$ 3.000,00.

Comunicação verbal referente à necessidade de mudança de sede já foi realizada ao Superintendente de Gestão Administrativa pelo Dr. Lucas da Silva Santana.

Desta forma, visando a continuidade das tratativas necessárias, encaminho a presente demanda à SGA para adoção de providências.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Souza das Neves** em 19/11/2020, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0047834** e o código CRC **210219B0**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria Administrativa para informar o valor pago na locação do imóvel sede da Promotoria de Justiça Nazaré, com posterior retorno, quando o pleito será analisado pelo Comitê de Repactuação Orçamentária.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 19/11/2020, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0047913** e o código CRC **28A5C0AD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Superintendência de Gestão Administrativa,

Conforme solicitado, informamos que atualmente o valor pago no Contrato nº 131/2011-SGA, cujo objeto é a locação de imóvel destinado a abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré-BA, é de R\$ 3.270,04 (três mil duzentos e setenta reais e quatro centavos) mensais.

Ademais, informamos que o atual contrato possui vigência até 14/12/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 20/11/2020, às 08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0047984** e o código CRC **56AE353A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente ao Comitê de Repactuação Orçamentária para análise sobre o pleito.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 23/11/2020, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0048001** e o código CRC **A3C0BE66**.

ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE REPACTUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do corrente ano, às dez horas, se reuniram por meio de videoconferência, **o Chefe de Gabinete, Dr. Pedro Maia, a Corregedora Geral, Dra. Cleonice de Souza Lima, o Secretário Geral Adjunto, Dr. Ricardo de Assis Andrade, a representante do Colégio de Procuradores de Justiça, Dra. Elza Maria de Souza, o Coordenador da Gestão Estratégica, Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior e o Superintendente de Gestão Administrativa, Frederico Wellington Silveira Soares**, membros do Comitê de Repactuação Orçamentária.

O Superintendente iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, bem como informou que o primeiro item da pauta se refere ao último item da reunião realizada no dia 18 de novembro de 2020, Processo SIMP 003.0.7070/2020 e que não foi possível efetuar a avaliação naquela reunião. Explanou o Superintendente que o pleito em questão se trata de uma solicitação formulada pela Dra. Hortênsia Gomes Pinho, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, quanto à situação da Igreja Sagrado Coração de Jesus, limítrofe a Sede Nazaré. Explanou o Superintendente que encaminhou para os membros do Comitê, conforme acordado, o voto de Dra. Cleonice pertinente ao assunto para conhecimento. Esclareceu o Superintendente que existe um problema estrutural no telhado da Igreja, que foi necessário interditar o estacionamento da Sede Nazaré e após tratativas do ponto de vista administrativo sem sucesso, Dra. Hortênsia ingressou com uma ação, objetivando de alguma forma viabilizar a realização da reforma na Igreja. Esclareceu ainda o Superintendente que a última intervenção judicial realizada pela Dra. Hortênsia foi solicitado o bloqueio de um recurso na conta do responsável pelo imóvel, de modo que o Ministério Público do Estado da Bahia assumisse a obra e a executasse as suas expensas para posteriormente ser ressarcido com o valor retido na conta judicial. Pontuou o Superintendente que a solicitação foi avaliada em outro momento pelo Comitê e na ocasião Dra. Cleonice pediu o envio do processo para Corregedoria, em função da necessidade de uma revisão mais detalhada sob o aspecto jurídico. Diante do exposto, o Superintendente solicitou a Dra. Cleonice um panorama da presente solicitação

para discussão entre os membros do Comitê. Dra. Cleonice fez sua explanação, argumentando e esclarecendo a situação em questão para os membros do Comitê. O Superintendente acrescentou mais informações, visando a contribuição para análise da presente solicitação. Dr. Pedro informou a necessidade de ausentar-se da reunião por alguns minutos para resolução de uma demanda. Dra. Cleonice ratificou as suas argumentações quanto a solicitação formulada pela Dra. Hortênsia. O Superintendente informou que, mediante as informações prestadas pela Dra. Cleonice, o encaminhamento da solicitação será pelo indeferimento da execução da obra direta pela Instituição e remessa da decisão do voto de Dra. Cleonice, contido no processo a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo para requerer junto ao juízo a execução das obras de reparação no prazo de 30 dias ou alternativamente que promova a demolição da Igreja. Dra. Cleonice ratificou o encaminhamento informado pelo Superintendente, acrescentando que não existe outra solução. Dra. Elza fez as suas ponderações, acompanhado o voto de Dra. Cleonice. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice. Dra. Cleonice e Dra. Elza acrescentaram a necessidade de envio do processo digital para a Procuradoria Geral do Estado.

O próximo item é um processo eletrônico SEI N. 19.09.01970.0010264/2020-14 que se refere a solicitação formulada pela Promotora de Justiça, Dra. Maria de Fátima S. Passos de Macedo, Titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível/4ª Promotor de Justiça com lotação na 2ª Promotoria de Fundações, do Núcleo do Terceiro Setor - NUTS. Esclareceu o Superintendente que Dr. Luís Eugênio foi promovido para o cargo de Procurador de Justiça e trabalhava juntamente com Dra. Maria de Fátima. Esclareceu ainda o Superintendente que Dr. Luis Eugênio já tinha nomeado uma Assessora Técnico-Jurídica de Promotoria para auxiliá-lo e com a promoção para o cargo de Procurador de Justiça, Dra. Maria de Fátima está acumulando e respondendo pela promotoria que era ocupada pelo Dr. Luis Eugênio, fazendo um arrazoado de motivos no ofício encaminhado para Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti solicitando a permanência da Assessora Técnico-Jurídica de Promotoria de Dr. Luís Eugênio na promotoria que era ocupada pelo Dr. Luís Eugênio no NUTS, antes de tornar-se Procurador de Justiça, fornecendo suporte nas atividades desempenhadas pela Dra. Maria Fátima no NUTS. Acrescentou o Superintendente que Dra. Maria de Fátima informa o acúmulo das atribuições no NUTS, que possui um Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria e solicita a permanência da

Assessora Técnico-Jurídica de Promotoria de Dr. Luís Eugênio no NUTS. Dra. Cleonice fez sua explanação, votando pelo indeferimento do pleito formulado pela Dra. Maria de Fátima e recomendou a exoneração do Assessor ou direcionamento para a Unidade de Apoio à Atividade Finalística - UAAF. O Superintendente acrescentou que no final do ofício de Dra. Maria de Fátima consta a informação transcrita a seguir: “Alternativamente, se por alguma razão inafastável, não houver como ser atendida a presente solicitação, o que espero não ocorra, amplio o pedido para solicitar ainda, que a referida Assessora Técnico-Jurídica seja realocada para outra Promotoria de Justiça da Capital ou para a UAAF – Unidade de Apoio à Atividade Finalística, cuja demanda é sabidamente crescente”. Dr. Pedro fez sua explanação, pontuando surpresa quanto ao pleito efetuado pela Dra. Maria de Fátima recepcionado no Gabinete, já que o desligamento do Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria é realizado automaticamente pela Diretoria de Gestão de Pessoas e resolveu submetê-lo para avaliação do Comitê. Ressalta que na UAAF ficam os assessores de Promotores que estão ocupando cargo de gestão, não sendo este o caso do Assessor de Dr. Luis Eugênio que foi promovido a Procurador. Nestes casos, a opção é pelo desligamento. Dra. Cleonice acompanhou Dr. Pedro no entendimento sobre a exoneração. Dra. Elza informou que acompanha integralmente o voto de Dra. Cleonice e as considerações de Dr. Pedro. Dr. Lourival fez as suas considerações e ao final acompanhou integralmente o voto de Dra. Cleonice. Dr. Ricardo e o Superintendente também acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O Superintendente inverteu a ordem dos itens contidos na pauta, conforme solicitado por Dr. Pedro para análise do processo eletrônico SEI N. 19.09.01970.0010536/2020-75, oriundo da 15a. Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista, interessado Dr. Rogério Bara Marinho, para designação de Dr. Antônio José Francisco Gomes Junior, titular da 1a. Promotoria de Justiça de Itapetinga, para atuar junto à 15a. Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista na condição de auxiliar, de forma temporária, até a disponibilização da função para os demais interessados no Diário Oficial. Explanou o Superintendente que, conforme solicitado por Dr. Pedro, consta no requerimento efetuado por Dr. Rogério Bara Marinho a informação a seguir transcrita: “Para compreensão do quanto se afirma, do dia da entrada efetiva em exercício (28 de novembro de 2019) até a presente data, ou seja, aproximadamente um ano já foram encaminhados 2189 Inquéritos Policial para 15a. Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista. Por sua vez, no fluxo do e-saj, entre processos para manifestação e intimações, foram recebidos 3712 processos, com 1071 manifestações, fora os processos recebidos pelo sistema PJ-e, recentemente instalado.”. Dr. Pedro fez a explanação dos motivos contribuindo para avaliação do pedido formulado

pelo Dr. Rogério Bara Marinho, sugerindo a negativa para o pedido de auxílio e a designação temporária de um Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria por três meses designado pelo Dr. Rogério Bara Marinho. Dra. Cleonice fez a sua argumentação, informou que acompanha o voto de Dr. Pedro, acrescentando ainda que, se for necessário, poderá ser realizada uma prorrogação por mais três meses, além dos três meses deferidos, para retirada do passivo da promotoria. Dr. Ricardo esclareceu a situação da Promotoria de Justiça de Dr. Rogério Bara Marinho, concluindo que acompanha o voto de Dr. Pedro. Dra. Elza fez a sua explanação, acompanhado o voto de Dr. Pedro. Dr. Lourival e o Superintendente acompanharam o voto de Dr. Pedro.

Seguindo com a reunião o Superintendente solicitou escusas para retirar da pauta o processo eletrônico SEI N. 19.09.01754.0010577/2020-07, relativo à solicitação de mudança da Promotoria de Justiça de Nazaré. O Superintendente esclareceu que foi avaliado e autorizado pelo Comitê a realização da visita e inspeção dos imóveis na Cidade de Nazaré e a presente solicitação se refere a mudança daquela promotoria para avaliação interna da Superintendência e posteriormente retornará para avaliação do Comitê, quando efetivamente for realizada a mudança para pagamento de diárias. Dr. Pedro informou ao Superintendente para seguir com a reunião e pontuou que necessitará se ausentar por alguns minutos para atender uma ligação.

Encerrada a sessão Outros, o Superintendente passou a tratar o único processo referente à Dispensa de Licitação.

O Superintendente informou que o processo eletrônico SEI Nº. 19.09.01858.0010544/2020-08 se refere ao serviço de monitoramento eletrônico para Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde, no valor de R\$ 3.420,00 por um ano. Informou ainda o Superintendente que a presente solicitação dispensa maiores esclarecimentos, pois se trata de serviço essencial destinado a Segurança Patrimonial. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando pela Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez sua argumentação, deferindo a contratação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Após avaliação do único processo de dispensa de licitação, o Superintendente passou a tratar os processos referentes à solicitação de diárias.

O Superintendente informou que o processo SIMP Nº 003.0.13994/2020 se refere a solicitação de diárias funcionais para Dr. Fernando Gaburri de Souza Lima. Esclareceu o Superintendente que Dr. Fernando Gaburri de Souza Lima solicitou duas meias diárias funcionais, em função de seu deslocamento da Promotoria de Justiça de Terra Nova para realização de substituição na Promotoria de Justiça de Santo Amaro, nos dias 29 de outubro e 06 de novembro de 2020. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez sua argumentação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Prosseguindo com a reunião, o Superintendente pontuou que o processo eletrônico SEI Nº. 19.09.01998.0010561/2020-14 se refere a solicitação de autorização formulada pelo Coronel Gilberto Morbeck de Oliveira, Assistente Militar, em virtude do deslocamento do Ten PM Marcos Paulo de Santana Pimentel, Sub Ten PM Gilson Santos de Santana e Sd PM Sandro Anunciação Leal Anunciação, no período de 25 a 28 de novembro de 2020, para Senhor do Bonfim e Casa Nova, dada a necessidade de verificação de efetivo, inspeção de armamento e outros materiais a cargo da Assistência Militar nas promotorias que funcionam no interior do Estado. Esclareceu o Superintendente que o pleito em questão tem sido frequente, devido a necessidade de a Assistência Militar realizar essa atividade nas Promotorias de Justiça do Interior, acrescentando que foi esclarecido em outras reuniões por Dr. Pedro. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando pela Dra. Cleonice. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O próximo item da pauta, processo eletrônico SEI Nº. 19.09.01970.0010291/2020-09, se refere a confirmação de autorização efetuada pela Procuradora Geral de Justiça, Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, relativa à disponibilização de transporte com pagamento de diárias para o motorista, viabilizando a realização dos trabalhos da equipe do Conselho Nacional do Ministério Público, no período de 24 a 27 de novembro de 2020, para Promotoria de Justiça de Serrinha. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando pela Dra. Cleonice. Dra.

Cleonice fez sua argumentação, concordando com a decisão da Procuradora-Geral de Justiça. Dr. Pedro fez as suas ponderações, informando que se absterá da votação, pois foi necessário realizar o encaminhamento pelo Gabinete, em função da urgência. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Seguindo com a reunião, o Superintendente informou que o próximo processo eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0010717/2020-56 se refere a solicitação formulada pela Assistência Militar para pagamento de diárias ao Cb PM Robenilton Góes Ribeiro que realizará o acompanhamento da equipe do CNMP, Dr. Felipe Teixeira Neto e Dr. Rafael Meira Luiz, em razão de visita para acompanhar a implementação do Programa Escola Sustentável, durante a viagem para os municípios de Serrinha, Barrocas e Biritinga. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez sua argumentação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O processo eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0010720/2020-77 se refere a solicitação de autorização para ressarcimento de diárias formulada pela Assessora Técnico-Jurídica de Promotoria, Valéria Dutra Andrade, Assessora de Dra. Guiomar Miranda de Oliveira Melo, em razão de acompanhamento da Promotora de Justiça atuando na substituição da Promotoria de Justiça Eleitoral de Livramento de Nossa Senhora/Jussiape/Rio de Contas/Dom Basílio, no período de 14 a 16 de novembro de 2020. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice iniciou a sua explanação, mas Dr. Pedro interrompeu e perguntou ao Superintendente se a Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora possui servidor. Dr. Ricardo confirmou que a Promotoria de Livramento de Nossa Senhora possui servidor e o Superintendente ratificou a informação fornecida por Dr. Ricardo. Dr. Pedro ressaltou que, na última reunião realizada em 18 de novembro de 2020, o Comitê deferiu o pedido de diárias para Dr. Adriano Nunes de Souza, que também substitui na Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora e indeferiu o pedido de diárias para o seu Assessor, em virtude de a promotoria possuir servidor. Dr. Pedro antecipou o

seu voto, indeferindo o pagamento das diárias para Assessora de Dra. Guiomar, em razão da Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora possuir servidor para auxiliar aos promotores de justiça quando do exercício de substituição. Todos os membros acompanharam o voto de Dr. Pedro.

O penúltimo item da pauta se refere ao e-mail enviado pelo Coordenador do GAESF, Dr. Hugo Casciano de Sant'Anna, direcionado ao Gabinete, solicitando autorização do Comitê de Repactuação Orçamentária para pagamento de diária administrativa aos Promotores de Justiça, Alex Santana Neves, Cláudio Jenner de Moura Bezerra e Inocêncio de Carvalho Santana, em razão de participação na Operação Hidra realizada no dia 14 de outubro de 2020, bem como solicitação de autorização prévia do Comitê para que possam ser requeridas diárias administrativas pelos Promotores de Justiça que participarem das próximas operações especiais do GAESF. Esclareceu o Superintendente que Dr. Hugo solicita autorização para pagamento de diária administrativa aos Promotores de Justiça, Alex Santana Neves, Cláudio Jenner de Moura Bezerra e Inocêncio de Carvalho Santana que realizaram a operação no dia 14 de outubro de 2020, bem como autorização prévia do Comitê para as próximas operações. Esclareceu o Superintendente que foi aprovado pelo Comitê a autorização prévia para o GAECO e o CSI. Dr. Pedro contextualizou a presente solicitação, antecipando o seu voto pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dr. Pedro.

Encerrado o tema de diárias, o Superintendente passou a tratar o processo referente à solicitação de licitação.

O último item da pauta, processo eletrônico SEI 7399/2020, se refere ao processo de autorização de licitação para aquisição de serpentinas para o Chiller Modelo RCU7007AZ26XP, Série 9912127757, capacidade 70TR, incluindo a entrega, garantia de funcionamento e assistência técnica de no mínimo 12 (doze) meses. Esclareceu o Superintendente que os aparelhos centrais de ar condicionado da Sede Nazaré e do CEAF possuem serpentinas e a refrigeração é realizada pelos aparelhos chamados de Chiller. Acrescentou o Superintendente que

recentemente foram trocadas as serpentinas dos aparelhos da Sede Nazaré e a presente solicitação se trata da troca das serpentinas dos aparelhos do Prédio do CEAF. Acrescentou o Superintendente que a licitação está estimada com valor de referência em R\$ 144.900,00 para substituição do conjunto de serpentinas, incluindo a entrega, garantia de funcionamento e assistência técnica por 12 meses. Esclareceu ainda o Superintendente que o presente pleito se refere a autorização para realização da Licitação, o serviço e o desembolso dessa despesa serão realizados em 2021. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice informou que, mediante a necessidade e diante das circunstâncias, aprova a presente solicitação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O Superintendente informou que encerrou todos os itens formalmente contidos na pauta, bem como pontuou que foi recepcionado um processo que não consta na pauta, processo eletrônico SEI N. 19.09.00973.0010628/2020-32, que se refere a solicitação de meias diárias para Dr. Dinalmari Mendonça Messias, Titular da 2a. Promotoria de Justiça de Eunápolis, em função realização de substituição na Promotoria de Justiça de Itabela, nos dias 20 e 27 de novembro de 2020 e 04, 11 e 18 de dezembro de 2020. Abriu o Superintendente para discussão, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice votou pelo deferimento. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Nada mais tendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião.

Salvador, 25 de novembro de 2020.

Dr. Pedro Maia
Chefe de Gabinete

Dr. Ricardo Assis
Secretário-Geral Adjunto

Dra. Cleonice Souza de Lima
Corregedora Geral

Dra. Elza Maria de Souza
Procuradora de Justiça

Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior
Coordenador da Gestão Estratégica

Frederico Welington Silveira Soares
**Superintendente de Gestão
Administrativa**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminho o expédiente para manifestação da Diretoria de Engenharia a respeito da locação do imóvel.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 23/21/1010, às 2: 5 2, conforme artº 2º, III, b, da Lei 22.926/1003º



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0061417** e o código CRC **57F9DDAD**º



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Projetos para manifestação sobre a possível mudança de sede da PJ de Nazaré, com posterior retorno a esta Diretoria.

Atenciosamente,

Paulo Sampaio
Diretor de Engenharia e Arquitetura



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Vinicius Castro Sampaio** em 21/12/2020, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0065159** e o código CRC **BAEAB1DA**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Ao Diretor de Engenharia e Arquitetura,

Retorno o expediente, para análise e deliberações, encaminhando em anexo o Relatório de Vistoria elaborado após a visita e análise de dois imóveis com possibilidade de locação para sediar a Promotoria de Nazaré. Conforme relatório, as duas edificações atendem às necessidades da instituição, sendo o Imóvel 01 (NAZ#B1) o mais recomendado tecnicamente.

Estamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Fernanda Araujo
Coordenação de Projetos



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Araújo Quadros** em 28/07/2021, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0069678** e o código CRC **7B339526**.



RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAZARÉ

1 SOLICITANTE

Promotoria de Justiça de Nazaré.

2 OBJETO DE ANÁLISE

Imóveis com possibilidade de sediar as Promotorias de Justiça da comarca de Nazaré.

3 OBJETIVO DO RELATÓRIO

O presente documento visa avaliar a adequação da estrutura física dos imóveis para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Nazaré, dando ênfase aos pontos positivos e negativos identificados *in loco* para a sua eventual instalação. Exclui-se deste relatório qualquer tipo de avaliação imobiliária relacionada ao valor mercadológico ofertado pelos proponentes.

4 JUSTIFICATIVA

A vistoria se justifica pela necessidade de encontrar um novo imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré, tendo em vista que a sede atual não atende de forma satisfatória às suas necessidades funcionais atuais, apresentando limitações de acessibilidade e de espaço.

5 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Promotoria de Justiça de Nazaré encontra-se atualmente instalada em imóvel alugado, com características residenciais. Este possui localização central, situando-se na Praça Guiomar Muniz Pereira, nº 10, Conceição, Nazaré-BA. Possui área privativa estimada em 125m² e é composto por dois pavimentos, sendo: o térreo constituído por hall de entrada, circulação, recepção, sala de servidores, sala de arquivo, sanitário, cozinha, jardim de inverno, pátio e área de serviço; já o pavimento superior, por circulação, sanitário, três salas de promotorias de justiça (sendo que uma desta possui sanitário privativo) e varanda. As condições de conservação do imóvel são regulares, podendo-se destacar que tem sofrido com a ocorrência de mofo em determinados ambientes.



Segundo informações prestadas pela Promotoria de Justiça de Nazaré, atualmente o imóvel é utilizado por três promotores de justiça, dois servidores, um estagiário e um funcionário terceirizado, porém já é certa a chegada de três assessores de promotoria de justiça e ainda há a possível vinda de mais um servidor e mais um estagiário. Em relação à acessibilidade, o imóvel não possui sanitário acessível e o atendimento a PCD (pessoa com deficiência) e PMR (pessoa com mobilidade reduzida) se dá de modo paliativo, na sala de arquivo existente no pavimento térreo (tendo em vista que as salas das promotorias de justiça encontram-se no pavimento superior e seu acesso só se dá por meio de escada). Ademais, o imóvel não dispõe de espaço adequado para reuniões, o que dificulta ou até mesmo inviabiliza a realização das mesmas (especialmente quando há uma quantidade maior de participantes).

Considerando a totalidade da área ocupada atualmente e suas necessidades atuais, estima-se que seja necessário um imóvel com área construída privativa de aproximadamente 180,00m² (excluído áreas de estacionamento/recuos) para a implantação confortável da Promotoria.

6 ANÁLISE DOS IMÓVEIS PROPOSTOS PARA ABRIGAR A PROMOTORIA DE JUSTIÇA

6.1 IMÓVEL 01 (NAZ#B1) – Rua Governador Luiz Viana Filho, nº 32

Trata-se de imóvel onde funciona atualmente uma residência totalmente térrea. O espaço interno desenvolve-se em: Sala, circulação, sanitário social, dois quartos, uma suíte, cozinha, depósito externo, área externa descoberta e coberta, além de edícula ao fundo com área de serviço e lavabo. O imóvel tem área construída total de aproximadamente de 190,00 m². A circulação horizontal do pavimento térreo, que dá acesso aos quartos e ao sanitário social, é estreita. Existem pequenos desníveis de pisos entre áreas externas e internas, e um declive considerável da calçada ao nível de acesso à edificação.

a) LOCALIZAÇÃO

O imóvel localiza-se na Rua Governador Luiz Viana Filho, nº 32, Bairro Conceição, Nazaré-Ba, CEP 44.400-000, a 900m do Fórum da comarca, em uma área de ocupação mista comercial/residencial, local de fácil visibilidade e acesso da população em geral.



Google Maps de Nazaré, Bahia, 44400-000 a Fórum Edgard Matta (Nazaré) A pé 900 m, 11 min



b) IMPLANTAÇÃO

A rua de acesso ao imóvel é levemente enladeirada e pavimentada com paralelepípedos.

O terreno apresenta formato retangular irregular, medindo aproximadamente 10,0 m de frente por 30,0 m de profundidade, com área aproximada de 300,00 m².

A fachada frontal possui orientação sul com leve inclinação para o leste, e a fachada do fundo possui orientação norte com leve inclinação para o oeste.

A fachada lateral direita, onde distribuem-se os quartos, está ligeiramente voltada para o lado nascente.

c) CONSTRUÇÃO

O imóvel apresenta estado de conservação regular, com padrão construtivo regular.

Possui área coberta para estacionamento/garagem de um veículo.

A construção é convencional, com paredes de alvenaria pintada e revestimento cerâmico nos sanitários e cozinha, portas e janelas externas de madeira e vidro, pisos cerâmicos e rodapés em madeira. Cobertura em telha cerâmica com estrutura de madeira. Possui equipamentos de ar-condicionado split instalados em dois quartos. Não possui grades, nem laje de cobertura.

d) PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO

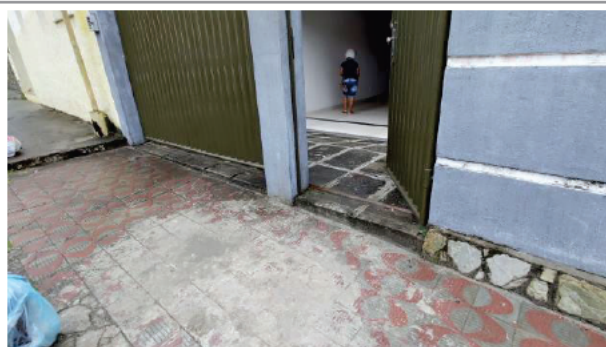
O proponente informa que o imóvel está disponível para locação no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais.

Durante a visita, a Sra. Lélia, representante do proprietário, informou ainda que não haveria impedimento para execução de adaptações no imóvel e que essas poderiam ser, no todo ou em parte, realizadas pelo proprietário, a ser negociado após conhecimento das intervenções necessárias.

e) REGISTRO FOTOGRÁFICO



Fachada



Desnível no acesso da calçada



Acesso / Área externa (desnível)



Acesso / Área externa (desnível)



Sala



Sala



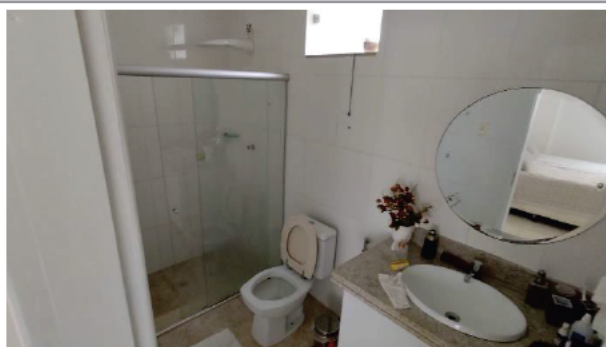
Circulação / Copa



Sanitário social



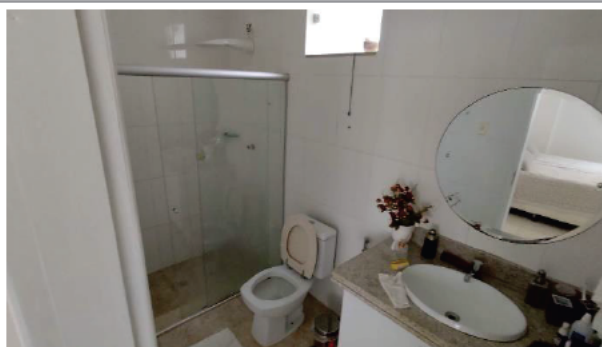
Quarto 03 (suíte)



Sanitário da suíte



Quarto 03 (suíte)



Sanitário da suíte



Quarto 01



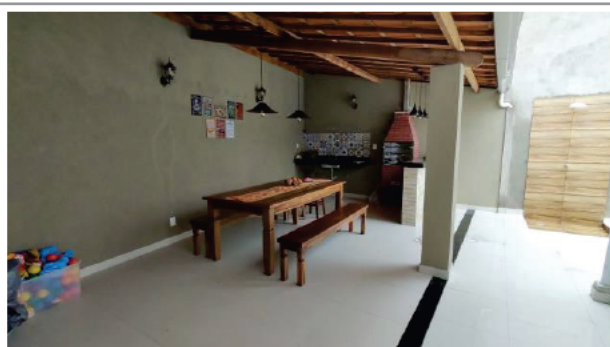
Quarto 02



Lavabo externo



Área de serviço



Área externa coberta



Área externa lateral



f) ADAPTAÇÕES PREVISTAS PARA EVENTUAL UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

Em caso de eventual ocupação do imóvel pelo MP-BA, recomenda-se a realização das seguintes adaptações e/ou reformas no imóvel:

- I. Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;
- II. Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;
- III. Reforma do sanitário social para torná-lo sanitário de acesso ao público externo, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, para atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;
- IV. Divisão da Sala em dois ambientes, com instalação de divisórias e portas;
- V. Divisão da Suíte e acesso ao depósito dos fundos, com abertura de vão, instalação de divisórias e portas;
- VI. Colocação de grades em todas as janelas e portas com fechamento em vidro voltadas para a área externa;
- VII. Instalação de quatro equipamentos de ar-condicionado (considerando a manutenção de dois equipamentos já existentes);
- VIII. Adaptação de pontos de instalações elétricas, telefônicas e de rede para atendimento ao layout proposto de mobiliário;
- IX. Instalação de itens de segurança contra incêndio e pânico para AVCB.

g) QUADRO COMPARATIVO

	VANTAGEM	DESVANTAGEM
Localização	Está localizado em via de fácil acesso e com boa visibilidade para a população em geral.	
Conservação	O estado de conservação é bom, necessitando apenas renovação nas pinturas, especialmente externas.	
Área disponível	Possui área suficiente para comportar o quadro atual da PJ.	Não oferece possibilidade de ampliação e crescimento da PJ.

	VANTAGEM	DESVANTAGEM
Divisões e distribuição dos ambientes internos	São suficientes e favoráveis para a instalação do programa de necessidades atual da PJ.	Não permitem adequação para promoção de acessibilidade plena, devido à impossibilidade de alterar as dimensões da circulação e do sanitário social.
Utilização	Locação de toda a edificação com utilização exclusiva da PJ.	
Custos/taxas associados	Não possui custos extras associados.	
Adaptação e reformas		São necessárias adaptações para adequação do uso ao MPBA.
Prazo de entrega	Possui possibilidade de desocupação imediata para assinatura do contrato.	Necessita de prazo, anterior à ocupação, para adaptações.
Acessibilidade para pessoas com deficiência		Não possui acessibilidade, sendo possível alguma adaptação para minimizar as barreiras arquitetônicas existentes. Não é possível adequar a largura da circulação e do sanitário para uso de cadeirantes conforme exigido pela norma.
Instalações elétricas, telefônicas e de rede		São necessárias adaptações para adequação do uso ao MPBA.
Climatização	Possui instalações de aparelhos de ar-condicionado split em dois quartos.	É necessária a instalação de aparelhos de ar-condicionado em outros quatro ambientes.
Estacionamento	Possui uma vaga de estacionamento/garagem.	
Segurança Contra Incêndio e Pânico		Não possui instalações.
Segurança Institucional		Não possui laje de cobertura nem grades nas janelas.

6.2 IMÓVEL 02 (NAZ#B2) – Rua Alcides Andrade, nº 84

Trata-se de imóvel onde funciona atualmente uma residência totalmente térrea, em terreno compartilhado com outra unidade residencial no pavimento superior, com acessos independentes entre si. O espaço interno desenvolve-se em: varanda frontal, hall de entrada e circulação, sala de estar, sanitário social, três

suítes, sala de jantar, jardim interno, copa, depósito, cozinha, área de serviço, área externa coberta e descoberta, varanda de fundo, uma suíte com acesso externo, além área livre coberta e descoberta no subsolo. O imóvel tem área construída total de aproximadamente de 250,00 m². Existem pequenos desníveis de pisos entre áreas externas e internas, e um pequeno acive da calçada ao nível de acesso da edificação.

a) LOCALIZAÇÃO

O imóvel localiza-se na Rua Alcides Andrade, nº 84, Nazaré-BA, CEP 44.400-000, a 1,2km do Fórum da comarca, em uma área de ocupação mista comercial/residencial, local de pouca visibilidade e pouco acesso da população em geral.

Google Maps

de R. Alcides Andrade, Nazaré - BA, 44400-000 a
Fórum Edgard Matta (Nazaré)

A pé 1,2 km, 14 min



Imagens ©2021 Maxar Technologies, Imagens ©2021 CNES / Airbus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2021 50 m

b) IMPLANTAÇÃO

A rua de acesso ao terreno é bastante enladrilhada e pavimentada com paralelepípedo.

O terreno apresenta formato retangular, medindo aproximadamente 15,0m de frente por 35,0m de profundidade, com área aproximada de 525,00 m². A testada de acesso à unidade ofertada para locação possui cerca de 10,0m de extensão.

A fachada frontal possui orientação sul, e a fachada do fundo possui orientação norte.

A fachada lateral direita está ligeiramente voltada para o nascente.

c) CONSTRUÇÃO

O imóvel apresenta estado de conservação muito bom, com padrão construtivo excelente.

Possui área coberta para estacionamento/garagem de até três veículos.

A construção é convencional, com paredes de alvenaria pintada e revestimento cerâmico nos sanitários e cozinha, portas e janelas externas de madeira e vidro, pisos cerâmicos e rodapés em madeira. Cobertura em telha cerâmica com estrutura de madeira nas áreas avarandadas e teto em laje do pavimento superior, onde está instalada outra unidade residencial do imóvel. Possui grades em algumas janelas.

d) PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO

O proponente informa que o imóvel está disponível para locação no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais. Durante a visita, o Sr. André Luiz, proprietário, informou ainda que não haveria impedimento para execução de algumas adaptações no imóvel e que essas poderiam ser, no todo ou em parte, realizadas por ele, a ser negociado após conhecimento das intervenções necessárias.

e) REGISTRO FOTOGRÁFICO



Fachada externa



Desnível no acesso da calçada



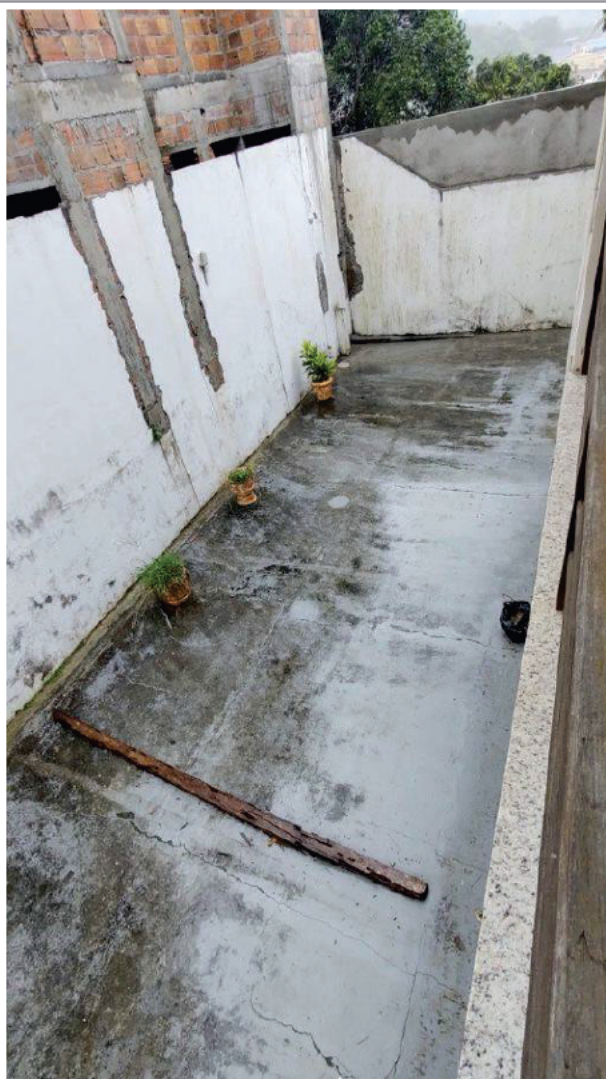
Acesso / Área externa (desnível)



Acesso / Área externa (desnível)



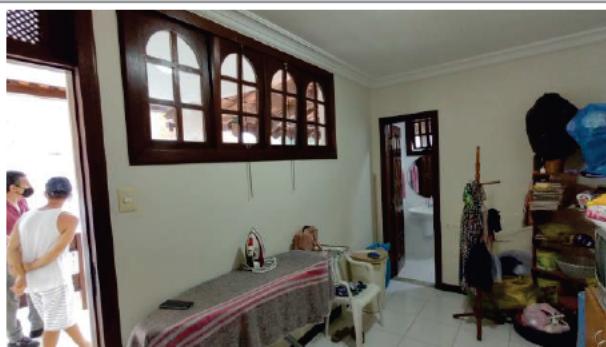
Varanda de fundo



Área descoberta do subsolo



Varanda de fundo



Suíte externa



Sanitário da suíte externa



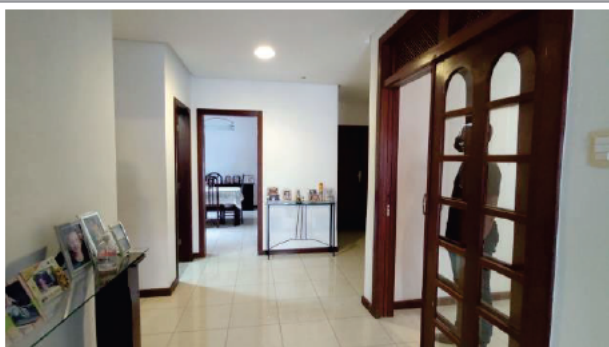
Área externa lateral



Varanda



Sala de estar



Hall / Circulação



Suíte 01



Sanitário da suíte 03



Sanitário social



Suíte 02



Suíte 03



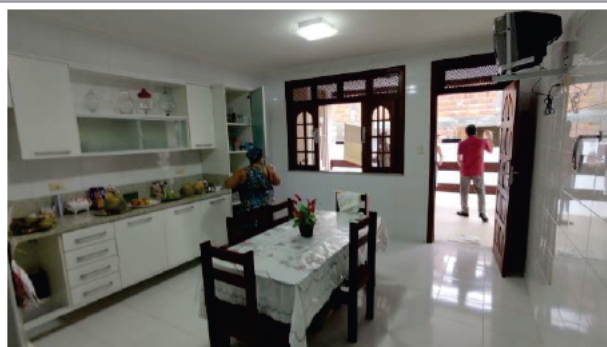
Sanitário da suíte 01



Sanitário da suíte 02



Sala de jantar / Jardim interno



Copa



Cozinha



Área de serviço externa coberta/descoberta



Área externa coberta



Área externa lateral

f) ADAPTAÇÕES PREVISTAS PARA EVENTUAL UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

Em caso de eventual ocupação do imóvel pelo MP-BA, recomenda-se a realização das seguintes adaptações e/ou reformas no imóvel:

- I. Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;
- II. Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;



- III. Reforma do sanitário da suíte 03 para torná-lo acessível a cadeirantes, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, em atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;
- IV. Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas;
- V. Divisão da Sala de Jantar em dois ambientes, com remoção das folhas de porta da entrada, instalação de divisória e colocação de nova porta;
- VI. Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória e colocação de nova porta;
- VII. Colocação de grades em todas as janelas e portas com fechamento em vidro voltadas para a área externa;
- VIII. Instalação de seis equipamentos de ar-condicionado (considerando a manutenção de um equipamento já existente);
- IX. Adaptação de pontos de instalações elétricas, telefônicas e de rede para atendimento ao layout proposto de mobiliário;
- X. Instalação de itens de segurança contra incêndio e pânico para AVCB.

a) QUADRO COMPARATIVO DE VANTAGENS E DESVANTAGENS

	VANTAGEM	DESVANTAGEM
Localização		Está localizado em via de pouco acesso e com baixa visibilidade para a população em geral. A declividade acentuada da rua não favorece o acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.
Conservação	O estado de conservação é muito bom, necessitando apenas renovação nas pinturas.	
Área disponível	Possui área suficiente para comportar o quadro atual da PJ com possibilidade de ampliação e crescimento.	

	VANTAGEM	DESVANTAGEM
Divisões e distribuição dos ambientes internos	Permitem adequação para promoção de acessibilidade, embora o sanitário adaptado não seja bem localizado para o uso do público externo.	Não são favoráveis para a instalação do programa da PJ, visto que a circulação entre os ambientes fica fragmentada e com fluxo comprometido. Um dos gabinetes de Promotor ficaria com acesso pela área externa.
Utilização		Imóvel de uso compartilhado, embora com acessos independentes, possuem instalações de água e esgoto em comum no pavimento do subsolo.
Custos/taxas associados	Não possui custos extras associados.	
Adaptação e reformas		São necessárias adaptações para adequação do uso ao MPBA.
Prazo de entrega	Possui possibilidade de desocupação imediata para assinatura do contrato.	Necessita de prazo, anterior à ocupação, para as adaptações.
Acessibilidade		Não possui acessibilidade, sendo possível alguma adaptação para minimizar as barreiras arquitetônicas existentes.
Instalações elétricas, telefônicas e de rede		São necessárias adaptações para adequação do uso ao MPBA.
Climatização	Possui instalações de aparelhos de ar-condicionado split em um quarto.	É necessária a instalação de aparelhos de ar-condicionado em outros seis ambientes.
Estacionamento	Possui três vagas de estacionamento/garagem.	
Segurança Contra Incêndio e Pânico		Não possui instalações.
Segurança Institucional	Possui laje de cobertura e grades instaladas em algumas janelas.	É necessária a instalação de algumas grades complementares.

7 CONCLUSÃO

Os dois imóveis avaliados oferecem características necessárias para adaptação ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Entre Rios, uma vez que apresentam área suficiente para comportar o programa de necessidades, com possibilidade de adaptação para alguns requisitos de acessibilidade, além de



necessitarem, em geral, de poucas intervenções. Ambos possuem um bom padrão construtivo e estado de conservação satisfatório.

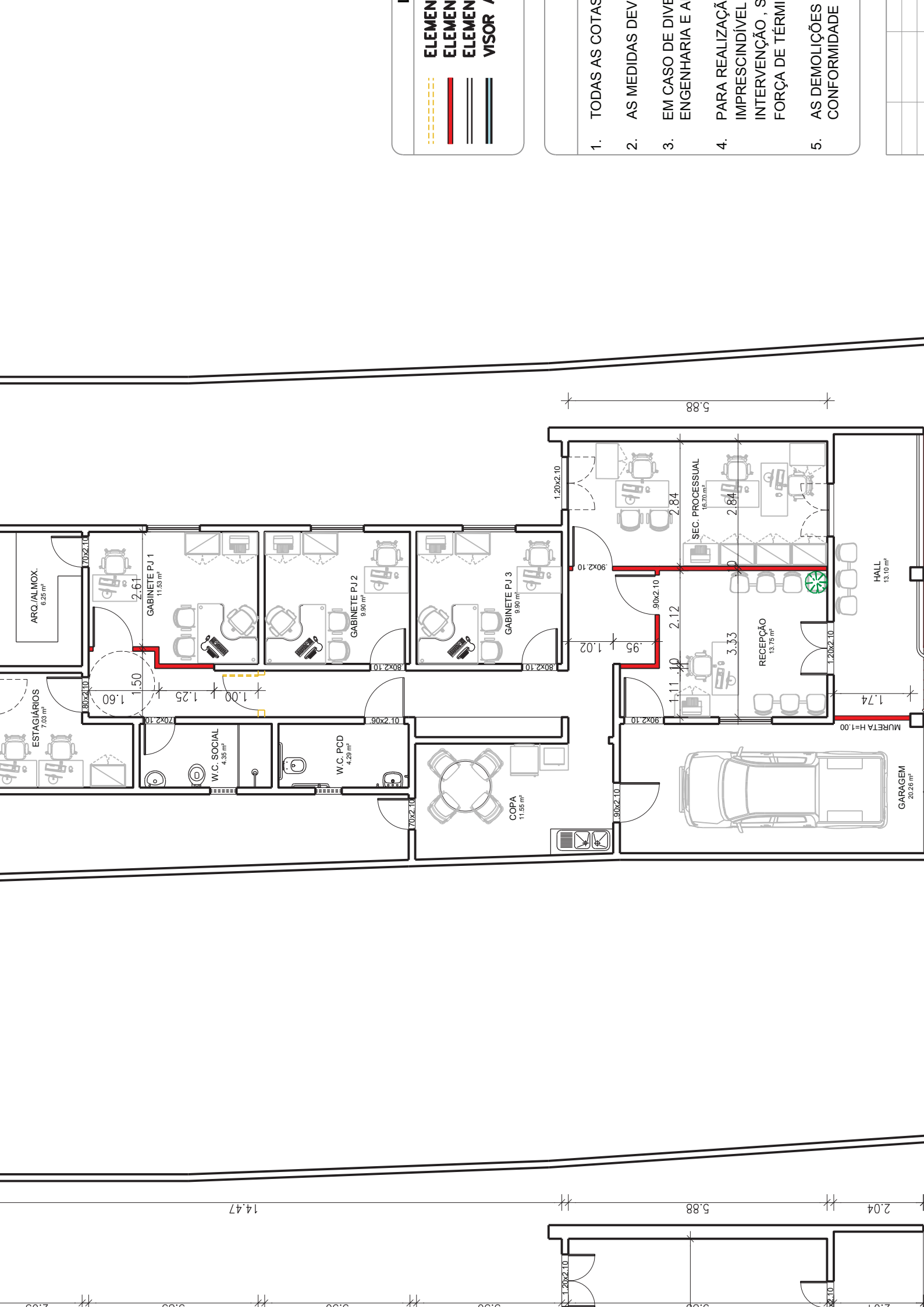
Diante das vantagens e desvantagens identificadas, bem como nos padrões e critérios estabelecidos para as estruturas físicas das sedes das Promotorias de Justiça, considera-se o imóvel 01 (NAZ#B1) mais adequado à instalação da sede do MPBA nesta cidade, desde que realizadas as adaptações propostas neste relatório. Os pontos positivos que se destacam nesta opção são: boa localização e visibilidade, via de acesso menos íngreme e mais adequada à acessibilidade do público, uso exclusivo do imóvel e uma melhor disposição dos ambientes internos, que permite uma boa adaptação ao funcionamento da Promotoria.

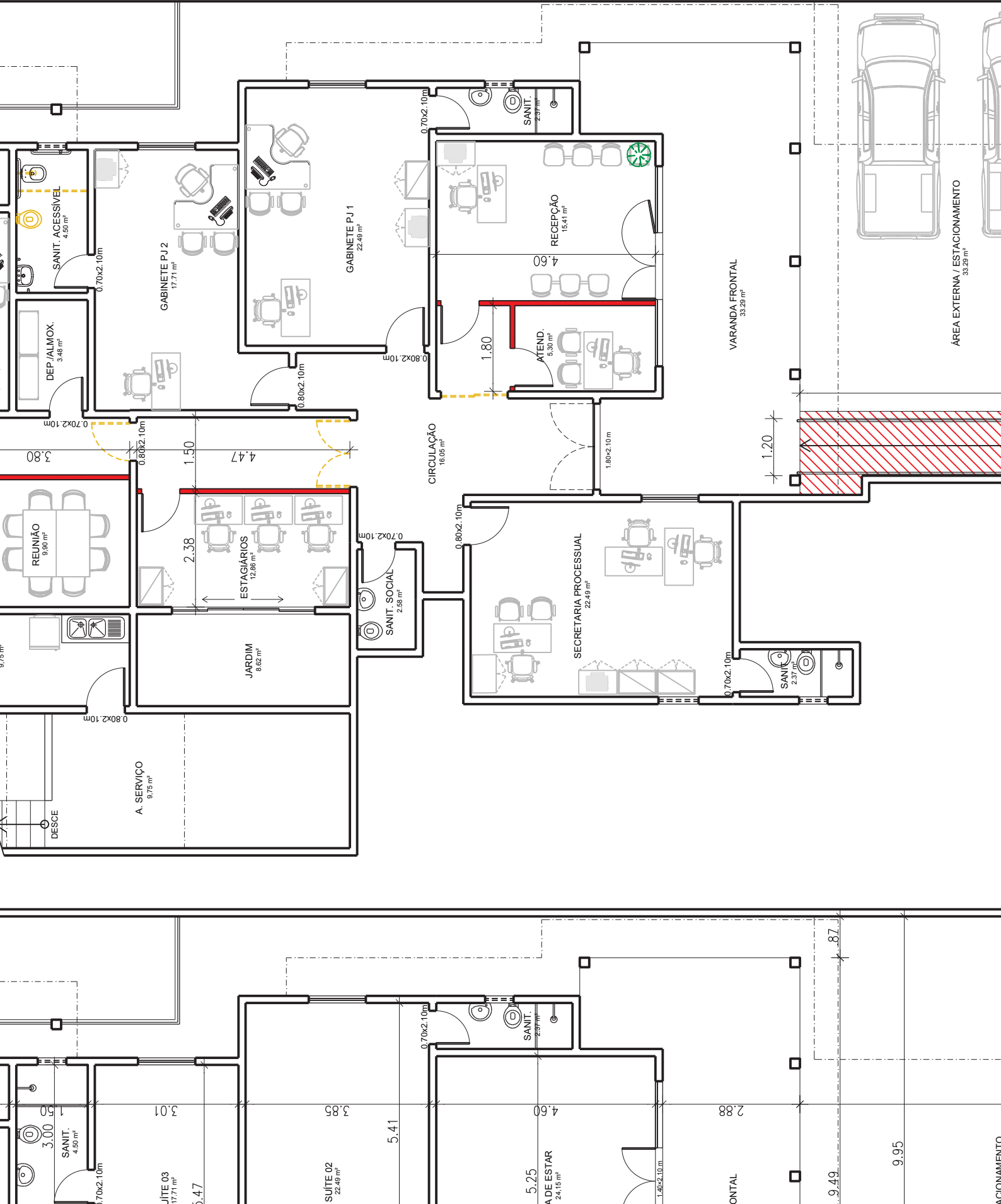
Sendo estas as considerações, permaneço à disposição para eventuais esclarecimentos que por ventura se façam necessários.

Este relatório de visita técnica se encerra com **19** páginas numeradas e, em anexo, **02** pranchas de desenho com os estudos para adaptação dos imóveis analisados.

Salvador, 27 de janeiro de 2021.

Fernanda de Araujo Quadros
Analista Técnico – Arquitetura
Diretoria de Engenharia e Arquitetura







MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À SGA,

Informamos que, conforme relatório de vistoria em anexo, foi realizada vistoria em 02 (dois) imóveis previamente selecionados visando uma possível mudança de sede da PJ de Nazaré. Pelos motivos expostos no documento, os dois imóveis avaliados oferecem características necessárias para adaptação ao funcionamento da Promotoria, entretanto, diante das vantagens e desvantagens identificadas, bem como nos padrões e critérios estabelecidos para as estruturas físicas das sedes das Promotorias de Justiça, considera-se o imóvel 01 (NAZ#B1), situado à Rua Governador Luiz Viana Filho, nº 32, Bairro Conceição, Nazaré-Ba, CEP 44.400-000, mais adequado à instalação da sede do MPBA nesta cidade, desde que realizadas as adaptações propostas no relatório.

Segundo informações do representante do proprietário, o valor proposto inicialmente para o aluguel é R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais e as adaptações do imóvel poderiam ser realizadas pelo Locador, a ser negociado após conhecimento mais detalhado das intervenções necessárias.

Assim sendo, retornamos o presente expediente para conhecimento e adoção das providências cabíveis, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Paulo Sampaio
Diretor de Engenharia e Arquitetura



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Vinicius Castro Sampaio** em 04/02/2021, às 11:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0078861** e o código CRC **527855BE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando os arts. 3º e 5º do Ato Normativo nº 007/2020, alterado pelo Ato Normativo nº 048/2020, com efeitos extensivos até 30/06/2021, encaminhe-se o presente expediente ao Comitê de Repactuação Orçamentária para análise do pleito.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 19/12/2120, às 02:50: , conforme art. 0º, III, "b", da Lei 00.: 04/2116.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0079550** e o código CRC **0C03F355**.

PROPOSTA locação imóvel para inst. promotoria NAZARÉ BA

Jackson Torres <jacksontorres55@gmail.com>

Ter, 09/02/2021 16:17

Para: Promotoria de Justiça Nazare <nazare@mpba.mp.br>

Aos responsáveis pela locação de Imóvel para Promotoria, Município de Nazaré -Ba.,

Na qualidade de Corretor de Imóveis creci 23.083F Ba, responsável pela locação do imóvel, visitado pela Engenheira do MP, Dra Fernanda, localizado NO CENTRO CIDADE, EM UMA DOS MELHORES E MAIS SEGUROS BAIRROS, na RUA ALCIDES ANDRADE, 84 (TÉRREO), BAIRRO MULUNGUS, município de Nazaré-Ba., de propriedade do Sr KLEBER DE JESUS DA SILVA, cp [REDACTED] Imóvel amplo que atende tranquilamente o que pede as normas e desejavel do MP, alem da segurança, conforto para melhor atender a população e acomodar os servidores.

Apresentamos a seguinte proposta para locação:

A MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DO PROPRIETÁRIO, constando em contrato, dentro da razoabilidade além das instalações para adequação na mudança (instalações do MP) como:

Ampliação cerca elétrica

Colocação de grades proteção, caso necessário;

Manutenção com pintura, interna e externa do imóvel, incluindo revestimento e pintura de portas e janelas;

Colocação fiação para instalação ar condicionados;

Colocação câmeras de monitoramento;

Ampliação de sanitário para garantir acessibilidade (caso necessário);

Manutenção instalações elétricas e hidráulicas, incluindo troca lâmpadas queimadas, (quando necessário.)

Pista de acesso para cadeirantes na entrada (garagem que tem piso separado brita);

Outras manutenções que se façam necessárias, estamos dispostos à analisar.

O valor proposto será de R\$4.500,00(quatro mil e quinhentos reais) MENSAIS, já incluso despesas com a manutenção do imóvel.

Jackson Elmo Torres Cardoso

tel [REDACTED]
[REDACTED]

PAI, BENDITO é o nome do SENHOR, para TODO O SEMPRE!



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminho o presente a Diretoria Administrativa de forma que seja negociado o valor junto ao proprietário de forma a conseguir uma redução. Após, retorne-se para avaliação do Comitê de Repactuação.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 04/21/, 2, 0à: s 03f23àcon.orme artº 0lâ""àt_bada 9ei 00°604/, 223°



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site [httpsf//sei%systemas%mpLa%mp%r/sei/controlador_externo%php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=2](https://sei%systemas%mpLa%mp%r/sei/controlador_externo%php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=2) in.ormando o código veri.icador **0101126** e o código CRC **8C08A643**°

Locação imóvel Nazaré

Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>

Qua, 24/03/2021 15:17

Para: jacksontorres55@gmail.com <jacksontorres55@gmail.com>

 1 anexos (25 KB)

RELAÇÃO DOCUMENTOS PARA LOCAÇÃO (2).doc;

Prezado Sr. Jackson, boa tarde!

Conforme contato telefônico mantido na data de hoje e, em virtude de expediente em trâmite neste Ministério Público, Sei nº 19.09.01754.0010577/2020-07, que versa sobre locação de imóvel destinado a sediar a Promotoria de Justiça de Nazaré e, após novas negociações, fico no aguardo de nova proposta ajustada para locação do referido imóvel.

Além disso, é necessário o envio de pesquisa de mercado ou avaliação do imóvel que ateste que o valor proposto está compatível com o mercado, bem como informações acerca da documentação do imóvel, conforme relação anexa, a fim de que possamos submeter o referido expediente ao Comitê de Repactuação Orçamentária para fins de deliberação.

Qualquer dúvida, estou à disposição.

Atenciosamente,

Amalia Franco
Diretora Administrativa
Superintendência de Gestão Administrativa
Ministério Público do Estado da Bahia
(71) 3103-0118



OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS

NAZARÉ - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 2001.

Pedro Almeida dos Reis Junior
Oficial Titular

MATRÍCULA Nº 5.655 DATA 22.06.2001. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL Uma área de terreno, próprio para Construção, situada na Rua Alcides Andrade, nº 84, nesta cidade, medindo 15,30 metros de frente por 58,40 metros de frente a fundo. Confrontando-se pela frente com o leito da Rua; fundo com a Rua Romil Coelho; lado direito com a propriedade de Aida Nazaré S. Silva; e pelo lado esquerdo com a propriedade de Jandira S. Pitanga. PROPRIETÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ, sediada nesta cidade, inscrita no C.G.C. sob nº 13.797.188/0001-92. TÍTULO ANTERIOR: matrícula nº 1.863, R.01, Livro 02, deste Cartório. O referido é verdade e dou fe. Nazaré, 22 de junho de 2001. O Oficial. *[Assinatura]*

R.01.5.655. Nos termos do Título de Aforamento, lavrado em 13 de junho de 2001, Livro 01, fls. 31, a PREFEITURA MUNICIPAL DESTA CIDADE, acima qualificada, representada neste ato pelo atual Prefeito ISAAC LEMOS PEIXOTO FILHO, dá como aforado o imóvel objeto da matrícula acima ao Sr. EDUARDO ALMEIDA DOS REIS, brasileiro, médico, separado judicialmente, residente e domiciliado na cidade de Alagoinhas - BA, o qual se obriga a pagar anualmente por metro a importância de R\$0,30 (trinta centavos). D.A.J. nº 212646. O referido é verdade e dou fé. Nazara, 22 de junho de 2001. O Oficial. *[Assinatura]*

AV. 02.5.655. Procede-se a esta averbação nos termos do requerimento feito pelo Sr. Dr. EDUARDO ALMEIDA DOS REIS, acima qualificado, ao titular deste Cartório, o qual apresentou Certidões expedidas pela seção de expediente da Prefeitura local, e C. N.D. expedida pela agência local do INSS, para constar a construção de uma casa residencial, situada à Rua Alcides Andrade, nº84, nesta cidade, com dois pavimentos, construída sobre pilares, paredes de blocos, coberta com telhas, contendo no pavimento térreo: jardim, varanda, living, sala de espera, hall, gabinete, dois lavabos, suite, sala de jantar, copa/cozinha, jardim de inverno, duas áreas de serviço, despensa, quarto de empregada e lavanderia; e no pavimento superior: varanda, estúdio, suite, varanda, hall, estar íntimo, três quartos, salão de jogos e varanda; medindo a área construída 13,20 metros de frente; 14,20 metros de fundo; 23,50 metros do lado esquerdo; 32,20 metros do lado direito; num total de 284,00 metros quadrados no pavimento térreo; e 261,80m2. no pavimento superior. Confrontando-se pela frente com o leito da Rua; fundo com a Rua Romil Coelho; lado esquerdo com a propriedade de Jandira S. Pitanga; lado direito com a propriedade de Aida Nazaré S. Silva; Avaliado em R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). D.A. nº. 212647. O referido é verdade e dou fé. Nazaré, 22 de junho de 2001. O Oficial.

R.03.5.655- Nos Termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 01/10/2004, pela Tabelião deisgrada do único ofício desta cidade, Nilza Neide dos Santos, livro 37, fhs 45, o Sr. EDUARDO ALMEIDA DOS REIS acima qualificado vendeu o imóvel objeto da presente matrícula o Sr. KLEBER DE JESUS DA SILVA, brasileiro, maior, solteiro, comerciante, RG 03142920-39 SSP/BA, CPF 437.893.235-00, residente e domiciliado a rua Ferreira Bastos, nº 07, nesta cidade de Nazaré-Ba, pelo preço de R\$ 85.000,00 avaliado pela Prefeitura desta cidade, DA 290403, Nazaré, 07/01/2005, o referido é verdade e dou fé. A Oficiala. Rafaela

REGISTRO DE IMÓVEIS
NATZARÉ-BAHIA

Ana Paula Lobo
Escritora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

11757294/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

KLEBER DE JESUS DA SILVA

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Certidão emitida em: 25/03/2021 às 08:06:40 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 11757294

Código de Validação: 42A68845922367A4869FA10FC33AD64D

Data da Atualização: 25/03/2021 às 12:29 PM



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: KLEBER DE JESUS DA SILVA

CPF: [REDAZIDO]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidas; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:59:58 do dia 24/03/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/09/2021.

Código de controle da certidão: **4E94.6C5A.4A65.7CF6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL

11757301/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

KLEBER DE JESUS DA SILVA

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Certidão emitida em: 25/03/2021 às 08:08:05 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 11757301

Código de Validação: 7342D2355C64D20F9CF81CD46DA5F400

Data da Atualização: 25/03/2021 às 12:29 PM



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

Localização :

Alcides Andrade, 84, Bairro Mu

CEP – 44.400-000

NAZARÉ-BAHIA

R E S U M O

garagem coberto para 3 veícu

entrada, 2 salas, 4 suítes. 01

o atual valor de locação.

21

alho tem por objetivo, determinar o ju
ial, localizado na rua Alcides Andrade
azaré, Ba, atualmente desocupado e q

:

n pauta, sem dúvida o Método Compara
iência de corretor no mercado local/reg
inido pela NBR 14653-1, e 14.653-2 Aval
sileira de Normas Técnicas

...os, para fins de avaliação, que o im
...e quaisquer ônus, dívidas ou imp
...ue possam influenciar, de algum mod
...smo.

IMÓVEL

...vel residencial térreo, localizado na ár
...lcides Andrade, composta de: **TÉRREO**
...atizada e porta menor, estacionamento
...obertura, hall de entrada, aceso extern
...o, 01 lavabo, 04 suítes, 01 copa, 01 c
...solo. **SUBSOLO**: pátio murado, 02 áre
...pesa, acesso ao reservatório de água,
...ÁREAS EM CONDIÇÕES DE USO.

...es, o imóvel possui cerca de 30 anos
...formas de boa qualidade. Possui piso re
...imóvel

is, hospitalar.

douro, iluminação pública, rede esg
água, energia elétrica, telefonia, tv a cab
postal etc.

ão

a seguinte documentação para elaboração
a de Onus, emitia pelo CRI, matrícula 5
a IPTU

AL

ultou a avaliação, a falta de imóveis r
do município de Nazaré, disposto à loca
pesquisas de imóveis, com element
por meio de tratamento técnico e po
ndo o Método Comparativo Direto de
evidas técnicas de homogeneização
valor levando em conta

Igreja Batista
do Nazareno



Praça Muniz
Ferreira

BA-046

Google

BA-046

Ind

Dado



UA



GALA











BERTO





LITROS ÁGUA

nte, residente e domiciliado
ar anualmente por metro a im
646. O referido é verdade e

sta averbação nos termos do
S, acima qualificado, ao tit
das pela seção de expediente
local do INSS, para constar
Alcides Andrade, nº84, nesta
es, paredes de blocos, cober
aranda, living, sala de espe
tar, copa/cozinha, jardim de
mpregada e lavanderia; e no
hall, estar íntimo, três qu
struída 13,20 metros de frent
do; 32,20 metros do lado dire
to terreno; e 261,80m². no pav
leito da Rua; fundo com a Rua
dira S. Pitanga; lado direito
o em R\$150.000,00 (Cento e ci
dade e dou fé. Nazaré, 22 de



7
CERTIDÃO É VÁLIDA POR 30 DIAS -> ATÉ 20/0
fizerem necessários, que o(a) Corretor
SO - registrado com o nome fantasia
dade sob o Nº **23083**, desde **11/12/20**
ÍCIO DE SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS
c/c o Decreto Lei 81.871/78 e as Re

CI 9ª REGIÃO / BA de suspender ou
a), por falecimento, ou em decor

ridade não forem compatíveis com os dados
elo telefone (71)3444-1450 ou pelo noss

a na sede e postos avançados do CRECI 9ª RE

ADOR - BA - CEP: 40290000

Corres Cardoso
Corredor de Imóveis
BA

À

**Divisão Administrativa Ministério Público da Bahia
Salvador-Ba**

Segue algumas informações, referente a proposta inicial do imóvel, incluindo manutenção.

Imóvel localizado na Rua Alcides Andrade, 84, Bairro Mulungus, município de Nazaré, Estado da Bahia.

Valor mensal Proposto, do imóvel é de R\$4.000,00 (quatro mil reais), sendo R\$3.000,00 locação e mais R\$1.000,00 (hum mil reais) mensais de manutenção, descrita abaixo:)

Período – 05 anos ou 60 meses, podendo renovar por igual período.,

Manutenção periodica proposta:

Manutenção com pintura, interna e externa do imóvel, incluindo revestimento e pintura de portas e janelas;

Colocação fiação para instalação ar condicionados;

Instalação rede de computadores

Ampliação de sanitário para garantir acessibilidade (caso necessário);

Manutenção instalações elétricas e hidráulicas, incluindo troca lâmpadas queimadas, (quando necessário.)

Pista de acesso para cadeirantes na entrada (garagem que tem piso separado brita);

Instalação de grades de proteção e outras que se façam necessárias

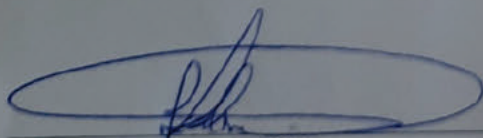
Instalação e manutenção de cerca elétrica (se necessário);

Instalação e manutenção câmaras vigilância; (se necessário)

Enfim, toda manutenção do prédio, exceto matérias de expediente e limpeza concernente ao funcionamento do MP.

Cordialmente,

Nazaré-Ba., 26 de abril de 2021.



Kleber de Jesus da Silva

RG

CP



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Superintendência de Gestão Administrativa,

Em atendimento ao Despacho SGA 0101126, informamos que houve negociações para a redução dos valores do aluguel ora proposto, o qual passou de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, incluindo toda a manutenção do imóvel, o qual será de responsabilidade do locador.

Ademais, conforme Proposta de Locação Ajustada 0118176, além dos itens constantes no referido documento, foi negociada também a inclusão de monitoramento eletrônico de segurança e cerca elétrica, caso necessário, também custeados pelo proprietário do imóvel.

Vale ressaltar que, em comparação com o imóvel atualmente ocupado pela Promotoria de Justiça de Nazaré, cujo valor mensal de locação é R\$ 3.270,04 (três mil duzentos e setenta reais e quatro centavos), há o pagamento do serviço de monitoramento eletrônico de segurança com custo mensal de R\$ 415,50 (quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos), o que totaliza um montante, por mês, de R\$ 3.685,54 (três mil seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Face o exposto e em virtude do Ato Normativo nº 07/2020, que dispõe sobre medidas de redução, contenção e controle de gastos com custeio e investimento para o ano de 2020, alterado pelo Ato Normativo nº 048, de 29 de dezembro de 2020, com efeitos extensivos até 30 de junho de 2021, retornamos o presente expediente para análise da demanda junto ao Comitê de Repactuação Orçamentária.

Maria Amalia Borges Franco

Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 03/05/2021, às 18:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0120322** e o código CRC **31745429**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando os arts. 3º e 5º do Ato Normativo nº 007/2020, alterado pelo Ato Normativo nº 048/2020, com efeitos extensivos até 30/06/2021, encaminhe-se o presente expediente ao Comitê de Repactuação Orçamentária para análise do pleito.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 23/21/020, à: s , 25f àcon.orme artº , lã""ãdLbãda 4ei , , 3, 9/0226º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=2 in.ormando o código veri.icador **0120379** e o código CRC **C183C5D9**º

ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE REPACTUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do corrente ano, às onze horas, se reuniram por meio de videoconferência, o Chefe de Gabinete, Dr. Pedro Maia, a Corregedora Geral, Dra. Cleonice de Souza Lima, o Secretário Geral Adjunto, Dr. Ricardo de Assis Andrade, a representante do Colégio de Procuradores de Justiça, Dra. Elza Maria de Souza, o Coordenador da Gestão Estratégica, Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior e o Superintendente de Gestão Administrativa, Frederico Welington Silveira Soares, membros do Comitê de Repactuação Orçamentária.

O Superintendente iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, bem como pontuou que o primeiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0006473/2021-88, oriundo da Diretoria de Engenharia e Arquitetura/Coordenação de Manutenção Predial, se refere a prestação de serviços de retirada de divisória existente, bem como fornecimento e instalação de divisória em *drywall* com isolamento acústico na Sede do CEAF, no valor de R\$ 4.521,26, com prazo de execução de 30 dias corridos. Contextualizou o Superintendente que se trata de uma demanda específica do CEAF e que o processo foi devidamente instruído pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura. Acrescentou o Superintendente que o serviço em questão será realizado no CEAF, em razão da criação recente da Unidade de Fomento à Pesquisa Científica e Inovação. Acrescentou ainda o Superintendente que na pauta consta outra solicitação para o CEAF, relativa à instalação do Estúdio EAD, que será analisado na Sessão Outros. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, propondo a aprovação da presente solicitação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Encerrada a avaliação dos processos de Dispensa de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes à Diárias.

Pontuou o Superintendente que o segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0006765/2021-37, se refere a solicitação encaminhada pela Assessora Técnico-Jurídica de Dr. Inocêncio Carvalho de Santana, Aline Santana dos Reis, através de e-mail, lotada na Promotoria de Justiça Regional de Itabuna para autorização de pagamento de 08 meias diárias, nos dias 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25 e 26 de maio de 2021, em razão de seu deslocamento para a Comarca de Coaraci, a fim de prosseguir com o processo de digitalização dos expedientes extrajudiciais da 1ª Promotoria de Justiça, atividade que teve início no mês de abril/2021, visando cumprir o quanto determinado no Ato Normativo Conjunto 002/2020. Esclareceu o Superintendente que, conforme pesquisa realizada no BI, não há excedente e que a solicitação de diárias está de acordo com os limites estabelecidos.

O terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02687.0005878/2021-04, se refere a solicitação de autorização de meia diária para o Analista Técnico, Danilo Marcio da Cruz Santos Pereira, bem como meia diária para o motorista que o conduzirá a Sede da Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana, em razão da necessidade de realizar vistoria técnica na referida Sede, bem como verificar a existência de possível reparo a ser realizado pelo construtor, em atendimento a solicitação da gerente da unidade. Informou o Superintendente que a presente solicitação perfaz o custo total médio de R\$ 461,00, sendo R\$ 311,00 com diárias para o servidor e o motorista e R\$ 150,00 com combustível.

O quarto item da pauta, Processo SIMP Nº 003.0.1034/2021, se refere a solicitação de 01 diária funcional, de 26 a 27 de outubro de 2020, para Dr. Adriano Nunes de Souza, em função da realização de substituição na Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora. Esclareceu o Superintendente que o pedido está dentro dos limites estabelecidos e conforme pesquisa no BI, Dr. Adriano solicitou 03 diárias de 19 a 22 de outubro de 2020 e 01 diária de 26 a 27 de outubro de 2020, totalizando 04 diárias para o mês de outubro e não extrapola os limites estabelecidos.

O Superintendente abriu para discussão, bem como sugeriu a votação em bloco do segundo, terceiro e quarto itens da pauta, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação em bloco do segundo, terceiro e quarto itens da pauta. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Encerrada a avaliação dos processos de Diárias, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes à Licitação.

Seguindo com a reunião, o Superintendente informou que o quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02682.0005941/2021-16, oriundo da Diretoria de Tecnologia da Informação, se refere a aquisição de baterias internas para *nobreak* do datacenter do Ministério Público do Estado da Bahia, incluindo instalação e garantia por 12 meses, no valor de R\$ 36.493,20. Explicou o Superintendente que o datacenter da Instituição possui um aparato de segurança nele para evitar a indisponibilidade dos serviços de tecnologia e desde maio de 2014 não foi registrado nenhum incidente que não estivesse previsto quanto a indisponibilidade dos serviços, permitindo o funcionamento 24 horas por dia, 07 dias por semana, o ao todo sem interrupção. Explicou ainda o Superintendente que o datacenter possui uma antessala onde funcionam 02 *nobreaks* e cada *nobreak* comporta 108 baterias, perfazendo um total de 216 baterias. Acrescentou o Superintendente que, na eventualidade de um problema em um deles, o *nobreak* que estiver funcionando consegue realizar o trabalho de segurança. Acrescentou ainda o Superintendente que a última aquisição das baterias para os *nobreak's* foi realizada em 2016. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice. O Superintendente pontuou que, assim que a Instituição retornar as atividades presenciais, levará Dr. Ricardo e os demais membros para conhecerem o Datacenter da Instituição.

O sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0005393/2021-94, oriundo da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a prestação de

serviços de engenharia de manutenção preventiva e corretiva em 05 (cinco) elevadores, na Sede CAB do Ministério Público do Estado Bahia, e Engenharia e Arquitetura. Esclareceu o Superintendente que o valor contido na pauta, R\$ 51.000,00, se refere ao valor de referência para uma licitação no ano, perfazendo o valor de R\$ 4.250,00 por mês e na ocorrência do certame a tendência é que o valor reduza. Acrescentou o Superintendente que o valor atual pago é de R\$ 40.000,00. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Encerrada a avaliação dos processos de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes à Sessão Outros.

Prosseguindo com a reunião, o Superintendente relatou que o sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02697.0011344/2020-33, oriundo do CAOCRIM, se refere a solicitação de instalação de película de proteção solar, tipo *insufilm*, nas salas das Promotorias de Justiça Criminais (401-A – Dra. Sumaya Queiroz, 506-B – Drs. Antônio Luciano e Dr. Elmir Duclerc, 601-A – Dr. João Paulo Gavazza, 601-B – Dr. Pedro Castro e 401-B – Dra. Rita Márcia), localizadas no Edifício Teixeira de Freitas, em Sussuarana, no valor de R\$ 2.646,00. Esclareceu o Superintendente que o presente processo foi avaliado, oportunamente, pelo Comitê e na ocasião a diligência solicitada foi pela verificação da instalação de persianas em todas as salas do Edifício Teixeira de Freitas, localizado em Sussuarana. Esclareceu ainda o Superintendente que a área responsável certificou no processo que todas as salas possuem persianas, contudo a Secretaria do CAOCRIM reiterou a solicitação com a informação que mesmo com a instalação das persianas, ocorre incidência de luz. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, sugerindo a suspensão para apreciação, bem como submeter o processo para uma avaliação mais ampla e verificar efetivamente quantos gabinetes necessitam da instalação de película de proteção solar. De acordo com a sugestão de Dra. Cleonice, o Superintendente ratificou que a proposta é pelo

sobrestamento do processo, bem como solicitar uma avaliação de diligência mais específica em todos os gabinetes do Edifício Teixeira de Freitas, localizado em Sussuarana, para verificar exatamente o parecer da Diretoria de Engenharia e Arquitetura. Todos os membros acompanharam a sugestão fornecida pela Dra. Cleonice. Dr. Pedro pediu licença para atender Dra. Norma, bem como informou que, posteriormente, retornar a reunião.

O oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02381.0001318/2021-68, oriundo do CEAF, se refere a solicitação de estudo para levantamento de custo para execução do projeto executivo com a finalidade de implementação de Estúdio EAD na Sede do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, destacando que tal ferramenta permitirá a capacitação de membros e servidores com considerável redução de custos nas atividades que são desenvolvidas presencialmente, no valor de R\$ 71.816,69. Esclareceu o Superintendente que o pleito em questão se refere a instalação do Estúdio EAD na Sede do CEAF, consta no processo o estudo solicitado pelo CEAF, realizado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura e o valor apresentado se refere ao valor de referência para realização da licitação. Acrescentou o Superintendente que o valor apresentado se refere a obra para instalação do estúdio e não estão inseridos os equipamentos para gravação. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O nono item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01754.0010577/2020-07, oriundo da Promotoria de Justiça de Nazaré, se refere a locação do imóvel da Sede da Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor de R\$ 4.000,00, após várias negociações realizadas pela Diretoria Administrativa com locador, passando de R\$ 4.500,00 mensais para R\$ 4.000,00 mensais. Contextualizou o Superintendente que o processo em questão se refere a locação de um imóvel para abrigar a nova Sede da Promotoria de Justiça de Nazaré e que o promotor tem cobrado a presente solicitação, pois o atual imóvel já não comporta as instalações da promotoria. Contextualizou ainda o Superintendente que o custo

da manutenção do imóvel, bem como o monitoramento eletrônico de segurança será custeado pelo locador com o valor de R\$ 4.000,00 mensais e que o atual imóvel possui o aluguel em torno de R\$ 3.685,00, mas não se encontra adequado para o funcionamento da promotoria. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Encerrado os processos formais da pauta, o Superintendente pontuou que serão avaliados dois itens que surgiram posteriormente. Dr. Ricardo perguntou ao Superintendente se os itens em questão se referem aos dois pedidos de auxílio. O Superintendente confirmou que se referem a solicitação de auxílio para as 3a. e 5a. Promotorias de Justiça de Barreiras, Processo SIGA 15794/2021, formulado pelo Promotor de Justiça, Dr. José Ferreira Coelho Neto e a outra solicitação de auxílio para Promotoria de Justiça de Sobradinho, Processo SIGA 15264/2021, formulado pelo Promotor de Justiça, Dr. Mateus Santana Menezes. Dr. Ricardo informou que efetuará uma explicação prévia e depois o Superintendente submete o tema para discussão. Dr. Ricardo fez a sua explanação, bem como Dra. Cleonice. Dr. Ricardo pontuou que a sugestão do voto para as solicitações dos auxílios não precisam mais passar pelo Comitê, pois a avaliação realizada é apenas com relação a despesa, se é indispensável ou não, já que a Corregedoria fará a análise quanto ao mérito para autorizar ou não a Secretaria Geral a publicar do edital, concluindo que a avaliação dos próximos pedidos, nesse mesmo sentido, não deverá ser apreciado pelo Comitê e que o Comitê recomendasse o encaminhamento a Corregedoria Geral para análise do mérito e após essa ação para Secretaria Geral. Abriu o Superintendente para discussão, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, ratificou e acompanhou a sugestão fornecida por Dr. Ricardo. Todos os membros acompanharam a sugestão de Dr. Ricardo.

O Superintendente informou que, na semana passada, foi aprovada a diária de Dr. Márcio Henrique, restando apenas a diligência para contato com o promotor a fim de confirmar se o pedido da diária se trata de uma diária ou meia diária.

Informou ainda o Superintendente que, conforme contato com Dr. Márcio Henrique, o pedido em questão se refere a uma diária.

Nada mais tendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião.

Salvador, 05 de maio de 2021.

Dr. Pedro Maia
Chefe de Gabinete

Dr. Ricardo Assis
Secretário-Geral Adjunto

Dra. Cleonice Souza de Lima
Corregedora Geral

Dra. Elza Maria de Souza
Procuradora de Justiça

Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior
Coordenador da Gestão Estratégica

Frederico Wellington Silveira Soares
**Superintendente de Gestão
Administrativa**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Chefia de Gabinete informando que, em reunião do Comitê de Repactuação Orçamentária realizada no dia 05/05/2021, foram tratados dentre outros temas, a solicitação oriunda da Promotoria de Justiça de Nazaré, referente a locação do imóvel da Sede da Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor de R\$ 4.000,00.

Após explanações, todos os presentes se manifestaram pelo **deferimento** do pleito.

Ante ao exposto, encaminhamos o procedimento para deliberação final da Procuradoria Geral de Justiça conforme prevê o Ato Normativo 07/2020 juntamente com cópia da ata da referida reunião.

Em tempo, nos colocamos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 19/20/9291, às 105 2, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.: 14/9226.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https5/sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0125561** e o código CRC **D9F6A014**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária.
- Encaminhe-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para conhecimento e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto às comunicações necessárias.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti** em 23/10/, 1, 2ª: s 15f. 2ªconforme artl 2º da Lei 9.122. 25/, 116l



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisistemasImp4aImp4r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0125615** e o código CRC **C6AA7928**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando que o pleito formulado pela Promotoria de Justiça de Nazaré foi devidamente autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária, relativo à locação de imóvel para instalação da Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), encaminhe-se o presente expediente à Diretoria Administrativa para que seja providenciado o Termo de Referência, com posterior envio à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para demais providências necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 13/05/2021, às 17:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0126249** e o código CRC **EF87678A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa,

Considerando a aprovação na Ata do Comitê de Repactuação Orçamentária datada de 05/05/2021 0125560 e observando que já houve negociação com o(s) locador(es), encaminhamos o presente expediente para providências relativas à locação do imóvel destinado a abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré.

Ademais, deverá ser observado o quanto disposto no Contrato nº 131/2011 relativo à comunicação ao locador acerca da desocupação do imóvel, visto que a locação do imóvel atual possui vigência até 14/12/2021.

Maria Amalia Borges Franco

Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 19/20/2021, às 10:10:11, de acordo com a Lei 11.914/2009, art. 1º, III, b).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0127018** e o código CRC **A830F34A**.

Formulário para Solicitação de Autorização de Dispensa de Licitação

Unidade:

DADM - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Objeto:

LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAZARAÉ

Enquadramento do Objeto:

Prestação de Serviços

Indicação da Necessidade para a Contratação:

PARA MELHOR FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAZARÉ

Fundamentação Legal - Lei Nº 9.433/05, art. 59, inciso

I Obras e serviços de engenharia, desde que não se refiram a uma mesma obra/serviço ou de mesma natureza e local que possa ser realizado conjunta e concomitantemente.

Não

II Contratação de serviços e compras, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço/compra de maior valor que possa ser realizada de uma vez só.

Não

Outros (especificar):

VII - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha

PROPOSTAS APRESENTADAS

Proposta 1:

1-Item:

LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAZARÉ

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

KLEBER DE JESUS DA SILVA

1-Valor Total (R\$):

240.000,00

Proposta 2:

2-Item:

-

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

2-Valor Total (R\$):

-

Proposta 3:

3-Item:

-

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

3-Valor Total (R\$):

-

FORNECEDOR(es) SELECIONADO(s)

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

KLEBER DE JESUS DA SILVA

1-Endereço:

Rua Alcides Andrade,84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazare - Ba.

1-CPF/CNPJ:

██████████

1-Valor (R\$):

240.000,00

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

2-Endereço:

-

2-CPF/CNPJ:

-

2-Valor (R\$):

-

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

3-Endereço:

-

3-CPF/CNPJ:

-

3-Valor (R\$):

-



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 27/07/2021, às 22:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0164807** e o código CRC **D1613ECD**.



DESPACHO

A Diretoria de Engenharia - DEA,

Conforme autorização na Ata do Comitê de Repactuação Orçamentária doc 0125560 para nova Locação de Imóvel para Promotoria de Justiça de Nazaré, conforme CI nº 02 0047834, segue abaixo relação das adaptações conforme documento 0075917 para confirmação e análise do prazo estimado para realização das reformas e posterior retorno para elaboração do TR - Termo de Referência, por esta CEOA/DADM:

- I. Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;
- II. Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;
- III. Reforma do sanitário social para torná-lo sanitário de acesso ao público externo, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, para atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;
- IV. Divisão da Sala em dois ambientes, com instalação de divisórias e portas;
- V. Divisão da Suíte e acesso ao depósito dos fundos, com abertura de vão, instalação de divisórias e portas;
- VI. Colocação de grades em todas as janelas e portas com fechamento em vidro voltadas para a área externa;
- VII. Instalação de quatro equipamentos de ar-condicionado (considerando a manutenção de dois equipamentos já existentes);
- VIII. Adaptação de pontos de instalações elétricas, telefônicas e de rede para atendimento ao layout proposto de mobiliário;
- IX. Instalação de itens de segurança contra incêndio e pânico para AVCB.

De acordo com o documento 0082700 as adaptações serão realizadas pelo proprietário.

Lembrando que o prazo estimado para as adaptações é importante para a comunicação da entrega do imóvel que abriga atualmente a Promotoria de Justiça de Nazaré (contrato nº 131/2011) que está vencendo em 14/12/2021 e conforme cláusula décima da rescisão contratual o prazo é de no mínimo 90 (noventa) dias.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 19/09/2020, 2, 14h55m, com o código de verificação **0129263** e o código CRC **6851D804**.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0129263** e o código CRC **6851D804**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Projetos para atendimento ao solicitado pela Coordenação de Execução Orçamentária da DADM, bem como para obtenção do aceite do proprietário quanto aos serviços a serem realizados pelo Locador.

Atenciosamente,

Paulo Sampaio
Diretor de Engenharia e Arquitetura



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Vinicius Castro Sampaio** em 25/05/2021, às 08:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0132460** e o código CRC **A3E0A7DC**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Promotoria de Justiça de Nazaré,

Solicito manifestação da unidade interessada referente ao imóvel autorizado pelo Comitê de Repactuação Orçamentária doc 0125560 para nova locação, bem como em relação às adaptações propostas no estudo 0076902 e relacionadas nas páginas 16 e 17 do Relatório de visita técnica 0075917, para posterior confirmação e análise do prazo estimado para realização das reformas com o proponente.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Fernanda Araujo

Gerente
Coordenação de Projetos



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Araújo Quadros** em 19/09/2020, às 15:11, conforme artº 11, III, b, da Lei 11.127/2005.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpeba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=9 informando o código verificador **0141231** e o código CRC **163A2B81**.



1ª Promotoria de Justiça de Nazaré

OFÍCIO N. 049/2021 – 1ª PJN

Nazaré, 17 de junho de 2021.

**Ilustríssima. Sra.
Fernanda de Araújo Quadros
Analista Técnica
Coordenação de Projetos**

Ref. Processo SEI 19.09.01754.0010577/2020-07

Ilustríssima Senhora,

Em atendimento à solicitação da Coordenação de Projetos, os Promotores de Justiça que assinam esta petição não se opõem à escolha do imóvel autorizada pelo Comitê de Repactuação Orçamentária doc. nº 0125560 para nova locação e futuro funcionamento da Promotoria de Justiça da Comarca de Nazaré.

Em relação às adaptações propostas no estudo 0076902, relacionadas nas páginas 16 e 17 do Relatório de visita técnica 0075917, sugiro que, sendo possível, sejam realizadas as seguintes alterações:

1. Que o Gabinete PJ 03 seja transferido para a sala onde foi proposta a instalação da Secretaria Processual;
2. Que a Secretaria Processual seja transferida para o cômodo onde foi proposta a instalação da Sala dos Estagiários;
3. Que a sala dos estagiários seja transferida para o cômodo onde foi originalmente proposta a instalação do Gabinete PJ 3.

Entende-se aqui que a transferência da Secretaria Processual para um cômodo menor não afetará o bom andamento dos trabalhos, pois são apenas 03 servidores e que, diariamente, um deles deverá prestar serviços no apoio à recepção e no atendimento ao público, em cômodos outros, os quais destinam-se exclusivamente a essas funções.

Atenciosamente,

Nazaré, 17 de junho de 2021.

LUCAS DA SILVA

SANTANA

Assinado de forma digital por LUCAS DA

SILVA SANTANA:0

Dados: 2021.06.17 11:42:29 -03'00'

LUCAS DA SILVA VELLOSO SANTANA

Promotor de Justiça

CINTIA CAMPOS DA

SILVA

Assinado de forma digital por

CINTIA CAMPOS DA

SILVA

Dados: 2021.06.17 00:54:09
-03'00'

CINTIA CAMPOS DA SILVA

Promotor de Justiça

LEANDRO RIBEIRO DE MATTOS OLIVEIRA

Promotor de Justiça

Em atendimento à solicitação da Coordenação de Projetos, este Representante Ministerial não se opõe à escolha do imóvel autorizada pelo Comitê de Repactuação Orçamentária doc 0125560 para nova locação e futuro funcionamento da Promotoria de Justiça da Comarca de Nazaré.

Em relação às adaptações propostas no estudo 0076902, relacionadas nas páginas 16 e 17 do Relatório de visita técnica 0075917, sugiro que, sendo possível, sejam realizadas as seguintes alterações:

1. Que o Gabinete PJ 03 seja transferido para a sala onde foi proposta a instalação da Secretaria Processual;
2. Que a Secretaria Processual seja transferida para o cômodo onde foi proposta a instalação da Sala dos Estagiários;
3. Que a sala dos estagiários seja transferida para o cômodo onde foi originalmente proposta a instalação do Gabinete PJ 3.

Entendo que a transferência da Secretaria Processual para um cômodo menor não afetará o bom andamento dos trabalhos, tendo em vista que são apenas 03 servidores e que, diariamente, um deles deverá prestar serviços no apoio à recepção e no atendimento ao público que, inclusive, conta com um gabinete exclusivo para sua realização.

Atenciosamente,

LEANDRO RIBEIRO DE
MATTOS
OLIVEIRA

Assinado de forma digital por
LEANDRO RIBEIRO DE MATTOS
OLIVEIRA
Dados: 2021.06.16 18:25:05
-03'00'



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Coordenação de Projetos,

Retorno o presente expediente com proposta do estudo solicitado em anexo, para ciência, análise e deliberações.

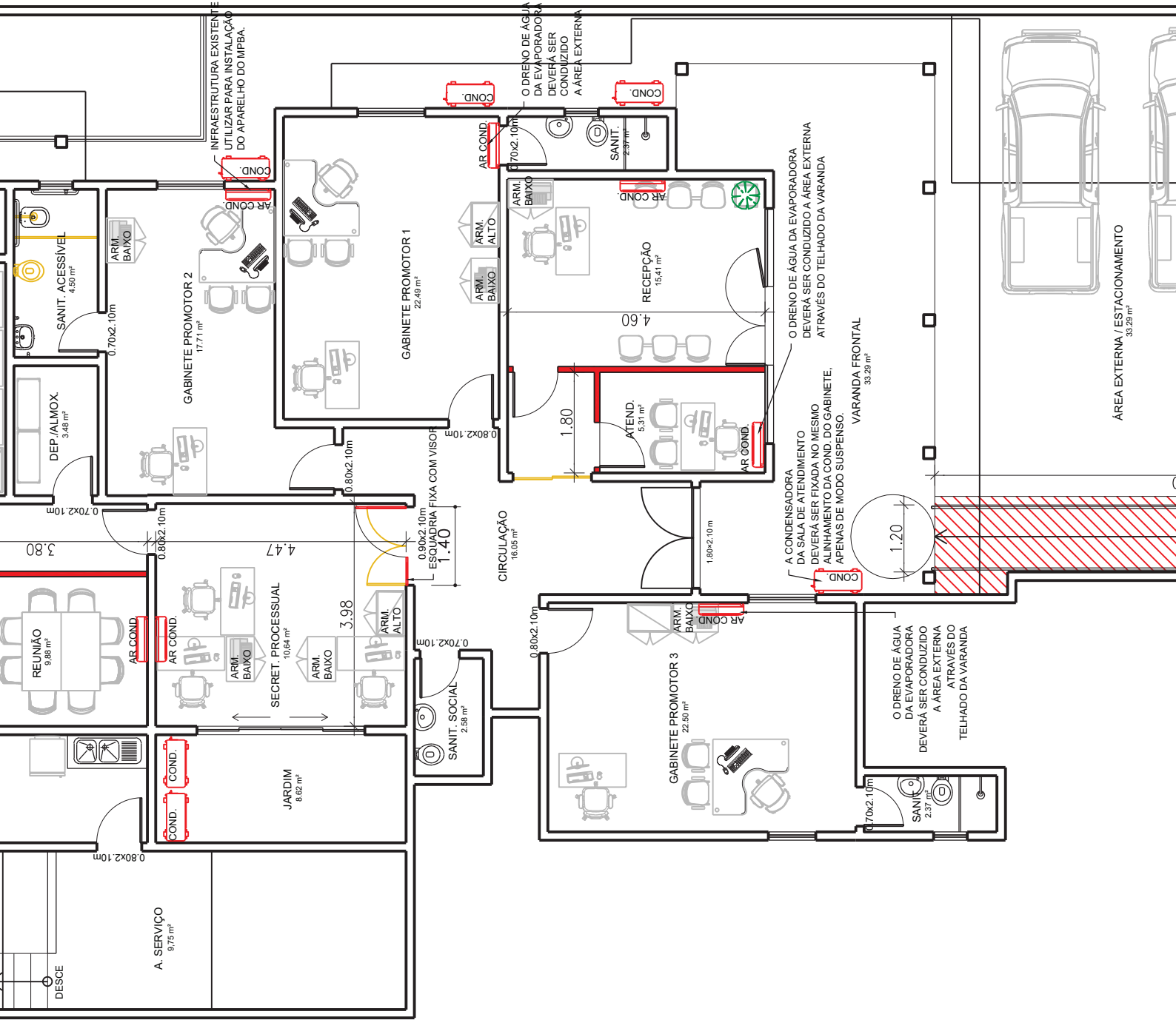
Atenciosamente,



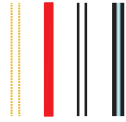
Documento assinado eletronicamente por **Maria Teresa Medrado Borges Netto** em 25/20/21, às 14h47, conforme artº 1º, I, da Lei nº 9.790/2019, em 6/12/25º



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0152587** e o código CRC **13C2D9E0**



ELEMEN
ELEMEN
ELEMEN
VISOR



1. TODAS AS COTAS
2. AS MEDIDAS DE
3. EM CASO DE DIV
4. PARA REALIZAÇÃ
5. IMPRESCINDÍVEL
6. INTERVENÇÃO, S
7. FORÇA DE TÉRM
8. AS DEMOLIÇÕES
9. CONFORMIDADE
10. O POSICIONAME
11. PROJETO, PORÉ
12. INSTALAÇÃO CO



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Ciente e de acordo com a revisão do estudo.

À Promotoria de Justiça de Nazaré,

Solicito manifestação da unidade interessada referente à revisão da proposta de adaptações, conforme anexo 0152585, para posterior confirmação e análise do prazo estimado para realização das reformas com o proponente.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Fernanda Araujo

Gerente
Coordenação de Projetos



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Araújo Quadros** em 19/19/2120, às 17:2f, conforme artº 0I, ººº, bLb da 4ei 00º 07/2116º



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0152793** e o código CRC **51E80CC5**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

1ª Promotoria de Justiça de Nazaré

OFÍCIO N. 054/2021 – 1ª PJN

Nazaré, 07 de julho de 2021

Ilustríssima Senhora
Fernanda Araújo
Analista Técnica
Coordenação de Projetos

Ref. Processo SEI 19.09.01754.0010577/2020-07

Ilustríssima Senhora,

Em atendimento à solicitação da Coordenação de Projetos, os Promotores de Justiça que assinam esta petição manifestam concordância com as alterações realizadas na proposta de adaptações apresentada, conforme anexo 0152585.

Atenciosamente,

LUCAS DA SILVA

Assinado de forma digital por
LUCAS DA SILVA

SANTANA:

SANTANA:
Dados: 2021.07.09 11:38:19
-03'00'

LUCAS DA SILVA VELLOSO SANTANA

Promotor de Justiça

CINTIA CAMPOS DA SILVA

SI

Assinado de forma digital por CINTIA CAMPOS DA
SILVA

Dados: 2021.07.09 03:46:47 -03'00'

CINTIA CAMPOS DA SILVA

LEANDRO RIBEIRO DE MATTOS OLIVEIRA

Promotor de Justiça

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAZARÉ

Praça Guiomar Muniz Pereira, nº 10, Conceição - Nazaré-BA
CEP: 44.400-000 Tel.: (75) 3636 2234 – E-mail: nazare@mpba.mp.br



DESPACHO

À Coordenação de Execução Orçamentária da DADM,

Informo que, após tratativas com a Promotoria de Justiça de Nazaré e com o corretor de imóveis Sr. Jackson Elmo Torres Cardoso referentes aos serviços necessários para adaptação do imóvel ao uso do MP-BA, restou alinhado que:

- Conforme documentos 0144882 e 0155251, a Promotoria de Justiça de Nazaré concorda com a escolha do imóvel autorizada pelo Comitê de Repactuação Orçamentária e concorda com as alterações propostas na revisão 01 do estudo (0152585);
- Conforme documentos 0164754, 0164757 e 0164758, o proprietário aprova a execução das intervenções propostas e se responsabilizará pela execução dos seguintes serviços:
 1. Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;
 2. Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;
 3. Reforma do sanitário da suíte 03 para torná-lo acessível a cadeirantes, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, em atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;
 4. Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória em gesso e colocação de novas portas;
 5. Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade;
 6. Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, ~~sem~~ retirada da bancada de mármore e armários;
 7. Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;
 8. Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;
 9. Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos;
- O proprietário demanda um prazo de 60 dias para conclusão das adequações sob sua responsabilidade e entrega do imóvel para sua efetiva utilização.

Sem mais, retorno o expediente e coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Fernanda Araujo

Gerente
Coordenação de Projetos



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Araújo Quadros** em 27/07/2021, às 19:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0157055** e o código CRC **809707D8**.

Re: Adaptações previstas para eventual utilização do imóvel - P. J. NAZARÉ

Jackson Torres <jacksontorres55@gmail.com>

Dom, 25/07/2021 19:54

Para: Fernanda de Araújo Quadros <fernanda.quadros@mpba.mp.br>

2 anexos (1 MB)

Proposta MP anuencia.pdf; FOTOS ILUSTRATIVAS ALGUNS SERVIÇOS.pdf;

Dr Fernanda

Apos analise junto com o proprietário, estamos encaminhando (anexo) a proposta dos serviços a serem realizados pelo proprietário, acompanhado com algumas fotos.

cordialmente,

Jackson Elmo Torres Cardoso

tel (075) 8173-0840 (clr)

(075) 9186-1415 (tim)

PAI, BENDITO é o nome do SENHOR, para TODO O SEMPRE!

Em seg., 12 de jul. de 2021 às 15:44, Fernanda de Araújo Quadros <fernanda.quadros@mpba.mp.br> escreveu:

Prezado Sr. Jackson Torres, boa tarde!

Após avaliação e estudo preliminar do imóvel localizado na RUA ALCIDES ANDRADE, nº 84 (TÉRREO), bairro MULUNGUS, município de Nazaré-BA, foram propostas algumas alterações arquitetônicas à edificação, originalmente residencial, para adequação ao eventual uso institucional do MP-BA.

Encaminhamos abaixo a relação de adaptações e/ou reformas recomendadas, conforme desenho técnico anexo, a serem realizadas no imóvel:

1. Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;
2. Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;
3. Reforma do sanitário da suíte 03 para torná-lo acessível a cadeirantes, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, em atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;
4. Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas;
5. Alteração das folhas de porta da entrada da Sala de Jantar para garantir acessibilidade;
6. Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória e colocação de nova porta;
7. Colocação de grades em todas as janelas e portas com fechamento em vidro voltadas para a área externa;
8. Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de seis equipamentos de ar-condicionado;
9. Adaptação de pontos de instalações elétricas, telefônicas e de rede para atendimento ao layout proposto de mobiliário;
10. Instalação de itens de segurança contra incêndio e pânico para AVCB.

Assim sendo, solicitamos a sua **análise e manifestação**, na qualidade de Corretor de Imóveis (CRECI 23.083F BA), responsável pela locação do imóvel de propriedade do Sr. KLEBER DE JESUS DA SILVA, CPF 437.893.235-00, acerca da **aprovação das intervenções propostas, elencando quais dos serviços listados acima poderão ser realizados pelo proponente locador, bem como o prazo total necessário para a conclusão das adequações e entrega do imóvel para sua efetiva utilização.**

Estamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários.
Favor, confirmar recebimento.

Atenciosamente,

Fernanda de Araujo Quadros

Arquiteta | Analista Técnico

Gerente | Coordenação de Projetos

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel 71 3103 0191 | Tel 71 3103 0192



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

Ao

Ministério Público do Estado da Bahia

Dra Fernanda Araújo

Salvador-Ba

Prezada Arquiteta,

Analizamos, junto com o proprietário, as adequações/alterações proposta por esse departamento de Engenharia, do Ministério Público do Estado da Bahia, ao imóvel em questão, localizado no município de Nazaré, na Rua Alcides Andrade, 84 Mulungus. Após sanarmos algumas dúvidas, através de Vídeo conferencia com V. Sa e verificando os custos, vimos através deste, propor realização de alguns serviços abaixo descritos, por item listado na planilha de Engenharia e Planta do MP, a seguir:

SERVIÇO POR ÍTEM DESCRITO PELO DEPARTAMENTO ENGENHARIA MP :

- 1- Execução pelo proprietário
- 2- Execução pelo proprietário
- 3- Execução pelo proprietário
- 4- Execução pelo proprietário (Divisória em gesso, com instalação porta)
- 5- Execução pelo proprietário (Colocação de folha porta única)
- 6- Execução pelo proprietário (divisão do ambiente em gesso, com colocação de porta, **SEM** retirada da bancada de mármore e armários que poderão servir ao MP, como arquivo. (moveis de alto custo)
- 7- Execução pelo proprietário: (Colocação de grades, nos pontos considerados vulneráveis (conforme proposto), apenas **(basculantes) identificados fotos anexas.**

Locais identificadas planta:

Gabinete1 (janela já gradeada) (SÓ sanitário)
Gabinete2 (janela já gradeada) (SÓ sanitário)
Gabinete 3 + sanitário
Cozinha
Sala dos estagiários + sanitário

OUTROSSIM, SALIENTAMOS, CASO O MP deseje gradear outros pontos que se façam necessários, por SUA CONTA, fica desde já autorizado. (achamos desnecessários, por ser portas e janelas de madeira maciça e algumas já existem grade de proteção.



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

- 8- Execução pelo proprietário (infraestrutura para instalação de 08 ar condicionados.)
Porém, necessária informação potencia dos equipamentos, para substituição de cabo energia elétrica de alimentação dos mesmos. Obs: Não nos responsabilizamos pela instalação e manutenção equipamentos
- 9- NÃO realizaremos, apesar de que, praticamente todos os móveis alocados, tem ponto de energia elétrica em sua proximidade.
- 10- NÃO realizaremos.

Obs: mesmo **não listado**, o proprietário executará, a ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3, para 0,80cm, seguindo os padrões exigidos.

Os serviços acima mencionados, serão iniciados, após assinatura e publicação do contrato ou outro documento que o substitua, nos termos de garantia da locação e execução dos serviços.

A execução, será acompanhada pelo corpo técnico do MP, com prazo máximo de 60 dias, incluindo pintura total do imóvel.

Nazaré-Ba., 23 de julho de 2021

Jackson Elmo Torres Cardoso
Corretor Imoveis – Creci 23.083F BA



Figura 1 GABINETE 3 - COLOCAÇÃO GRADE



Figura 2 RETIRADA FOLHA DE PORTA (ACESSO RECEPÇÃO)



Figura 3 GABINETE 3 (sanitário) (INSTALAÇÃO GRADE) BASCULANTE - AREA VUNERAVEL



Figura 4 INSTALAÇÃO FOLHA PORTA (SECRETARIA PROCESSUAL)



Figura 5 GABINETE 1 (SANITÁRIO) INSTALAÇÃO GRADE - BASCULANTE - ÁREA VUNERÁVEL



Figura 6 COZINHA - INSTALAÇÃO GRADE BASCULANTE - AREA VUNERÁVEL



Figura 7 SALA ESTAGIÁRIOS - INSTALAÇÃO GRADE BASCULANTE - ÁREA VUNERÁVEL



Figura 8 SALA ESTAGIÁRIOS BASCULANTE SANITÁRIO, INSTALAÇÃO GRADE, ÁREA VUNERÁVEL



Figura 9 GABINETE 2 - SANITÁRIO- INSTALAÇÃO GRADE - BASCULANTE - ÁREA VUNERÁVEL



Figura 10 GABINETE 3 - ADEQUAÇÃO PORTA ACESSO, PARA 0,80CM

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

2000 - Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo

Código da Unidade Orçamentária:

40.101

Código da Unidade Gestora:

0003

Saldo Orçamentário:

922.056,00

Natureza da Despesa:

33.90.36.00

Responsável pela Informação:

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

Responsável pela Unidade Gestora:

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

28/2021-DADM



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 27/07/2021, às 21:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0164803** e o código CRC **E785D736**.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré, localizado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré - Ba, perfazendo área construída de aproximadamente 608,79 m².

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAR:

2.1 A locação visa atendimento de demanda da Promotoria de Justiça Nazaré-BA.

2.2 O serviço será prestado pelo Sr. Kleber de Jesus da Silva, por meio do qual o Ministério Público do Estado da Bahia determina as condições de execução dos serviços, as especificidades, bem como os seus prazos, tudo para garantir a plena prestação dos serviços contratados.

2.3. Ressalte-se que a necessidade de mudança do imóvel ora locado, situado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré - Ba, decorre de solicitação da promotoria, a qual pleiteia melhores condições físicas para atendimento ao público da localidade, a exemplo de rampas e estrutura física para locomoção de cadeirantes, bem como melhores condições de trabalho para os membros e servidores.

3. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação será efetuada mediante dispensa de licitação, com base no art. 59, Inciso VII, da Lei Estadual nº 9433/2005 e na Lei Federal nº 8.245/1991.

4. DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO LOCADOR

4.1 A escolha do Imóvel decorreu da localização e bom estado de conservação com base no relatório elaborado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura - DEA e Laudo de Avaliação Imobiliário.

4.2 O **Locador** Será O Sr Kleber De Jesus Da Silva, CPF Nº 437.893.235-00, Residente E Domiciliado À Rua Alcides Andrade,84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazare - Ba.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO



5.1 Observa-se que atualmente as Promotorias de Justiça de Nazaré localizam-se em imóvel locado e encontram-se com limitações em relação a espaço físico para abrigar de maneira uniforme todas as unidades daquele órgão ministerial. Não obstante, cumpre destacar que os preços praticados na presente contratação se encontram na média do mercado, tendo em vista laudo de avaliação do imóvel consoante documentos anexos, o que justifica o preço.

6. DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

6.1 O valor mensal para esta contratação é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) da locação e mais R\$ 1.000,00 (mil reais) da manutenção do imóvel, no total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e anual de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), e para o período de 05 (cinco) anos R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR PARA 5 ANOS
Locação de Imóvel	01	R\$ 4.000,00	48.000,00	240.000,00

7. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

7.1 A presente contratação será formalizada através da elaboração de instrumento contratual, com vigência de 05 (cinco) anos.

8. DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

8.1 A utilização do imóvel ocorrerá diariamente, no horário compreendido e determinado pela Promotoria, no seguinte endereço:

Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré – Ba

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	03.122.503.2000	9900	100	33.90.36



10. DA VIGÊNCIA:

10.1 A contratação terá a vigência de 05 (cinco) anos, a começar em 10 agosto de 2021 e a terminar em 09 de agosto de 2026, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante Termo Aditivo.

10.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR (A) deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RETENÇÃO DE TRIBUTOS

11.1 Os pagamentos mensais relativos ao objeto deste Contrato serão efetuados mediante apresentação de nota de aluguel pelo(s) LOCADOR(ES), acompanhada da documentação relacionada no **item 11.1.2**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

11.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura/nota de aluguel pelo(s) LOCADOR(ES) em determinado mês, poder-se-á, a critério do LOCATÁRIO, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão;

11.1.2 O(s) LOCADOR(ES) deverá apresentar, para fins de faturamento mensal, as seguintes certidões de regularidade:

- a) Perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, válido;
- b) Perante a Fazenda Nacional e o INSS, mediante apresentação de certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a inscrições em Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), válida;
- c) Perante a Fazenda Pública do Estado da Bahia, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, válida;



d) Perante a Fazenda Pública do Município de Salvador, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal respectiva, válida;

e) Perante o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, de modo a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, válida.

11.1.3 Mensalmente, havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data da documentação, aquela na qual ocorreu a respectiva regularização;

11.1.4 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação, o cômputo dos dias devidos pelo LOCATÁRIO será **iniciado em 10 de outubro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel e sejam finalizadas todas as adaptações a cargo dos LOCADOR(ES).

11.1.5 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(s) LOCADOR(ES), somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o LOCATÁRIO atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

11.2 O LOCATÁRIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

11.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicada pelo (s) LOCADOR (ES), preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado;

11.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo LOCATÁRIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV *pro rata temporis*, ressalvado o quanto disposto no item 11.1.3;

11.4.1 Não serão considerados, para efeito de caracterização de mora imputável ao LOCATÁRIO, eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, uma vez decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força do bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo LOCATÁRIO.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

12. O LOCADOR obriga-se a:

12.1 Entregar ao **LOCATÁRIO** em um prazo estimado de 60 (sessenta) dias, o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

12.1.1 Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;

12.1.2 Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;

12.1.3 Reforma do sanitário da suíte 03 para torná-lo acessível a cadeirantes, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, em atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;

12.1.4 Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória em gesso e colocação de novas portas;

12.1.5 Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade;

12.1.6 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;

12.1.7 Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;

12.1.8 Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;



12.1.9 Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos.

12.2 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;

12.3 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente;

12.4 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas;

12.5 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;

12.6 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

12.7 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

12.8 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

12.9 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por eles efetuados;

12.10 Fornecer, ao **LOCATÁRIO**, recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica.

12.11 Apresentar certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;



12.12 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO:

13. O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

13.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no item 12.1 deste Termo de Referência;

13.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**;

13.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto;

13.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

13.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

13.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

13.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

13.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

13.9 Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste contrato;

14. TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES



14.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

14.2 Na hipótese de alienação do imóvel, o **LOCADOR** deverá fazer constar na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância do que fora pactuado neste instrumento;

14.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

15. DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

15.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais.

15.1.1 Os meses de início e término, utilizados como referência para o cálculo da variação do índice IGPM-FGV, são:

Mês de Início: outubro

Mês de Término: setembro

15.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes podem acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM- FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado;

15.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

15.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

15.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, por interesse do(s) LOCADOR(ES), dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo



LOCATÁRIO, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

15.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

16. DA EXTINÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO

16.1 O Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoronamento, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o LOCATÁRIO.

16.2 Durante o prazo estipulado para a duração do Contrato, não poderá a LOCADORA reaver o imóvel alugado. O LOCATÁRIO, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação à LOCADORA com o mínimo de 02 (dois) meses de antecedência.

17. DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

17.1 Integram o presente Contrato como se nele estivessem transcritos todos os documentos do procedimento de **Dispensa de Licitação nº. 28/2021** e seus anexos.

18. SALDO ORÇAMENTÁRIO

18.1 O saldo orçamentário cedido disponível na PAOE 2000, Elemento de Despesa 33.90.36 é de R\$ 922.056,00 (novecentos e vinte e dois mil e cinquenta e seis reais), suficientes para atender a demanda do objeto contratual, visto que a previsão de início de pagamento do aluguel é a partir de **outubro/2021**, ficando as demais parcelas custeadas com os recursos orçamentários dos exercícios subsequentes.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1 O **LOCATÁRIO** designa os servidores abaixo relacionados como fiscal e suplente:

FISCAL:	Manoel	Souza	das	Neves
MATRÍCULA:	352.420			



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

SUPLENTE: Jade Ferraz Barbosa Pereira
MATRÍCULA: 354.870

Salvador, 28 de julho de 2021.

Michela Cordeiro de Araújo

Gerente

Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL,

Encaminha-se para elaboração do Instrumento Contratual, conforme documentos 0047834, 0061416, 0118170 e 0165355.

Objeto: Locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré.

Segue informações orçamentárias atualizadas:

PAOE: 2000 - Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo

Unidade Orçamentária: 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência

Unidade Gestora: 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público

Região/Fonte: 9900- Estado/0100 - Destinação

Elemento de despesa: 33.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Saldo de dotação:

Cedido: R\$ 922.056,00



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 28/07/2021, às 16:10, conforme artf 1.º, III, da Lei 11.191/2006



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://seisistemasfmp.afmpf.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0165365** e o código CRC **3F02EA32f**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o procedimento para a Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa, acompanhado de minuta de contrato elaborada por esta unidade.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 13/30/5352, às 257 : , conforme art. 2º, III, "b", da Lei 22.429/5336.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3 informando o código verificador **0166484** e o código CRC **5A37BDE4**.



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E KLEBER DE JESUS DA SILVA, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº XXX/2021- SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o número 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **KLEBER DE JESUS DA SILVA**, inscrito no CPF sob o número [REDACTED], brasileiro, residente e domiciliado à Rua Alcides Andrade, 84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazaré/Ba, doravante denominado **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 19.09.01754.0010577/2020-07, relativo à Dispensa de Licitação nº 028/2021-DADM, com fundamento nas disposições da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, especialmente no artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com suas alterações posteriores, celebram o presente de **CONTRATO DE LOCAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, situado à localizado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré/Ba, objeto da matrícula nº 5655 do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Nazaré/BA, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça do referido Município.

1.2 O objeto de locação deste contrato possui, atualmente, área construída de aproximadamente 608,79 m².

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presente contrato é formalizado com fundamento no art. 59, inciso VII, Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, o qual autoriza a dispensa de licitação para a "locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação

prévia”.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

O **LOCADOR** obriga-se a:

3.1 Entregar ao **LOCATÁRIO**, em um prazo estimado de 60 (sessenta) dias, o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

3.1.1 Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;

3.1.2 Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;

3.1.3 Reforma do sanitário da suíte 03 para torná-lo acessível a cadeirantes, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, em atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;

3.1.4 Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória em gesso e colocação de novas portas;

3.1.5 Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade;

3.1.6 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;

3.1.7 Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;

3.1.8 Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;

3.1.9 Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos.

3.2 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;

3.3 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente;

3.4 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas;

3.5 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;

3.6 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

3.7 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

3.8 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.9 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por ele efetuados;

3.10 Fornecer ao **LOCATÁRIO** recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;

3.11 Apresentar certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

3.12 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

4.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no item 3.1 deste instrumento;

4.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**;

4.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa



de esgoto;

4.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

4.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

4.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

4.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

4.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

4.9. Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo R\$ 3.000,00 (três mil reais) relativo ao preço do aluguel mensal e R\$ 1.000,00 (mil reais) relativo à manutenção mensal do imóvel.

5.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente Contrato o valor anual de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e o valor global estimado para o período de 05 (cinco) anos de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR PARA 5 ANOS
Locação de Imóvel	01	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 240.000,00

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O pagamento mensal relativo ao objeto deste Contrato será efetuado mediante nota de aluguel apresentada pela **LOCADORA**, com indicação do mês sob referência, acompanhada da documentação relacionada no **item 6.1.2**, e será concluído no prazo de até 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

6.1.1 No caso de ausência de apresentação da nota de aluguel pela **LOCADORA** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

6.1.2 O(s) **LOCADOR(ES)** deverá apresentar, para fins de faturamento mensal, as seguintes certidões de regularidade:

a) Perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, válido;

b) Perante a Fazenda Nacional e o INSS, mediante apresentação de certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a inscrições em Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), válida;

c) Perante a Fazenda Pública do Estado da Bahia, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, válida;

d) Perante a Fazenda Pública do Município de Salvador, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal respectiva, válida;

e) Perante o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, de modo a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, válida.

6.1.3 Verificada qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta Cláusula, será considerada como data da apresentação da documentação necessária para o faturamento aquela na qual foi comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **LOCATÁRIO** pela pendência no pagamento.

6.1.4 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação pelo **LOCATÁRIO**, o marco inicial para exigibilidade do correspondente aluguel pela **LOCADORA** será o dia **10 de outubro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel e estejam finalizadas todas as adaptações a cargo do **LOCADOR**.

6.1.5 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(s) **LOCADOR(ES)**, somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o **LOCATÁRIO** atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

6.2 O LOCATÁRIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta e agência indicada pela **LOCADORA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

6.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **LOCADORA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, inclusive no que diz respeito ao quanto disposto no **item 6.1.3**, a atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO** será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV *pro rata temporis*.

6.4.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **LOCATÁRIO**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**.

6.5 O **LOCATÁRIO** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **LOCADORA**, que porventura não tenha sido acordada neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gest ora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	03.122.503.200 0	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A contratação terá a vigência de 05 (cinco) anos, a começar em 10 de agosto de 2021 e a terminar em 09 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante celebração de Termo Aditivo.

8.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o **LOCADOR** deverá enviar comunicação escrita ao **LOCATÁRIO** com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do art. 8º, inciso XXV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses a partir do primeiro mês de pagamento efetuado em razão deste contrato, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais, e ainda:

9.1.1 Utilizar-se-á, como referência para o cálculo da variação do índice IGPM/FGV, 12 (doze) meses de transcurso da vigência contratual, contados a partir do primeiro mês de exigibilidade de pagamento, nos termos do **item 6.1.4**, conforme a seguir definido:

9.1.1.1 Mês de início: outubro

9.1.1.2 Mês de término: setembro

9.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM/FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado.

9.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de Termo Aditivo.

9.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

9.2 A revisão de preços nos termos do art. 8º, XXVI, da Lei Estadual nº 9.433/2005, por interesse do **LOCADOR**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

9.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

10.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

10.2 Na hipótese de alienação do imóvel, permanecerão em vigor todos os termos e efeitos do presente Contrato. Ademais, deverá o **LOCADOR** fazer constar, em eventual contrato de promessa de compra e venda e na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância de todos os termos pactuados neste instrumento.

10.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o

presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do Contrato.

11.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **LOCADOR** das responsabilidades determinadas neste Contrato.

11.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoração, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **LOCATÁRIO**.

12.2 Durante o prazo estipulado para a duração do Contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 02 (dois) meses de antecedência.

12.3 A locação também poderá ser desfeita:

12.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

12.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

12.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos por culpa do **LOCATÁRIO**, o qual deverá responder pela mora e/ou prejuízos decorrentes, ressalvado o quanto disposto no **item 6.1.2**.

12.3.3.1 Esta disposição não se aplica à hipótese de ausência de pagamento por culpa do **LOCADOR**, observado o quanto disposto no **item 6.1 e seus subitens**.

12.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

13.1 Nas hipóteses de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o **LOCATÁRIO** tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o **LOCADOR** dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca.

13.1.1 A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente.

13.2 O direito de preferência do **LOCATÁRIO** caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias.

13.2.1 Ocorrendo aceitação da proposta, pelo **LOCATÁRIO**, a posterior desistência do negócio pelo **LOCADOR** acarreta a esta responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes.

13.3 O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.

13.4 O **LOCATÁRIO** preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de 06 (seis) meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o Contrato de Locação esteja averbado pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel.

13.4.1 A averbação far-se-á à vista de qualquer das vias do contrato de locação desde que subscrito também por 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

14.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

14.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

14.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que ao **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste Instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR** ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

17.2 A inadimplência do **LOCADOR** com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

17.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº 8.245/1991 e a Lei Estadual nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste Contrato, em especial os casos omissos.

17.4 Não caracterizarão novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

LOCADOR
KLEBER DE JESUS DA SILVA
Proprietário do Imóvel

LOCATÁRIO
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA Frederico Wellington Silveira
Soares**

Superintendente de Gestão Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Procedimento nº.:	19.09.01754.0010577/2020-07
Interessado(a):	PJ Nazaré
Espécie:	Dispensa de licitação

Analisando o expediente, não ficou claro para esta Assessoria Técnico-Jurídica a justificativa do preço. De acordo com o Termo de Referência e a cláusula quinta da minuta contratual, o valor mensal será de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de aluguel, mais R\$ 1.000,00 (mil reais) a título de manutenção mensal do imóvel.

No que concerne à manutenção mensal do imóvel, trata-se da indenização pela realização das adaptações por parte do locador? Em caso positivo, a amortização dessa dívida ocorreria em qual mês?

A manutenção mensal do imóvel diz respeito às despesas do imóvel (água, energia elétrica, etc)? Em caso positivo, considerando a natureza de tais despesas, poderia haver meses em que o valor fosse maior que o estipulado contratualmente (em benefício da Administração) e outros meses em que o valor fosse menor que o estipulado contratualmente (em prejuízo da Administração). Nesse caso, nos parece mais adequado que fosse estipulado um valor único a título de aluguel, destacando-se na minuta contratual que o locador ficaria responsável pelas despesas do imóvel.

Encaminhe-se à Unidade que elaborou o Termo de Referência para resposta às indagações. Em seguida, retorne-se, para exame e parecer.

Salvador, 03 de Agosto de 2021.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora/SGA

Matrícula nº. 351.869

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 03/05/2021, às 18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.819/2004.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 08/05/2021, às 09:62, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.819/2004.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0167931** e o código CRC **683ED86D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retorna-se à ASTEC,

O valor de manutenção conforme **documento 0120322** se refere aos itens abaixo:

* Monitoramento eletrônico de segurança e cerca elétrica (mensal).

Incluindo também manutenções eventuais caso seja necessário e solicitado pelo MP-BA durante a vigência do contrato de locação, conforme **documento 0118176**, excluindo os itens de adaptações no imóvel solicitadas pelo MP-BA, segue abaixo:

- * Manutenção com pintura, interna e externa do imóvel, incluindo revestimento e pintura de portas e janelas;
- * Manutenção e Instalação de rede de computadores;
- * Manutenção instalações elétricas e hidráulicas, incluindo troca de lâmpadas queimadas.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 04/08/2021, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0169253** e o código CRC **0B8793E0**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Procedimento nº.:	19.09.01754.0010577/2020-07
Interessado(a):	PJ Nazaré
Espécie:	Dispensa de licitação

De ordem, considerando reunião ocorrida no dia 05/08/2021 entre esta ATJ e a DADM, retorne-se à DADM-CEOA para as adequações necessárias. Em seguida, retorne-se, para exame e parecer.

Salvador, 05 de Agosto de 2021.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora/SGA

Matrícula nº. 351.869

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 25/08/2021, às 14h12min, em 19.09.01754.0010577/2020-07, fl. 9/1226f



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0169311** e o código CRC **52598970f**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Esclarecimentos aos despachos 0167931 e 0169311

Para ajustes da Locação do imóvel para sediar a Promotoria de Justiça de Nazaré-Ba, conforme despachos 0120322, 0125561 e 0126249, houve entendimento junto ao proprietário do imóvel Sr Kleber de Jesus da Silva e o corretor responsável Sr Jackson Torres, que conforme negociação houve erro na emissão do Laudo de Avaliação inicial do imóvel no valor real de mercado, diante disso, o mesmo foi alterado conforme documento nº 0175481.

Foi anexado ao processo **Termo de Referência** doc 0175498 com as informações atualizadas.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 03/52/1510, às 038 2, conforme artf 0., 1º, da Lei 00109/1556f



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://seisistemasfmp.afmpf.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_verificar&id_orgao_acesso_externo=5 informando o código verificador **0174847** e o código CRC **1D202301f**



Jackson Torres

IMÓVEIS

CRECI - 23083-BA

À

Divisão Administrativa Ministério Público da Bahia
Salvador-Ba

Declaro para fins de contrato que, o valor MENSAL de R\$ 4.000,00(QUATRO MIL REAIS), já acordado com essa Divisão onde o LOCADOR assume a manutenção, descrita anteriormente, no Imóvel localizado na Rua Alcides Andrade, 84, Bairro Mulungu, município de Nazaré, Estado da Bahia, o qual RATIFICAMOS.

Valor mensal Proposto, do imóvel é de R\$4.000,00 (quatro mil reais)

Período – 05 anos ou 60 meses, podendo renovar por igual período.,

Manutenção periódica proposta:

Manutenção com pintura, interna e externa do imóvel, incluindo pintura de portas e janelas, pintura dos muros laterais, pintura do piso do estacionamento e acesso de pedestres, pintura da escada externa que dá acesso ao piso inferior ao fundo do imóvel (área externa). Saliento que tais manutenções serão feitas quando necessário, independente da solicitação do MP.

Manutenção instalações elétricas e hidráulicas, incluindo troca lâmpadas queimadas, (quando necessário.)

Manutenção de cerca elétrica (quando necessário);

Enfim, manutenção instalações físicas do prédio, no que diz respeito ao desgaste pelo tempo e não pelo mal uso. Outrossim, esclareço que essa manutenção, não se aplica a aquisição de matérias de expediente e limpeza concernente ao funcionamento diário do MP.

Cordialmente,

Nazaré-Ba, 09 de agosto de 2021.

Jackson Elton Torres Cardoso
Corretor Creci 23.083F BA

Kleber de Jesus da Silva
Proprietário



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

LAUDO DE AVALIAÇÃO LOCATIVA

IMÓVEL DE USO RESIDENCIAL

Localização :

Rua Alcides Andrade, 84, Bairro Mulungus

CEP – 44.400-000

NAZARÉ-BAHIA

RESUMO

Térreo : Acesso e garagem coberto para 3 veículos e mais 01 sem cobertura, Hall de entrada, 2 salas, 4 suítes, 01 copa, 01 cozinha ampla e equipada, 01 dispensa, 01 lavabo, 01 jardim inverno acesso lateral externo.

Subsolo : 01 banheiro, 01 dispensa, 02 vãos abertos tipo sala, revestido em cerâmica

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

Solicitante : Ministério Público do Estado da Bahia

Departamento Patrimônio

Objeto: Imóvel localizado na Rua Alcides Andrade, 84, Bairro Mulungus, município de Nazaré, Bahia

Objetivo: Determinar do atual valor de locação.

Data Base; Abril de 2021

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo, determinar o justo valor de locação do imóvel residencial, localizado na rua Alcides Andrade, 84, bairro mulungus, município de Nazaré, Ba, atualmente desocupado e que será alvo de maiores detalhes adiante.

2- METODOLOGIA :

Para o objeto em pauta, sem dúvida o Método Comparativo Direto de Mercado, atrelado à experiência de corretor no mercado local/regional.

Tal método é definido pela NBR 14653-1, e 14.653-2 Avaliação de Bens e da ABTN – Associação Brasileira de Normas Técnicas

3- PRINCÍPIOS E RESSALVAS

3.1.O laudo foi elaborado com estrita observância dos postulados constantes do código de ética Profissional do COFECI – Conselho Federal dos Corretores de Imóveis.

3.2 O avaliador assume a responsabilidade sobre a meteria de avaliação.

3.3 Não foram efetuados investigações específicas no que concerne a defeito dos títulos, invasões, hipotecas, superposições de divisa e outros, por não integrarem ao objetivo desta avaliação.

3.4. No laudo de Avaliação apresentado, presume-se que as dimensões constantes das documentações oferecidas estão corretas e que o título de propriedade é bom, subentende-se que as informações fornecidas por terceiros são confiáveis.

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

3.5. Os honorários profissionais do avaliador, não estão de forma alguma relacionados à conclusão ou interferência deste Laudo.

3.6. Todas as opiniões, análise e conclusões emitidas neste laudo, foram baseadas nas informações colhidas através de pesquisas e levantamentos efetuados, admitindo-se como verdadeiras as informações prestadas por terceiros.

3.7. Partimos do princípio de que toda documentação apresentada encontra-se com informações corretas

3.8. Consideramos, para fins de avaliação, que o imóvel se encontra livre e desimpedido de quaisquer ônus, dívidas ou impedimentos judiciais ou extrajudiciais que possam influenciar, de algum modo, na posse e usufruto imediato do mesmo.

4- DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Trata-se de imóvel residencial térreo, localizado na área central, em forma de gleba, na rua Alcides Andrade, composta de: **TÉRREO:** dois acessos portão garagem automatizada e porta menor, estacionamento coberto para 03 veículos e 01 vaga sem cobertura, hall de entrada, aceso externo lateral, 02 salas visita, 01 jardim inverno, 01 lavabo, 04 suítes, 01 copa, 01 cozinha, 01 dispensa, 02 acessos para subsolo. **SUBSOLO:** pátio murado, 02 áreas abertas, tipo sala, 01 banheiro, 01 despensa, acesso ao reservatório de água, com capacidade 03 mil litros. **TODAS AS ÁREAS EM CONDIÇÕES DE USO.**

Pelas investigações, o imóvel possui cerca de 30 anos construção, passou por modificações e reformas de boa qualidade. Possui piso revestido em porcelanato em boa parte do imóvel, aparentando de boa qualidade, cobertura em laje, esquadrias com madeiras de boa qualidade. Janelas e venezianas madeiras, em todos os cômodos. Todos os sanitários com revestimento cerâmico piso e paredes, assim como cozinha e área serviço. Hidráulica aparenta em perfeito estado. Instalações elétricas apropriadas para receber ar condicionado. Reservatório de água, com capacidade aproximada 5 mil litros. Imóvel solto, cercada em muro. Garagem ampla, com capacidade para 04 veículos, sendo 3 com espaço na cobertura.

5- ÁREA DO IMÓVEL

Conforme informações obtidas na documentação e vistoria "in-loco", o imóvel possui uma área construída (térreo 495m² e subsolo 113,79) de **608,79 m²**

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840/Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

CRECI - 23063-BA

IMÓVEIS

6- TIPO OCUPAÇÃO CIRCUNVIZINHA

O Bairro Mulungus é um dos mais procurados para locação, por encontrar-se em área privilegiada, centralizada da cidade e ponto mais alto do nível do rio jaguaripe, que em alguns momentos de cheia, incomodam as casas ribeirinhas.

7- CARACTERISTICAS DA REGIÃO

O imóvel está localizado na Rua Alcides Andrade. É uma região residencial/comercial com mercados, lanchonetes, clínicas, e serviços essenciais. Fica em média 800m de prefeitura, bancos, casa lotérica, centro comercial, farmácia, clínicas, hospital.

Possui o logradouro, iluminação pública, rede esgoto de águas pluviais, distribuição de água, energia elétrica, telefonia, tv a cabo, internet, coleta de lixo regular, entrega postal etc.

8- DOCUMENTAÇÃO

Foi empregada a seguinte documentação para elaboração do presente laudo
Certidão negativa de Onus, emitida pelo CRI, matrícula 5655
Certidão negativa IPTU

9- AVALIAÇÃO FINAL

Entretanto dificultou a avaliação, a falta de imóveis no padrão do imóvel avaliado, dentro do município de Nazaré, disposto à locação

Com base em pesquisas de imóveis, com elementos e características comparáveis e por meio de tratamento técnico e ponderações dos seus atributos, utilizando o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado e aplicadas as devidas técnicas de homogeneização que permitem a determinação do valor, levando em consideração as diversas tendências e flutuações específicas do Mercado Imobiliário, a despeito de outros ramos da economia. Conclui-se o quanto segue, acerca do Valor de Mercado do Imóvel objeto deste Parecer Técnico Simplificado de Avaliação Locativa, chegando ao seguinte valor, para fins de locação:

R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) mensais.

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 91173-0840//Tel 75 99186-1415

Google Maps





Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

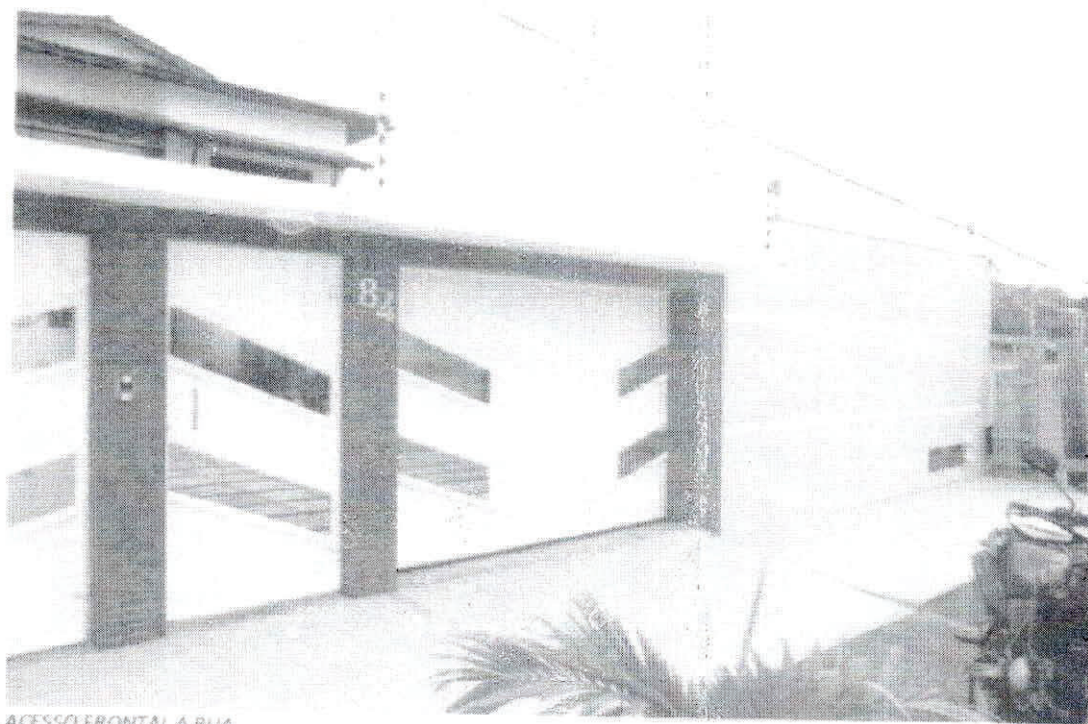


Figura 1 ACESSO FRONTAL A RUA

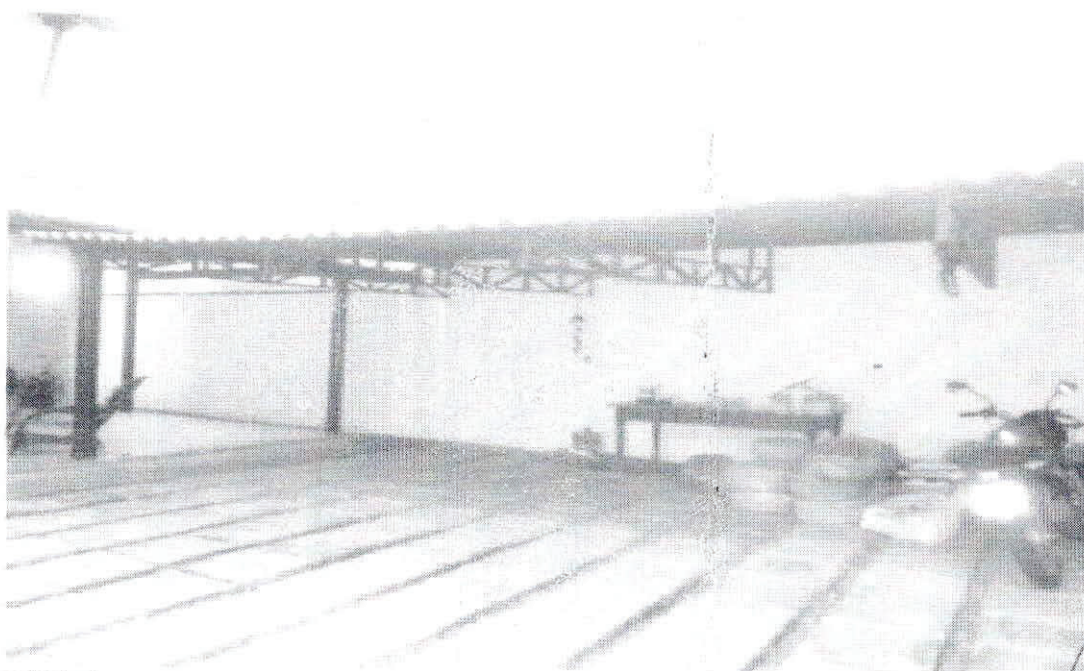


Figura 2 GARAGEM

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS



Figura 3 UMA DAS ENTRADAS SALA



Figura-4 1a ACESSO SALAS

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

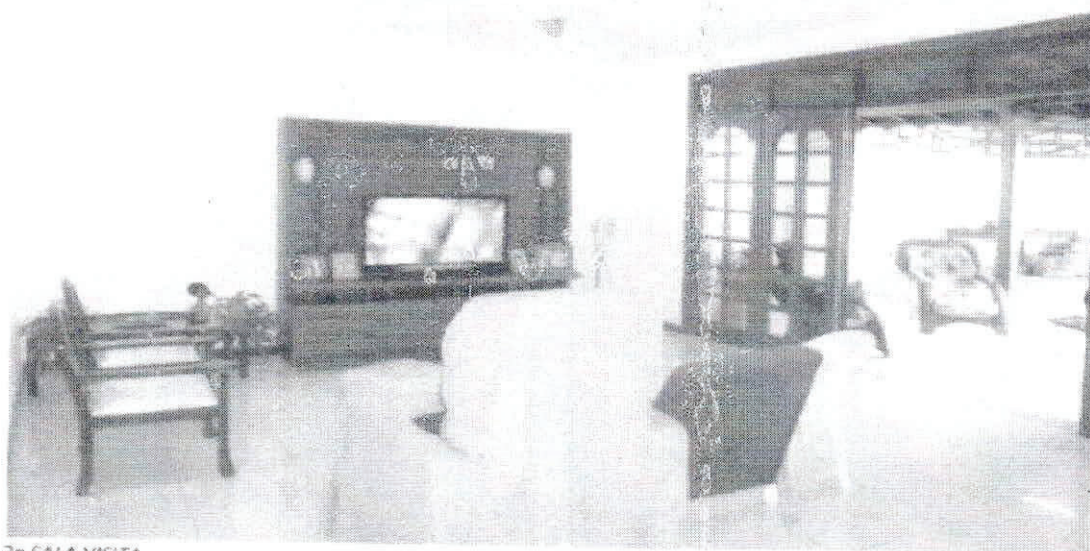


Figura 5: 2a SALA VISITA



Figura 6: UMA SUITE

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS



Figura 7 SALA JANTAR



Figura 8 LAVABO

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS



Figura 9: OUTRA SUÍTE

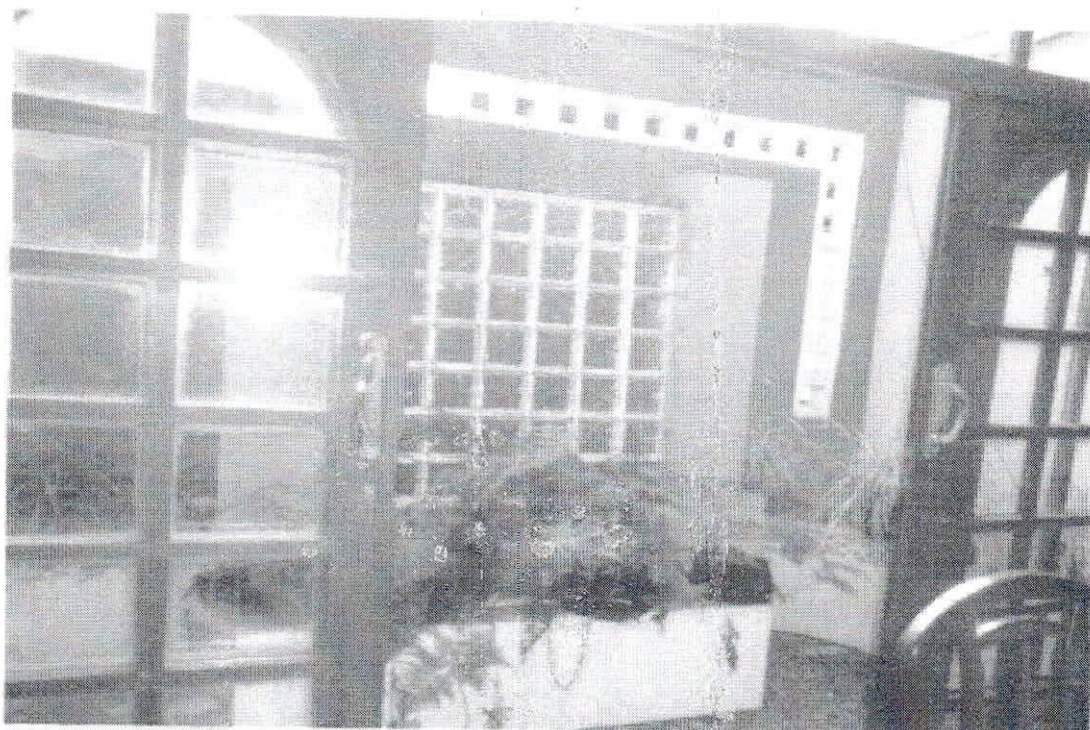


Figura 10: JARDIM DE INVERNO

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

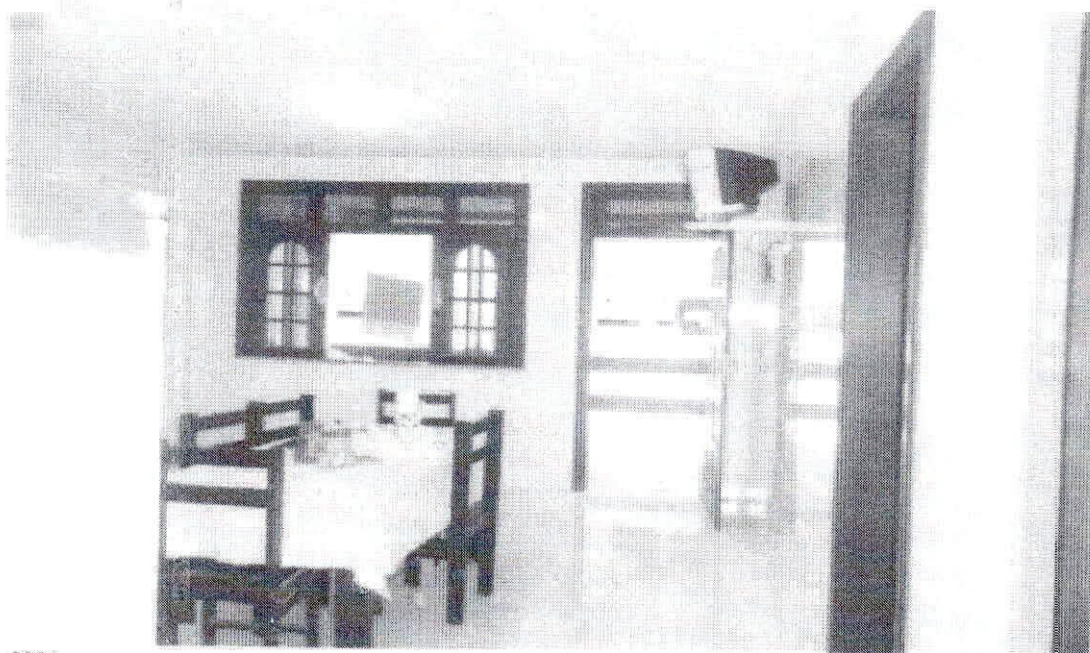


Figura 11 COPA

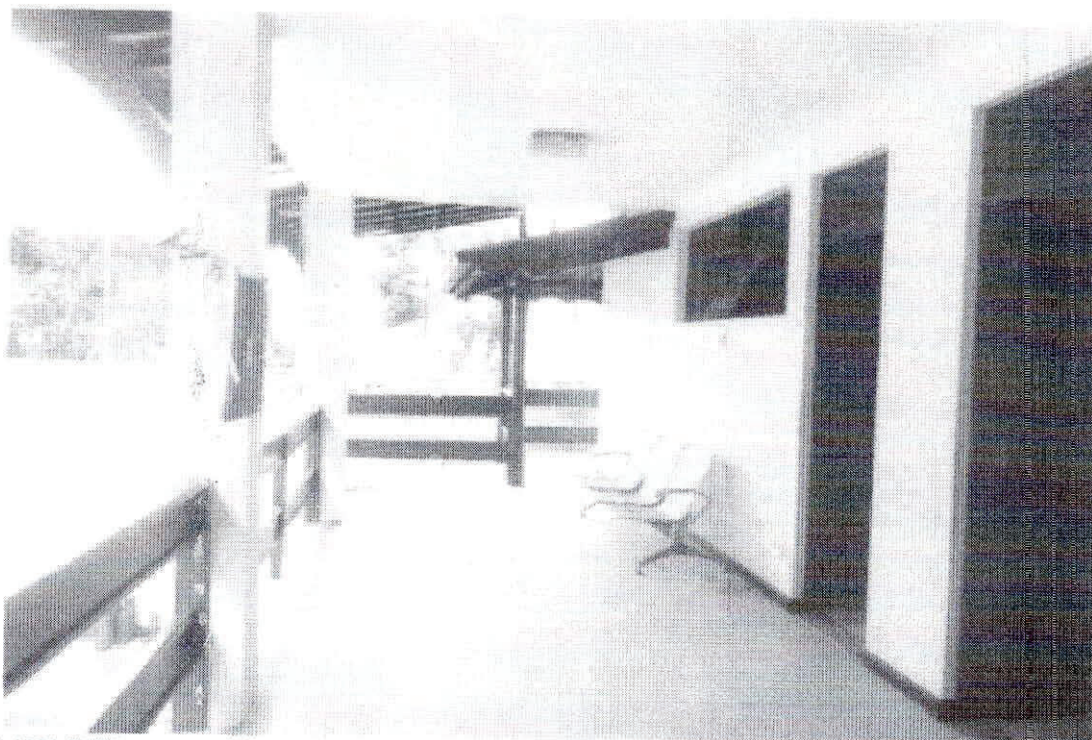


Figura 12 AREA EXTERNA FUNDO

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

SUBSOLO :



Figura 13 01 VÃO ABERTO E COBERTO



Figura 14 PATIO E ACESSO AO VÃO (MURADO)

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



Jackson Torres

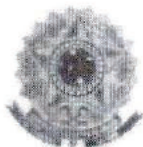
CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS



Figura 15. RESERVATÓRIO 3 MIL LITROS ÁGUA

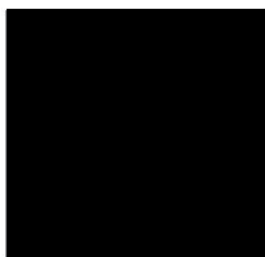
Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 9ª REGIÃO / BA
CRECI 9ª REGIÃO / BA
CERTIDÃO DE REGULARIDADE

CERTIDÃO EMITIDA EM:
20/04/2021 ÀS 14:28:06

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 1BCSQ7



IMPRIMIR

ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA POR 30 DIAS -> ATÉ 20/05/2021

Certificamos, para os fins que se fizerem necessários, que o(a) Corretor(a) de Imóveis/Empresa Imobiliária **JACKSON ELMO TORRES CARDOSO** - registrado com o nome fantasia: **JACKSON TORRES**, encontra-se devidamente inscrito(a) nesta Entidade sob o Nº **23083**, desde **11/12/2018**, ESTANDO COM SEU REGISTRO ATIVO, APTO(A) PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA JURISDIÇÃO DO BAHIA conforme faculta a Lei 6.530/78 c/c o Decreto Lei 81.871/78 e as Resoluções do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI.

Fica ressalvado o direito do **CRECI 9ª REGIÃO / BA** de suspender ou cancelar qualquer inscrição, por requerimento do(a) interessado(a), por falecimento, ou em decorrência de aplicação penalidade administrativa.

Se os dados da Certidão de Regularidade não forem compatíveis com os dados do corretor(a) de imóveis, faça uma denúncia em nossa ouvidoria pelo telefone (71)3444-1450 ou pelo nosso site <http://www.creciba.gov.br>.

A certidão detalhada poderá ser solicitada na sede e postos avançados do CRECI 9ª REGIÃO / BA.

SEDE:

AV. DOM JOAO VI, 289 - BROTAS - SALVADOR - BA - CEP: 40290000

Telefone: (71)3444-1450 Fax: (71)3444-1479



Jackson Torres

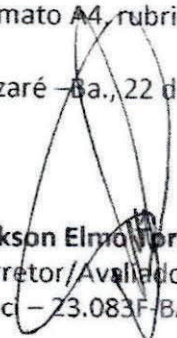
CRECI - 23083-BA

IMÓVEIS

ENCERRAMENTO

Damos por encerrado o presente LAUDO em 16 (DEZESSEIS) folhas de papel formato A4, rubricadas e assinadas , incluindo anexos.

Nazaré -Ba., 22 de abril de 2021


Jackson Elmo Torres Cardoso
Corretor/Avaliador de Imóveis
Creci - 23.083F-BA

Rua Padre Antunes, 20 Bairro Centro, Nazaré-Ba
Tel/zaap (75) 98173-0840//Tel 75 99186-1415

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré, localizado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré - Ba, perfazendo área construída de aproximadamente 608,79 m².

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAR:

2.1 A locação visa atendimento de demanda da Promotoria de Justiça Nazaré-BA.

2.2 O serviço será prestado pelo Sr. Kleber de Jesus da Silva, por meio do qual o Ministério Público do Estado da Bahia determina as condições de execução dos serviços, as especificidades, bem como os seus prazos, tudo para garantir a plena prestação dos serviços contratados.

2.3. Ressalte-se que a necessidade de mudança do imóvel ora locado, situado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré - Ba, decorre de solicitação da promotoria, a qual pleiteia melhores condições físicas para atendimento ao público da localidade, a exemplo de rampas e estrutura física para locomoção de cadeirantes, bem como melhores condições de trabalho para os membros e servidores.

3. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação será efetuada mediante dispensa de licitação, com base no art. 59, Inciso VII, da Lei Estadual nº 9433/2005 e na Lei Federal nº 8.245/1991.

4. DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO LOCADOR

4.1 A escolha do Imóvel decorreu da localização e bom estado de conservação com base no relatório elaborado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura - DEA e Laudo de Avaliação Imobiliário.



4.2 O **Locador** Será O Sr Kleber De Jesus Da Silva, CPF Nº [REDACTED], Residente E Domiciliado À Rua Alcides Andrade,84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazaré - Ba.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

5.1 Observa-se que atualmente as Promotorias de Justiça de Nazaré localizam-se em imóvel locado e encontram-se com limitações em relação a espaço físico para abrigar de maneira uniforme todas as unidades daquele órgão ministerial. Não obstante, cumpre destacar que os preços praticados na presente contratação se encontram na média do mercado, tendo em vista laudo de avaliação do imóvel consoante documentos anexos, o que justifica o preço.

6. DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

6.1 O valor mensal para esta contratação é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais e anual de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), e para o período de 05 (cinco) anos R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR PARA 5 ANOS
Locação de Imóvel	01	R\$ 4.000,00	48.000,00	240.000,00

7. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

7.1 A presente contratação será formalizada através da elaboração de instrumento contratual, com vigência de 05 (cinco) anos.

8. DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

8.1 A utilização do imóvel ocorrerá diariamente, no horário compreendido e determinado pela Promotoria, no seguinte endereço:

Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré – Ba

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Unidade Orçamentária/G estora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	03.122.503.2000	9900	100	33.90.36

10. DA VIGÊNCIA:

10.1 A contratação terá a vigência de 05 (cinco) anos, a começar em 20 agosto de 2021 e a terminar em 19 de agosto de 2026, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante Termo Aditivo.

10.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR (A) deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RETENÇÃO DE TRIBUTOS

11.1 Os pagamentos mensais relativos ao objeto deste Contrato serão efetuados mediante apresentação de nota de aluguel pelo(s) LOCADOR(ES), acompanhada da documentação relacionada no **item 11.1.2**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

11.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura/nota de aluguel pelo(s) LOCADOR(ES) em determinado mês, poder-se-á, a critério do LOCATÁRIO, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão;

11.1.2 Mensalmente, havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data da documentação, aquela na qual ocorreu a respectiva regularização;

11.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação, o cômputo dos dias devidos pelo LOCATÁRIO será **iniciado em 20 de outubro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel e sejam finalizadas todas as adaptações a cargo dos LOCADOR(ES).

11.1.4 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(ôs) LOCADOR(ES), somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o LOCATÁRIO atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

11.2 O LOCATÁRIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

11.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicada pelo (ôs) LOCADOR (ES), preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado;

11.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo LOCATÁRIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV *pro rata temporis*, ressalvado o quanto disposto no item 11.1.3;

11.4.1 Não serão considerados, para efeito de caracterização de mora imputável ao LOCATÁRIO, eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, uma vez decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força do bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo LOCATÁRIO.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

12. O LOCADOR obriga-se a:

12.1 Entregar ao **LOCATÁRIO** em um prazo estimado de 60 (sessenta) dias, o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

12.1.1 Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;

12.1.2 Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;

12.1.3 Reforma do sanitário da suíte 03 para torná-lo acessível a cadeirantes, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, em atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;

12.1.4 Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória em gesso e colocação de novas portas;

12.1.5 Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade;

12.1.6 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;

12.1.7 Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;

12.1.8 Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;

12.1.9 Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos.

12.2 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;

12.3 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente;

12.4 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas;

12.5 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;



12.6 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

12.7 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

12.8 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

12.9 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por eles efetuados;

12.10 Fornecer, ao **LOCATÁRIO**, recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica.

12.11 Apresentar certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

12.12 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso.

12.13 Instalação e a manutenção de cerca elétrica;

12.14 Instalação e a manutenção do monitoramento eletrônico externo de câmeras de vigilância.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO:

13. O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

13.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no item 12.1 deste Termo de Referência;

13.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**;

13.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto;

13.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

13.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

13.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

13.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

13.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

13.9 Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste contrato;

14. TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

14.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

14.2 Na hipótese de alienação do imóvel, o **LOCADOR** deverá fazer constar na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância do que fora pactuado neste instrumento;



14.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

15. DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

15.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais.

15.1.1 Os meses de início e término, utilizados como referência para o cálculo da variação do índice IGPM-FGV, são:

Mês de Início: outubro

Mês de Término: setembro

15.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes podem acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM- FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado;

15.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

15.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

15.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, por interesse do(s) LOCADOR(ES), dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo LOCATÁRIO, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

15.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

16. DA EXTINÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO



16.1 O Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoração, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o LOCATÁRIO.

16.2 Durante o prazo estipulado para a duração do Contrato, não poderá a LOCADORA reaver o imóvel alugado. O LOCATÁRIO, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação à LOCADORA com o mínimo de 02 (dois) meses de antecedência.

17. DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

17.1 Integram o presente Contrato como se nele estivessem transcritos todos os documentos do procedimento de **Dispensa de Licitação nº. 28/2021** e seus anexos.

18. SALDO ORÇAMENTÁRIO

18.1 O saldo orçamentário cedido disponível na PAOE 2000, Elemento de Despesa 33.90.36 é de R\$ 922.056,00 (novecentos e vinte e dois mil e cinquenta e seis reais), suficientes para atender a demanda do objeto contratual, visto que a previsão de início de pagamento do aluguel é a partir de **outubro/2021**, ficando as demais parcelas custeadas com os recursos orçamentários dos exercícios subsequentes.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1 O **LOCATÁRIO** designa os servidores abaixo relacionados como fiscal e suplente:

FISCAL:	Manoel	Souza	das	Neves
MATRÍCULA:	352.420			
SUPLENTE:	Jade	Ferraz	Barbosa	Pereira
MATRÍCULA:	354.870			

Salvador, 28 de julho de 2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Michela Cordeiro de Araújo

Gerente

Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retorna-se à DCCL, para os ajustes abaixo conforme ***Termo de Referência 0175498***:

1. Incluir na Minuta do Contrato os **Itens 12.13 e 12.14**.
2. Exclusão na Minuta do Contrato do **Item 11.1.2**.
3. Alterar discriminação do valor mensal do contrato conforme **item 6, sub item 6.1**.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 03/52/1510, às 038 4, conforme art. 0º, III, "b", da Lei 00.906/1554.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=5 informando o código verificador **0174809** e o código CRC **C4B55AD5**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o presente expediente à Assessoria Técnico-Jurídica para análise e parecer.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Nascimento Sotero Campos** em 03/52/1510, às 08:45, conforme art. 0º, III, "b", da Lei 00.903/1556.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=5 informando o código verificador **0179328** e o código CRC **2F95C7B9**.



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E KLEBER DE JESUS DA SILVA, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº XXX/2021- SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o número 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **KLEBER DE JESUS DA SILVA**, inscrito no CPF sob o número [REDACTED], brasileiro, residente e domiciliado à Rua Alcides Andrade, 84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazaré/Ba, doravante denominado **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 19.09.01754.0010577/2020-07, relativo à Dispensa de Licitação nº 028/2021-DADM, com fundamento nas disposições da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, especialmente no artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com suas alterações posteriores, celebram o presente de **CONTRATO DE LOCAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, situado à localizado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré/Ba, objeto da matrícula nº 5655 do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Nazaré/BA, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça do referido Município.

1.2 O objeto de locação deste contrato possui, atualmente, área construída de aproximadamente 608,79 m².

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presente contrato é formalizado com fundamento no art. 59, inciso VII, Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, o qual autoriza a dispensa de licitação para a "locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação

prévia”.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

O **LOCADOR** obriga-se a:

3.1 Entregar ao **LOCATÁRIO**, em um prazo estimado de 60 (sessenta) dias, o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

3.1.1 Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;

3.1.2 Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;

3.1.3 Reforma do sanitário da suíte 03 para torná-lo acessível a cadeirantes, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, em atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;

3.1.4 Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória em gesso e colocação de novas portas;

3.1.5 Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade;

3.1.6 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;

3.1.7 Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;

3.1.8 Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;

3.1.9 Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos.

3.2 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;

3.3 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente;

3.4 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas;

3.5 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;

3.6 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

3.7 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

3.8 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.9 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por ele efetuados;

3.10 Fornecer ao **LOCATÁRIO** recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;

3.11 Apresentar certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

3.12 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso;

3.13 Instalação e a manutenção de cerca elétrica;

3.14 Instalação e a manutenção do monitoramento eletrônico externo de câmeras de vigilância.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

4.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no item 3.1 deste instrumento;

4.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua

estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**;

4.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto;

4.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

4.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

4.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

4.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

4.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

4.9. Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação será de RU 4.000,00 (quatro mil reais).

5.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente Contrato o valor anual de RU 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e o valor global estimado para o período de 05 (cinco) anos de RU 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR PARA 5 ANOS
Locação de Imóvel	01	RU 4.000,00	RU 48.000,00	RU 240.000,00

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O pagamento mensal relativo ao objeto deste Contrato será efetuado mediante nota de aluguel apresentada pela **LOCADORA**, com indicação do mês sob referência, acompanhada da documentação relacionada no **item 6.1.2**, e será concluído no prazo de até 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

6.1.1 No caso de ausência de apresentação da nota de aluguel pela **LOCADORA** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da ônidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

6.1.2 Verificada qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta Cláusula, será considerada como data da apresentação da documentação necessária para o faturamento aquela na qual foi comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer \$nus para o **LOCATÁRIO** pela pendência no pagamento.

6.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação pelo **LOCATÁRIO**, o marco inicial para exigibilidade do correspondente aluguel pela **LOCADORA** será o dia **10 de outubro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel e estejam finalizadas todas as adaptações a cargo do **LOCADOR**.

6.1.4 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(s) **LOCADOR(ES)**, somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o **LOCATÁRIO** atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

6.2 O **LOCATÁRIO** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta e agência indicada pela **LOCADORA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

6.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **LOCADORA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, inclusive no que diz respeito ao quanto disposto no **item 6.1.2**, a atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO** será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV *pro rata temporis*.

6.4.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **LOCATÁRIO**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**.

6.5 O **LOCATÁRIO** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser

efetuada pela **LOCADORA**, que porventura não tenha sido acordada neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	03.122.503.200 0	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A contratação terá a vigência de 05 (cinco) anos, a começar em 20 de agosto de 2021 e a terminar em 19 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante celebração de Termo Aditivo.

8.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o **LOCADOR** deverá enviar comunicação escrita ao **LOCATÁRIO** com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do art. 8º, inciso XXV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses a partir do primeiro mês de pagamento efetuado em razão deste contrato, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais, e ainda:

9.1.1 utilizar-se-á, como referência para o cálculo da variação do índice IGPM/FGV, 12 (doze) meses de transcurso da vigência contratual, contados a partir do primeiro mês de exigibilidade de pagamento, nos termos do **item 6.1.4**, conforme a seguir definido:

9.1.1.1 Mês de início: outubro

9.1.1.2 Mês de término: setembro

9.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM/FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado.

9.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de Termo Aditivo.

9.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de

força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

9.2 A revisão de preços nos termos do art. 8º, XXVI, da Lei Estadual nº 9.433/2005, por interesse do **LOCADOR**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

9.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

10.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTô, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

10.2 Na hipótese de alienação do imóvel, permanecerão em vigor todos os termos e efeitos do presente Contrato. Ademais, deverá o **LOCADOR** fazer constar, em eventual contrato de promessa de compra e venda e na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância de todos os termos pactuados neste instrumento.

10.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do Contrato.

11.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **LOCADOR** das responsabilidades determinadas neste Contrato.

11.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoração, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro \$nus para o **LOCATÁRIO**.

12.2 Durante o prazo estipulado para a duração do Contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 02 (dois) meses de antecedência.

12.3 A locação também poderá ser desfeita:

12.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

12.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

12.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos por culpa do **LOCATÁRIO**, o qual deverá responder pela mora e/ou prejuízos decorrentes, ressalvado o quanto disposto no **item 6.1.2**.

12.3.3.1 Esta disposição não se aplica à hipótese de ausência de pagamento por culpa do **LOCADOR**, observado o quanto disposto no **item 6.1 e seus subitens**.

12.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

13.1 Nas hipóteses de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o **LOCATÁRIO** tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o **LOCADOR** dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca.

13.1.1 A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de \$nus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente.

13.2 O direito de preferência do **LOCATÁRIO** caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias.

13.2.1 Ocorrendo aceitação da proposta, pelo **LOCATÁRIO**, a posterior desistência do negócio pelo **LOCADOR** acarreta a esta responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes.

13.3 O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.

13.4 O **LOCATÁRIO** preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de 06 (seis) meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o Contrato de Locação esteja averbado pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel.

13.4.1 A averbação far-se-á à vista de qualquer das vias do contrato de locação desde que subscrito também por 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

14.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

14.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

14.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que ao **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste Instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



17.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR** ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

17.2 A inadimplência do **LOCADOR** com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

17.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº 8.245/1991 e a Lei Estadual nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste Contrato, em especial os casos omissos.

17.4 Não caracterizarão novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

LOCADOR
KLEBER DE JESUS DA SILVA
Proprietário do Imóvel

LOCATÁRIO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA Frederico Wellington Silveira
Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARECER

Procedimento nº.: 19.09.01754.0010577/2020-07

Interessado(a): Diretoria Administrativa

Espécie: Dispensa de licitação

EMENTA: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS. FUNCIONAMENTO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAZARÉ. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 59, VII, DA LEI Nº. 9.433/05. POSSIBILIDADE.

PARECER Nº. 427/2021

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de autorização para contratação direta, através de dispensa de licitação, da locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, situado à rua Alcides Andrade, nº. 84, Bairro Mulungus, Nazaré/BA, no valor mensal de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**.

O procedimento está instruído com: a) solicitação da Promotoria de Justiça de Nazaré; b) relatório de visita técnica realizado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura; c) documentos do locador; d) manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária e aprovação da Procuradoria-Geral de Justiça; e) formulário de autorização para dispensa de licitação; f) termo de referência; g) laudo de avaliação; h) minuta contratual; i) informações orçamentárias; j) despachos diversos, dentre outros.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

II.I Da contratação direta:

A Constituição Federal determina que, em regra, as contratações firmadas pela Administração Pública serão objeto de prévia licitação, como forma de garantir a efetivação dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, competição, vantajosidade, dentre outros. Nesse sentido é o que dispõe o art. 37, inciso XXI:

Art. 37.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se pode observar no referido dispositivo, a Carta Magna de 1988 faz uma ressalva quanto aos casos especificados na legislação, possibilitando a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade, em situações excepcionais. Esse é também o escólio da doutrina:

As situações excepcionais ocorrem quando a competição se revela de todo inviável ou, analisado o caso concreto, possa causar prejuízo à Administração. Em tais hipóteses, o procedimento licitatório pode ser inexigido ou dispensado, justificando-se a contratação direta, o que, ainda assim, exige prévio procedimento formal.¹

Constata-se, portanto, que o próprio constituinte autorizou que o legislador infraconstitucional excepcionasse a realização do procedimento licitatório, permitindo, assim, a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, sem olvidar da necessidade de prévio procedimento formal.

II.II Da dispensa de licitação para locação de imóvel:

Analisando o objeto da contratação direta, cumpre a esta Assessoria Técnico-Jurídica analisar se o expediente obedece ao quanto previsto no art. 59, VII, da Lei nº 9.433/05, que assim dispõe:

Art. 59 – É dispensável a licitação:

VII – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Nesse sentido, cumpre analisar se os requisitos legais estão preenchidos.

II.II.I Atendimento das finalidades precípuas da Administração:

Perlustrando os autos, verifica-se que a contratação atende às finalidades precípuas da Administração, haja vista a utilização do imóvel para sediar a Promotoria de Justiça de Nazaré/BA.

II.II.II Cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha:

O condicionamento feito pelo legislador indica que, em verdade, a hipótese é de inexigibilidade de licitação e não dispensa de licitação. Vejamos o que leciona a doutrina:

Esse é um dos dispositivos aos quais foi feita referência - que, em vez de dispensa, consignam hipótese de inexigibilidade. Note-se que só é lícito comprar ou locar imóvel cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha. Portanto, se a Administração quiser comprar ou locar imóvel em região central de determinado Município e existirem vários imóveis que podem atender aos seus propósitos, é inevitável proceder à licitação pública. (NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa de inexigibilidade de licitação pública. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 295.

Corroborar essa crítica a previsão da Lei nº. 14.133/2021, que passa a considerar a locação de imóvel como hipótese de inexigibilidade (art. 74, V). Nada obstante, o fato é que, atualmente, a presente contratação direta está enquadrada como hipótese de dispensa de licitação.

No Relatório de Visita Técnica elaborado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, 02 (dois) imóveis foram tidos como adequados para ocupação pelo Ministério Público, sem prejuízo da necessidade de realização de adaptações, tendo sido sugerido o primeiro imóvel.

Nada obstante, houve negociação com o proprietário do segundo imóvel, que assumiu as despesas com a adaptação do imóvel, razão pela qual, além da localização adequada de ambos os imóveis (perto do Fórum da Comarca), a escolha pelo segundo imóvel revelou-se mais econômica para a Administração Pública.

II.II.III Preço compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia:

Consta do expediente a realização de avaliação do imóvel, restando justificada pelo setor técnico a compatibilidade do preço com o valor de mercado.

III - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Consta dos autos que a despesa correrá por conta da atividade 2000, natureza da despesa 3.3.90.36, cujo saldo de dotação é de R\$ 922.056,00 (novecentos e vinte e dois mil, cinquenta e seis reais).

IV – DA MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Na minuta contratual constam as cláusulas referentes ao objeto, dotação orçamentária, preço, condições de pagamento e retenção de tributos, reajustamento e revisão de preços, vigência, obrigações dos contratantes, direito de preferência, fiscalização, impedimento à utilização do imóvel, hipóteses de extinção, publicidade, foro e disposições gerais, estando em conformidade com as disposições das legislações de regência.

V – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica opina pela regularidade jurídica da contratação direta em epígrafe, nos termos do art. 65, § 3º, inciso X, e art. 75 da Lei Estadual nº. 9.433/05, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, 19 de Agosto de 2021.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora/SGA

Mat. 351.869

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Mat. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 20/08/2021, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 20/08/2021, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0179530** e o código CRC **3DA462E5**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 427/2021 e autorizo a Dispensa de Licitação, em favor de **KLEBER DE JESUS DA SILVA**, visando à locação de imóvel urbano situado à rua Alcides Andrade, nº. 84, Bairro Mulungus, Nazaré/BA, no valor mensal de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamentos de Contratos e Convênios para ciência e adoção das providências julgadas necessárias.

Anexa minuta da Portaria nº 219/2021, relativa às indicações de fiscal e suplente do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 20/8/2021, às 14h30m, pelo endereço eletrônico frederico@mp.ba.gov.br, CPF nº 9/2886-9.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mp.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=8 informando o código verificador **0180584** e o código CRC **5EEA01D7**.

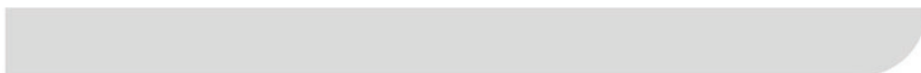
PORTARIA Nº 219/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Manoel Souza das Neves, matrícula nº 352.420, e Jade Ferraz Barbosa Pereira, matrícula nº 354.870, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº _____/2021 - SGA, relativo à locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Nazaré.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, _____ de _____ de 2021.

Frederico Welington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Da análise do procedimento, verificamos que constam obrigações relativas ao Locador que ensejaram reformas/adaptações no imóvel objeto da locação. Deste modo, e considerando que os projetos não foram contemplados como apenso/anexo do contrato, solicitamos à Diretoria Administrativa manifestação acerca desta necessidade (de anexar ao contrato o projeto executivo) remetendo o procedimento, caso identificada tal necessidade, à Diretoria de Engenharia e Arquitetura para juntada dos mesmos ao procedimento.

Após, o procedimento deve ser devolvido a esta Coordenação para ajuste eventual da minuta e adoção das providências subsequentes cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 23/08/2021, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0181135** e o código CRC **AD5C0DDC**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o expediente para análise do quanto exposto pela Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios, no Despacho 0181135, acerca da necessidade de que seja anexado ao contrato de locação do imóvel o projeto executivo contendo as reformas/adaptações de obrigação da contratada.

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 04/82/0801, às 1: 5 2, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/0886.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=8 informando o código verificador **0181308** e o código CRC **9683FDF9**.



MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PELO LOCADOR PARA OCUPAÇÃO DO IMÓVEL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE NAZARÉ.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este memorial é um detalhamento dos serviços listados anteriormente em Relatório de Visita Técnica elaborado em 27/01/2021, com algumas retificações e acréscimos que se fizeram necessários para a adequação do imóvel.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- I. **Construção de rota acessível (em piso cimentado ou similar) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050/2020.** A rota deverá ser construída em local definido em projeto fornecido pelo Ministério Público, com a inclinação adequada (inferior a 5%) para a utilização por pessoas com mobilidade reduzida. Para a execução da rota acessível será necessário realizar o nivelamento do piso da área interna do imóvel denominada área externa/estacionamento do imóvel;
- II. **Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 9050/2020.** A rampa deverá ser implantada no local definido em projeto fornecido pelo Ministério Público, com a inclinação adequada (inferior a 5%) para a utilização por pessoas com mobilidade reduzida. A rampa móvel poderá ser em aço galvanizado e deve ser fixada com parafusos na soleira existente.
- III. **Reforma do sanitário da suíte 03 para torná-lo acessível, conforme planta fornecida pelo Ministério Público e de acordo com norma de acessibilidade NBR 9050/2020.** O sanitário acessível deve possuir peças acessíveis, como barras de apoio, descargas e torneiras, assim como pias e vasos sanitário com alturas adequadas para a utilização por pessoas com mobilidade reduzida. As peças, as louças devem ser instaladas conforme projeto entregue pelo Ministério Público e conforme a norma de acessibilidade NBR 9050/2020. A porta do banheiro acessível deve ter revestimento no lado interno em chapa inox xadrez com espessura de 1/8" até a altura de 40 cm a partir do piso e barra horizontal conforme NBR 9050/2015.
- IV. **Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas.** As divisórias devem ser preferencialmente em drywall, chapa simples de ambos os lados, com espessura total de 10 cm e devem ser executadas do piso até o teto, possuir portas, como indicadas em projeto. O acabamento das divisórias deve ser em pintura com tinta acrílica fosca cor

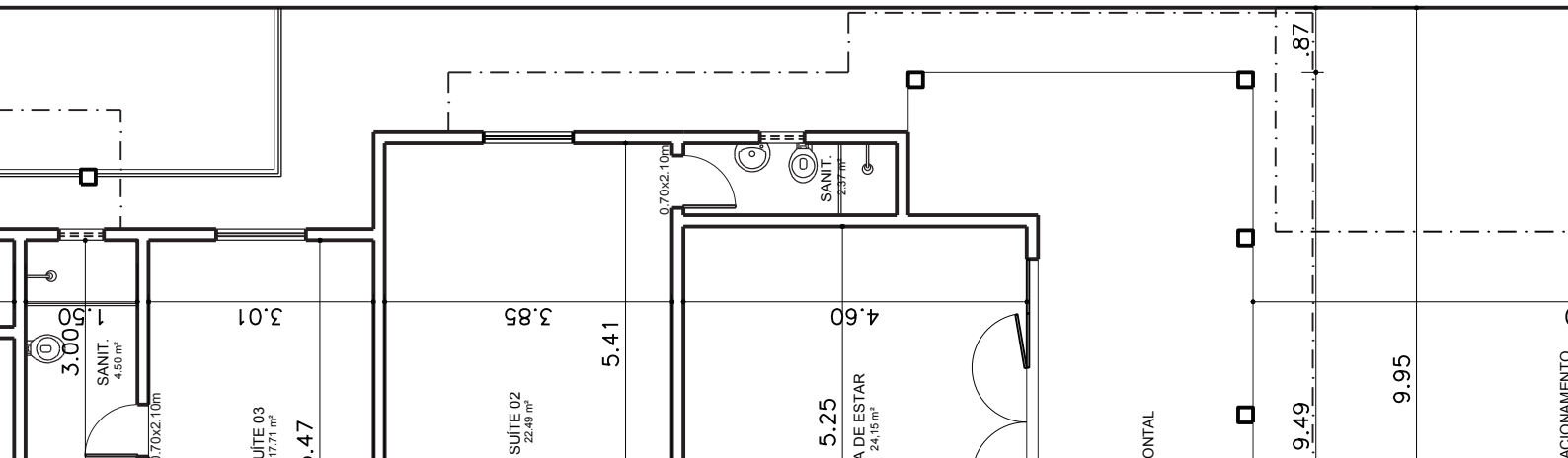
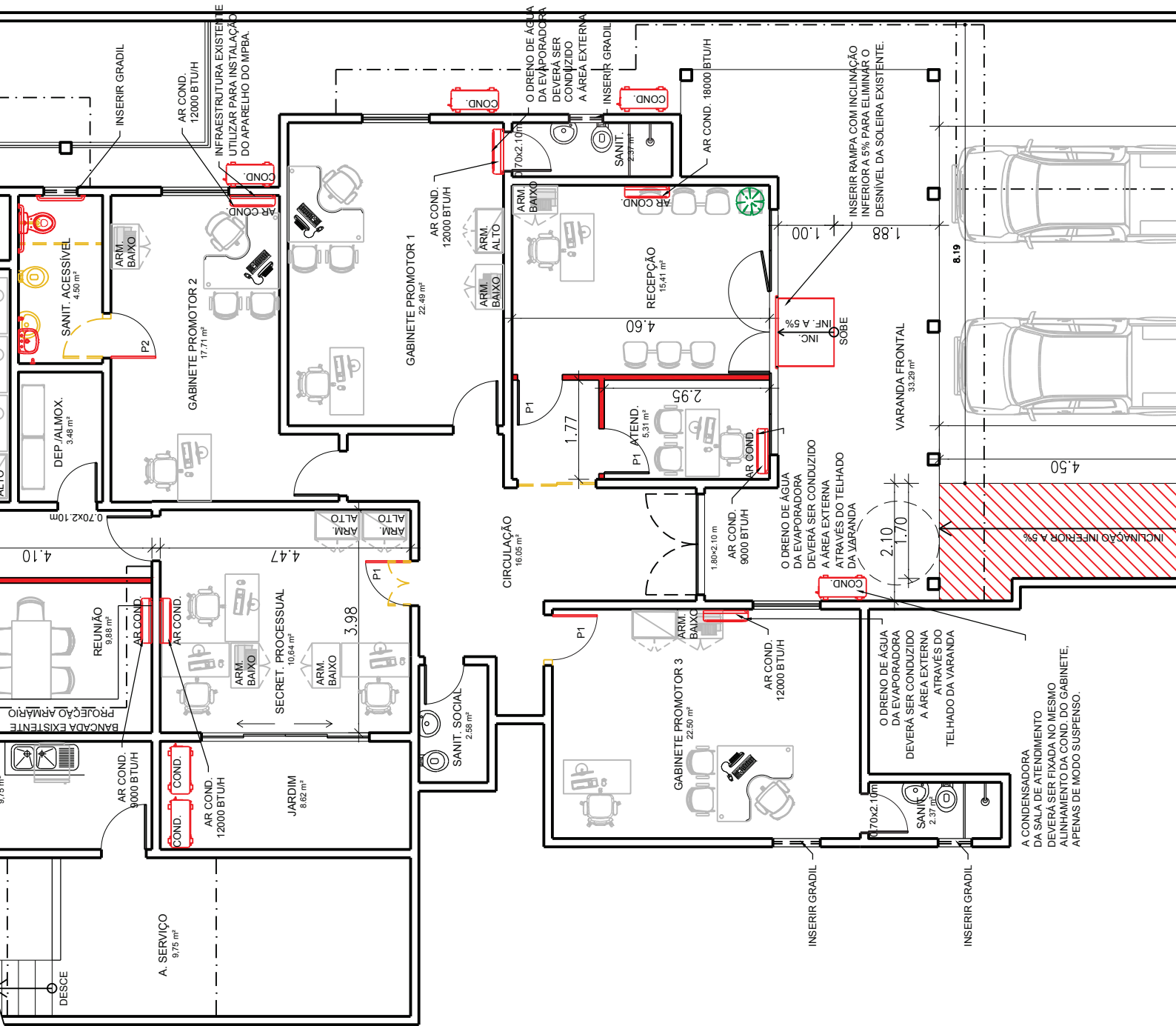
branca. As portas internas devem ser em madeira de primeira qualidade, preferencialmente seguindo o padrão da edificação. As aduelas e alizares devem ser em madeira com 7 cm de largura e acabamento em esmalte sintético acetinado na cor padrão da edificação sobre base niveladora. As maçanetas devem ser de alavanca para proporcionar acessibilidade e preferencialmente modelos que tenham recebido o selo Produto Inclusivo pelo Instituto Brasil Acessível. Todas as portas devem ter largura padrão de 80 cm e altura de 2,10 m.

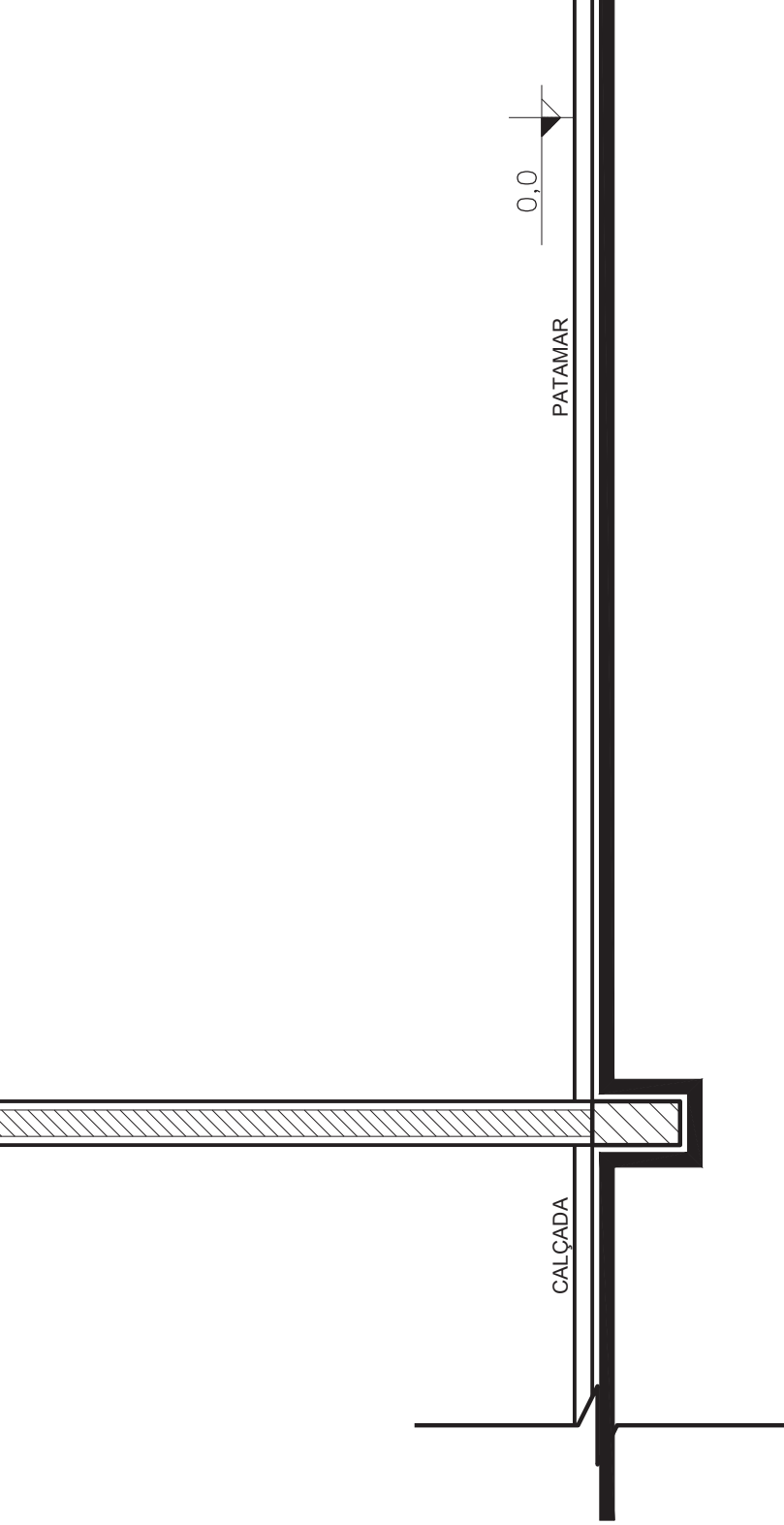
- V. **Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público.** As portas internas devem ser em madeira de primeira qualidade, preferencialmente seguindo o padrão da edificação. As aduelas e alizares devem ser em madeira com 7 cm de largura e acabamento em esmalte sintético acetinado na cor padrão da edificação sobre base niveladora. As maçanetas devem ser de alavanca para proporcionar acessibilidade e preferencialmente modelos que tenham recebido o selo Produto Inclusivo pelo Instituto Brasil Acessível. Todas as portas devem ter largura padrão de 80 cm e altura de 2,10 m.
- VI. **Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários.** As divisórias devem ser preferencialmente em drywall, chapa simples de ambos os lados, com espessura total de 10 cm e devem ser executadas do piso até o teto, possuir portas, como indicadas em projeto. O acabamento das divisórias deve ser em pintura com tinta acrílica fosca cor branca. As portas internas devem ser em madeira de primeira qualidade, preferencialmente seguindo o padrão da edificação. As aduelas e alizares devem ser em madeira com 7 cm de largura e acabamento em esmalte sintético acetinado na cor padrão da edificação sobre base niveladora. As maçanetas devem ser de alavanca para proporcionar acessibilidade e preferencialmente modelos que tenham recebido o selo Produto Inclusivo pelo Instituto Brasil Acessível.
- VII. **Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários.**
- VIII. **Instalação Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado.** Deve ser entregue a infraestrutura apropriada para a instalação dos aparelhos de ar-condicionado tipo split, tais como: passagem da tubulação frigorígena, ponto de energia, furos na laje e/ou parede e passagem para tubulação de drenagem das evaporadoras cujos locais destas deverão preferencialmente seguir os pontos indicados no projeto;
- IX. **Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos.**

CÓDIGO	TIPO
P1	PORTA DE GIRO
P2	PORTA DE GIRO

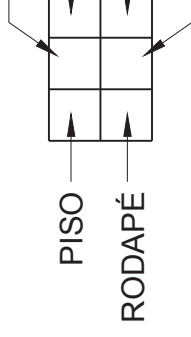
ELEMEN	ELEMEN	ELEMEN	VISOR



- TODAS AS COTAS
- AS MEDIDAS DEV
- EM CASO DE DIVE
- PARA REALIZAÇÃ
- AS DEMOLIÇÕES
- O POSICIONAMEN

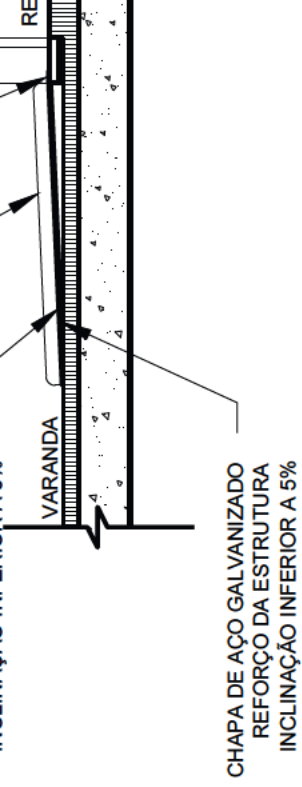




QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES



	PISO INTERNO		PISO EXTERNO
1. REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO GRÊS 35X35 CM			
2. PISO CIMENTADO ESPESSURA DE 2,5cm			
3. CONCRETO MOLDADO in loco COM ESPESSURA MÍNIMA DE 6cm E JUNTA DE MADEIRA SERRADA SOBRE			



RAMPA ACESSÍVEL - DESNÍVEL
CORTE - AA

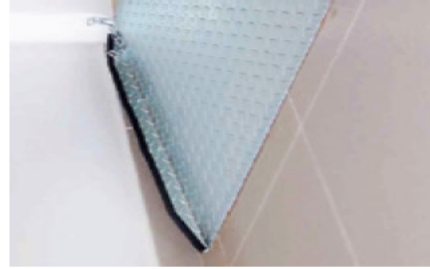


FIGURA 01- RAMPA UTILIZADA COMO
FONTE: WWW.ECOPONTES.COM.BR

01					
00	MARIA NETTO	31.08.21	EMIÇÃO INICIAL		
REV. N°	POR	DATA	DESCRIÇÃO	QUADRO DE REVISÕES	

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

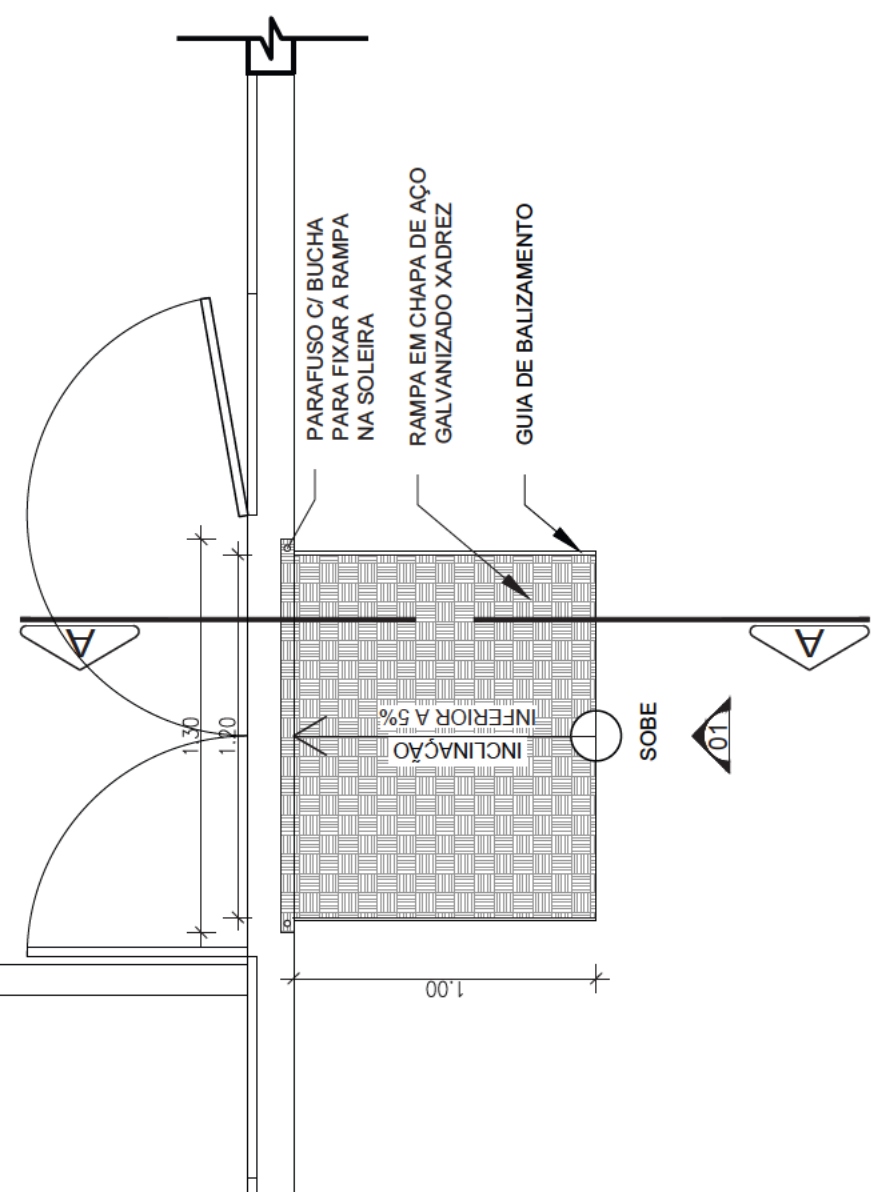
DIRETORIA DE ENCO

UNIDADE

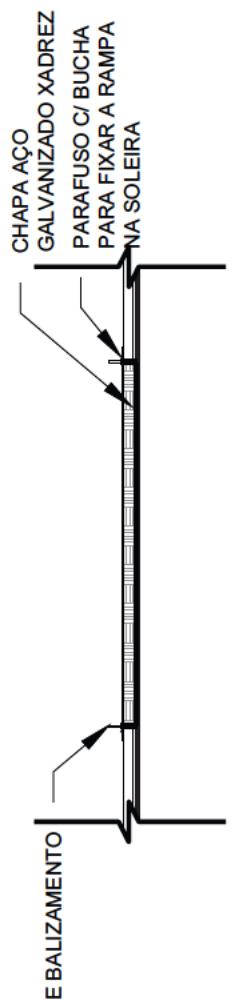
MPBA - SEDE NA

LOCALIZAÇÃO

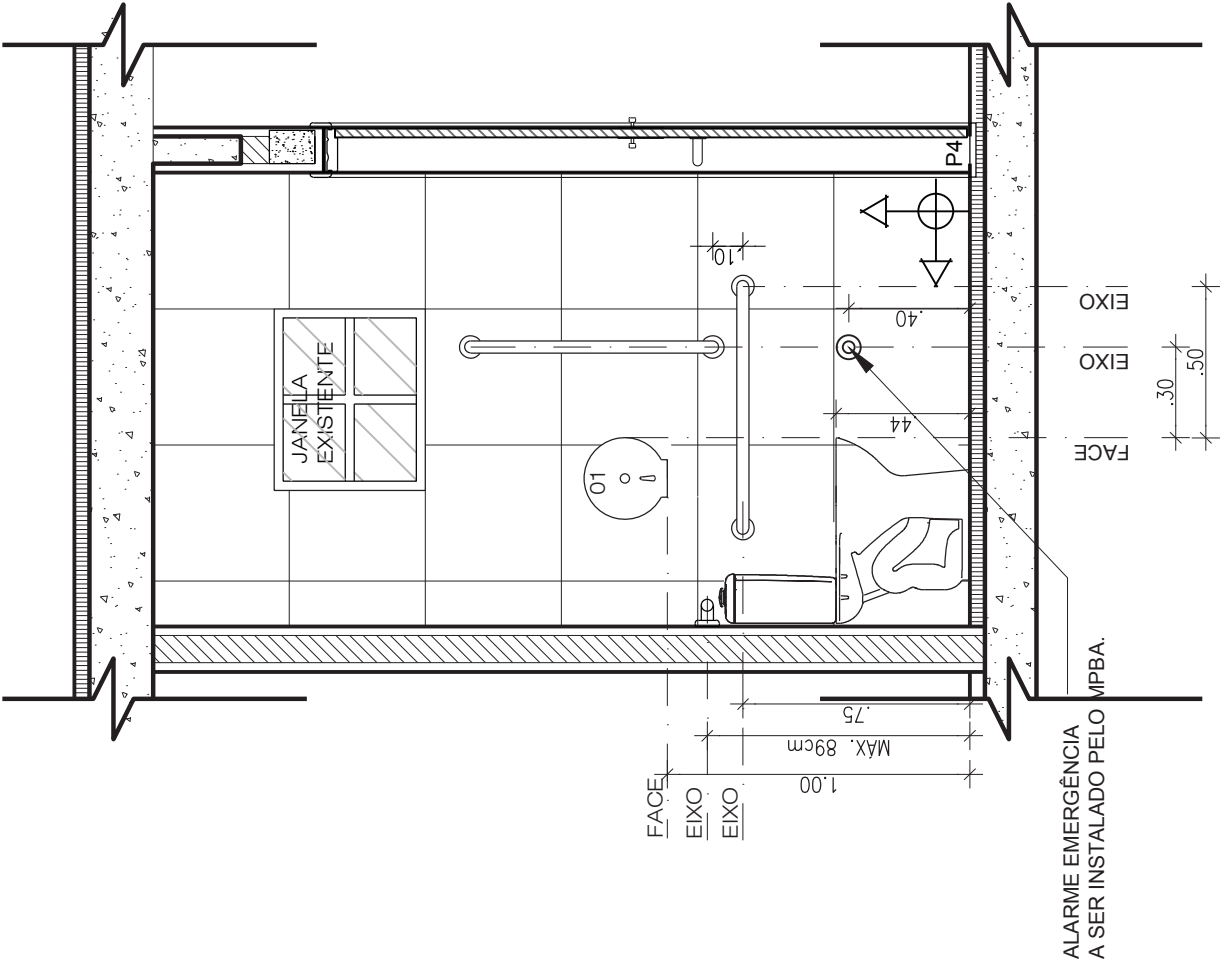
ID



PLANTA BAIXA - RAMPA
ESCALA: 1/25



RAMPA ACESSÍVEL - DESNÍVEL SOLEIRA



SANITÁRIO ACESSÍVEL PÚBLICO

VISTA - 02

ESC.: 1/25



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DADM e à DCCL - CONTRATOS E CONVÊNIOS,

Retorno o expediente após anexação do Anteprojeto (0186973) com respectivo Memorial Descritivo (0186940), conforme solicitado .

Fernanda Araujo

Gerente
Coordenação de Projetos



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Araújo Quadros** em 04/02/2014, às 4:30, conforme artº 4º, III, b, da Lei 44º/642/100:º



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpeba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0187079** e o código CRC **535E5774**º



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Encaminhe-se o expediente após a inclusão do Anteprojeto 0186973 e respectivo memorial descritivo 0186940 pela Coordenação de Projetos.

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 20/21/, 2, 0às 0: 4 1àcon9rme artf 0.àààl" lãda bei 00fL01/, 226f



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0187138** e o código CRC **60B9598Bf**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o procedimento à Assessoria Jurídica para análise das alterações promovidas na minuta de contrato, decorrentes da inclusão de anexos ao instrumento originariamente elaborada, conforme documentos acostados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (doc 0186940 e 0186973).

Ressaltamos, nos ensejo, que a minuta ora acostada passa a contemplar, no item 3.1, a menção aos anexos. Por fim, os mencionados documentos serão incorporados, em sua integralidade, à minuta quando da coleta de assinatura do instrumento.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/10/2020, às 05:11, com o artº 01, III, da Lei da 4ª OAB/2016º



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0191063** e o código CRC **EC73DFE3**º



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E KLEBER DE JESUS DA SILVA, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº XXX/2021- SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o número 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **KLEBER DE JESUS DA SILVA**, inscrito no CPF sob o número [REDACTED], brasileiro, residente e domiciliado à Rua Alcides Andrade, 84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazaré/Ba, doravante denominado **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 19.09.01754.0010577/2020-07, relativo à Dispensa de Licitação nº 028/2021-DADM, com fundamento nas disposições da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, especialmente no artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com suas alterações posteriores, celebram o presente de **CONTRATO DE LOCAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, situado à localizar-se à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré/Ba, objeto da matrícula nº 5655 do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Nazaré/BA, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça do referido Município.

1.2 O objeto de locação deste contrato possui, atualmente, área construída de aproximadamente 608,79 m².

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presente contrato é formalizado com fundamento no art. 59, inciso VII, Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, o qual autoriza a dispensa de licitação para a "locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação

prévia”.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

O **LOCADOR** obriga-se a:

3.1 Entregar ao **LOCATÁRIO**, em um prazo estimado de 60 (sessenta) dias, o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, especialmente discriminadas no anexo ao presente instrumento (memorial descritivo e projeto executivo), relativas à execução dos serviços de:

3.1.1 Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;

3.1.2 Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;

3.1.3 Reforma do sanitário da suíte 03 para torná-lo acessível a cadeirantes, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, em atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;

3.1.4 Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória em gesso e colocação de novas portas;

3.1.5 Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade;

3.1.6 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;

3.1.7 Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;

3.1.8 Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;

3.1.9 Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos.

3.2 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;

3.3 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente;

3.4 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas;

3.5 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;

3.6 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

3.7 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

3.8 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.9 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por ele efetuados;

3.10 Fornecer ao **LOCATÁRIO** recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;

3.11 Apresentar certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

3.12 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso;

3.13 Instalação e a manutenção de cerca elétrica;

3.14 Instalação e a manutenção do monitoramento eletrônico externo de câmeras de vigilância.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

4.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no item 3.1 deste instrumento;

4.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua

estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**;

4.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto;

4.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

4.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

4.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

4.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

4.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

4.9. Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação será de RU 4.000,00 (quatro mil reais).

5.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente Contrato o valor anual de RU 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e o valor global estimado para o período de 05 (cinco) anos de RU 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR PARA 5 ANOS
Locação de Imóvel	01	RU 4.000,00	RU 48.000,00	RU 240.000,00

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O pagamento mensal relativo ao objeto deste Contrato será efetuado mediante nota de aluguel apresentada pela **LOCADORA**, com indicação do mês sob referência, acompanhada da documentação relacionada no **item 6.1.2**, e será concluído no prazo de até 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

6.1.1 No caso de ausência de apresentação da nota de aluguel pela **LOCADORA** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da ônidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

6.1.2 Verificada qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta Cláusula, será considerada como data da apresentação da documentação necessária para o faturamento aquela na qual foi comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer \$nus para o **LOCATÁRIO** pela pendência no pagamento.

6.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação pelo **LOCATÁRIO**, o marco inicial para exigibilidade do correspondente aluguel pela **LOCADORA** será o dia **10 de outubro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel e estejam finalizadas todas as adaptações a cargo do **LOCADOR**.

6.1.4 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(s) **LOCADOR(ES)**, somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o **LOCATÁRIO** atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

6.2 O **LOCATÁRIO** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta e agência indicada pela **LOCADORA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

6.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **LOCADORA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, inclusive no que diz respeito ao quanto disposto no **item 6.1.2**, a atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO** será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV *pro rata temporis*.

6.4.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **LOCATÁRIO**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**.

6.5 O **LOCATÁRIO** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser



efetuada pela **LOCADORA**, que porventura não tenha sido acordada neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	03.122.503.200 0	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A contratação terá a vigência de 05 (cinco) anos, a começar em 20 de agosto de 2021 e a terminar em 19 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante celebração de Termo Aditivo.

8.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o **LOCADOR** deverá enviar comunicação escrita ao **LOCATÁRIO** com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do art. 8º, inciso XXV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses a partir do primeiro mês de pagamento efetuado em razão deste contrato, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais, e ainda:

9.1.1 utilizar-se-á, como referência para o cálculo da variação do índice IGPM/FGV, 12 (doze) meses de transcurso da vigência contratual, contados a partir do primeiro mês de exigibilidade de pagamento, nos termos do **item 6.1.4**, conforme a seguir definido:

9.1.1.1 Mês de início: outubro

9.1.1.2 Mês de término: setembro

9.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM/FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado.

9.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de Termo Aditivo.

9.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de

força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

9.2 A revisão de preços nos termos do art. 8º, XXVI, da Lei Estadual nº 9.433/2005, por interesse do **LOCADOR**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

9.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

10.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTô, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

10.2 Na hipótese de alienação do imóvel, permanecerão em vigor todos os termos e efeitos do presente Contrato. Ademais, deverá o **LOCADOR** fazer constar, em eventual contrato de promessa de compra e venda e na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância de todos os termos pactuados neste instrumento.

10.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do Contrato.

11.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **LOCADOR** das responsabilidades determinadas neste Contrato.

11.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoração, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro \$nus para o **LOCATÁRIO**.

12.2 Durante o prazo estipulado para a duração do Contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 02 (dois) meses de antecedência.

12.3 A locação também poderá ser desfeita:

12.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

12.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

12.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos por culpa do **LOCATÁRIO**, o qual deverá responder pela mora e/ou prejuízos decorrentes, ressalvado o quanto disposto no **item 6.1.2**.

12.3.3.1 Esta disposição não se aplica à hipótese de ausência de pagamento por culpa do **LOCADOR**, observado o quanto disposto no **item 6.1 e seus subitens**.

12.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

13.1 Nas hipóteses de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o **LOCATÁRIO** tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o **LOCADOR** dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca.

13.1.1 A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de \$nus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente.

13.2 O direito de preferência do **LOCATÁRIO** caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias.

13.2.1 Ocorrendo aceitação da proposta, pelo **LOCATÁRIO**, a posterior desistência do negócio pelo **LOCADOR** acarreta a esta responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes.

13.3 O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.

13.4 O **LOCATÁRIO** preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de 06 (seis) meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o Contrato de Locação esteja averbado pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel.

13.4.1 A averbação far-se-á à vista de qualquer das vias do contrato de locação desde que subscrito também por 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

14.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

14.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

14.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que ao **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste Instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



17.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR** ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

17.2 A inadimplência do **LOCADOR** com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

17.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº 8.245/1991 e a Lei Estadual nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste Contrato, em especial os casos omissos.

17.4 Não caracterizarão novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

LOCADOR
KLEBER DE JESUS DA SILVA
Proprietário do Imóvel

LOCATÁRIO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA Frederico Wellington Silveira
Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a prévia análise da minuta do competente contrato de locação de imóvel por esta unidade consultiva;

Considerando que as modificações envolvem a inclusão de item que faz referência ao memorial descritivo e projeto executivo elaborado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, que serão incorporados ao contrato;

Considerando a regularidade das alterações efetuadas no respectivo instrumento;

Considerando o princípio da eficiência, insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal;

Esta Assessoria Técnico-Jurídica reitera o posicionamento manifestado no Parecer nº 427/2021 (evento 0179530), aprovando a nova minuta de contrato apresentada para análise.

Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, 13 de setembro de 2021.

Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessora/SGA
Matrícula 351.869

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assistente de Gestão II
Apoio Processual ATJ/SGA
Matrícula 352.748



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 23/10/, 1, 2ª: s 225 à con.orme artº 21 à ""à l.bãda 4ei 22º 20/, 119º



Documento assinado eletronicamente por **Glauccio Matos Santos Cerqueira** em 23/10/, 1, 2ª: s 2956 à con.orme artº 21 à ""à l.bãda 4ei 22º 20/, 119º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei@sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=1 in.ormando o código veri.icador **0192821** e o código CRC **5BF50EE2º**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências julgadas necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 20/1, /à1à28: s 249f 8con.orme artº 218""8tLbda 6ei 22º02, /à114º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=1 in.ormando o código veri.icador **0193668** e o código CRC **2DB72BD6**



DESPACHO

À Superintendência de Gestão Administrativa,

Considerando que, após fase final para assinatura do contrato a ser firmado para locação de imóvel localizado na Rua Alcides Andrade, nº 84, Nazaré-BA, destinado a abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré-BA, houve, em 29/09/2021 comunicação formal a este Ministério Público acerca da desistência da locação do imóvel por parte do locador do imóvel, Sr. Kleber de Jesus da Silva, representado pelo corretor Jackson Torres, conforme documento anexo (0207774);

Considerando que a situação do atual imóvel que abriga a Promotoria de Justiça de Nazaré sinalizado na Comunicação Interna 2 0047834 se encontra inapropriado para atendimento das demandas ministeriais, houve reunião no dia 29/09/2021 com os promotores Cintia Campos da Silva, Leandro Ribeiro de Mattos Oliveira e Lucas da Silva Velloso Santana para comunicação do ocorrido e informações acerca dos encaminhamentos adotados pela Administração para solução do problema;

Considerando que no dia 01/10/2021, após contatos telefônicos e via whatsapp, os proprietários do imóvel situado à rua Governador Luiz Viana Filho, nº 32, Bairro Conceição, Nazaré-BA foram acionados formalmente via e-mail, os quais sinalizaram a anuência na locação (0207777), contudo com o valor majorado de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, sem a realização de adaptações no referido imóvel, cujo valor estimado para as intervenções, conforme contato mantido com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura - DEA, é de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais);

Considerando que, nesta data (04/10/2021), o proprietário do imóvel objeto da locação, representado pelo corretor Jackson Torres, encaminhou uma nova proposta, solicitando reconsideração da desistência formalizada em 29/09/2021, contudo com o valor de locação mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e adaptações a serem realizadas por ele, contudo custeadas pelo Ministério Público, com o valor estimado de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) parcelado em 12 (doze) meses.

Diante dos fatos acima expostos, temos dois cenários:

Imóvel 01: Localizado na Rua Governador Luiz Viana Filho, nº 32, Bairro Conceição, Nazaré-Ba, CEP 44.400-000, valor mensal da locação proposto é de R\$ 5.000,00 e anual de R\$ 60.000,00 + adaptações estimadas em R\$ 27.500,00. Total geral 12 meses R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais). Total geral 12 meses após reforma R\$ 60.000,00/ano. **É possível ocupar o imóvel de imediato e realizar as adaptações durante a permanência.**

Imóvel 02: Localizado na Rua Alcides Andrade, nº 84, Nazaré-BA, CEP 44.400-000, valor mensal da locação proposto é de R\$ 4.000,00 e anual de R\$ 48.000,00 + adaptações no valor de R\$ 36.000,00. Total geral 12 meses R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). Total geral 12 meses após reforma R\$ 48.000,00/ano. **O proprietário solicitou inicialmente um prazo de 60 (sessenta) dias para realização das intervenções.**

Vale ressaltar que, das opções acima elencadas, em contato com os promotores Cintia Campos da Silva e Leandro Ribeiro de Mattos Oliveira via Teams, diante da urgência da mudança e da incerteza motivada pela inconstância demonstrada pelo locador Kleber de Jesus da Silva, representado pelo corretor Jackson Torres, além do prazo de 60 dias para a realização das adaptações, uma vez que o atual contrato do imóvel ora ocupado pela supracitada promotoria de justiça encerra em 14/12/2021, a opção de escolha se deu pelo **Imóvel 01**.

Face o exposto e em virtude do Ato Normativo nº 07/2020, que dispõe sobre medidas de redução, contenção e controle de gastos com custeio e investimento para o ano de 2020, com efeitos extensivos até 31 de dezembro de 2021, encaminhamos o presente expediente para nova análise da demanda junto ao Comitê de Repactuação Orçamentária.

Maria Amalia Borges Franco

Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 19/21/0102, às 015 9, conforme art. 2º, III, "b", da Lei 22.924/0116.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0207725** e o código CRC **F2CC45E6**.

locação imóvel Nazaré-Ba

Jackson Torres <jacksontorres55@gmail.com>

Qua, 29/09/2021 16:02

Para: Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>; Michela Cordeiro <michela@mpba.mp.br>

Dras Amalia Borges e Michela Cordeiro

Em referência ao imóvel, localizado no município de Nazaré, que estava em fase de negociação, para locação, situado na Rua Alcides Andrade, 84, Bairro Mulungus, na qualidade de CORRETOR, responsável por intermediar a Locação, esclareço abaixo os MOTIVOS CITADOS PELO PROPRIETÁRIO Kleber de Jesus da Silva, onde o mesmo solicitou enviasse esse simples relato.

- 1- Visitas de servidores ministerio publico, mês de julho do ano de 2020.
- 2- visita arquiteta Dra Fernanda, mês de setembro 2020
- 3- Fevereiro/2021, solicitaram, envio proposta locação, depois de muito contatos
- 3- Retorno de contato, se locaria o imóvel ou não, mês de março 2021
- 4- Abril/2021 enviamos nova proposta, propondo manutenção e algumas poucas alterações, se necessário, junto com documentação proprietário, etc
- 5- Julho/2021, contato da arquiteta, com algumas sugestões de modificações no imóvel, visando agilizar, onde seria executado pelo proprietário, os quais, em conversa (verbal) , seriam poucas adaptações;
- 6- Em 15 setembro, chega o contrato para análise do proprietário (analisada por ele e pelo seu advogado)
- 7- Uma semana depois, veio a planilha e planta, onde o proprietário, foi fazer o levantamento dos gastos, que ficaram, conforme o mesmo, na casa próxima dos 50 mil reais.

Diante da explanação acima, prejuízo de praticamente, um ano aguardando resolutividade, do contrato que chega com diversas exigências, sem garantia do investimento a ser realizado pelo proprietário e depois, ter que gastar, quase a mesma quantia ou mais,, para deixar o imóvel como estava, o proprietário Kleber de Jesus Silva, resolveu desistir da locação do referido imóvel.

Relato que, na segunda-feira passada, o mesmo nos procurou que só manteria o valor da locação, sem as adaptações. Ontem, terça-feira, por orientação da Dra Amalia, voltamos a conversar com o mesmo mas, ele nos informou, que estava avaliando a situação. Hoje à tarde e depois de problemas de saúde, acometido por sua genitora, o mesmo resolveu, repito, não mais locar o referido imóvel. Saliento que não faltou esforços de nossa parte, para viabilizar e concretizar a locação do referido imóvel, que é, um dos poucos em Nazaré, com alto padrão de construção e acabamento, apto para locação.

Estamos à disposição, caso necessitem dos nossos serviços,

Cordialmente,

Jackson Elmo Torres Cardoso
Corretor/Avaliador creci- 23.083 F
tel (075) 8173-0840 (clar) w zaap
(075) 9186-1415 (tim)

PAI, BENDITO é o nome do SENHOR, para TODO O SEMPRE!

Re: LOCAÇÃO IMÓVEL NAZARÉ

Carlos <carfranca@gmail.com>

Sex, 01/10/2021 19:53

Para: Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>

Prezada Amália,

A princípio salientamos que nos sentimos prestigiados com a possibilidade de abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré (BA) em nosso imóvel.

As reformas apontadas como sendo necessárias para o funcionamento do referido órgão dentro das normas construtivas estabelecidas e exigíveis para atendimento ao público, nos causa preocupação e ao mesmo tempo surpresa pelo volume de serviços a serem executados e sem esquecer do prazo exíguo para sua conclusão.

Conforme conversamos anteriormente, saímos recentemente de uma grande reforma no imóvel supra mencionado e não é nossa pretensão nos envolver novamente em nova empreitada de construção civil.

Tínhamos como já decidido pelo Ministério Público Estadual a desistência do negócio visto que não se fez nenhum outro contato posterior àquela negociação inicial no ano de 2020 e nos surpreendeu esse novo interesse. Devemos enfatizar que teremos de arcar com grandes e inesperadas despesas devido a essa mudança repentina e em prazo restrito o que, por si só, é fator de desequilíbrio em nossas finanças.

Outrossim, mantemos nossa proposta original sem reajustar o valor inicial de locação pedido há cerca de um ano atrás (R\$5.000,00) desde que o locatário assuma as reformas necessárias e no tempo que achar mais conveniente, até mesmo estando em fruição do imóvel.

Atenciosamente,

Carlos França Filho e Elizabete de Andrade França

Em sex., 1 de out. de 2021 às 18:53, Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br> escreveu:

Prezados Srs. Carlos e Beth,

Conforme contatos anteriormente mantidos e, no sentido de retomada das negociações para locação de imóvel destinado a abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré-BA, informamos que, conforme processo SEI 19.09.01754.0010577/2020-07, houve a proposta de locação no valor de R\$ 4.500,00 com a possibilidade de realização de reformas por parte do locador, a partir do conhecimento mais detalhado acerca das referidas intervenções.

De acordo com o relatório técnico apresentado em relação ao imóvel situado à Rua Governador Luiz Viana Filho, nº 32, Nazaré-BA, foram indicadas as seguintes necessidades de intervenções:

- I. Construção de rampa de acesso (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050;
- II. Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de cadeirantes;
- III. Reforma do sanitário social para torná-lo sanitário de acesso ao público externo, com alteração da porta de acesso, substituição e instalação de louças e metais sanitários, inclusive barras de apoio, para atendimento a algumas exigências da norma de acessibilidade NBR 9050;
- IV. Divisão da Sala em dois ambientes, com instalação de divisórias e portas;

- V. Divisão da Suíte e acesso ao depósito dos fundos, com abertura de vão, instalação de divisórias e portas;
- VI. Colocação de grades em todas as janelas e portas com fechamento em vidro voltadas para a área externa;
- VII. Instalação de quatro equipamentos de ar-condicionado (considerando a manutenção de dois equipamentos já existentes);
- VIII. Adaptação de pontos de instalações elétricas, telefônicas e de rede para atendimento ao layout proposto de mobiliário;
- IX. Instalação de itens de segurança contra incêndio e pânico para AVCB.

Vale ressaltar que estamos à disposição para esclarecimentos conjuntamente Diretoria de Engenharia e Arquitetura que nos lê em cópia, sinalizando que existem alguns itens expostos acima que serão de responsabilidade do Ministério Público, com anuência dos locadores.

Atenciosamente,


Amalia Franco
Diretora Administrativa
Superintendência de Gestão Administrativa
Ministério Público do Estado da Bahia
(71) 3103-0118

proposta locação imóvel nazaré

Jackson Torres <jacksontorres55@gmail.com>

Seg, 04/10/2021 15:54

Para: Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>; Fernanda de Araújo Quadros <fernanda.quadros@mpba.mp.br>; Michela Cordeiro <michela@mpba.mp.br>

 1 anexos (576 KB)

Proposta adequação e locação.pdf;

Dras

Depois de muito diálogo, conseguimos convencer o proprietário a executar as intervenções necessárias para o funcionamento do MP, onde o mesmo, sinalizou a proposta que segue anexa a este.

Saliento que conversamos com a Dra Fernanda, hoje no turno matutino, sobre a construção do banheiro de acessibilidade, que será realizado pelo proprietário, com tamanho de **1,60 largura e 2,00m de comprimento**, constando vaso, pia e acessórios. Foto indicativa do local, foi encaminhado para o zaap da Dr Fernanda.

Tão só aceitem a proposta, que hora se mostra razoável, solicito contactar-nos com maior brevidade possível, para que possamos cumprir a data prevista da entrega do imóvel.

Cordialmente,

Jackson Elmo Torres Cardoso

Corretor de Imóveis.

tel (075) 8173-0840 (clr)

(075) 9186-1415 (tim)

PAI, BENDITO é o nome do SENHOR, para TODO O SEMPRE!

Ao Ministério Público da Bahia

Dras : Amalia Franco
Fernanda Quadros
Michela Cordeiro,

Analizando melhor a planta e memorial descritivo, os custos das obras ficariam a quem das nossas possibilidades, vez que, essas modificações, são só e somente, para atendimento do Ministério Público. Segue proposta abaixo, ondê nos responsabilizaremos pela entrega da obra, no prazo aproximado de 60 dias.

O valor da locação R\$7.000,00(sete mil reais) mês, nos primeiros 12 meses e, a partir do 13º mês o valor de R4.000,00(quatro mil reais), que servirá de base para o aumento anual.

a. INTERVENÇÃO DE OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

1.Serão as modificações propostas pelo Ministério Público.

2.Excluir do memorial descritivo, reforma do banheiro de acessibilidade do Gabinete 2, que será construído na área externa, ao lado esquerdo do imóvel, próximo à recepção (foto no zaap)

b. MANUTENÇÃO DE OBRIGAÇÃO DO LOCADOR :

.Pintura interna e externa do imóvel, incluindo muro e pisos cimentados, envernizamento de portas, janelas e gradis de madeira, pintura grades proteção e portões de acesso pedestre e veículos

. Manutenção das instalações elétricas e hidráulicas

. Manutenção da Cerca elétrica

. Manutenção do sistema de monitoramento de câmeras

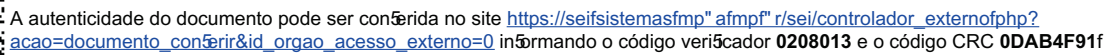
. Manutenção do portão e motorização do mesmo (excluindo controles)


Kleber de Jesus da Silva

Proprietário.



Consi der oi CaCharetn,a5 adas5 ai CaAtCaNCemrsvCao'a007/2020,arltder i CapdlGnaAtGnaNCemrsvCnao'a048/2020,a035/202c,a04f/202c,axCmadistCh d6tdonsvnrta1a8/c/2/202c,adoxrmsohd-ndaCapedndotda6pdi slotdta Ca Cmsteia dRdprxturcaCaOeçrmdotaaesaprerar oalsnda CapldstCa





ATA

ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE REPACTUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Aos seis dias do mês de outubro do corrente ano, às dez horas, se reuniram por meio de videoconferência, o Chefe de Gabinete, Dr. Pedro Maia, a Corregedora Geral, Dra. Cleonice de Souza Lima, o Secretário Geral Adjunto, Dr. Ricardo de Assis Andrade, a representante do Colégio de Procuradores de Justiça, Dra. Elza Maria de Souza, o Coordenador da Gestão Estratégica, Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior e o Superintendente de Gestão Administrativa, Frederico Welington Silveira Soares, membros do Comitê de Repactuação Orçamentária.

O Superintendente cumprimentou a todos os presentes, bem como informou que Dra. Cleonice e Dr. Pedro ingressarão no decorrer da reunião e que no último dia 28 de setembro de 2021 foi publicado o Ato Normativo nº. 046/2021 da Procuradora-Geral de Justiça, prorrogando o Ato de Contingenciamento até o dia 31 de dezembro do ano em curso. Pontuou o Superintendente que iniciará a avaliação dos itens contidos na pauta, relativos aos Processos de Dispensa de Licitação, salientando que os itens iniciais, do primeiro ao terceiro item, se referem ao mesmo objeto, fornecimento de garrações de água mineral e que em 2022 será realizada a instalação de purificadores de água.

Pontuou ainda o Superintendente que o primeiro item, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01017.0016452/2021-91, oriundo da Promotoria de Justiça Regional de Itabuna, se refere ao fornecimento de 240 garrações de água mineral natural, sem gás, com capacidade para 20 litros, no valor de R\$ 1.920,00/ano. Esclareceu o Superintendente que o quantitativo de 240 garrações apresentado pela Promotoria de Justiça Regional de Itabuna é estimado para 01 ano, no valor de R\$ 1.920,00, que a Promotoria de Justiça Regional de Ibotirama, segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00994.0014239/2021-09, estimou o mesmo quantitativo de 240 garrações, no valor de R\$ 2.880,00 e que a Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro, terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01065.0016334/2021-66, estimou o quantitativo de 600 garrações para 01 ano, no valor de R\$ 7.200,00. Acrescentou o Superintendente que a demanda da Promotoria de Justiça Regional de Juazeiro está um pouco alta, que entrou em contato com a Gerente Natali Ribeiro e que a referida servidora informou que se trata de uma região muito quente, bem como justificou que circulam diariamente na Regional em média 102 pessoas, Promotores, Servidores, Estagiários, Voluntários, Assessores, Policiais, Vigilantes, Analistas, além de Advogados e Público em geral e que o período utilizado como referência foi anterior ao início de 2020, acrescido da chegada dos assessores que não faziam parte dos integrantes da Regional até pouco antes do período da Pandemia. Acrescentou ainda o Superintendente que apesar do valor anual de R\$ 7.200,00 da Regional de Juazeiro, representar o maior valor, o valor unitário do garrafão é praticamente o mesmo valor apresentado pela Regional de Ibotirama e que apenas a Regional de Itabuna apresenta o menor valor. Sugeriu o Superintendente a votação em bloco do primeiro ao terceiro item da pauta, relativos ao fornecimento de água mineral. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza informou que, em que pese o quarto e o quinto item da pauta não se tratar de fornecimento de água, mas se tratar de medidas preventivas, sugeriu a avaliação em bloco do primeiro ao quinto item da pauta.

O quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00973.0014483/2021-51, oriundo da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis, se refere a prestação de serviços de manutenção preventiva em condicionadores de ar, bem como instalação de condicionadores de ar split, no valor de R\$ 4.180,00. Esclareceu o Superintendente que a presente solicitação se refere aos serviços de manutenção em 03 condicionadores de ar split de 9.000Btus, 11 condicionadores de ar split de 12.000Btus, 01 condicionador de ar de janela de 7.500Btus e 01 condicionador de ar de janela de 10.000Btus, bem como instalação de 01 condicionador de ar split de 24.000Btus e 02 condicionadores de ar split de 18.000Btus.

O quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00896.0016140/2021-77, oriundo da Promotoria de Justiça Regional de Ilhéus, se refere a prestação de serviços de recarga de 16 extintores das duas Sedes da Promotoria de Justiça de Ilhéus, Promotoria de Justiça de Canavieiras e Promotoria de Justiça de Itacaré, no valor de R\$ 2.320,00.

Após a sugestão de Dra. Elza, todos os membros acompanharam a sua recomendação, votando pela aprovação em bloco do primeiro ao quinto item da pauta.

Encerrada a avaliação dos processos de Dispensa de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Inexigibilidade de Licitação.

O sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.45340.0015863/2021-51, oriundo do CEAf, se refere a autorização para realização de contratação direta do serviço técnico e singular consistente em Instrutoria de 20 h, do Curso de Comunicação não Violenta, na modalidade on-line, para 150 servidores da Instituição, no valor de R\$ 4.000,00. Esclareceu o Superintendente que Dr. Tiago justificou que o referido curso visa ao aprimoramento das habilidades de comunicação oral e escrita, com vistas ao fortalecimento do diálogo com a sociedade e melhoria da comunicação interna assim como o Desenvolvimento Pessoal e a Qualidade de Vida. Dr. Tiago justificou ainda que a escolha da instrutora Ana de Cássia Baião de Miranda foi baseada no seu conhecimento a respeito do tema e na atuação positiva em outros cursos ministrados na Instituição, como o Curso de Gestão do Tempo e Produtividade e o Curso de Ergonomia Aplicativa, ambos ministrados em 2019. Quanto ao valor apresentado, relativo ao pleito em questão, Dr. Tiago informa que se mostra compatível com os valores cobrados pelos cursos citados, já que o investimento foi de R\$ 2.000,00, por 16 horas, para até 40 participantes, cada e que o curso em questão possui como público-alvo 150 servidores, quase quatro vezes o quantitativo de participantes. Acrescentou o Superintendente que o processo está devidamente instruído, com todos os documentos necessários, bem como o Parecer Jurídico da Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência pela regularidade jurídica da contratação direta por Inexigibilidade de Licitação. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Lourival fez um questionamento ao Superintendente que foi devidamente esclarecido. Após os esclarecimentos fornecidos pelo Superintendente, Dr. Lourival fez a sua explanação, votando pela aprovação. O Superintendente cumprimentou Dra. Cleonice e Dr. Pedro que ingressaram na reunião, bem como contextualizou os itens que já foram tratados até o momento. Dra. Cleonice cumprimentou a todos e ratificou que acompanha os demais membros. Dr. Pedro cumprimentou a todos e informou que também acompanha os demais membros. Dr. Ricardo e o Superintendente também acompanharam o voto de Dra. Elza.

O sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02324.0013818/2021-14, oriundo da Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência, se refere a aquisição de assinatura anual da ferramenta Zênite Fácil, incluindo 03 acessos simultâneos e 10 orientações por escrito, no valor de R\$ 15.898,00. Esclareceu o Superintendente que, em que pese a equipe que integra a Assessoria Técnico-Jurídica ser bastante eficiente, porém reduzida, a Assessora Maria Paula encaminhou o pleito em questão para contratação da ferramenta com a finalidade de possibilitar a elaboração de pareceres jurídicos mais robustos com mais argumentos trazendo mais segurança jurídica para a Administração. Acrescentou o Superintendente que o processo está devidamente instruído com todas as certidões de regularidade fiscal, bem como o parecer jurídico. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº 19.09.00854.0015383/2021-79, oriundo da Diretoria de Tecnologia da Informação, se refere a prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao Sistema SisSoft2002 versão SOMBRA Light, no valor de R\$ 88.681,19/ano. Esclareceu o Superintendente que o Sistema SisSoft 2002, objeto da presente contratação, é utilizado pela CSI e diz respeito a investigação. Esclareceu ainda o Superintendente que a Diretoria de Tecnologia da Informação efetua o trabalho de contratação e suporte, que o Fiscal do Contrato é um técnico da própria CSI, mas ratifica que a contratação é realizada pela Diretoria de Tecnologia da Informação por se tratar de ferramenta tecnológica. Acrescentou o Superintendente que o valor apresentado de R\$ 88.691,19 por ano, equivale ao valor de aproximadamente R\$ 7.390,10 por mês. Acrescentou ainda o Superintendente que a Secretaria de Segurança Pública de Goiás utiliza essa mesma ferramenta, cujo valor pago é de R\$ 26.150,35 por mês e o Ministério Público do Mato Grosso do Sul paga o valor de R\$ 18.249,33 por mês. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Encerrada a avaliação dos processos de Inexigibilidade de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Licitação.

Seguindo com a reunião, o Superintendente comunicou que o nono e o décimo item da pauta possuem objetos semelhantes e por esse motivo fará a explanação de ambos para avaliação em bloco.

O nono item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00841.0016509/2021-75, oriundo da Diretoria de Tecnologia da Informação, se refere a aquisição de 30 mini Desktops com monitor para Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana, visando atender a Meta 4 do Convênio Federal 902186/2020, no valor de R\$ 213.238,20.

O décimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00841.0016512/2021-96, oriundo da Diretoria de Tecnologia da Informação, se refere a aquisição de 150 mini Desktop com monitor de alta performance, no valor de R\$ 1.066.191,00.

Esclareceu o Superintendente que o nono e o décimo item se referem a uma aquisição de mini desktop, que são equipamentos normais de alta tecnologia, cuja CPU (unidade central de processamento) tem o formato pequeno, permitindo a sua instalação na parte traseira do monitor, além de ocupar menos espaço na mesa de trabalho. Esclareceu o Superintendente que o nono item se trata de uma aquisição com recursos de Convênio Federal do Ministério da Justiça, que a licitação será realizada no valor de R\$ 213.238,20 e que basicamente todo o recurso para realização da aquisição será externo, possuindo apenas um pequeno valor de contrapartida que será arcado pela Instituição. Quanto ao décimo item, a aquisição será realizada com recurso diretamente da Instituição, sendo necessária para que seja realizada a

atualização do parque computacional anualmente, bem como a disponibilização desses equipamentos para atendimento com de novos servidores, novos assessores e membros da Instituição. Acrescentou o Superintendente que existe um plano de ação da Diretoria de Tecnologia da Informação para atualização dos equipamentos da Instituição que possuem mais de 05 anos de utilização e essa substituição é realizada gradualmente. Acrescentou ainda o Superintendente que ambos os processos se destinam a atualização dos equipamentos, que o nono item visa a aquisição para aparelhamento da Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana, com recursos de emenda parlamentar e o décimo item será custeado com recursos disponíveis no orçamento da Diretoria de Tecnologia da Informação para modernização Institucional. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação em bloco do nono e décimo item da pauta. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

O décimo primeiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.02684.0008789/2021-64, oriundo da Diretoria de Tecnologia da Informação, se refere a contratação de solução unificada de gestão de vulnerabilidade e conformidade de configurações para Ativos e Aplicações Web, no valor de R\$ 866.103,32. O Superintendente pontuou que incluirá o Diretor de TI, Yuri Araújo na reunião para fornecer mais informações, contribuindo com a avaliação do pleito. Yuri cumprimentou a todos, bem como contextualizou a necessidade da mencionada contratação. Yuri acrescentou que o processo foi avaliado em reunião anterior, porém foi necessário submetê-lo ao Comitê para nova apreciação, em razão da variação do dólar. O Superintendente agradeceu a Yuri o fornecimento dos esclarecimentos, bem como abriu para discussão, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Lourival perguntou ao Superintendente, qual o prazo da licença. O Superintendente verificou no processo e informou que o prazo da contratação é de 24 meses. Após a informação fornecida pelo Superintendente, Dr. Lourival informou que aprova a contratação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice. O Superintendente agradeceu a Yuri, o fornecimento dos esclarecimentos, bem como a sua participação. Yuri agradeceu a todos e se retirou da reunião.

Encerrada a avaliação dos processos de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Sessão Outros.

O décimo segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.02156.0015587/2021-39, oriundo da CSI, se refere a solicitação registrada pelo Coordenador da CSI, Dr. Gilberto Costa Amorim Júnior, para que se verifique a possibilidade de revisão dos termos ao Ato Normativo n°. 045/2021, no sentido de se prescindir, no que se refere a operações e ações do CSI, a antecedência de 10 (dez) dias para solicitação de diárias, afastando-se a necessidade de justificativa e autorização da Procuradoria Geral de Justiça, bem como conferir caráter de urgência e prioridade à tramitação destes procedimentos, de modo a possibilitar o pagamento célere da vantagem pecuniária e cessar as situações de prejuízo econômico atualmente frequentes para os colaboradores da CSI. Esclareceu o Superintendente que o pleito em questão foi sobrestado na reunião realizada no dia 29 de setembro de 2021, retornando para avaliação na presente reunião com a presença de Dr. Pedro. O Superintendente explicou o contexto da presente solicitação para Dr. Pedro, além de compartilhar a sua tela, apresentando o processo oriundo da CSI. Explicou ainda o Superintendente que a solicitação de Dr. Gilberto se trata da necessidade de uma autorização prévia para as situações excepcionais, cujas viagens não possuam uma programação antecipada e depois da sua realização, o registro seja efetuado pela Unidade de Diárias com lançamento no sistema, independente dos 05 dias de prazo, especificamente para a CSI, excepcionalizando o regramento do Ato de Diárias. Reforçou o Superintendente que no caso das situações excepcionais, sem data programada para realização da viagem antecipadamente, o beneficiário tem até 05 dias úteis após o retorno para efetuar o seu pedido de diárias, mediante o envio de e-mail a Procuradoria-Geral de Justiça, justificando e solicitando a autorização para que o lançamento seja efetuado pela Unidade de Diárias e que Pela explanação da CSI, existe a sinalização de não se enviar o e-mail solicitando autorização, em função da natureza do serviço da CSI. Explanou o Superintendente que a solicitação de Dr. Gilberto compreende também o pagamento célere das diárias, que o pagamento é realizado com celeridade, sempre que solicitado com 10 dias de antecedência e que no caso da CSI, o pagamento poderá ser priorizado por conta das operações. Dra. Cleonice fez a sua argumentação, pontuando que se manifestou na reunião anterior pelo indeferimento, mas gostaria de ouvir Dr. Pedro Maia, pois pode ter havido algum entendimento entre Dr. Pedro e Dr. Gilberto. Dr. Pedro informou que Dr. Gilberto sinalizou que enviaria o pleito para avaliação pelo Comitê e que é vital para organização das atividades de Inteligência. Dr. Pedro informou ainda que está tomando conhecimento do pleito nesse momento e que Dr. Edmundo, que está substituindo Dr. Gilberto, solicitou o seu apoio na avaliação da presente solicitação. Dr. Pedro acrescentou mais algumas informações e pontuou que concorda com o argumento de Dra. Cleonice e para uma maior segurança, sugeriu o ingresso de Dr. Edmundo na reunião para justificar o pedido, já que se distingui do regramento. Dr. Pedro salientou que a reunião poderá seguir o seu curso, não obstante o contato e ingresso de Dr. Edmundo. Dra. Cleonice acrescentou também mais algumas informações e sugeriu retornar o processo em questão na próxima reunião, convidando antecipadamente Dr. Edmundo, caso não seja possível a sua participação na sessão em curso.

O décimo terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.00855.0016855/2021-51, se refere a consulta formulada por Camila Barretto, da Chefia de Gabinete, relativa as diárias previamente autorizadas para o CEAT, CSI, GAECO, UAAF, Digitalize-se e correções da Corregedoria, caso ultrapassem o limite estabelecido de 04 diárias integrais ou 08 meias diárias, previstas no Ato Normativo de Diárias, deverão ser apreciadas pelo Comitê de Repactuação Orçamentária. Esclareceu o Superintendente que a solicitação em questão se refere a uma consulta, quanto a autorização prévia para emissão de diárias para o CEAT, CSI, GAECO, UAAF e correções da Corregedoria por possuírem tal autorização deverão respeitar o limite mensal estabelecido de 04 diárias integrais ou 08 meias diárias, porque tem chegado na Unidade de Análise de Diárias solicitações que excedem o limite estabelecido, por exemplo de 05, 06 ou 07 diárias, de acordo com roteiros e que algumas vezes acabam ultrapassando o limite de 04 diárias. Salientou o Superintendente que a Unidade de Diárias possui o

entendimento que foi autorizada previamente a emissão de diárias para as mencionadas Unidades, independente da deliberação de Dra. Norma com o opinativo do Comitê, respeitando o limite de 04 diárias e o questionamento surgiu por conta da ocorrência de excedente, quando houver, se a solicitação de diária deverá ser encaminhada para avaliação do Comitê ou se a solicitação fica previamente autorizada, quando exceder o limite se necessário. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice informou que prefere ouvir primeiro Dr. Pedro. Dr. Pedro fez a sua explanação, antecipando o seu voto pelo indeferimento das diárias excedentes. Acrescentou Dr. Pedro que a consulta foi encaminhada pela servidora Camila do Gabinete. Acrescentou ainda Dr. Pedro que não houve, por parte do Comitê, o indeferimento das diárias dentro do limite, pelo contrário a solicitação de diárias estão previamente autorizadas dentro dos limites estabelecidos. Dra. Cleonice fez a sua explanação, acompanhando o voto de Dr. Pedro, bem como ratificou que deverá ser mantido os limites de diárias estabelecidos. Todos os membros acompanharam o voto de Dr. Pedro e Dra. Cleonice.

O décimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01754.0010577/2020-07, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere a locação de imóvel que abrigará a Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor de R\$ 5.000,00/mês. Contextualizou o Superintendente que o Comitê aprovou o aluguel do imóvel para abrigar a Sede da Promotoria de Justiça de Nazaré por R\$ 4.000,00. Ocorre que o proprietário do imóvel, se comprometeu inicialmente a fazer a reforma do imóvel e posteriormente, adoeceu e que não tem condições de realizar a reforma, desistindo da locação do imóvel. Contextualizou o Superintendente que a Diretoria de Engenharia havia sinalizado a existência de um outro imóvel, adequado para abrigar as instalações da promotoria, em detrimento do imóvel escolhido pelos promotores de justiça a época. Acrescentou o Superintendente que foi efetuado contato com a proprietária do outro imóvel e que o valor do aluguel passou de R\$ 4.500,00 para R\$ 5.000,00, além da Instituição assumir a reforma para adaptação desse imóvel. Salientou o Superintendente que a reforma poderá ser realizada posteriormente e que há condições do imóvel comporta a estrutura de funcionamento do Ministério Público. Salientou o Superintendente que a Diretoria de Engenharia visitou o local e confirmou que o imóvel, como está hoje, tem condições de abrigar a promotoria, bem como o contato que foi realizado com os promotores da Comarca de Nazaré. O Superintendente acrescentou mais algumas informações, contribuindo para avaliação da solicitação em questão. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dr. Pedro pediu licença para também acrescentar mais algumas informações, além de antecipar o seu voto pela aprovação. Dra. Cleonice fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice e Dr. Pedro.

Encerrada a avaliação dos processos da Sessão Outros, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Diárias.

Antes de iniciar com a avaliação dos processos de Diárias, o Superintendente sinalizou que na reunião realizada no dia 29 de setembro de 2021 fora solicitada passagem aérea e diária para Dra. Sara Gama Sampaio, surgindo a dúvida se o pleito era para Dra. Sara ou para sua assessora. O Superintendente informou que foi confirmado que a solicitação das passagens aéreas, bem como as diárias era para Dra. Sara e não para sua assessora. Dra. Cleonice acrescentou que o segundo pedido restou prejudicado, pois o primeiro fora autorizado no dia 22 de setembro de 2021. Sinalizou ainda o Superintendente que fez contato com Dr. Marcel, relativa à sua solicitação de diária para substituir em Salvador, saindo de São Gonçalo dos Campos. Pontuou o Superintendente que Dr. Marcel recebe diferença de entrância, de modo que, restou prejudicada a sua solicitação de diárias e que Dr. Marcel entendeu a situação, além de agradecer e informar que desconhecia do normativo.

Prosseguindo com a reunião, o Superintendente sugeriu a avaliação em bloco dos processos de diárias, bem como salientou que não há nenhum ponto de atenção e que a aprovação será efetuada em bloco e constará o registro no final.

O décimo quinto item da pauta, Processo SIMP Nº. 003.0.2040/2021, se refere a solicitação de 3 diárias e meias diárias e para Dr. Gilberto Ribeiro de Campos, face a realização de substituição na Promotoria de Justiça de Prado no mês de agosto/2021. Esclareceu o Superintendente que Dr. Gilberto é Titular de Teixeira de Freitas.

O décimo sexto item da pauta, Processo SIMP Nº. 003.0.2051/2021, se refere a solicitação de meia diária para Dra. Guiomar Miranda de Oliveira Melo, face a realização de substituição na Promotoria de Justiça de Condeúba, no dia 17 de agosto de 2021. Esclareceu o Superintendente que Dra. Guiomar é Titular de Vitória da Conquista.

O décimo sétimo item da pauta, Processo SIMP Nº. 003.0.2052/2021, se refere a solicitação de 04 meias diárias para Dr. Bruno Gontijo Araújo Teixeira, face a realização de substituição na Promotoria de Justiça de Belmonte, respectivamente, nos dias 27 de maio, 17 de junho, 19 e 25 de agosto de 2021. Esclareceu o Superintendente que Dr. Bruno é Titular de Porto Seguro.

O décimo oitavo item da pauta, Processo SIMP Nº. 003.0.2053/2021, se refere a solicitação de 02 diárias para Dra. Thiara Rusciolli Souza Bezerra, face a realização de substituição na Promotoria de Justiça de Rio Real, de 18 a 20 de maio de 2021. Esclareceu o Superintendente que Dra. Thiara é Titular de Camaçari.

O décimo nono item da pauta, Processo SIMP Nº. 003.0.2054/2021, se refere a solicitação de 02 meias diárias para Dr. Gustavo Pereira Silva, face a realização de substituição na Promotoria de Justiça de Seabra, respectivamente, nos dias 19 de abril e 09 de julho de 2021. Esclareceu o Superintendente

que Dr. Gustavo é Titular de Lençóis. Dr. Ricardo informou que Dr. Gustavo é Titular de Lençóis, mas não assumiu ainda e que possivelmente, ele está atuando em Seabra e pediu diária para se deslocar para Lençóis. Acrescentou Dr. Ricardo que Dr. Gustavo entrará em exercício em Lençóis, a partir de 03 de novembro de 2021. O Superintendente verificou o processo físico e confirmou que a solicitação de Dr. Gustavo é de Seabra para Lençóis. Acrescentou ainda Dr. Ricardo que Dr. Gustavo se titularizou em Lençóis, mas com prejuízo de sua titularidade e a partir de 03 de novembro de 2021, ele assumirá e substituirá em Seabra. O Superintendente pontuou que está registrado na ata.

O vigésimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.00855.0016754/2021-23, se refere a solicitação de 01 diária para Dr. João Paulo Schoucair, face ao seu deslocamento de 25 a 26 de janeiro de 2021, acompanhando a Procuradora-Geral de Justiça, para participar da Reunião Ordinária do CNPG, na Sede do MPDFT, em Brasília.

O vigésimo primeiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.01998.0016310/2021-02, se refere a solicitação de 01 diária, bem como passagens aéreas para o Assistente Militar, Gilberto Morbeck e o Major Luciano Correia, face a realização de deslocamento de 21 a 22 de outubro de 2021, acompanhando a Procuradora-Geral de Justiça, na Cidade de Vitória da Conquista.

O vigésimo segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.02191.0016083/2021-15, se refere a solicitação de 02 diárias e meia, bem como passagens aéreas para Dr. Fábio Fernandes Correa, em razão do seu deslocamento de Teixeira de Freitas para Salvador, de 25 a 27 de novembro de 2021, a fim de participar de uma reunião com representantes do INEMA, no período matutino, bem como participar da "Oficina NUMA e VII Workshop do Programa Floresta Legal", no período vespertino.

O vigésimo terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.00855.0016788/2021-67, se refere a solicitação de meia diária para o motorista Josenilson Santos Silva (Solicitação e-Dia 596.7.233/2021), lotado na Promotoria de Justiça de Feira de Santana, em função do seu deslocamento no dia 01 de outubro de 2021, tendo em vista a necessidade de retirada de bens de consumo e equipamentos de informática na Sede CAB.

O vigésimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.02185.0016258/2021-85, se refere a solicitação de 01 diária para Dra. Letícia Campos Baird, em razão do seu deslocamento de Serrinha para Salvador, de 27 a 28 de setembro de 2021, a fim de participar de um podcast promovido pela ICLEI and One Planet na Sede CAB (disponibilização do estúdio da Radio MP, em função da conexão de Internet na Promotoria de Justiça de Serrinha).

O vigésimo quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.1319.0016057/2021-20, se refere a solicitação de 03 diárias e meia, bem como passagens aéreas para Dr. Tiago de Almeida Quadros, em função do seu deslocamento de Salvador para Porto Alegre, de 23 a 26 de novembro de 2021, a fim de participar do I Encontro Nacional do CDEMP na Cidade de Porto Alegre/RS, no dia 24 de novembro de 2021 e 5ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Brasil, na Cidade de Gramado/RS, no dia 25 de novembro de 2021.

O vigésimo sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.45340.0016101/2021-68, se refere a solicitação de 01 diária (Solicitação e-Dia 066.7.224/2021), bem como pagamento de despesas com transporte (veículo próprio) para Dra. Thays Rabelo da Costa, em razão do seu deslocamento de Casa Nova para Salvador, no dia 05 de outubro de 2021, a fim de participar como palestrante do "Painel: Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, do Curso de Adaptação Funcional dos Novos Promotores de Justiça. Esclareceu o Superintendente que Dra. Thays solicita diária e reembolso com deslocamento em veículo próprio. Ocorre que o Ato de Diárias só permite despesa com veículo próprio para diárias de substituição e nesse caso, a solicitação se refere a diária administrativa. Esclareceu ainda o Superintendente que a solicitação de diárias de Dra. Thays está de acordo, porém não será possível efetuar o pagamento da despesa com deslocamento em veículo próprio, por conta da previsão no Ato de Diárias.

O vigésimo sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.45340.0016478/2021-88, se refere a solicitação de 01 diária e meia (Solicitação e-Dia 704.7.241/2021) para Dr. Thomas Bryann F. do Nascimento, em razão do seu deslocamento de Macaúbas para Salvador, no dia 05 de outubro de 2021, a fim de participar como palestrante do "Painel: Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, do Curso de Adaptação Funcional dos Novos Promotores de Justiça.

O vigésimo oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI N°. 19.09.02350.0016931/2021-38, se refere a solicitação da Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que a Coordenação de Execução Orçamentária registrou o processo em questão para avaliação da solicitação de meia diária para Dr. Artur José Santos Rios, Titular de Barreiras, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Baianópolis, no dia 05 de outubro de 2021; meia diária para o servidor Lucas Pinto da Silva, lotado em Barreiras, face a necessidade de acompanhamento de Dr. Artur José Santos Rios, na Promotoria de Substituição de Baianópolis, no dia 05 de outubro de 2021; Acrescentou o Superintendente que Baianópolis não possui servidor; 01 diária e meia para Dr. Audo da Silva Rodrigues, Titular de Feira de Santana, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu, de 07 a 08 de outubro de 2021; 01 diária para Dra. Catharine Rodrigues de Oliveira Matos, Titular de Eunápolis, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Itabela, de 08 a 09 de outubro de 2021; meia diária para o servidor Eduardo Santana Freitas, face a necessidade de

condução do veículo de Feira de Santana com destino a Sede e Zona Rural do município de Serra Preta para inspeção e entrega de ofícios/notificações, no dia 29 de setembro de 2021; meia diária para o servidor Josevaldo Bernardino, face a necessidade de condução do veículo de Feira de Santana com destino aos municípios de Anguera e Serra Preta para entregar ofícios, no dia 28 de setembro de 2021 e 04 diárias para Dr. Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães, Titular de Jequié, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos, de 04 a 08 de outubro de 2021.

O vigésimo nono item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0016932/2021-45, se refere a solicitação da Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que a Coordenação de Execução Orçamentária registrou o processo em questão para avaliação da solicitação de meia diária para Dr. Fernando Rodrigues de Assis, Titular de Brumado, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Ituaçu, no dia 01 de setembro de 2021; meia diária para Dr. Moisés Guarnieri dos Santos, Titular de Teixeira de Freitas, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Nova Viçosa, no dia 08 de outubro de 2021; 01 diária para Dr. Raimundo Nonato Santana Moinhos, Titular de Juazeiro, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Sento Sé, de 06 a 07 de outubro de 2021; 01 diária para o servidor Vinicius Castro da Costa, lotado em Juazeiro, face a necessidade de acompanhamento de Dr. Raimundo Nonato Santana Moinhos, na Promotoria de Substituição de Sento Sé, de 06 a 07 de outubro de 2021; 03 diárias e meia para Dr. Fernando Rogério Pessoa Vila Nova Filho, Titular de Esplanada, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Andaraí, de 19 a 22 de outubro de 2021; 03 diárias para Dr. João Batista Madeiro Neto, Titular de Teixeira de Freitas, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Ibirapuã, no mês de setembro de 2021 e 04 diárias para Dr. João Batista Madeiro Neto, face a necessidade de substituição na Promotoria de Justiça de Ibirapuã, no mês de outubro de 2021.

O trigésimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0016933/2021-52, se refere a solicitação de meia diária para o motorista Ugo Perez Cerqueira, em razão do deslocamento de Salvador para Catu, no dia 15 de setembro de 2021, na condução de um colaborador e materiais da Coordenação de Manutenção Predial para reconstrução de parte do muro da Promotoria de Justiça de Candeias. Esclareceu o Superintendente que ocorreu um acidente na Promotoria de Justiça de Candeias, de modo que, foi necessário enviar uma equipe para efetuar o reparo no muro da referida Promotoria e como a Cidade de Candeias não tinha o material necessário para reparo do muro, o motorista Ugo Perez Cerqueira, lotado na Coordenação de Transportes, se deslocou no dia 15 de setembro de 2021 para Catu que fica superior a distância de 50Km para realizar a compra, bem como o carregamento do material para Candeias.

Após a leitura de todos os itens, o Superintendente abriu para discussão, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice fez a sua explanação, chamando atenção para o vigésimo sexto item, relativo à solicitação de Dra. Thays, quanto ao pagamento da despesa de transporte com veículo próprio, pois a promotora se deslocou de Casa Nova para Salvador em veículo próprio e a diária não compensa o custo com o combustível, destacando a sua dificuldade de negar a solicitação para pagamento com despesa de transporte para Dra. Thays. Dr. Ricardo pontuou que não tinha conhecimento e perguntou ao Superintendente se essa questão já constava no outro ato ou foi inserido no novo Ato de Diárias. O Superintendente respondeu que já constava no Ato anterior e que não houve alteração. Acrescentou o Superintendente que é fornecido passagem aérea ou terrestre para o deslocamento do membro. Dra. Cleonice ratificou que tem dificuldade de negar e que talvez seja necessário alterar o ato de diárias. Dr. Pedro informou que concorda com Dra. Cleonice, mas, se não tem base normativa para pagamento, não há o que ser feito. Acrescentou Dr. Pedro que talvez seja necessário reavaliar o ato de diárias para efetuar alteração nesse sentido. Após várias discussões, todos os membros aprovaram em bloco do décimo quinto ao trigésimo item da pauta, com a ressalva apenas para o pagamento da despesa com transporte, contido no vigésimo sexto item, que foi indeferido por não haver base normativa, contudo será avaliada a alteração no ato de diárias.

Encerrada a avaliação dos itens formais da pauta, o Superintendente avisou que serão apreciados dois itens, conforme anunciado por Dr. Pedro, na Sessão “O que Ocorrer”.

Dr. Pedro comunicou que solicitou a Camila o envio da solicitação de Dr. Antônio Luciano Silva Assis, em razão da sua preocupação com o pleito em questão. Contextualizou Dr. Pedro que Dr. Antônio Luciano fez uma solicitação na semana passada, informando da necessidade de deslocamento pela primeira vez para Comarca de Cansanção, com a finalidade de apresentar relatório de assunção, coleta de dados e para a realização desse deslocamento, Dr. Antônio Luciano solicitou 04 diárias, ocorre que não havia tempo hábil para inclusão na pauta, pois o pleito foi encaminhado na quarta-feira da semana passada. Contextualizou ainda Dr. Pedro que foi solicitada a devolutiva para que Dr. Antônio Luciano efetuasse o deslocamento e que a solicitação seria submetida para avaliação do Comitê na presente sessão, porém o pedido tem uma especificidade abrangendo também escolta policial e carro oficial para substituição. Acrescentou Dr. Pedro que foi orientado a Dr. Antônio Luciano efetuar a solicitação das 04 diárias, conforme o padrão de autorização do Comitê, que Dr. Antônio Luciano poderia realizar o deslocamento e que não haveria qualquer obstáculo quanto ao pedido das diárias, mas o pedido de escolta e carro, o Comitê teria precedente de não autorizar, salvo em situações especiais para o deslocamento com veículo oficial e em relação a escolta seria necessária uma análise da Assistência Militar, bem como do CGS. Acrescentou ainda Dr. Pedro que Dr. Antônio Luciano informou que foi realizada a alteração da data da viagem para semana subsequente, porém reiterando o pedido para realização do deslocamento com escolta policial e carro oficial para realização de Juri na Comarca de Substituição. Salientou Dr. Pedro a importância da análise do pleito em questão, pois difere dos demais pedidos até para que seja dado o retorno ao promotor para realizar o deslocamento com veículo próprio ou através de ônibus, bem como verificar a questão das diárias. Dr. Cleonice informou que não entendeu muito bem o pedido da escolta. Dr. Pedro informou que o primeiro pedido se referia a questão da

assunção e o segundo consta a informação da participação no Júri de grande sensibilidade, pois há muito tempo não é realizado Júri na região. Dra. Cleonice chamou atenção, pois o pleito envolve despesas com combustível, além de diárias para o membro, policial militar e motorista.

O Superintendente aproveitou, enquanto o processo está sendo localizado, para informar que conversou com Dr. Edmundo pelo WhatsApp, que Dr. Edmundo destacou que não está por dentro da solicitação, relativa as diárias (décimo segundo item da pauta) e que imaginou que fosse a solicitação para realização de um curso. Acrescentou o Superintendente que Dr. Edmundo prefere que o tema em questão seja tratado na próxima reunião. Dra. Cleonice informou que o pedido de Dr. Gilberto ficará sobrestado para avaliação na próxima reunião. Dr. Pedro ratificou que tem uma solicitação de curso também para o CSI e que talvez tenha ocorrido algum equívoco para não constar na pauta, a solicitação de Dr. Antônio Luciano, bem como a demanda do Curso do CSI.

Retornando a avaliação de Dr. Antônio Luciano. Dr. Lourival acrescentou que ocorreu uma situação há um tempo atrás em Cansanção. Após localização da solicitação de Dr. Antônio Luciano enviada por e-mail (Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0017221/2021-91), o Superintendente explanou que Dr. Antônio Luciano requer autorização para pagamento de diárias, no período de 25 a 29 de outubro de 2021, relativas ao deslocamento de Salvador para Comarca de Substituição em Cansanção, bem como designação de motorista com veículo e escolta de um Policial Militar a fim de participar de sessão do julgamento pelo Tribunal do Júri, no dia 26 de outubro de 2021, salientando que se trata de processo de réu preso e de repercussão local, inclusive porque a Comarca de Cansanção não realiza sessões de Júri a considerável lapso de tempo. Explanou ainda o Superintendente que consta no pleito a informação que, além da atividade do Júri, o deslocamento terá condão de propiciar a tomada de ciência das questões administrativas da Unidade, notadamente para estabelecer dinâmica de trabalho com Assistente Técnica Administrativa, questões relativas ao recebimento dos inquéritos via PJE /ou CION e reunião com o Conselho de Segurança do município, bem como para ajustar procedimentos e cumprimento de recomendações decorrentes da Correição Ordinária da Corregedoria, agendada para o dia 07 de outubro de 2021, às 09:30. Acrescentou o Superintendente que consta também a informação para autorização de pagamento de diárias, bem como realização do deslocamento da Capital para a Comarca de substituição, em veículo oficial e com escolta de um Policial Militar, ou na impossibilidade deste último, uma vez que tem ciência do trâmite junto ao CGS, da designação de motorista. Finalizou o Superintendente, informando que esse é o pleito de Dr. Antônio Luciano para apreciação do Comitê. Dra. Cleonice sugeriu que o motorista pode ser um policial militar, dispensando assim o pedido do motorista. Dr. Pedro salientou que o pedido da escolta requer uma avaliação do CGS e Assistência Militar, pois a indicação da escolta policial é efetuada tanto pela Assistência Militar quanto pela CGS para não usurpar a atividade dessas áreas. Dr. Pedro salientou ainda que o pedido do deslocamento em veículo oficial com escolta, se for necessário, após avaliação do CGS e Assistência Militar será fornecido, porém o pedido não se distingue dos demais colegas que realizam substituição, em razão da Instituição não possuir suporte para fornecer motorista e policial militar para o deslocamento de todos os membros que substituem. Dr. Ricardo acrescentou algumas informações pertinentes ao tema e atribuições da Secretaria-Geral. Dra. Cleonice sugeriu o envio do processo para o CGS e Assistência Militar para avaliação do pedido de escolta policial. Dr. Pedro sugeriu a autorização das 04 diárias e deliberação do deslocamento com escolta policial e o veículo oficial para avaliação do CGS, caso se identifique qualquer situação de risco ou vulnerabilidade física a vida do Promotor de Justiça. Todos os membros acompanharam a sugestão fornecida por Dr. Pedro para autorização das 04 diárias e envio do processo ao CGS e Assistência Militar para análise da solicitação de deslocamento com escolta policial e veículo oficial.

O Superintendente explanou que foi localizado o Processo Eletrônico Nº. 19.09.02156.0016527/2021-23 – O, relativo à solicitação de curso do CSI e como não havia informação de dotação orçamentária, o referido processo foi remetido para Diretoria de Programação e Gestão Orçamentária para instrução das informações orçamentárias. Dr. Pedro pontuou que o CSI tem recurso. O Superintendente confirmou, porém ratificou que o mencionado processo foi direcionado a Diretoria de Programação e Gestão Orçamentária para verificar as informações orçamentárias, bem como o recurso. O Superintendente registrou que acessará o BI e que a solicitação se refere a necessidade de realização de 02 cursos complementares para o CSI, no valor total de R\$ 18.500,00. Acrescentou o Superintendente que o curso é específico para Unidade de Inteligência, que a pretensão futura é aprofundar esse treinamento no próximo exercício financeiro, inclusive para verificar a necessidade de contratação de uma consultoria, de modo que a presente solicitação de autorização se funda no princípio da oportunidade e na necessidade de iniciar um detalhado e demorado processo de atualização do modelo de gestão, diante de um quadro em constante evolução que necessita de uma intervenção imediata para minimizar riscos de comprometimento dos ativos a atividade de inteligência e de segurança institucional e, conseqüentemente, dos serviços prestados pela CSI. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Cleonice. Dra. Cleonice perguntou se já consta as informações orçamentárias no processo. O Superintendente pontuou que abrirá o BI para verificar as informações requeridas. Dra. Cleonice perguntou quando será realizado o curso e o Superintendente informou que não consta tal informação no processo. O Superintendente registrou que o CSI possui o valor disponível de R\$ 300.000,00 para utilização e que não necessita de descontingenciamento de recurso, em razão do saldo disponível. Após as informações fornecidas pelo Superintendente, Dra. Cleonice votou pela aprovação da despesa. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Cleonice.

Nada mais tendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião.

Salvador, 06 de outubro de 2021.

Dr. Pedro Maia

Chefe de Gabinete

Dra. Cleonice Souza de Lima
Corregedora Geral

Dr. Ricardo Assis
Secretário-Geral Adjunto

Dra. Elza Maria de Souza
Procuradora de Justiça

Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior
Coordenador da Gestão Estratégica

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 13/10/2021, às 08:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elza Maria de Souza** em 13/10/2021, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Maia Souza Marques** em 13/10/2021, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0212083** e o código CRC **B15CB69A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Chefia de Gabinete informando que, em reunião do Comitê de Repactuação Orçamentária realizada no dia 06/10/2021, foram tratados dentre outros temas, a solicitação formulada pela Diretoria Administrativa, referente a locação de imóvel que abrigará a Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor de R\$ 5.000,00/mês.

Após explanações, todos os presentes se manifestaram pelo **deferimento** do pleito.

Ante ao exposto, encaminhamos o procedimento juntamente com cópia da ata da referida reunião para deliberação final da Procuradoria Geral de Justiça conforme prevê o Ato Normativo 07/2020, alterado pelos Atos Normativos nº 048/2020, nº 035 de 28 de junho de 2021 e nº 046 de 28 de setembro de 2021, com efeitos extensivos até 31 de dezembro de 2021.

Em tempo, nos colocamos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Cordialmente,

FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 19/12/2021, às 17:91, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.914/2026.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0213999** e o código CRC **9D6E6143**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária.
- Encaminhe-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para conhecimento e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto às comunicações necessárias.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti** em 19/12/2021, às 11:29, conforme artf 1.º, III, da Lei 11.141/2005 e a Resolução 11.141/2005.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisistemasfmp.afmpf.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0214321** e o código CRC **BFE3E0E3**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando que o pleito formulado pela Diretoria Administrativa foi devidamente autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária, relativo à locação de imóvel para instalação da Promotoria de Justiça de Narazé, no valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para adoção das providências necessárias.

Anexa minuta da Portaria nº 299/2021, relativa às indicações de fiscal e suplente do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 20/28/1812, às 22:23, conforme art. 2º, III, "b", da Lei 22.429/1886.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=8 informando o código verificador **0215164** e o código CRC **5D9D8FDA**.

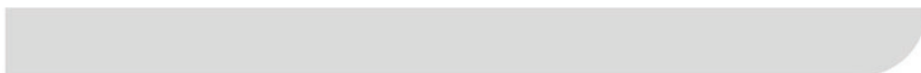
PORTARIA Nº 21192/20

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Manoel Souza das Neves, matrícula nº 352.420, e Jade Ferraz Barbosa Pereira, matrícula nº 354.870, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº _____/2021 - SGA, relativo à locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Nazaré.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, _____ de _____ de 2021.

Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando as alterações relativas à contratação inicial, encaminhamos o expediente à Diretoria Administrativa para que seja promovida a delimitação da nova contratação, inclusive com a elaboração e o consequente encarte de novo Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/12/2011, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0217008** e o código CRC **A38BD7BD**.

Locação Imóvel Nazaré (BA)

Carlos <carfranca@gmail.com>

Qui, 14/10/2021 14:57

Para: Maria Amalia Borges Franco <amalia@mpba.mp.br>; Fernanda de Araújo Quadros <fernanda.quadros@mpba.mp.br>; Michela Cordeiro <michela@mpba.mp.br>; Diretoria Engenharia e Arquitetura <dir.engearq@mpba.mp.br>

Prezados,

Conforme contato telefônico desta data e considerando os procedimentos posteriores à histerectomia total (retirada de útero, ovários e trompas), a que Elizabeth de Andrade França será submetida na próxima terça-feira e, ainda alterações significativas nos exames de CA 125 e ressonância magnética, informamos que precisaremos do nosso imóvel para apoio de tratamento quimioterápico prolongado a ser feito em Salvador (BA), visto que ali conta com apoio de seus familiares mais próximos.

Tínhamos como certa a locação, mas esse imprevisto veio dar outra direção aos nossos planos.

Pedimos desculpas pelo ocorrido, porém acreditamos que esse MPE vai entender a nossa situação e redirecionar seus esforços.

Atenciosamente,

Carlos França Filho e Elizabeth de Andrade França



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Diretoria de Engenharia e Arquitetura - DEA,

Considerando reunião ocorrida em 18/10/2021 com o locador e corretor do imóvel objeto da mudança, encaminhamos o presente expediente para revisão do projeto e elaboração de estimativa de custos.

Maria Amalia Borges Franco

Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 23/31/21230, s 3à:5f 0con.or me artº 310""0L.t0da 4ei 33f 39/2116º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei%systemas%mpLa%mp%Lr/sei/controlador_externo%php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=1 in.ormando o código veri.icador **0218974** e o código CRC **8B588BEFº**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DADM,

Atendendo ao solicitado no despacho 0218974, encaminho a seguir a revisão dos Anexos para o novo TR (projeto e memorial descritivo) e estimativas de custos dos serviços a serem executados pelo proprietário, conforme nova proposta apresentada para locação do Imóvel 2 (0207779) e entendimentos da reunião de 18/10 com participação desta Diretoria, DADM, o proponente locador e seu corretor.

Ressalto que para o levantamento estimativo dos serviços foram utilizados os mesmos critérios para demais contratações desta Diretoria.

A DEA se coloca à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Fernanda Araujo

Diretora de Engenharia e Arquitetura
em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Araújo Quadros** em 004 2420/ 1, s / à:3/ 1conforme art. / °1III1"b"1da Lei / / .3/ 94226.



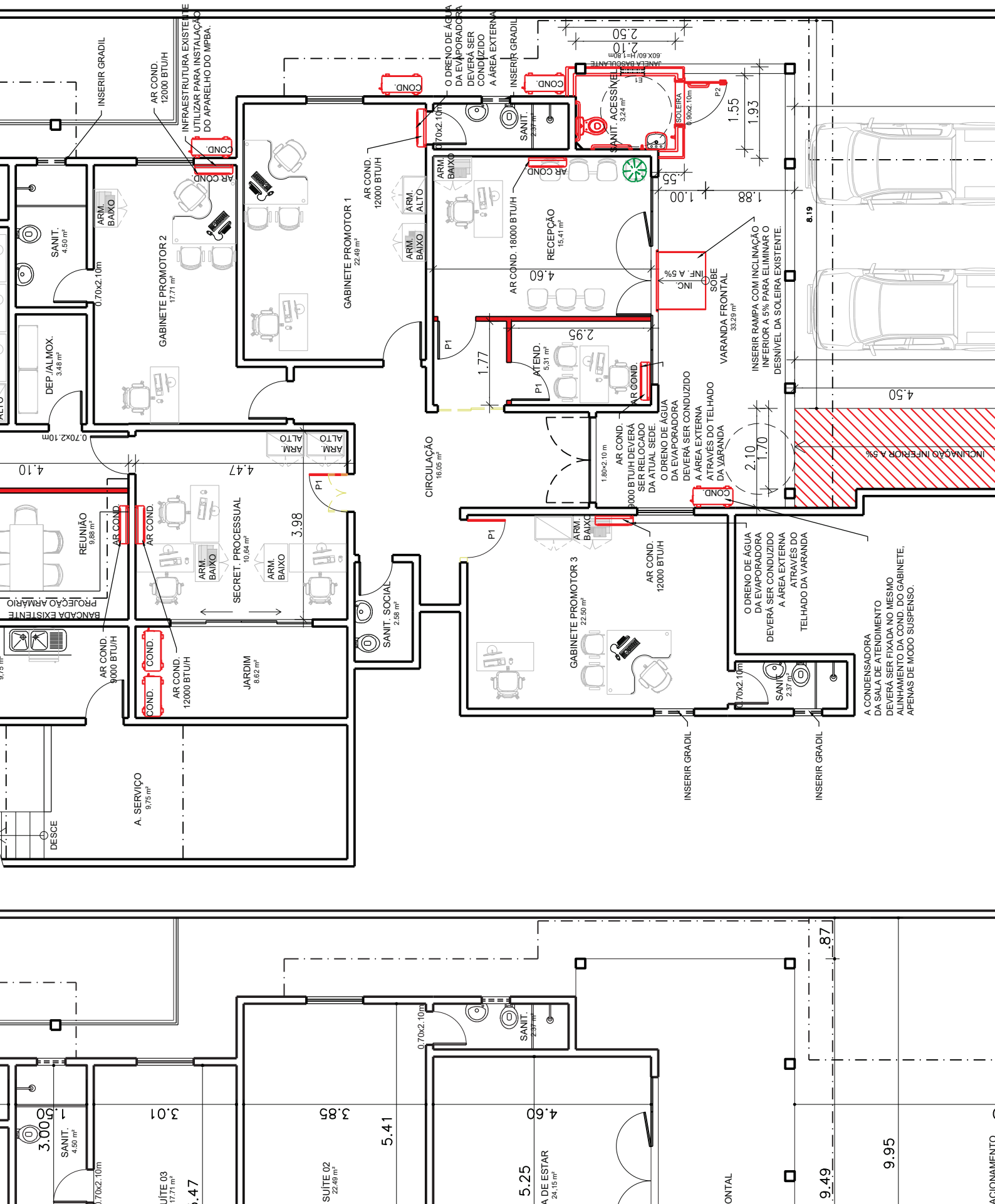
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0219745** e o código CRC **764E39D4**.

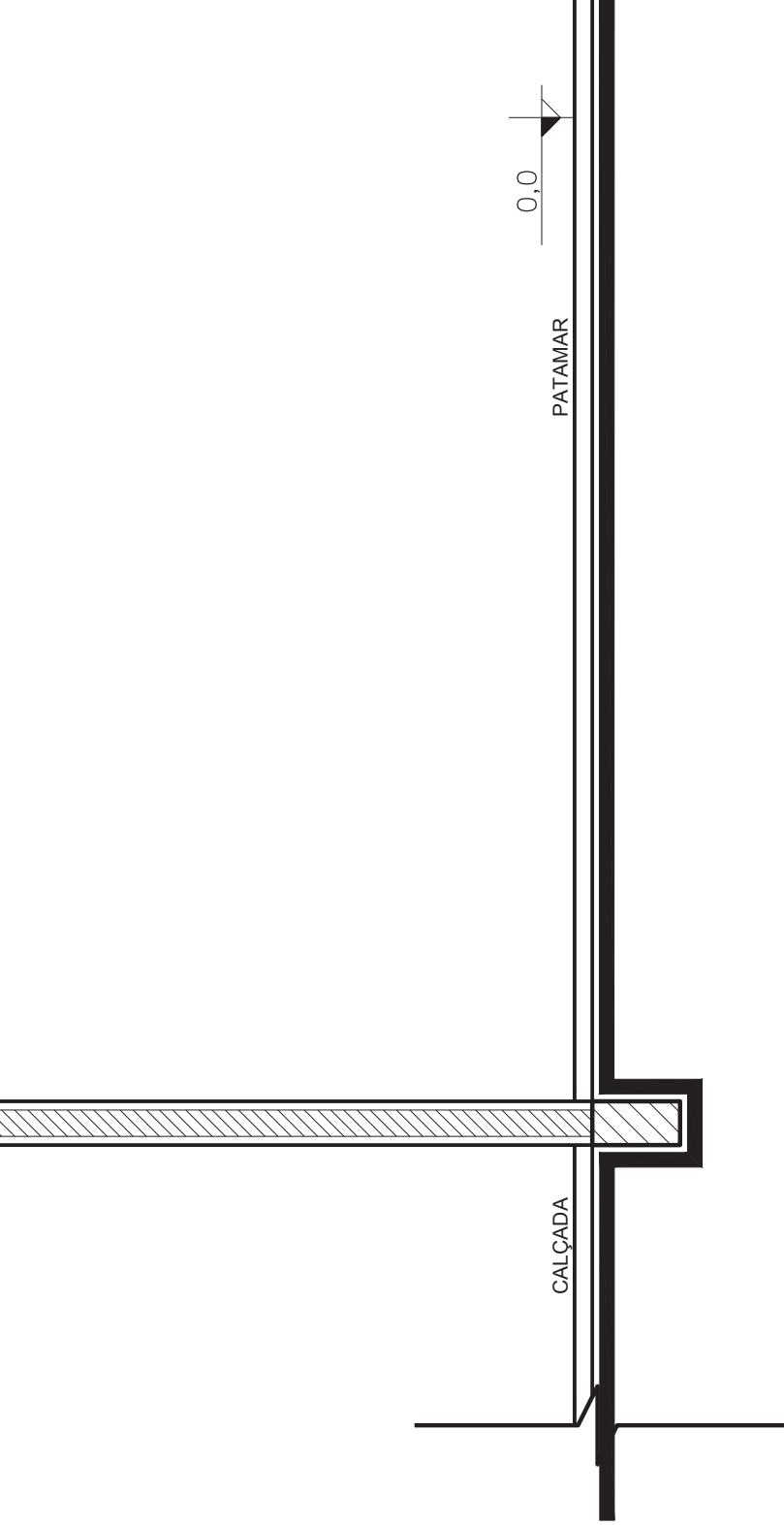
	P2	PORTA DE GIRO
	E1	JANELA BASCULANTE

	ELEMENT	ELEMENT	ELEMENT	VISOR /

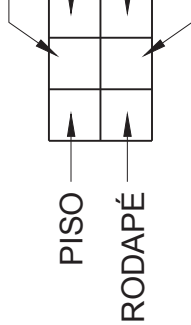
- | | |
|----|------------------|
| 1. | TODAS AS COTAS |
| 2. | AS MEDIDAS DE |
| 3. | EM CASO DE DIVER |
| 4. | PARA REALIZAÇÃ |
| 5. | AS DEMOLIÇÕES |
| 6. | O POSICIONAMEN |
| 7. | O FORNECIMENT |
| 8. | APENAS 01 APAR |


02	MARIA NETTO	20.
01	MARIA NETTO	05

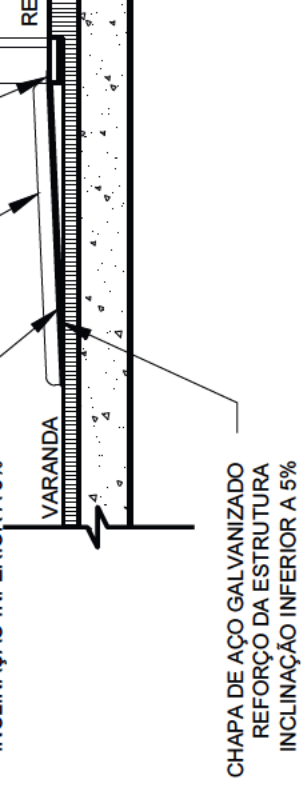




QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES



 PISO INTERNO	 PISO EXTERNO
1. REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO GRÊS 35X35 CM	
2. PISO CIMENTADO ESPESSURA DE 2,5cm	
3. CONCRETO MOLDADO in loco COM ESPESSURA MÍNIMA DE 6cm E JUNTA DE MADEIRA SERRADA SOBRE	



RAMPA ACESSÍVEL - DESNÍVEL
CORTE - AA

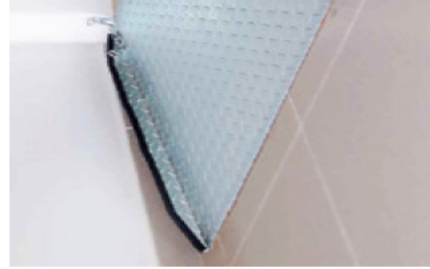


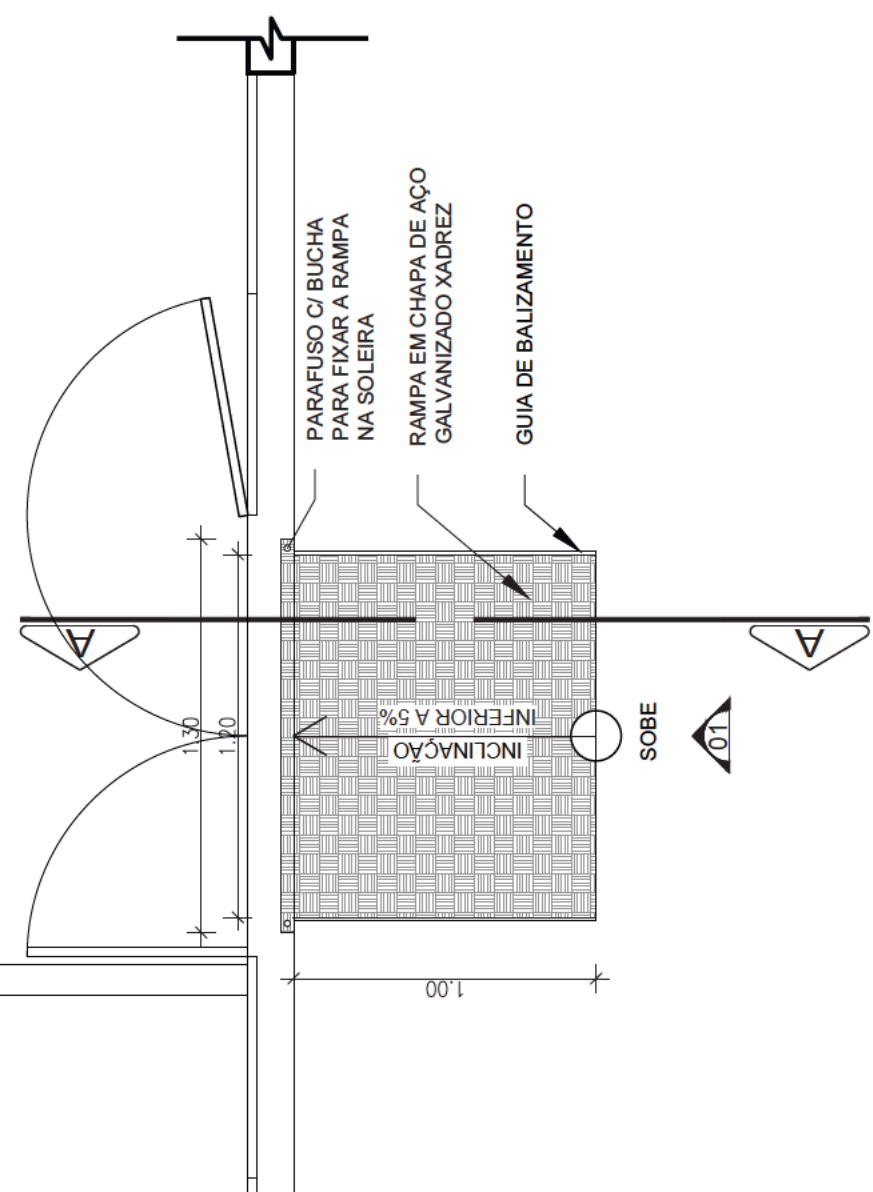
FIGURA 01- RAMPA UTILIZADA COMO
FONTE: WWW.ECOPONTES.COM.BR

01					
00	MARIA NETTO	31.08.21	EMIÇÃO	INICIAL	
REV. N°	POR	DATA	DESCRIÇÃO		
QUADRO DE REVISÕES					

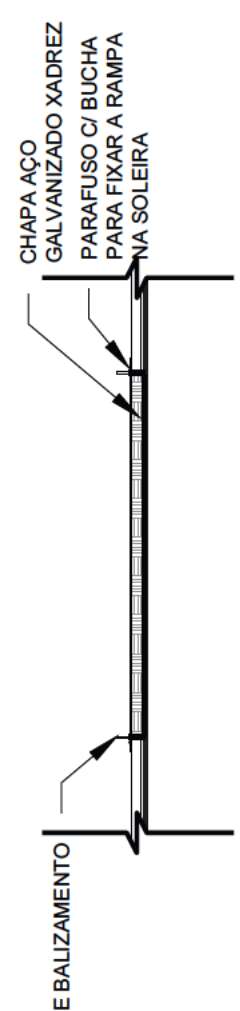
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DIRETORIA DE ENCO

UNIDADE
MPBA - SEDE NA

LOCALIZAÇÃO ID



PLANTA BAIXA - RAMPA
ESCALA: 1/25



RAMPA ACESSÍVEL - DESNÍVEL SOLEIRA



MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PELO LOCADOR PARA OCUPAÇÃO DO IMÓVEL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE NAZARÉ/BA.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este memorial é um detalhamento dos serviços listados anteriormente em Relatório de Visita Técnica elaborado em 27/01/2021, com algumas retificações e acréscimos que se fizeram necessários para a adequação do imóvel.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- I. **Construção de rota acessível (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050/2020.** A rota deverá ser construída em local definido em projeto fornecido pelo Ministério Público, com a inclinação adequada (inferior a 5%) para a utilização por pessoas com mobilidade reduzida. Para a execução da rota acessível será necessário realizar o nivelamento do piso da área interna do imóvel denominada área externa/estacionamento do imóvel;
- II. **Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 9050/2020.** A rampa deverá ser construída ou implantada em local definido em projeto fornecido pelo Ministério Público, com a inclinação adequada (inferior a 5%) para a utilização por pessoas com mobilidade reduzida. Poderá ser adotada uma rampa adquirida pronta, desde que atenda a norma de acessibilidade NBR 9050/2020;
- III. **Construção do sanitário acessível e de uso do público externo, conforme planta fornecida pelo Ministério Público.** O sanitário acessível deve possuir peças acessíveis, como barras de apoio, descargas e torneiras, assim como pias e vasos sanitário com alturas adequadas para a utilização por pessoas com mobilidade reduzida. As peças, as louças e luminária devem ser instaladas conforme projeto entregue pelo Ministério Público. A luminária deve proporcionar iluminância mínima de 300 lux, ser de embutir com corpo, refletor e cobre-soquete em chapa de aço tratada e pintada na cor branca, tamanhos 1243x215mm ou 633x215mm, para duas lâmpadas tubulares LED, respectivamente, 18W-127V ou 220V e 9W-127V ou 220V. A porta do banheiro acessível deve ter largura padrão de 90 cm e altura de 2,10 m, revestimento no lado interno em chapa inox xadrez com espessura de 1/8" até a altura de 40 cm a partir do piso e barra horizontal conforme NBR 9050/2020. A janela do sanitário acessível será do tipo basculante de altura instalada a 1,80m do piso possuindo vidro tipo fantasia de 4mm, podendo ser em madeira conforme padrão da edificação;

- IV. **Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas.** As divisórias devem ser preferencialmente em drywall, chapa simples de ambos os lados, com espessura total de 10 cm e devem ser executadas do piso até o teto, possuir portas, como indicadas em projeto. O acabamento das divisórias deve ser em pintura com tinta acrílica fosca cor branca. As portas internas devem ser em madeira de primeira qualidade, preferencialmente seguindo o padrão da edificação. As aduelas e alizares devem ser em madeira com 7 cm de largura e acabamento em esmalte sintético acetinado na cor padrão da edificação sobre base niveladora. As maçanetas devem ser de alavanca para proporcionar acessibilidade e preferencialmente modelos que tenham recebido o selo Produto Inclusivo pelo Instituto Brasil Acessível. Todas as portas devem ter largura padrão de 80 cm e altura de 2,10 m;
- V. **Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público.** As portas internas devem ser em madeira de primeira qualidade, preferencialmente seguindo o padrão da edificação. As aduelas e alizares devem ser em madeira com 7 cm de largura e acabamento em esmalte sintético acetinado na cor padrão da edificação sobre base niveladora. As maçanetas devem ser de alavanca para proporcionar acessibilidade e preferencialmente modelos que tenham recebido o selo Produto Inclusivo pelo Instituto Brasil Acessível. Todas as portas devem ter largura padrão de 80 cm e altura de 2,10 m;
- VI. **Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários.** As divisórias devem ser preferencialmente em drywall, chapa simples de ambos os lados, com espessura total de 10 cm e devem ser executadas do piso até o teto, possuir portas, como indicadas em projeto. O acabamento das divisórias deve ser em pintura com tinta acrílica fosca cor branca. As portas internas devem ser em madeira de primeira qualidade, preferencialmente seguindo o padrão da edificação. As aduelas e alizares devem ser em madeira com 7 cm de largura e acabamento em esmalte sintético acetinado na cor padrão da edificação sobre base niveladora. As maçanetas devem ser de alavanca para proporcionar acessibilidade e preferencialmente modelos que tenham recebido o selo Produto Inclusivo pelo Instituto Brasil Acessível. Todas as portas devem ter largura padrão de 80 cm e altura de 2,10 m;
- VII. **Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários.**
- VIII. **Instalação Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado.** Deve ser entregue a infraestrutura apropriada para a instalação dos aparelhos de ar-condicionado tipo split, tais como: passagem da tubulação frigorígena, ponto de energia, furos na laje e/ou parede e passagem para



tubulação de drenagem das evaporadoras cujos locais destas deverão preferencialmente seguir os pontos indicados no projeto;

- IX. **Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos.**
- X. **Pintura interna e externa do imóvel.**

3. PRAZOS PARA EXECUÇÃO

Os serviços listados anteriormente deverão ser executados conforme os prazos estabelecidos abaixo:

Serviços a serem executados em 15 dias:

- I. Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 9050/2020;
- II. Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas;
- III. Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;
- IV. Instalação Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;
- V. Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos;
- VI. Pintura interna do imóvel;

Serviços a serem executados em 60 dias:

- I. Construção de rota acessível (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050/2020;



- II. Construção do sanitário acessível e de uso do público externo, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;
- III. Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;
- IV. Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;
- V. Pintura externa do imóvel;



Obra
Adaptações imóvel P.J. Nazaré das Farinhas.

Bancos
SINAPI - 09/2021 - Bahia
ORSE - 08/2021 - Sergipe

B.D.I.
25,0%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 114,02%
Mensalista: 70,79%

Orçamento Estimado


Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			LOUÇAS E METAIS					3.773,20
1.1	86942	SINAPI	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1	206,39	257,98	257,98
1.2	100878	SINAPI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA, PARA PCD, LOUÇA BRANCA - PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. (ADAPTADA)	UN	1	545,23	681,53	681,53
1.3	100868	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3	303,92	379,90	1.139,70
1.4	100866	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3	277,10	346,37	1.039,11
1.5	95544	SINAPI	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	1	31,62	39,52	39,52
1.6	95547	SINAPI	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	1	72,61	90,76	90,76
1.7	4287	ORSE	Dispenser para toalha interfolhada	un	1	45,35	56,68	56,68
1.8	85005	SINAPI	ESPELHO CRISTAL, ESPESSURA 4MM, COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, SEM MOLDURA	m²	0,5	566,37	707,96	353,98
1.9	2144	ORSE	Cabide em aço inox, MOLDENOX, linha stylus 108 RSL ou similar	un	1	31,14	38,92	38,92
1.10	86906	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2"OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1	60,02	75,02	75,02
2			ALVENARIAS E DIVISÓRIAS					6.035,83
2.1	74053/001	SINAPI	ALVENARIA EM PEDRA RACHAO OU PEDRA DE MAO, ASSENTADA COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA)	m³	0,45	518,09	647,61	291,42
2.2	89168	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	m²	11,45	84,74	105,92	1.212,78
2.3	96358	SINAPI	PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS. AF_06/2017_P	m²	7,21	105,21	131,51	948,18
2.4	96359	SINAPI	PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, COM VÃOS AF_06/2017_P	m²	23,23	123,41	154,26	3.583,45
3			REVESTIMENTOS					3.817,00
3.1	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO TANTO EM PILARES E VIGAS DE CONCRETO COMO EM ALVENARIAS DE PAREDES INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014 (SANITÁRIO)	m²	20,65	4,14	5,17	106,76
3.2	89173	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE. TRAÇO 1:2:8. EM BETONEIRA DE 400L.	m²	20,65	37,07	46,33	956,71
3.3	87268	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M² NA ALTIMETRIA INTERNA DAS	m²	16	67,90	84,87	1.357,92
3.4	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO TANTO EM PILARES E VIGAS DE CONCRETO COMO EM ALVENARIAS DE PAREDES INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m²	25,5	4,14	5,17	131,83
3.5	87530	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES. ESPESSURA DE 20MM. COM EXECUÇÃO DE	m²	25,5	39,65	49,56	1.263,78
4			PISOS					385,46
4.1	98689	SINAPI	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	0,95	75,36	94,20	89,49
4.2	88470	SINAPI	CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE. NÃO ADERIDO. ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	m²	3,24	19,95	24,93	80,77
4.3	93389	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_06/2014	m²	3,24	53,14	66,42	215,20
5			FORROS					146,44
5.1	96113	SINAPI	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P	m²	3,24	36,16	45,20	146,44
6			INSTALAÇÕES					3.278,85
6.1	93145	SINAPI	PONTO DE ILUMINAÇÃO E TOMADA, RESIDENCIAL, INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, FITRODUTO, CABO RASGO, QUADRA E CHUMBEAMENTO INCLUINDO LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES FLUORESCENTES DE 18 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	1	207,53	259,41	259,41
6.2	97585	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TIPO DE PVC. SÉRIE NORMAL. ESGOTO PREDIAL. DN 40 MM (INSTALAÇÃO)	UN	1	106,73	133,41	133,41
6.3	91792	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TIPO DE PVC. SÉRIE NORMAL. ESGOTO PREDIAL. DN 50 MM (INSTALAÇÃO)	M	2	56,60	70,75	141,50
6.4	91793	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TIPO DE PVC. SÉRIE NORMAL. ESGOTO PREDIAL. DN 100 MM (INSTALAÇÃO)	M	2	85,21	106,51	213,02
6.5	89714	SINAPI	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO	M	3	55,85	69,81	209,43
6.6	93144	SINAPI	PONTO DE UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, RESIDENCIAL, INCLUINDO SUPORTE E PLACA. CAIXA ELÉTRICA. FITRODUTO. CABO	UN	8	232,21	290,26	2.322,08

7			PINTURA						1.552,57
7.1	88488	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 (SANITÁRIO)	m²	3,24	14,63	18,28	59,22	
7.2	88485	SINAPI	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 (SANITÁRIO)	m²	11,76	2,32	2,90	34,10	
7.3	88497	SINAPI	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 (SANITÁRIO)	m²	11,76	16,97	21,21	249,42	
7.4	88489	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 (SANITÁRIO)	m²	11,76	12,78	15,97	187,80	
7.5	88485	SINAPI	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 (MURO)	m²	25,5	2,32	2,90	73,95	
7.6	88497	SINAPI	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. (ADAPTADA) (MURO)	m²	25,5	16,97	21,21	540,85	
7.7	88489	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 (MURO)	m²	25,5	12,78	15,97	407,23	
8			RAMPA						2.042,75
8.1	94992	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	17,04	95,91	119,88	2.042,75	
9			CLIMATIZAÇÃO						3.226,34
9.1	89865	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	37,39	13,19	16,48	616,18	
9.2	00039662	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXÍVEL, D = 1/4", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	24	21,08	26,35	632,40	
9.3	00039664	SINAPI	TUBO DE COBRE FLEXÍVEL, D = 3/8", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	24	32,43	40,53	972,72	
9.4	00039738	SINAPI	TUBO DE BORRACHA ELASTOMERICA FLEXÍVEL, PRETA, PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO, DN 1/4" (6 MM), E= 9 MM, COEFICIENTE DE CONDUTIVIDADE TERMICA 0,036W/mK, VAPOR DE AGUA MAIOR OU IGUAL A 10.000	M	24	7,74	9,67	232,08	
9.5	00039741	SINAPI	TUBO DE BORRACHA ELASTOMERICA FLEXÍVEL, PRETA, PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO, DN 3/8" (10 MM), E= 19 MM, COEFICIENTE DE CONDUTIVIDADE TERMICA 0,036W/mK, VAPOR DE AGUA MAIOR OU IGUAL A 10.000	M	24	19,48	24,35	584,40	
9.6	90447	SINAPI	RASGO EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M	8	6,20	7,75	62,00	
9.7	90466	SINAPI	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M	8	12,66	15,82	126,56	
10			REMOÇÕES E DEMOLIÇÕES						61,12
10.1	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	4,62	7,87	9,83	45,41	
10.2	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m³	0,27	46,57	58,21	15,71	
11			ESQUADRIAS, VIDRO, SERRALHERIA						11.576,60
11.1	91315	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1	978,01	1.222,51	1.222,51	
11.2	91314	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	5	907,11	1.133,88	5.669,40	
11.3	100669	SINAPI	JANELA DE MADEIRA (PINUS/EUCALIPTO OU EQUIV.) TIPO BASCULANTE COM 2 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, ALIZAR E FERRAGENS. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	0,36	674,78	843,47	303,64	
11.4	72122	SINAPI	VIDRO FANTASIA TIPO CANELADO, ESPESSURA 4MM	m²	0,36	177,79	222,23	80,00	
11.5	IP00127	Próprio	Chapa de proteção para portas de banheiros PNE, Aço inox 304, Medidas: 40 x 90 cm. Espessura: 0.6 mm	1	1	145,80	182,25	182,25	
11.6	12105	ORSE	Grade de ferro c/ gradil em barra chata 3/4" x 1/8", inclusive ferrolho e dobradiças conforme desenho	m²	7,78	423,53	529,41	4.118,80	
12			ADMINISTRAÇÃO LOCAL						10.810,86
12.1	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	1	5.385,12	6.731,40	6.731,40	
12.2	93565	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	0,2	16.317,85	20.397,31	4.079,46	

Total Geral com BDI:

46.707,02

Salvador, 21 de Outubro de 2021.


Elaborado por: Tiago Oliveira de Lira
Engenheiro Civil
CREA Nº BA 56.632/D



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Superintendência de Gestão Administrativa,

Considerando e-mail datado de 14/10/2021 0219732 acerca de imprevisto relacionado à saúde de um dos locadores, informamos que houve declínio na locação do imóvel localizado na Rua Governador Luiz Viana Filho, nº 32, Bairro Conceição, Nazaré-BA (**Imóvel 1**).

Considerando contato mantido também em 14/10/2021 com o Promotor de Justiça Leandro Ribeiro, houve a informação da indisponibilidade de outros imóveis para locação na localidade e a sinalização favorável no sentido da retomada das negociações para locação do imóvel localizado na Rua Alcides Andrade, nº 84, Nazaré-BA (**Imóvel 2**).

Face ao exposto, diante das informações prestadas acerca dos custos para adaptação dos dois imóveis e tendo em vista que houve alteração no valor das adaptações estimadas de R\$ 27.500,00 para R\$ 36.000,00, em virtude do Ato Normativo nº 07/2020, que dispõe sobre medidas de redução, contenção e controle de gastos com custeio e investimento para o ano de 2020, com efeitos extensivos até 31 de dezembro de 2021, encaminhamos o presente expediente para nova análise da demanda junto ao Comitê de Repactuação Orçamentária.

Vale ressaltar que, conforme estimativa realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura - DEA 0219804, os valores apresentados encontram-se compatíveis com o mercado.

Maria Amalia Borges Franco

Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 22/10/2021, às 16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0219898** e o código CRC **1A12A115**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

De ordem do Superintendente de Gestão Administrativa, considerando os arts. 3º e 5º do Ato Normativo nº 007/2020, alterado pelos Atos Normativos nº 048/2020, 035/2021 e 046/2021, com efeitos extensivos até 31/12/2021, encaminhe-se o presente expediente ao Comitê de Repactuação Orçamentária para análise do pleito.



Documento assinado eletronicamente por **Célia Cintia Santos** em 22/09/2020, às 15:00h, com o código de verificação **0220099** e o código CRC **A57A93F2**.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0220099** e o código CRC **A57A93F2**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Chefia de Gabinete informando que, em reunião do Comitê de Repactuação Orçamentária realizada no dia 06/12/2021, foram tratados dentre outros temas, a solicitação formulada pela Diretoria Administrativa, referente a locação de imóvel que abrigará a Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor de R\$ 5.222,22/mês.

Após explanações, todos os presentes se manifestaram pelo **deferimento** do pleito.

Ante ao exposto, encaminhamos o procedimento juntamente com cópia da ata da referida reunião para deliberação final da Procuradoria Geral de Justiça conforme prevê o Ato Normativo 26/0202, alterado pelos Atos Normativos nº 25º/0202, nº 248 de 0º de junho de 0201 e nº 253 de 0º de setembro de 0201, com efeitos extensivos até 41 de dezembro de 0201.

Em tempo, nos colocamos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Cordialmente,

FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES

Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 04/88/20281, s 8à:5f 1con.orme artº 8l1""1tLb1da 9ei 88º486/200àº



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei°sistemas°mpLa°mp°Lr/sei/controlador_externo°php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=0 in.ormando o código veri.icador **0228261** e o código CRC **14294D3Cº**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

ATA

ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE REPACTUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do corrente ano, às dez horas, se reuniram por meio de videoconferência, o Chefe de Gabinete, Dr. Pedro Maia, o Secretário Geral Adjunto, Dr. Ricardo de Assis Andrade, a representante do Colégio de Procuradores de Justiça, Dra. Elza Maria de Souza, o Coordenador da Gestão Estratégica, Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior e o Superintendente de Gestão Administrativa, Frederico Wellington Silveira Soares, membros do Comitê de Repactuação Orçamentária.

Foi devidamente justificada a ausência da Corregedora Geral, Dra. Cleonice de Souza Lima.

O Superintendente cumprimentou a todos os presentes, bem como informou que está devidamente justificada a ausência de Dra. Cleonice e que Dr. Pedro e Dr. Lourival ingressarão no decorrer da reunião. Informou ainda o Superintendente que iniciará a avaliação dos itens contidos na pauta, relativos aos Processos de Dispensa de Licitação, cujo primeiro item, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01754.0010577/2020-07, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere a locação de imóvel que abrigará a Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor de R\$ 4.000,00/mês. Esclareceu o Superintendente que na reunião do Comitê realizada no dia 06 de outubro de 2021 foi aprovada a locação de um imóvel, no valor de R\$ 5.000,00, para abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré, porém o locador descobriu que está com um problema grave de saúde e a família acabou declinando da locação. Esclareceu ainda o Superintendente que o imóvel no valor de R\$ 5.000,00, já poderia ser ocupado, que as adaptações necessárias não seriam realizadas de imediato e que estaria mais adequado, de modo que, em razão do declínio do locador, a área responsável efetuou pesquisa para locação de um imóvel no valor de R\$ 4.000,00, que não é o ideal e necessitará de adequações para abrigar a promotoria, contudo ainda assim é melhor que o imóvel onde está instalada atualmente a promotoria. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

O segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0017252/2021-75, oriundo da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a prestação de serviços de remoção, fornecimento e instalação de porta corta-fogo na Sede CAB do MPBA, no valor de R\$ 18.400,00. Esclareceu o Superintendente que duas portas corta-fogo da Sede CAB estão danificadas e por esse motivo será necessário substituí-las. Esclareceu ainda o Superintendente que consta as especificações no processo e que cada porta custa em torno de R\$ 9.000,00, totalizando o valor de R\$ 18.400,00. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

O terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0015504/2021-61, oriundo da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a aquisição de 10 placas de vidro liso incolor de 3mm para reestruturação da Sede principal de Nazaré, no valor de R\$ 2.600,00. Esclareceu o Superintendente que estão sendo realizadas uma série de adequações nos espaços da Sede Nazaré, em especial por conta da reestruturação das promotorias da capital e com a mudança de layout, alguns materiais foram reaproveitados para efetuar a adequação e o pleito em questão se refere a aquisição de 10 placas para conclusão da reestruturação da Sede Nazaré. Esclareceu ainda o Superintendente que o processo está devidamente instruído. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

O quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0017123/2021-45, oriundo da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a prestação de serviços de fornecimento e instalação de 01 poste H=9M na Sede da Promotoria de Justiça de Candeias, no valor de R\$ 5.860,00. Esclareceu o Superintendente que foi adquirido, no ano passado, um poste para Promotoria de Justiça de Candeias. Esclareceu ainda o Superintendente que ocorreu um acidente no local, recentemente, inclusive foram aprovadas diárias para realização de reforma do prédio. Explicou o Superintendente que um motorista invadiu a promotoria, derrubou o poste que foi instalado no ano passado e ainda derrubou o muro da promotoria e por pouco não atingiu a recepção e as salas da promotoria. Explicou ainda o Superintendente que a ligação da energia da promotoria foi improvisada, mas é exigido que coloque o poste no lugar. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando pela Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

Sugeriu o Superintendente a aprovação em bloco do quinto ao oitavo item da pauta, conforme recomendação de Dra. Elza e Dra. Cleonice efetuada em outras reuniões, por se tratar de solicitações corriqueiras e de acordo com os padrões de aprovação realizados pelo Comitê.

O quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01853.0013888/2021-95, oriundo da Promotoria de Justiça de Santo Amaro, se refere a prestação de servidos de mensageiro motorizado, no valor de R\$ 9.000,00/ano. Esclareceu o Superintendente que a Diretoria Administrativa informou que, após articulação do apoio administrativo da Diretoria Administrativa com a servidora da Promotoria de Justiça de Santo Amaro foi realizada renegociação do valor proposto com o pretenso prestador do serviço, tendo este acatado a solicitação e formulado nova proposta com valor reduzido. Desta forma, o valor para contratação é de R\$ 7.680,00.

O sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00913.0018121/2021-96, oriundo da Promotoria de Justiça de Esplanada, se refere a prestação de serviços de mensageiro motorizado, no valor de R\$ 6.879,96/ano. Esclareceu o Superintendente que foi celebrado contrato anterior no valor de R\$ 5.599,92 e que a presente contratação será efetuada com o valor de R\$ 6.879,96.

O sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01087.0018701/2021-15, oriundo da Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro, se refere a prestação de serviços de monitoramento eletrônico, no valor de R\$ 6.000,00/ano. Esclareceu o Superintendente que foi celebrado contrato anterior no valor de R\$ 5.760,00 e que a presente contratação será efetuada com o valor de R\$ 6.000,00.

O oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01043.0017427/2021-87, oriundo da Promotoria de Justiça Regional de Jacobina, se refere a prestação de serviços de recarga de extintor, no valor de R\$ 400,00.

Após as explanações do quinto ao oitavo item da pauta, o Superintendente abriu para discussão, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação em bloco do quinto ao oitavo item. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

O nono item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.45340.0017548/2021-12, oriundo do CEAF, se refere a prestação de serviços de transmissão ao vivo para o evento "Semana do Ministério Público 2021", no valor de R\$ 5.300,00. Esclareceu o Superintendente que Dr. Tiago justifica que se faz necessária a contratação de uma empresa para a realização da transmissão ao vivo do evento "Semana do Ministério Público 2021", que ocorrerá no período de 15 a 17 de dezembro de 2021, de forma híbrida e que a transmissão ao vivo possibilitará a participação dos servidores e membros da Instituição de forma remota, alcançando maior número de participantes. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

Encerrada a avaliação dos processos de Dispensa de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Inexigibilidade de Licitação.

Prosseguindo com a reunião, o Superintendente sugeriu a aprovação em bloco do décimo ao décimo segundo item da pauta. Pontuou o Superintendente que o décimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02076.0008020/2021-55, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere a inscrição do servidor Evânio Gomes de Andrade Filho, lotado na Controladoria, no Curso Auditoria em Folha de Pagamento, na modalidade online, com carga horária de 16h, no valor de R\$ 1.490,00.

O décimo primeiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02076.0008408/2021-55, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere a inscrição da servidora Lillian Maria da Silva Oliveira Amorim, lotada na Controladoria, no Curso Práticas de Controle Interno e Auditoria para Certificação da Prestação de Contas Anual, na modalidade online, com carga horária de 20 horas, no valor de R\$ 1.690,00. Esclareceu o Superintendente que foi aprovado pelo Comitê, no dia 18 de agosto de 2021, a participação da mencionada servidora no curso, porém o curso foi cancelado naquela ocasião. Esclareceu ainda o Superintendente que a presente solicitação possui o mesmo valor do curso aprovado em agosto e que a solicitação foi encaminhada para ratificação no Comitê.

O décimo segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.45340.0016263/2021-38, oriundo do CEAF, se refere a realização do Curso "Negociação Estratégica e Liderança Adaptativa para os Membros do MP - Teoria e Prática", com carga horária total de 80 horas/aula, para até 28 participantes, a ser ministrado pelo profissional André Felipe Gomma de Azevedo, no valor de R\$ 36.000,00. Esclareceu o Superintendente que Dr. Tiago informou que se faz necessária a contratação do curso "Negociação Estratégica e Liderança Adaptativa - Teoria e Prática", o qual será ministrado integralmente on-line pelo Juiz de Direito André Felipe Gomma de Azevedo e que o curso tratará de conhecimentos em resolução apropriada de disputas, assim como das competências necessárias para isto, tendo como público-alvo os Membros desta Instituição. Dra. Elza fez a sua explanação, além de efetuar alguns questionamentos. O Superintendente acrescentou que consta na comunicação de Dr. Tiago que o instrutor possui conhecimento e qualificação profissional e acadêmica nas áreas de Administração e de Direito. Pontuou ainda o Superintendente que o Instrutor é um Juiz de Direito, do Tribunal de Justiça da Bahia, com doutorado em Direito pela Universidade de Brasília e mestrado em Administração Pública pela Universidade de Harvard, além de possuir livros publicados a respeito do tema como o "Manual de Mediação Judicial" e "Estudos em Arbitragem, Mediação e Negociação".

Após os esclarecimentos fornecidos pelo Superintendente, Dra. Elza votou pela aprovação do pleito em questão, bem como votou pela aprovação do décimo e do décimo segundo item da pauta. Dr. Ricardo acompanhou o voto de Dra. Elza. O Superintendente cumprimentou Dr. Lourival que ingressou na reunião. Dr. Lourival cumprimentou a todos, bem como acompanhou o voto de Dra. Elza. O Superintendente também acompanhou o voto de Dra. Elza.

Encerrada a avaliação dos processos de Inexigibilidade de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Licitação.

Seguindo com a reunião, o Superintendente informou que o décimo terceiro e o décimo quarto item da pauta foram avaliados pelo Comitê em reunião anterior e que na ocasião foram aprovados, porém como foram realizadas algumas correções, os processos retornaram para apreciação do Comitê

O décimo terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02349.0012352/2021-45, oriundo da Diretoria Administrativa/Coordenação de Serviços Gerais, se refere ao fornecimento e instalação de placas de sinalização interna, no valor de R\$ 101.899,70. Esclareceu o Superintendente que a presente licitação foi aprovada pelo Comitê no dia 11 de agosto de 2021 e como foram necessários efetuar alguns ajustes no Termo de Referência, o processo retornou para apreciação do Comitê, em razão de alteração no valor que passou de R\$ 99.379,10 para R\$ 101.899,70.

O décimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0011345/2021-48, Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a aquisição de material elétrico (cabos elétricos), no valor de R\$ 177.968,95. Esclareceu o Superintendente a presente licitação foi aprovada pelo Comitê no dia 29 de setembro de 2021 e como foi realizada uma correção do valor, o processo retornou para informação e aprovação pelo Comitê, passando de R\$ 176.852,95 para R\$ 177.968,95.

Após as explicações efetuadas, o Superintendente abriu para discussão, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação em bloco do décimo terceiro e décimo quarto item da pauta. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Elza.

O décimo quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00857.0014019/2021-81, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere ao registro de Preços visando Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Continuados de Vigilância Armada / Segurança Patrimonial na Capital e Interior do Estado da Bahia, mediante postos de serviços, com valor estimado global de R\$ 9.255.987,12/ano. Esclareceu o Superintendente que o pleito em questão se trata de um procedimento licitatório formação de Ata de Registro de Preços, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância armada / segurança patrimonial, na capital e interior do Estado da Bahia, mediante postos de serviços. Esclareceu ainda o Superintendente que a Instituição possui um contrato vigente nº 002/2017-SGA, com o mesmo objeto, no valor de R\$ 8.349.506,76, o qual vencerá em 17 de fevereiro de 2022, completando 05 anos de vigência. Explicou o Superintendente que apesar da vigência do contrato até fevereiro, é necessário iniciar a licitação, por se tratar de um procedimento extenso e o valor de referência está estimado em R\$ 9.255.987,12. Acrescentou o Superintendente mais algumas informações, contribuindo com a avaliação do pleito. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Elza.

Encerrada a avaliação dos processos de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Sessão Outros.

O décimo sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01780.0011931/2021-37, se refere a solicitação de autorização de viagem para realização de reparo no teto do gabinete do Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lençóis, que rachou e cedeu devido a um problema na caixa d'água que se encontra acima da mesma, prevista para o período de 03 a 06 de novembro de 2021, cujo custo estimado é de aproximadamente R\$ 4.157,56, levantado pelas Diretorias de Engenharia e Arquitetura e Administrativa contemplando materiais, diárias de servidores, adiantamento, mão-de-obra terceirizada e combustível. Explicou o Superintendente que o servidor solicitou urgência para a realização do conserto do teto do gabinete do Promotor de Justiça, além disso, o servidor pontua que é possível perceber que a sala conjunta da promotoria também apresenta infiltração e mofo; e, caso não seja reparada, os mesmos problemas podem ocorrer: mofo, rachaduras e eventualmente o teto quebrar / ceder. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. O Superintendente cumprimentou Dr. Pedro que ingressou na reunião, bem como os demais membros. Dr. Pedro cumprimentou a todos e informou que estava em outra reunião. Contextualizou o Superintendente a avaliação do pleito em questão para Dr. Pedro. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Elza.

O décimo sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01998.0012328/2021-64, oriundo da Assistência Militar, se refere a solicitação de 100 pins com a logomarca do MPBA para os Policiais Militares, no valor de R\$ 5.000,00. Esclareceu o Superintendente que a presente solicitação foi efetuada pelo Assistente Militar e que se referem aos botons com a logomarca do Ministério Público, utilizados pelos Policiais Militares, para identificação. O Superintendente compartilhou a sua tela com os membros do Comitê, apresentando o boton utilizado pelos Policiais Militares, bem como a comunicação realizada pelo Coronel Gilberto Morbeck. Dr. Ricardo perguntou ao Superintendente se o valor apresentado de R\$ 50,00 por cada pin está de acordo com o valor de mercado. O Superintendente informou que consta apenas um orçamento e que o item pleiteado não é fabricado em Salvador, mas em Santa Catarina, conforme único orçamento apresentado. O Superintendente informou ainda que pode ser verificado, ratificando que consta apenas um orçamento. Reforçou o Superintendente que consta apenas um orçamento no processo e que para realização de dispensa de licitação serão necessários, pelo menos, três orçamentos e que não consta nenhuma declaração de exclusividade. O Superintendente sugeriu o sobrestamento do processo para avaliação na próxima reunião e o processo será encaminhado para Assistência Militar compor com, pelo menos, mais dois orçamentos.

Dr. Ricardo pediu licença, além de pedir desculpas para se ausentar da reunião, em função de outro compromisso.

Encerrada a avaliação dos processos da Sessão Outros, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes as Diárias.

O Superintendente contextualizou para Dr. Lourival e Dra. Elza, que estavam ausentes na última reunião, que é realizada uma análise dos processos de diárias que se encontram dentro e fora do padrão. Para aquelas que possuem ponto de atenção é realizada a avaliação individualmente e as demais que estiverem dentro do padrão é realizada a leitura e avaliadas em bloco.

O décimo oitavo item da pauta, Processo SIMP 003.0.2111/2021, se refere a solicitação de 03 meias diárias para Dra. Susila Ribeiro Machado, Titular de Itabuna, face a realização de substituição na Comarca de Ubatã, nos dias 20 de janeiro, 14 de julho e 25 de agosto de 2021.

O décimo nono item da pauta, Processo SIMP 003.0.2112/2021, se refere a solicitação de meia diária para Dra. Letícia Campos Baird, Titular de Serrinha, face a realização de substituição na Comarca de Santaluz, no dia 27 de janeiro de 2021.

O vigésimo item da pauta, Processo SIMP 003.0.2116/2021, se refere a solicitação de 04 meias diárias para Dra. Letícia Campos Baird, Titular de Serrinha, face a realização de substituição na Comarca de Santaluz, nos dias 16 de novembro, 04, 11 e 15 de dezembro de 2020.

O vigésimo primeiro item da pauta, Processo SIMP 003.0.2113/2021, se refere a solicitação de 01 diária para Dr. Marcel Bittencourt Silva, Titular de Feira de Santana, face a realização de substituição na Comarca de Governador Mangabeira, de 23 a 24 de agosto de 2021.

O vigésimo segundo item da pauta, Processo SIMP 003.0.2114/2021, se refere a solicitação de meia diária para Dra. Núbia Rolim dos Santos, Titular de Serrinha, face a realização de substituição na Comarca de Queimadas, no dia 26 de julho de 2021.

O vigésimo terceiro item da pauta, Processo SIMP 003.0.2115/2021, se refere a solicitação de 04 meias diárias para Dr. Victor Freitas Leite Barros, Titular de Amargosa, face a realização de substituição na Comarca de Muritiba, nos dias 10, 15 e 24 de novembro e 08 de dezembro de 2020.

O vigésimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0018710/2021-38, se refere a solicitação de meia diária para Dr. Leandro Mansine Meira Cardoso de Castro, Titular de Guanambi, face a realização de substituição na Comarca de Urandi, no dia 20 de outubro de 2021, bem como meia diária para servidora Elis Titonelli Ferreira Donato, lotada em Guanambi, em razão de acompanhamento de Dr. Leandro Mansine Castro, no exercício de substituição na Comarca de Urandi, no dia 20 de outubro de 2021.

O vigésimo quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0018221/2021-31, se refere a solicitação de 02 meias diárias para o motorista Fernando César Moleiro Lima, lotado em Bom Jesus da Lapa, face a condução de Dr. Marcelo dos Santos C. Porto de Bom Jesus da Lapa para audiência na Comarca de Riacho de Santana, no dia 07 de outubro de 2021, bem como condução de Dra. Jessica Camile Gurlart Mendes Tojal, de Bom Jesus da Lapa para a realização de vistorias nas delegacias das Cidades de Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio do Mato, no dia 18 de outubro de 2021.

O vigésimo sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02687.0018407/2021-19, se refere a solicitação de autorização de pagamento de 02 diárias e meia, bem como passagens aéreas para viagem que será realizada pelo servidor Felipe Dansiger Calazans de Macedo, lotado na Diretoria de Engenharia e Arquitetura, prevista para dezembro de 2021, em razão da necessidade de fiscalização da obra de construção da Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro e providências iniciais para início da obra de construção da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis.

O vigésimo sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01998.0018342/2021-64, se refere a solicitação de autorização de deslocamento e diária (meia diária) para os Policiais Militares, José Charles Cerqueira Vieira, Marcelo Alves dos Santos, Daniel Rodrigues Alencar e Lucas Kaique da Silva Sena, lotados em Feira de Santana, em razão de participação da Parada e Palestra com Membro do MPBA, no dia 28 de outubro de 2021, que será realizada em Salvador.

O vigésimo oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01998.0018768/2021-39, se refere a solicitação de autorização de deslocamento, bem como pagamento de 04 diárias e meia para os Policiais Militares, Carlos César Sampaio Cavalcante, José Ednaldo Santos da Silva e Luís Marcos Melo da Silva, lotados em Salvador, em razão da realização de Curso de Formação de Brigada, de 09 a 13 de novembro de 2021, em Vitória da Conquista. Esclareceu o Superintendente que o padrão de deliberação do Comitê é de 04 diárias. O Superintendente informou que, após consulta realizada junto a Assistência Militar, o

curso será realizado entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2021. Pontou o Superintendente que a ida dos policiais será no dia 09 de novembro de 2021, às 07h e que os policiais poderiam sair próximo do horário de almoço, chegando no final do dia 09 de novembro de 2021. Considerando as informações fornecidas pela Assistência Militar, o Superintendente antecipou o seu voto pela aprovação de 04 diárias. Todos os membros acompanharam o voto do Superintendente.

O vigésimo nono item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018254/2021-84, se refere a solicitação de meia diária para o motorista Adelson Sales de Meireles, lotado na Coordenação de Transporte, em função do seu deslocamento realizado no dia 08 de outubro de 2021, de Salvador para Cruz das Almas, a fim de pegar funcionários da empresa terceirizada, materiais e ferramentas da Coordenação de Manutenção Predial.

O trigésimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0018711/2021-45, se refere a solicitação de pagamento de 01 diária administrativa para Dr. Gilberto Costa de Amorim Junior e do Major Luciano Santos Correia, da Coordenadoria de Segurança Institucional – CSI, em razão de deslocamento realizado de 21 a 22 de outubro de 2021 para Vitória da Conquista, a fim de participar de reunião institucional com os Promotores de Justiça de Vitória da Conquista acompanhando a Procuradora Geral de Justiça.

O trigésimo primeiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI N. 19.09.00855.0018859/2021-14, se refere a solicitação de autorização para pagamento de 03 diárias para Dra. Cinthia Porlela Lopes, Titular de Itabuna, bem como registro no sistema de diárias, face a necessidade de deslocamento para Comarca de Camacã, de 28 de setembro a 01 de outubro de 2021, a fim de participar do Júri, no dia 28 de setembro de 2021 e no dia 30 de setembro de 2021 efetuou visita técnica a Delegacia de Polícia Civil de Camacã. O Superintendente informou que esse item será retirado da pauta, por se tratar de questão interna.

O trigésimo segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02191.0018704/2021-29, se refere a solicitação encaminhada por Dr. Yuri Lopes de Mello, Coordenador do CEAMA, para pagamento de diárias para Dr. Augusto César Carvalho de Matos, Promotor Titular da Ambiental de Lençóis, bem como para servidora Rousyana Gomes de Araújo, lotada no CEAMA, a fim de participarem de reuniões públicas, audiências públicas e apresentação pública final de projeto no município de Andaraí e Distrito de Igatu, de 25 a 27 de outubro de 2021.

O trigésimo terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02259.0017551/2021-04, se refere a solicitação encaminhada por Dr. Yuri Lopes de Mello, Coordenador do CEAMA/NUMA para pagamento de meia diária ao Policial Militar Nelson José Boa Hora Lobo, bem como ao motorista Guilherme Sales Barbosa Neto, ambos lotados na Promotoria Ambiental de Santo Antônio de Jesus, face a necessidade de retorno no dia 04 de agosto de 2021, relativo ao deslocamento realizado no dia 03 de agosto de 2021, de Santo Antônio de Jesus para Brejões, aprovado o pagamento de meia diária pelo Comitê na reunião realizada no dia 26 de agosto de 2021. Esclareceu o Superintendente que o Comitê aprovou meia diária para o policial militar e o motorista na reunião realizada no dia 26 de agosto de 2021 e como foi necessário o retorno no outro dia, acabou gerando a necessidade de pagamento de mais meia diária para o policial e o motorista e por esse motivo, a solicitação foi encaminhada para avaliação do Comitê.

O trigésimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02259.0018613/2021-66, se refere a solicitação encaminhada por Dr. Yuri Lopes de Mello, Coordenador do CEAMA/NUMA, para pagamento de diária para Dr. Julimar Barreto Ferreira, bem como para o Policial Militar Nelson José Boa Hora Lobo e o Motorista Wilson de Jesus de Souza. Esclareceu o Superintendente que consta no processo a solicitação de meia diária para Dr. Julimar Barreto Ferreira, Titular da Ambiental de Santo Antônio de Jesus, em razão de participação na Palestra para Agricultores/Fazendeiros, no dia 20 de outubro de 2021, na SEDEMA de Mutuípe; meia diária para o Policial Militar Nelson José Boa Hora Lobo, lotado na Ambiental de Santo Antônio de Jesus, em razão de deslocamento para averiguar denúncia de caça ilegal nos municípios de Varzedo e Amargosa, no dia 28 de setembro de 2021; 04 meias diárias para o motorista Wilson de Jesus de Souza, lotado na Ambiental de Santo Antônio de Jesus, em razão de condução do Policial Nelson José Boa Hora Lobo, no dia 28 de setembro de 2021, para os municípios de Varzedo e Amargosa, dias 14 e 15 de outubro de 2021, respectivamente, para averiguação de denúncias nos municípios de Jiquiriça e Mutuípe e dia 20 de outubro de 2021 para conduzir Dr. Julimar Barreto Ferreira e preposto da Promotoria Ambiental para o município de Mutuípe.

O trigésimo quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018862/2021-72, se refere a solicitação registrada pela Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para autorização de pagamento de 02 diárias ao motorista José Carlos Araújo Coelho, lotado na Promotoria de Justiça Regional de Senhor do Bonfim, em razão do seu deslocamento de Senhor do Bonfim para Salvador, de 22 a 24 de setembro de 2021, face a necessidade de retirada de novo veículo oficial para Promotoria de Justiça Regional de Senhor do Bonfim.

O trigésimo sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018731/2021-28, se refere a solicitação registrada pela Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que consta no processo a solicitação de meia diária para o motorista Marcos Sérgio Pimentel dos Anjos, lotado na Coordenação de Transporte, face a necessidade de condução de Dra. Sara Gama Sampaio, no dia 21 de outubro de 2021, para participação de Campanha e Palestra na Comarca de Catu; meia diária para o motorista Marcos Souza Sampaio, lotado em Feira de Santana, face a necessidade de transporte de documentos para Comarca de Serra Preta, no dia 19 de outubro de 2021; meia diária para Dra. Maria Salete Jued Moyses, Titular de Brumado, face a necessidade de substituição na Comarca de Presidente Jânio Quadros, no dia 20 de outubro de 2021; meia diária para Dra. Núbia Rolim dos Santos, Titular de Serrinha, face a necessidade de substituição na Comarca de Queimadas, no dia 20 de outubro de 2021; 02 diárias e meia para Dra. Patrícia Peixoto de Mattos, Assessora Especial, face a necessidade de participação de reuniões institucionais em Brasília/DF, acompanhando a Procuradora-Geral de Justiça, de 18 a 20 de outubro de 2021; 02 meias diárias para Dr. Rafael Henrique Tarcia Andreazzi, Titular de Eunápolis, face a necessidade de substituição na Comarca de Guaratinga, nos dias 14 de setembro e 19 de outubro de 2021; meia diária para Dra. Susila Ribeiro Machado, Titular de Itabuna, face a necessidade de substituição na Comarca de Ubatã, no dia 14 de outubro de 2021; 01 diária para Dra. Thays Rabelo da Costa, Titular de Casa Nova, face a necessidade de substituição na Comarca de Remanso, de 22 a 23 de outubro de 2021; 02 diárias e meia para Dra. Thiara Rusciolleli Souza, Titular de Camaçari, face a necessidade de substituição na Comarca de Rio Real, de 05 a 07 de outubro de 2021.

O trigésimo sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018730/2021-21, se refere a solicitação registrada pela Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que consta no processo a solicitação de meia diária para o motorista André de Andrade Vieira, lotado em Guanambi, face a necessidade de condução do servidor Michael John Dias Freire, no dia 20 de outubro de 2021, para Comarca de Carinhanha; meia diária para o servidor Michael John Dias Freire, lotado em Guanambi, face a realização de serviços técnicos/administrativos na Comarca de Carinhanha, solicitados por Dr. Ailson de Almeida Marques, no dia 20 de outubro de 2021; 04 diárias para Dr. Dario José Kist, Titular de Alagoinhas, face a necessidade de substituição na Comarca de Olindina, nos dias 28 de outubro, 04, 11 e 18 de novembro de 2021; meia diária para Dra. Guiomar Miranda da Oliveira, Titular de Vitória da Conquista, face a necessidade de substituição na Comarca de Condeúba, no dia 19 de outubro de 2021; meia diária para Dr. Ivan Carlos Novaes Machado, Titular de Irecê, face a necessidade de substituição na Comarca de Central, no dia 29 de outubro de 2021; meia diária para o motorista Jardel de Oliveira Silveira, lotado na Coordenação de Transporte, face a necessidade de condução de prepostos da Coordenação de Manutenção Predial, além de materiais para realização de serviços na Comarca de Cruz das Almas, no dia 13 de outubro de 2021; 02 meias diárias para o servidor Roberval Souza Cunha, lotado em Riachão do Jacuípe, face a necessidade de realização de visitas as delegacias de polícia dos municípios da Comarca de Capela do Alto Alegre, além de realização de serviços técnicos/administrativos na Comarca de Capela do Alto Alegre, nos dias 18 e 27 de outubro de 2021; meia diária para Dr. Luciano Medeiros Alves da Silva, Titular de Riachão do Jacuípe, face a necessidade de substituição na Comarca de Capela do Alto Alegre, no dia 27 de outubro de 2021; 04 diárias para Dr. Thomas Bryann Freitas do Nascimento, Titular de Macaúbas, face a necessidade de realização auxílio/colaboração na Comarca de Paramirim, de 18 a 20 de outubro de 2021 e de 25 a 27 de outubro de 2021.

O trigésimo oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018729/2021-14 - Solicitação registrada pela Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que consta no processo a solicitação de 06 diárias para Dr. Audo da Silva Rodrigues, Titular de Feira de Santana, face a necessidade de substituição na Comarca de Morro do Chapéu, de 17 a 23 de outubro de 2021. Esclareceu ainda o Superintendente que a solicitação de Dr. Audo foge do padrão, porém salientou que, para as Promotorias do Oeste, em função da distância, o Comitê deliberou pela aprovação de 05 diárias. Esclareceu ainda o Superintendente que a distância entre Feira de Santana e Morro do Chapéu é de 200 Km. Dr. Pedro antecipou o seu voto e informou que vota pela aprovação de 04 diárias, salvo alguma situação excepcional, como realização de júri, em função de precedentes. Dra. Elza e Dr. Lourival acompanharam o voto de Dra. Elza. O Superintendente acessou a diária de Dr. Audo, através do Sistema e-Dia e informou que consta na justificativa a necessidade de deslocamento no dia anterior, face a distância e realização de júri, bem como retorno após a última sessão, considerando as incertezas do horário de término do julgamento. Após várias discussões, os membros deliberaram pelo sobrestamento do processo, especificamente, quanto a solicitação de Dr. Audo para realização de contato e coleta de informações quanto ao horário de início e término do júri. 02 diárias para Dr. Aviner Rocha Santos, Titular de Itaberaba, face a necessidade de realização de auxílio/colaboração na Comarca de Irará, de 18 a 20 de outubro de 2021; meia diária para o servidor Felipe Monfardini de Oliveira, lotado em Teixeira de Freitas, face a necessidade de acompanhamento de Dr. Moisés Guarnieri dos Santos, no dia 18 de outubro de 2021, durante a correição na Promotoria de Justiça de Medeiros Neto, uma vez que a mãe do servidor Djalma Miranda da Silva faleceu no dia 17 de outubro de 2021 e o servidor encontra-se afastado em razão do referido falecimento; 06 meias diárias para Dr. Jair Antônio Silva de Lima, Titular de Irecê, face a necessidade de substituição na Comarca de Lapão, durante o mês de outubro/2021; 02 diárias e meia para Dra. Lissa Aguiar Andrade, Titular de Euclides da Cunha, face a necessidade de realização de auxílio/colaboração na Comarca de Uauá, de 20 a 22 de outubro de 2021; meia diária para Dr. Thyego de Oliveira Matos, Titular de Itaberaba, face a necessidade de substituição na Comarca de Iaçú, no dia 25 de outubro de 2021; meia diária para Dra. Jessica Camille Goulart Mendes Tojal, Titular de Bom Jesus da Lapa, face a realização de inspeção nas delegacias de Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio de Mato, no dia 18 de outubro de 2021.

Após a leitura e avaliação de todos os itens, todos os membros votaram pela aprovação em bloco do décimo oitavo ao trigésimo oitavo item da pauta, com exceção das ressalvas registradas no vigésimo oitavo e trigésimo oitavo item da pauta.

Encerrada a avaliação dos itens formais da pauta, o Superintendente comunicou a necessidade de apreciação de um item na Sessão "O que Ocorrer".

Discorreu o Superintendente que o Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02329.0017478/2021-67, oriundo da Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, se refere a inscrição de 03 servidores da Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, no Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, na modalidade online, com carga horária de 20 horas, no valor de R\$ 5.070,00. Esclareceu o Superintendente que houve uma mudança na legislação de fiscalização. Esclareceu ainda o Superintendente que a participação dos servidores no curso proposto é de suma importância, antecipando o seu voto pela aprovação. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto do Superintendente, bem como do Superintendente.

Nada mais tendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião.

Salvador, 27 de outubro de 2021.

Dr. Pedro Maia
Chefe de Gabinete

Dr. Ricardo Assis
Secretário-Geral Adjunto

Dra. Elza Maria de Souza
Procuradora de Justiça

Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior
Coordenador da Gestão Estratégica

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 03/11/2021, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Assis andrade** em 04/11/2021, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0225756** e o código CRC **EC155D64**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária.
- Encaminhe-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para conhecimento e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto às comunicações necessárias.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti** em 13/00/51502, s 0à3: 2conforme art. 0º2III2"b"2da Lei 00.409/5116.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0228716** e o código CRC **5D548D57**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando que o pleito formulado pela Diretoria Administrativa foi devidamente autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária pelas razões expostas no (doc. nº **0228261**), encaminhe-se o presente expediente à Diretoria Administrativa para ciência e adoção de providências necessárias, relativas à locação de imóvel que abrigará a Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 04/88/20281, s 8à:251conforme art. 8º1III1"b"1da Lei 88.à89/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0229216** e o código CRC **B52EAB18**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Execução Orçamentária para ciência e adoção de providências necessárias, relativas à locação de imóvel que abrigará a Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais.

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 23/11/2021, às 15:55, conforme artº 11, III, b, da Lei 11.916/2022: °



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mp.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0229428** e o código CRC **302850D5**.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré, localizado à Rua Aovernador Luiz °iana 8il4o, nB M-, f airro áonceição, Nazaré í f a, áep 11.1xxíxxx, per6azendo Orea constru7da de apro2imadamente 12x,xx mQ

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAR:

- .1 S locação visa atendimento de demanda da Promotoria de Justiça Nazaréí f S.

- .- K serviço ser0 prestado pelo qr. úleber de Jesus da qilva, por meio do Eual o h inistério Põblico do 3stado da f a4ia determina as condiç5es de e2ecução dos serviços, as especi6cidades, bem como os seus prazos, tudo para garantir a plena prestação dos serviços contratados.

- .M Ressalteíse Eue a necessidade de mudança do imóvel ora locado, situado à Rua Slcides Sndrade, nB Vi , f airro h ulungus, Nazaré í f a, decorre de solicitação da promotoria, a Eual pleiteia mel4ores condiç5es 63icas para atendimento ao põblico da localidade, a e2emplo de rampas e estrutura 63ica para locomoção de cadeirantes, bem como mel4ores condiç5es de trabalho para os membros e servidores.

3. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

M1 S contratação ser0 efe2tuada mediante dispensa de licitação, com base no art. /2, Inciso °II, da Lei 3stadual nB 21MM- xx/ e na Lei 8ederal nB V.- 1 /F1221.

4. DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO LOCADOR



1.1. A escolha do Imóvel decorreu da localização e bom estado de conservação com base no relatório elaborado pela Diretoria de Engenharia e Sustentabilidade D3S e Laudo de Avaliação Imobiliário.

1.2. O Locador quer o **Sr Kleber De Jesus Da Silva, CPF Nº 437.893.235-00**, Residente 3 Domiciliado C Rua Alcides Andrade, VI, Ásua, Hulungus, Áepã, 11111111, Nazaré í f a.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

1.1. Observa-se que atualmente as Promotorias de Justiça de Nazaré localizam-se em imóvel locado e encontram-se com limitações em relação a espaço físico para abrigar de maneira uniforme todas as unidades da unidade orgão ministerial. Não obstante, cumpre destacar que os preços praticados na presente contratação se encontram na média do mercado, tendo em vista laudo de avaliação do imóvel consoante documentos anexos, o que justifica o preço.

6. DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

1.1. O valor mensal para esta contratação será de R\$ (R\$ 1.000,00) sete mil reais mensais nos primeiros 12 meses, que corresponde a R\$ 1.000,00 quatro mil reais relativos à locação mensal e R\$ 1.000,00 (R\$ 1.000,00) mil reais que equivale ao valor total das adaptações no montante total de R\$ 12.000,00 trinta e seis mil reais.

1.2. O valor no primeiro ano de vigência contratual será de R\$ 12.000,00 (doze mil e quatro mil reais), e para o período dos próximos 4 anos seguintes será de R\$ 11.000,00 (doze mil e quatro mil reais), conforme a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR ADAPTAÇÕES (12 MESES)	VALOR TOTAL PARA 5 ANOS
Locação de Imóvel	x1	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 60.000,00

7. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL



(.1 S presente contratação ser0 formalizada através da elaboração de instrumento contratual, com vig)ncia de x/ êcinco^ anos.

8. DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

V.1 S utilização do imóvel ocorrer0 diariamente, no 4or0rio compreendido e determinado pela Promotoria, no seguinte endereçoÀ

Rua Aovernador Luiz °iana 8il4o, nB M-, f airro áonceição, Nazaré í f a,
áep i i .i xxíxxx

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Unidade Orçamentária/G estora i x.1x1.xxxxM	Ação (P/A/OE) xM.1- - ./ xM- x xx	Região 22xx	Destinação de Recursos 1xx	Natureza da Despesa MM.2x.Mj
---	---	----------------	-------------------------------	---------------------------------

10. DA VIGÊNCIA:

1x.1 S contratação ter0 a vig)ncia de x/ êcinco^ anos, a começar em 1/ novembro de -x- 1 e a terminar em 1i de novembro de -x- j , podendo ser prorrogado, se 4ouver interesse das partes, mediante Termo Sditivo.

1x.- áaso não ten4a interesse na prorrogação, o LKáSDKR êS^ dever0 enviar comunicação escrita ao LKáSTÁRIK com anteced)ncia mñima de xM êtr)s^ meses da data do término da vig)ncia do contrato, sob pena de aplicação das sanç5es cab7veis por descumprimento de dever contratual.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RETENÇÃO DE TRIBUTOS

11.1 Os pagamentos mensais relativos ao objeto deste contrato serão efetuados mediante apresentação de nota de aluguel pelo ^o LKÁSDKRÊ3q^o, acompanhada da documentação relacionada no **item 11.1.2**, e se concluir0 no prazo de ^{xv} oito^o dias úteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

11.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura/nota de aluguel pelo ^o LKÁSDKRÊ3q^o em determinado mês, poderá ser0, a critério do LKÁSTÁRIK, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

11.1.- Mensalmente, havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data da documentação, aquela na qual ocorreu a respectiva regularização.

11.1.M Para fins de pagamento do primeiro mês de locação, o cômputo dos dias devidos pelo LKÁSTÁRIK será **iniciado em 15 de novembro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel de acordo com o relatório da engenharia.

11.1.M1 Após a entrega do imóvel, os ^o LKÁSDKRÊ3q^o terão um prazo de carência para conclusão das demais adaptações em até ^{xx} trinta^o dias após a data da efetiva entrega das chaves.

11.1.i Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do ^o LKÁSDKRÊ3q^o, somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o LKÁSTÁRIK atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

11.- O LKÁSTÁRIK realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

11.M Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicada pelo ^o LKÁSDKRÊ3q^o, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluir0 no prazo de ^{xv} oito^o dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

11.1. A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo LOCATÁRIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IAP/FSA *pro rata temporis*, ressalvado o quanto disposto no item 11.1.1.1.

11.1.1. Não serão considerados, para efeito de caracterização de mora imputável ao LOCATÁRIO, eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, uma vez decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força do bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

1- O LOCADOR obriga-se a:

1-1. Realizar as adaptações no imóvel em um prazo estimado de 15 (quinze) dias, entregando o imóvel em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina até o dia **15 de novembro de 2021**, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de História e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Sustentação do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

Adaptações para conclusão até o dia 15/11/2021:

1-1.1. substituição e/ou complementação da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 2206-2005;

1-1.2. Divisão da sala de estar em dois ambientes, com remoção das molduras da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas;

1-1.3. substituição das duas molduras de porta da entrada da sala de jantar por moldura única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;

1-1.4. Instalação Infraestrutura: instalação elétrica, hidráulica e drenos para instalação de elevador e equipamentos de ar condicionado;

1-1.5. Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete M por moldura de alumínio, seguindo os padrões exigidos;

1-1.6. Pintura interna do imóvel;



Adaptações para conclusão em 60 dias após a data da entrega:

1- .1.(áonstrução de rota acessível em piso cimentado da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade Nf R 2x/ xF- x- xG

1- .1.V áonstrução do sanitário acessível e de uso do público eterno, conforme planta fornecida pelo Ministério Público

1- .1.2 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários

1- .1.1x áolocação de grades no Gabinete M, áozin4a, sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinets 1, - , M e 3stagiários

1- .1.11 Pintura eterna do imóvel.

12.2 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, Euando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente

1- .M Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias ôteis, Euando autorizadas

1- .I Srcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste contrato

1- ./ Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados

1- .j Aarantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado

1- .(h anter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel

1- .V 3ribir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou obrigações referentes a despesas e



encargos com o bem locado, cu:os pagamentos devam ser diretamente por eles efetuadosG

1- .2 Fornecer, ao **LOCATÁRIO**, recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a Euitação genérica.

1- .1x Instalação e a manutenção de cerca elétricaG

1- .11 Instalação e a manutenção do monitoramento eletr; nico e²terno de câmeras de vigilância.

1- .1- Spresentar documentação necess0ria para a emissão do certificado de regularidade de qegurança áontra Inc) ndio e Pônico e²pedido pelo áorpo de f ombeiros hilitar da f a4ia, em con6ormidade com a Lei nB 1- .2- 2F- x1M, Decreto nB 1j .Mx- F- x1/ e Instruç5es Técnicas do áf h G

1- .1M Spresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobili0rio correspondente, no prazo m0²imo de 1Vx êcento e oitenta^ dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1â êm por cento^ do valor mensal do aluguel, a cada m)s de atraso.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO:

1M. K **LOCATÁRIO** obrigaí se aÀ

1M.1 hanter o imóvel em boas condiç5es de limpeza e conservação, para restitu7lo Euando 6ndo ou rescindido este contrato no estado Eue o recebeu, salvo as deterioraç5es decorrentes do seu uso normal e as alteraç5es feitas pelo **LOCATÁRIO** Euando do in7cio da vig)ncia contratual, con6orme disposto no **item 12.1 deste** Termo de Re(er)nciaG

1M.- Não realizar EualEuer obra Eue modi6Eue a divisão do imóvel 4o:e e²istente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**G

1M.M Pagar as despesas de consumo de telefonia 6²a relativas ao imóvel locado, bem como aEuelas decorrentes do consumo de energia elétrica, 0gua e correspondente ta²a de esgotoG



1M.i Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

1M./ Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente devidos, nos prazos estipulados;

1M.j Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

1M.(Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

1M.V Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e não interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

1M.2 Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste contrato.

1M.1x Apresentar certificado de regularidade de segurança contra incêndio e Pôncio expedido pelo órgão de bombeiros militar da freguesia, em conformidade com a Lei nº 11.222-F-XI, Decreto nº 11.111-F-XI/ e Instruções Técnicas do AFH, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

14. TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

14.1.1 Todos os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e contribuições de melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

14.1.- Na hipótese de alienação do imóvel, o **LOCADOR** deverá fazer constar na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente contrato, com a finalidade de observância do que ora pactuado neste instrumento;

14.1.M Todos os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a



respeitar o presente contrato.

15. DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

15.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inciso III do art. 37 da Lei Estadual nº 2.111-MF-xx/, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses, mediante aplicação do IAPF 8Aº, observadas as disposições legais.

15.1.1 Os meses de início e término, utilizados como referência para o cálculo da variação do Índice IAPF 8Aº, são:

Mês de Início: novembro

Mês de Término: outubro

15.1.1.- Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes podem acordar a aplicação de percentual menor que o IAPF 8Aº, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado.

15.1.1.M A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

15.1.1. Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravamento imprevisto, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

15.1.- A revisão de preços nos termos do inciso III do art. 37 da Lei Estadual nº 2.111-MF-xx/, por interesse do Estado, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico financeiro do contrato. Deverá ser instaurada pelo LKÁSTÁRIK, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

15.1.-.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de aditivo contratual.

16. DA EXTINÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO

16.1 O contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incumprimento, desmoração, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Sem qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro prejuízo para o CONTRATADO.

16.2 Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá a LKÁ SDKRS reaver o imóvel alugado. K LKÁ STÁRIK, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação à LKÁ SDKRS com o máximo de x-êdois^ meses de antecedência.

17. DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

1(.1 Integram o presente áontrato como se nele estivessem transcritos todos os documentos do procedimento de **Dispensa de Licitação nº. 28/2021** e seus ane²os.

18. SALDO ORÇAMENTÁRIO

1V.1 K saldo orçament0rio cedido dispon7vel na PSK3 -xxx, **Elemento de Despesa 33.90.36 é de R\$ 1.022.056,00 (um milh3o e vinte e dois mil e cinquenta e seis reais)**, su7cientes para atender a demanda do ob:eto contratual, visto Eue a previs3o de in7cio de pagamento do aluguel é a partir de **dezembro/2021**, 6cando as demais parcelas custeadas com os recursos orçament0rios dos e2erc7cios subseEuentes.

19. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 K **LOCATÁRIO** designa os servidores abaixo relacionados como fiscal e suplente:

FISCAL: h anael qouza das Neves
MATRÍCULA: 352.420

SUPLENTE: Jade 8erraz f arbosa Pereira
MATRÍCULA: 354.870

galvador, -/ de outubro de -x-1.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Michela Cordeiro de Araújo

Aerente

á ordenação de 3ª edição Krcament0ria Sdministrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL,

Segue TR 0229677 anexo ajustado.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 21/00/, 2, 0à7s 0: 5D, àconforme art. 0ºàIIIà"b"àda Lei 00.409/, 226.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0229677** e o código CRC **3AE77871**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Após análise do Termo de Referência e respectiva elaboração da minuta por esta Coordenação, encaminhamos o procedimento à unidade demandante solicitando os seguintes esclarecimentos:

1. A redação do item 11.1 faz referência a uma relação de documentos constantes do suíte 11.1.2. Entretanto, o mencionado subitem não traz em seu texto relação documental a ser apresentada pelo LOCADOR;

2. Itens 12.10 e 12.11. Sugerimos a revisão da redação para:

12.10 Instalar e manter cerca elétrica para guarnecer o imóvel;

12.11 Instalar e manter o monitoramento eletrônico externo por câmeras de vigilância;



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 25/00/1210, às 08:47, conforme art. 0º, III, "b", da Lei 00.409/1226.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0230586** e o código CRC **0602E288**.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré, localizado à Rua Aovernador Luiz °iana 8il4o, nB M-, f airro áonceição, Nazaré í f a, áep 11.1xxíxxx, per6azendo 0rea constru7da de apro2imadamente 12x,xx mQ

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAR:

- .1 S locação visa atendimento de demanda da Promotoria de Justiça Nazaréí f S.

- .- K serviço ser0 prestado pelo qr. úleber de Jesus da qilva, por meio do Eual o h inistério Põblico do 3stado da f a4ia determina as condiç5es de e2ecução dos serviços, as especi6cidades, bem como os seus prazos, tudo para garantir a plena prestação dos serviços contratados.

- .M Ressalteíse Eue a necessidade de mudança do imóvel ora locado, situado à Rua Slcides Sndrade, nB V1 , f airro h ulungus, Nazaré í f a, decorre de solicitação da promotoria, a Eual pleiteia mel4ores condiç5es 63icas para atendimento ao põblico da localidade, a e2emplo de rampas e estrutura 63ica para locomoção de cadeirantes, bem como mel4ores condiç5es de trabalho para os membros e servidores.

3. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

M.1 S contratação ser0 e6etuada mediante dispensa de licitação, com base no art. /2, Inciso °II, da Lei 3stadual nB 21 MM- xx/ e na Lei 8ederal nB V.- 1 /F1221.

4. DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO LOCADOR



i.1 S escol4a do Imóvel decorreu da localização e bom estado de conservação com base no relatório elaborado pela Diretoria de Engenharia e SrEuitetura í D3S e Laudo de Svaliação Imobili0rio.

i.- K **Locador** qer0 o **Sr Kleber De Jesus Da Silva, CPF Nº 437.893.235-00**, Residente 3 Domiciliado C Rua Slcides Sndrade,Vi , áasa, hulungus, áepÀi i i xxíxxx, Nazaré í f a.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

/i.1 Kbservaíse Eue atualmente as Promotorias de Justiça de Nazaré localizamíse em imóvel locado e encontramíse com limita5es em relação a espaço físico para abrigar de maneira uní0rme todas as unidades daEuele órgão ministerial. Não obstante, cumpre destacar Eue os preços praticados na presente contratação se encontram na média do mercado, tendo em vista laudo de avaliação do imóvel consoante documentos ane2os, o Eue :ustí0ca o preço.

6. DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

j.1 K valor mensal para esta contratação ser0 de R\$ (.xxx,xx êsete mil reais^ mensais nos primeiros 1- êdoze^ meses, Eue corresponde a R\$ i .xxx,xx êEuatro mil reais^ relativos à locação mensal e R\$ M.xxx,xx êtr)s mil reais^ Eue eEuivale ao valor total das adapta5es no montante total de R\$ Mj .xxx,xxx êtrinta e seis mil reais^.

j.- K valor no primeiro ano de vig)ncia contratual ser0 de R\$ Vi .xxx,xx êoitenta e Euatro mil reais^, e para o per0do dos xi êEuatro^ anos seguintes ser0 de R\$ -i x.xxx,xx êduzentos e Euarenta mil reais^, con0rme a seguirÀ

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR ADAPTAÇÕES (12 MESES)	VALOR TOTAL PARA 5 ANOS
Locação de Imóvel	x1	R\$ i .xxx,xx	j x.xxx,xx	Mj .xxx,xx	M i .xxx,xx

7. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL



(.1 S presente contratação ser0 formalizada através da elaboração de instrumento contratual, com vig)ncia de x/ êcinco^ anos.

8. DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

V.1 S utilização do imóvel ocorrer0 diariamente, no 4or0rio compreendido e determinado pela Promotoria, no seguinte endereçoÀ

Rua Aovernador Luiz °iana 8il4o, nB M-, f airro á onceição, Nazaré í f a,
áep i i .i xxíxxx

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
i x.1x1.xxxM	xM.1- - ./ xM- x xx	22xx	1xx	MM2x.Mj

10. DA VIGÊNCIA:

1x.1 S contratação ter0 a vig)ncia de x/ êcinco^ anos, a começar em 1/ novembro de -x- 1 e a terminar em 1i de novembro de -x-j , podendo ser prorrogado, se 4ouver interesse das partes, mediante Termo Sditivo.

1x.- áaso não ten4a interesse na prorrogação, o LKáSDKR êS^ dever0 enviar comunicação escrita ao LKáSTÁRIK com anteced)ncia m7hima de xM êtr)s^ meses da data do término da vig)ncia do contrato, sob pena de aplicação das sanç5es cab7veis por descumprimento de dever contratual.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RETENÇÃO DE TRIBUTOS

11.1 Os pagamentos mensais relativos ao objeto deste contrato serão efetuados mediante apresentação de **nota de aluguel** pelo LKÁSDKRê3q, e se concluir no prazo de xv êito^ dias ôteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pend)ncia a ser regularizada.

11.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura/fnota de aluguel pelo LKÁSDKRê3q em determinado mês, poderá ser, a critério do LKÁSTÁRIK, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

11.1.- Mensalmente, havendo alguma pend)ncia impeditiva do pagamento, será considerada como data da documentação, aquela na qual ocorreu a respectiva regularização.

11.1.M Para fins de pagamento do primeiro mês de locação, o c;mputo dos dias devidos pelo LKÁSTÁRIK será **iniciado em 15 de novembro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel de acordo com o relatório da engenharia.

11.1.M1 Após a entrega do imóvel, o LKÁSDKRê3q terão um prazo de car)ncia para conclusão das demais adaptações em até trinta^ dias após a data da efetiva entrega das chaves.

11.1.i Na hipótese de verificação de pend)ncias na execução de serviços de adaptação a cargo do LKÁSDKRê3q, somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o LKÁSTÁRIK atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

11.- O LKÁSTÁRIK realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

11.M Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicada pelo LKÁSDKRê3q, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluir no prazo de xv êito^ dias ôteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

11.1. A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo LOCATÁRIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IAP/FSA *pro rata temporis*, ressalvado o quanto disposto no item 11.1.1.1.

11.1.1.1 Não serão considerados, para efeito de caracterização de mora imputável ao LOCATÁRIO, eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, uma vez decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força do bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

1- O LOCADOR obriga-se a:

1-1 Realizar as adaptações no imóvel em um prazo estimado de 15 (quinze) dias, entregando o imóvel em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina até o dia **15 de novembro de 2021**, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de História e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Sustentabilidade do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

Adaptações para conclusão até o dia 15/11/2021:

1-1.1 substituição e/ou complementação da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 2206-2005

1-1.2 Divisão da sala de estar em dois ambientes, com remoção das molduras da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas

1-1.3 Alteração das duas molduras de porta da entrada da sala de jantar por moldura única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público

1-1.4 Instalação Infraestrutura instalação elétrica, hidráulica e drenos para instalação de ar-condicionado

1-1.5 Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete M por moldura de alumínio, seguindo os padrões exigidos

1-1.6 Pintura interna do imóvel



Adaptações para conclusão em 60 dias após a data da entrega:

- 1- .1.(áonstrução de rota acessível em piso cimentado da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade Nf R 2x/ xF- x- xG
- 1- .1.V áonstrução do sanitário acessível e de uso do público eterno, conforme planta fornecida pelo Ministério Público
- 1- .1.2 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários
- 1- .1.1x áolocação de grades no Gabinete M, áozin4a, sala de estagiários e nos sanitários dos Aabinetes 1, - , M e 3stagiários
- 1- .1.11 Pintura eterna do imóvel.

12.2 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, Euando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente

1- .M Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias ôteis, Euando autorizadas

1- .I Srcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste contrato

1- ./ Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados

1- .j Aarantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado

1- .(h anter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel

1- .V 3²ibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou Euitações referentes a despesas e



encargos com o bem locado, cu:os pagamentos devam ser diretamente por eles efetuadosG

1- .2 Fornecer, ao **LOCATÁRIO**, recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a Euitação genérica.

1- .1X Instalar e manter cerca elétrica para guarnecer o imóvel;G

1- .11 Instalar e manter o monitoramento eletrônico externo por câmeras de vigilância.

1- .1- Spresentar documentação necess0ria para a emissão do certificado de regularidade de qegurança áontra Inc)ndio e Pônico e2pedido pelo áorpo de f ombeiros hilitar da f a4ia, em conformidade com a Lei nB 1- .2- 2F- x1M, Decreto nB 1j .Mx- F- x1/ e Instruç5es Técnicas do áf h G

1- .1M Spresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobili0rio correspondente, no prazo m02imo de 1Vx êcento e oitenta^ dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1â êum por cento^ do valor mensal do aluguel, a cada m)s de atraso.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO:

1M K **LOCATÁRIO** obrigaí se aÀ

1M.1 hanter o imóvel em boas condiç5es de limpeza e conservação, para restitu7lo Euando êndo ou rescindido este contrato no estado Eue o recebeu, salvo as deterioraç5es decorrentes do seu uso normal e as alteraç5es feitas pelo **LOCATÁRIO** Euando do in7cio da vig)ncia contratual, conforme disposto no **item 12.1 deste** Termo de Re(er)nciaG

1M- Não realizar EualEuer obra Eue modi6Eue a divisão do imóvel 4o:e e2istente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**G

1M.M Pagar as despesas de consumo de telefonia 62a relativas ao imóvel locado, bem como aEuelas decorrentes do consumo de energia elétrica, 0gua e correspondente ta2a de esgotoG



1M.i Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

1M./ Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

1M.j qervir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

1M.(Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

1M.V Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e não interrompam o regular funcionamento do edifício do **LOCATÁRIO**;

1M.2 Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste contrato.

1M.1x Apresentar certificado de regularidade de segurança contra incêndio e Pânico exigido pelo órgão de bombeiros militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 1-.2-2F-x1M, Decreto nº 1j.Mx-F-x1/ e Instruções Técnicas do Afh, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

14. TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

14.1 Ks tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e contribuições de melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

14.- Na hipótese de alienação do imóvel, o **LOCADOR** deverá fazer constar na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente contrato, com a finalidade de observância do que ora pactuado neste instrumento;

14.M Ks herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente contrato.

15. DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

1/.1 S concessão de reajustamento, nos termos do inc. 989 do art. VB da Lei Estadual X f S nB. 2.1 MF-xx/, fica condicionada ao transcurso do prazo de 1-êdoze^ meses, mediante aplicação do IAPh F8Aº, observadas as disposições legais.

1/.1.1 Ks meses de início e término, utilizados como referência para o cálculo da variação do Índice IAPh í 8Aº, são:

Mês de Início: novembro

Mês de Término: outubro

1/.1.- Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes podem acordar a aplicação de percentual menor que o IAPh í 8Aº, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado.

1/.1.M S variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

1/.1.i Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

1/.- S revisão de preços nos termos do inc. 989 I do art. VB da Lei Estadual X f S nB. 2.1 MF-xx/, por interesse dos usuários, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico financeiro do contrato. Deverá ser instaurada pelo LKÁSTÁRIK, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

1/.- .1 S revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de aditivo contratual.

16. DA EXTINÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO

16.1 O contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incumprimento, desmoração, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Sem qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o CONTRATANTE.

16.2 Durante o prazo estipulado para a duração do áontrato, não poder0 a LKáSDKRS reaver o imóvel alugado. K LKáSTÁRIK, todavia, poder0 devolv)ílo, desde Eue este faça a respectiva comunicação à LKáSDKRS com o m7ximo de x- êdois^ meses de anteced)ncia.

17. DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

1(.1 Integram o presente áontrato como se nele estivessem transcritos todos os documentos do procedimento de **Dispensa de Licitação nº. 28/2021** e seus ane²os.

18. SALDO ORÇAMENTÁRIO

1V.1 K saldo orçament0rio cedido dispon7vel na PSK3 -xxx, **Elemento de Despesa 33.90.36 é de R\$ 1.022.056,00 (um milh3o e vinte e dois mil e cinquenta e seis reais)**, su7cientes para atender a demanda do ob:eto contratual, visto Eue a previs3o de in7cio de pagamento do aluguel é a partir de **dezembro/2021**, 6cando as demais parcelas custeadas com os recursos orçament0rios dos e2erc7cios subseEuentes.

19. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 K **LOCATÁRIO** designa os servidores abaixo relacionados como fiscal e suplente:

FISCAL: h anael qouza das Neves
MATRÍCULA: 352.420

SUPLENTE: Jade 8erraz f arbosa Pereira
MATRÍCULA: 354.870

galvador, -/ de outubro de -x-1.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Michela Cordeiro de Araújo

Aerente

á oordenação de 3²ecução Krçament0ria Sdministrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL, segue TR ajustado.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 28/00/72701, s 0à6 21con4rme artf 0.1^o11" l1da bei 00f: 0L/7229f



A autenticidade do documento pode ser con4erida no site https://seisistemasfmp.afmpf.r/sei/controlador_externofphp?acao=documento_con4erir&id_orgao_acesso_externo=2 in4rmando o código veri4cador **0230939** e o código CRC **76B0B8D7f**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica, acompanhado de minuta de contrato elaborada por esta unidade.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 04/88/20281, s 84à 51conforme art. 8º1III1"b"1da Lei 88.986/2005.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0231030** e o código CRC **BE780FDE**.



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E KLEBER DE JESUS DA SILVA, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº XXX/2021- SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o número 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **KLEBER DE JESUS DA SILVA**, inscrito no CPF sob o número [REDACTED], brasileiro, residente e domiciliado à Rua Alcides Andrade, 84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazaré/Ba, doravante denominado **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 19.09.01754.0010577/2020-07, relativo à Dispensa de Licitação nº 028/2021-DADM, com fundamento nas disposições da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, especialmente no artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com suas alterações posteriores, celebram o presente de **CONTRATO DE LOCAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, situado à Rua Governador Luiz Viana Filho, nº 32, Bairro Conceição, Nazaré/BA, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça do referido Município.

1.2 O objeto de locação deste contrato possui, atualmente, área construída de aproximadamente 190,00 m².

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presente contrato é formalizado com fundamento no art. 59, inciso VII, Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, o qual autoriza a dispensa de licitação para a "locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

O **LOCADOR** obriga-se a:

3.1 Realizar as adaptações no imóvel em um prazo estimado de 45 (quarenta e cinco) dias, entregando o imóvel em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina até o dia **15 de novembro de 2021**, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do LOCATÁRIO, conforme condições a seguir especificadas:

3.1.1 Adaptações a serem realizadas até o dia 15/11/2021:

3.1.1.1 Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 9050/2020;

3.1.1.2 Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas;

3.1.1.3 Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;

3.1.1.4 Instalação Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;

3.1.1.5 Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos;

3.1.1.6 Pintura interna do imóvel;

3.1.2 Adaptações a serem realizadas até 60 (sessenta) dias após a entrega do imóvel:

3.1.2.1 Construção de rota acessível (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050/2020;

3.1.2.2 Construção do sanitário acessível e de uso do público externo, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;

3.1.2.3 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;

3.1.2.4 Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;

3.1.2.5 Pintura externa do imóvel.

3.2 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente;

3.3 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas;

3.4 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;

3.5 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

3.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

3.7 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.8 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por ele efetuados;

3.9 Fornecer ao **LOCATÁRIO** recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;

3.10 Instalar e manter cerca elétrica para guarnecer o imóvel;

3.11 Instalar e manter o monitoramento eletrônico externo por câmeras de vigilância;

3.12 Apresentar documentação necessária para a emissão do certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM;

3.13 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

4.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo

quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no item 3.1 deste instrumento;

4.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**;

4.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto;

4.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

4.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

4.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

4.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

4.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

4.9. Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste Contrato.

4.10 Apresentar certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos primeiros 12 (doze) meses de locação, correspondendo a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) relativos ao aluguel mensal e R\$ 3.000,00 (três mil reais) relativos ao valor parcelado das adaptações, cujo montante total é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

5.2 O valor anual relativo ao primeiro ano de vigência da contratação será de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais);

5.3 O valor anual relativo aos anos subsequentes (do segundo ao quinto ano de locação) será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

5.4 O valor global da contratação será de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), conforme detalhado abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR(MENSAL)	VALOR ANUAL		VALOR PARA 5 ANOS
			Adaptações	Aluguel	
Locação de Imóvel	12	R\$ 7.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 324.00,00
Locação de Imóvel	48	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 48.000,00	

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O pagamento mensal relativo ao objeto deste Contrato será efetuado mediante nota de aluguel apresentada pela **LOCADORA**, com indicação do mês sob referência, e será concluído no prazo de até 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

6.1.1 No caso de ausência de apresentação da nota de aluguel pela **LOCADORA** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

6.1.2 Verificada qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta Cláusula, será considerada como data da apresentação da documentação necessária para o faturamento aquela na qual foi comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **LOCATÁRIO** pela pendência no pagamento.

6.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação pelo **LOCATÁRIO**, o marco inicial para exigibilidade do correspondente aluguel pela **LOCADORA** será o dia **15 de novembro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel e estejam finalizadas todas as adaptações a cargo do **LOCADOR**.

6.1.3.1 Após a entrega do imóvel, o(s) **LOCADOR(ES)** terão um prazo de carência para conclusão das demais adaptações de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega das chaves;

6.1.4 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(s) **LOCADOR(ES)**, somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o **LOCATÁRIO** atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

6.2 O LOCATÁRIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta e agência indicada pela **LOCADORA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

6.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **LOCADORA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, inclusive no que diz respeito ao quanto disposto no **item 6.1.2**, a atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO** será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV *pro rata temporis*.

6.4.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **LOCATÁRIO**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**.

6.5 O **LOCATÁRIO** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **LOCADORA**, que porventura não tenha sido acordada neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gest ora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	03.122.503.200 0	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A contratação terá a vigência de 05 (cinco) anos, a começar em **15 de novembro de 2021 e a terminar em 14 de novembro de 2026**, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante celebração de Termo Aditivo.

8.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o **LOCADOR** deverá enviar comunicação escrita ao **LOCATÁRIO** com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do art. 8º, inciso XXV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses a partir do primeiro mês de pagamento efetuado em razão deste contrato, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais, e ainda:

9.1.1 Utilizar-se-á, como referência para o cálculo da variação do índice IGPM/FGV, 12 (doze) meses de transcurso da vigência contratual, contados a partir do primeiro mês de exigibilidade de pagamento, nos termos do **item 6.1.4**, conforme a seguir definido:

9.1.1.1 Mês de início: novembro

9.1.1.2 Mês de término: outubro

9.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM/FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado.

9.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de Termo Aditivo.

9.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

9.2 A revisão de preços nos termos do art. 8º, XXVI, da Lei Estadual nº 9.433/2005, por interesse do **LOCADOR**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

9.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

10.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

10.2 Na hipótese de alienação do imóvel, permanecerão em vigor todos os termos e efeitos do presente Contrato. Ademais, deverá o **LOCADOR** fazer constar, em eventual contrato de promessa de compra e venda e na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância de todos os termos pactuados neste instrumento.

10.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do Contrato.

11.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **LOCADOR** das responsabilidades determinadas neste Contrato.

11.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoração, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **LOCATÁRIO**.

12.2 Durante o prazo estipulado para a duração do Contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 02 (dois) meses de antecedência.

12.3 A locação também poderá ser desfeita:

12.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

12.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

12.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos por culpa do **LOCATÁRIO**, o qual deverá responder pela mora e/ou prejuízos decorrentes, ressalvado o quanto disposto nos **itens 6.1.2 e 6.4.1**.

12.3.3.1 Esta disposição não se aplica à hipótese de ausência de pagamento por culpa do **LOCADOR**, observado o quanto disposto no **item 6.1 e seus subitens**.

12.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público,

que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

13.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

13.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

13.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que ao **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste Instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR** ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

16.2 A inadimplência do **LOCADOR** com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

16.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº 8.245/1991 e a Lei Estadual nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste Contrato, em especial os casos omissos.

16.4 Não caracterizarão novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das



condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

LOCADOR
KLEBER DE JESUS DA SILVA
Proprietário do Imóvel

LOCATÁRIO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA Frederico Wellington Silveira
Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

2000 - Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo

Código da Unidade Orçamentária:

40. 0.

Código da Unidade Gestora:

0001

Saldo Orçamentário:

. 3022309500

Natureza da Despesa:

113 031530

Responsável pela Informação:

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

Responsável pela Unidade Gestora:

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

28/202. - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em . 0/. . /202. 67s
. 08: 6conforme art3. °6III6"b"6da Lei . . 34. , /20053

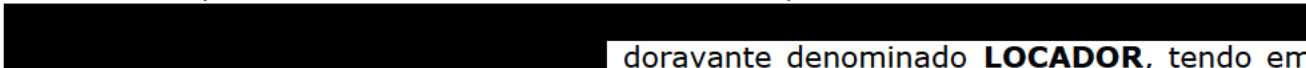


A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://seisistemas3mpba3mp3r/sei/controlador_externo3php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador
0232395 e o código CRC **2EBA0B163**

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E KLEBER DE JESUS DA SILVA, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº XXX/2021- SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o número 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **KLEBER DE JESUS DA SILVA**, inscrito no CPF sob o número

 doravante denominado **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 19.09.01754.0010577/2020-07, relativo à Dispensa de Licitação nº 028/2021-DADM, com fundamento nas disposições da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, especialmente no artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com suas alterações posteriores, celebram o presente de **CONTRATO DE LOCAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, situado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Muluguns, Nazaré/BA, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça do referido Município.

1.2 O objeto de locação deste contrato possui, atualmente, área construída de aproximadamente 190,00 m².

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presente contrato é formalizado com fundamento no art. 59, inciso VII, Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, o qual autoriza a dispensa de licitação para a “locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

O **LOCADOR** obriga-se a:

3.1 Realizar as adaptações no imóvel em um prazo estimado de 45 (quarenta e cinco) dias, entregando o imóvel em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina até o dia **15 de novembro de 2021**, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do LOCATÁRIO, conforme condições a seguir especificadas:

3.1.1 Adaptações a serem realizadas até o dia 15/11/2021:

3.1.1.1 Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 9050/2020;

3.1.1.2 Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas;

3.1.1.3 Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;

3.1.1.4 Instalação Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;

3.1.1.5 Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos;

3.1.1.6 Pintura interna do imóvel;

3.1.2 Adaptações a serem realizadas até 60 (sessenta) dias após a entrega do imóvel:

3.1.2.1 Construção de rota acessível (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050/2020;

3.1.2.2 Construção do sanitário acessível e de uso do público externo, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;

3.1.2.3 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;

3.1.2.4 Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;

3.1.2.5 Pintura externa do imóvel.

3.2 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente;

3.3 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas;

3.4 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;

3.5 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

3.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

3.7 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.8 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por ele efetuados;

3.9 Fornecer ao **LOCATÁRIO** recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;

3.10 Instalar e manter cerca elétrica para guarnecer o imóvel;

3.11 Instalar e manter o monitoramento eletrônico externo por câmeras de vigilância;

3.12 Apresentar documentação necessária para a emissão do certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM;

3.13 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

4.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo

quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no item 3.1 deste instrumento;

4.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**;

4.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto;

4.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

4.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

4.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

4.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

4.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

4.9. Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste Contrato.

4.10 Apresentar certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos primeiros 12 (doze) meses de locação, correspondendo a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) relativos ao aluguel mensal e R\$ 3.000,00 (três mil reais) relativos ao valor parcelado das adaptações, cujo montante total é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

5.2 O valor anual relativo ao primeiro ano de vigência da contratação será de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais);

5.3 O valor anual relativo aos anos subsequentes (do segundo ao quinto ano de locação) será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

5.4 O valor global da contratação será de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), conforme detalhado abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR(MENSAL)	VALOR ANUAL		VALOR PARA 5 ANOS
			Adaptações	Aluguel	
Locação de Imóvel	12	R\$ 7.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 324.00,00
Locação de Imóvel	48	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 48.000,00	

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O pagamento mensal relativo ao objeto deste Contrato será efetuado mediante nota de aluguel apresentada pela **LOCADORA**, com indicação do mês sob referência, e será concluído no prazo de até 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

6.1.1 No caso de ausência de apresentação da nota de aluguel pela **LOCADORA** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

6.1.2 Verificada qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta Cláusula, será considerada como data da apresentação da documentação necessária para o faturamento aquela na qual foi comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **LOCATÁRIO** pela pendência no pagamento.

6.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação pelo **LOCATÁRIO**, o marco inicial para exigibilidade do correspondente aluguel pela **LOCADORA** será o dia **15 de novembro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel e estejam finalizadas todas as adaptações a cargo do **LOCADOR**.

6.1.3.1 Após a entrega do imóvel, o(s) **LOCADOR(ES)** terão um prazo de carência para conclusão das demais adaptações de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega das chaves;

6.1.4 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(s) **LOCADOR(ES)**, somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o **LOCATÁRIO** atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

6.2 O LOCATÁRIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta e agência indicada pela **LOCADORA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

6.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **LOCADORA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, inclusive no que diz respeito ao quanto disposto no **item 6.1.2**, a atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO** será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV *pro rata temporis*.

6.4.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **LOCATÁRIO**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**.

6.5 O **LOCATÁRIO** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **LOCADORA**, que porventura não tenha sido acordada neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gest ora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	03.122.503.200 0	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A contratação terá a vigência de 05 (cinco) anos, a começar em **15 de novembro de 2021 e a terminar em 14 de novembro de 2026**, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante celebração de Termo Aditivo.

8.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o **LOCADOR** deverá enviar comunicação escrita ao **LOCATÁRIO** com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do art. 8º, inciso XXV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses a partir do primeiro mês de pagamento efetuado em razão deste contrato, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais, e ainda:

9.1.1 Utilizar-se-á, como referência para o cálculo da variação do índice IGPM/FGV, 12 (doze) meses de transcurso da vigência contratual, contados a partir do primeiro mês de exigibilidade de pagamento, nos termos do **item 6.1.4**, conforme a seguir definido:

9.1.1.1 Mês de início: novembro

9.1.1.2 Mês de término: outubro

9.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM/FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado.

9.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de Termo Aditivo.

9.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

9.2 A revisão de preços nos termos do art. 8º, XXVI, da Lei Estadual nº 9.433/2005, por interesse do **LOCADOR**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

9.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

10.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

10.2 Na hipótese de alienação do imóvel, permanecerão em vigor todos os termos e efeitos do presente Contrato. Ademais, deverá o **LOCADOR** fazer constar, em eventual contrato de promessa de compra e venda e na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância de todos os termos pactuados neste instrumento.

10.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do Contrato.

11.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **LOCADOR** das responsabilidades determinadas neste Contrato.

11.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoração, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **LOCATÁRIO**.

12.2 Durante o prazo estipulado para a duração do Contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 02 (dois) meses de antecedência.

12.3 A locação também poderá ser desfeita:

12.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

12.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

12.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos por culpa do **LOCATÁRIO**, o qual deverá responder pela mora e/ou prejuízos decorrentes, ressalvado o quanto disposto nos **itens 6.1.2 e 6.4.1**.

12.3.3.1 Esta disposição não se aplica à hipótese de ausência de pagamento por culpa do **LOCADOR**, observado o quanto disposto no **item 6.1 e seus subitens**.

12.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público,

que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

13.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

13.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

13.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que ao **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste Instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR** ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

16.2 A inadimplência do **LOCADOR** com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

16.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº 8.245/1991 e a Lei Estadual nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste Contrato, em especial os casos omissos.

16.4 Não caracterizarão novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das



condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

LOCADOR
KLEBER DE JESUS DA SILVA
Proprietário do Imóvel

LOCATÁRIO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA Frederico Wellington Silveira
Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Locação de Imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré, localizado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré-BA, Nazaré f Ba, área 44,41 m², compreendendo área construída de aproximadamente 191,11 m².

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAR:

2.1 A locação visa atendimento de demanda da Promotoria de Justiça Nazaré f BA.

2.2 O serviço será prestado pelo Sr. Kleber de Jesus da Silva, por meio do qual o Ministério Público do Estado da Bahia determina as condições de execução dos serviços, as especificidades, bem como os seus prazos, tudo para garantir a plena prestação dos serviços contratados.

2.3. Ressalte-se que a necessidade de mudança do imóvel ora locado, situado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré f Ba, decorre de solicitação da promotoria, a qual pleiteia melhores condições físicas para atendimento ao público da localidade, a exemplo de rampas e estrutura física para locomoção de cadeirantes, bem como melhores condições de trabalho para os membros e servidores.

3. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação será efetuada mediante dispensa de licitação, com base no art. 59, Inciso VII, da Lei Estadual nº 9433-2015 e na Lei Federal nº 8.245-1991.

4. DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO LOCADOR



4.1 A escolha do Imóvel decorreu da localização e bom estado de conservação com base no relatório elaborado pela Fretoria de Engenharia e Arquitetura f FEA e Laudo de Avaliação Imobiliário.

4.2 O **Locador** Serx o **Sr Kleber De Jesus Da Silva, CPF Nº 437.893.235-00**, Residente E Fomiciliado D Rua Alcides Andrade,84, áasa, Mulungus, áepC444í í í í í , Nazaré f Ba.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

5.1 Observafse que atualmente as Promotorias de Justiça de Nazaré localizamfse em imóvel locado e encontramfse com limitações em relação a espaço físico para abrigar de maneira uniorme todas as unidades daquele órgão ministerial. Não obstante, cumpre destacar que os preços praticados na presente contratação se encontram na média do mercado, tendo em vista laudo de avaliação do imóvel consoante documentos ane7os, o que Àustifica o preço.

6. DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

:.1 O valor mensal para esta contratação serx de Rj \$.ííí,íí (sete mil reaisê mensais nos primeiros 12 (dozeê meses, que corresponde a Rj 4.ííí,íí (quatro mil reaisê relativos à locação mensal e Rj 3.ííí,íí (três mil reaisê que equivale ao valor total das adaptações no montante total de Rj 3: .ííí,íí (trinta e seis mil reaisê.

:.2 O valor no primeiro ano de vigência contratual serx de Rj 84.ííí,íí (oitenta e quatro mil reaisê, e para o período dos í 4 (quatroê anos seguintes serx de Rj 24í .ííí,íí (duzentos e quarenta mil reaisê, conorme a seguirC

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR ADAPTAÇÕES (12 MESES)	VALOR TOTAL PARA 5 ANOS
Locação de Imóvel	í 1	Rj 4.ííí,íí	:í .ííí,íí	3: .ííí,íí	324.ííí,íí

7. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL



§.1 A presente contratação será formalizada através da elaboração de instrumento contratual, com vigência de 5 (cinco) anos.

8. DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

8.1 A utilização do imóvel ocorrerá diariamente, no horário compreendido e determinado pela Promotoria, no seguinte endereço:

Rua – governador Luiz Viana Filho, nº 32, Bairro Conceição, Nazaré da Bahia,
cep 44.411-111

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
41.111.111.3	3.122.513.211	9911	111	33.913:

10. DA VIGÊNCIA:

11.1 A contratação terá a vigência de 5 (cinco) anos, a começar em 15 novembro de 2021 e a terminar em 14 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante Termo Aditivo.

11.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOA AFOR (Aê) deverá enviar comunicação escrita ao LOA ATÁRIO com antecedência mínima de 3 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RETENÇÃO DE TRIBUTOS

11.1 Os pagamentos mensais relativos ao objeto deste contrato serão efetuados mediante apresentação de **nota de aluguel** pelo(s) LOÁAFOR(ES, e se concluir no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

11.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura-nota de aluguel pelo(s) LOÁAFOR(ES em determinado mês, poderá ser, a critério do LOÁATÁRIO, substituir tal documento por declaração da Unidade – estora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

11.1.2 Mensalmente, havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data da documentação, aquela na qual ocorreu a respectiva regularização.

11.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação, o cômputo dos dias devidos pelo LOÁATÁRIO será **iniciado em 15 de novembro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel de acordo com o relatório da engenharia.

11.1.3.1 Após a entrega do imóvel, o(s) LOÁAFOR(ES terão um prazo de carência para conclusão das demais adaptações em até 31 (trinta) dias após a data da efetiva entrega das chaves.

11.1.4 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(s) LOÁAFOR(ES, somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o LOÁATÁRIO atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

11.2 O LOÁATÁRIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

11.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicada pelo(s) LOÁAFOR(ES, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluir no prazo de 8 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

11.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo LOCATÁRIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do I-PM-/ -V *pro rata temporis*, ressalvado o quanto disposto no item 11.1.3G

11.4.1 Não serão considerados, para efeito de caracterização de mora imputável ao LOCATÁRIO, eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de Janeiro do exercício subsequente, uma vez decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força do bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

12. O LOCADOR obrigase a:

12.1 Realizar as adaptações no imóvel em um prazo estimado de 45 (quarenta e cinco) dias, entregando o imóvel em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina até o dia **15 de novembro de 2021**, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

Adaptações para conclusão até o dia 15/11/2021:

12.1.1 Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 9151-2/2013

12.1.2 Fivisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas

12.1.3 Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público

12.1.4 Instalação Infraestrutura (instalação elétrica, hidráulica e drenos) para instalação de 8 (oito) equipamentos de ar condicionado

12.1.5 Ampliação e substituição porta de acesso ao gabinete 3 por folha de 81 cm, seguindo os padrões exigidos

12.1.: Pintura interna do imóvel

Adaptações para conclusão em 60 dias após a data da entrega:

12.1. Construção de rota acessível (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9151-2:2013

12.1.8 Construção do sanitário acessível e de uso do público interno, conforme planta fornecida pelo Ministério Público

12.1.9 Fivisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários

12.1.10 Colocação de grades no –abinete 3, cozinha, Sala de estagários e nos sanitários dos –abinetes 1, 2, 3 e Estagários

12.1.11 Pintura interna do imóvel.

12.2 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais direitos existentes

12.3 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas

12.4 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste contrato

12.5 Responder pelos vícios ou direitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados

12.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado

12.7 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel

12.8 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e ou



encargos com o bem locado, cuos pagamentos devam ser diretamente por eles efetuados

12.9 Fornecer, ao **LOCATÁRIO**, recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica.

12.11 Instalar e manter cerca elétrica para guarnecer o imóvel;

12.11 Instalar e manter o monitoramento eletrônico externo por câmeras de vigilância.

12.12 Apresentar documentação necessária para a emissão do certificado de regularidade de Segurança contra Incêndio e Pânico e pedido pelo corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929-2 de 13, Decreto nº 1 de 2 de 15 e Instruções Técnicas do ABMG

12.13 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO:

13. O **LOCATÁRIO** obrigase a

13.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no **item 12.1 deste** Termo de Referência

13.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**

13.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia e relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto

13.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou direito cu^a reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceirosG

13.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente e7ig6veis, nos prazos estipuladosG

13.: Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compat6vel com a natureza deste e com o fim a que se destinaG

13.\$ Far ci^ncia ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou e7ig^ncia de autoridade pública relativas ao imóvelG

13.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatxrio, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que se^a o mesmo visitado e e7aminado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horxrios e iormas que não comprometam e-ou interrompam o regular funcionamento do e7pediente do **LOCATÁRIO**G

13.9 Responsabilizarfse pela contratação de seguro do imóvel locado contra inc^ndio, queda de raio, e7plosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo per6odo de vig^ncia deste contrato.

13.1í Apresentar certiificado de regularidade de Segurança áontra Inc^ndio e Pônico e7pedido pelo áorpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929-2í 13, Decreto nº 1: .3í 2-2í 15 e Instruções Técnicas do áBM, devidamente atualizado, até o final da vig^ncia do contratoG

14. TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

14.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Ta7as e áontribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vig^ncia do áontrato ou de suas prorrogações, correrão por conta e7clusiva do **LOCADOR**.

14.2 Na hipótese de alienação do imóvel, o **LOCADOR** deverx fazer constar na escritura de compra e venda, clxusula vinculando o adquirente ao presente áontrato, com a inialidade de observôncia do que iora pactuado neste instrumentoG

14.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente áontrato.

15. DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

15.1 A concessão de reajustamento, nos termos do inc. ~~ººº~~ do art. 8º da Lei Estadual X BA nº. 9.433-2 í 5, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses, mediante aplicação do I-PM/-V, observadas as disposições legais.

15.1.1 Os meses de início e término, utilizados como referência para o cálculo da variação do índice I-PMf/-V, são

Mês de Início: novembro

Mês de Término: outubro

15.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes podem acordar a aplicação de percentual menor que o I-PMf /-V, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado

15.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento

15.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, e/ou nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

15.2 A revisão de preços nos termos do inc. ~~ºº~~ do art. 8º da Lei Estadual X BA nº. 9.433-2 í 5, por interesse do(s) LOÁAFOR(ES), dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico financeiro do contrato. Faverá ser instaurada pelo LOÁATÁRIO, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

15.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo contratual.



16. DA EXTINÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO

16.1 O contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoronamento, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ; nus para o LOCATÁRIO.

16.2 Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá a LOAFORA reaver o imóvel alugado. O LOCATÁRIO, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação à LOAFORA com o mínimo de 2 (dois) meses de antecedência.

17. DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

17.1 Integram o presente contrato como se nele estivessem transcritos todos os documentos do procedimento de **Dispensa de Licitação nº. 28/2021** e seus anexos.

18. SALDO ORÇAMENTÁRIO

18.1 O saldo orçamentário cedido disponível na PAOE 2021, **Elemento de Despesa 33.90.36 é de R\$ 1.022.056,00 (um milhão e vinte e dois mil e cinquenta e seis reais)**, suficientes para atender a demanda do objeto contratual, visto que a previsão de início de pagamento do aluguel é a partir de **dezembro/2021**, ficando as demais parcelas custeadas com os recursos orçamentários dos exercícios subsequentes.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1 O **LOCATÁRIO** designa os servidores abaixo relacionados como fiscal e suplente:

FISCAL: Manoel Souza das Neves
MATRÍCULA: 352.420

SUPLENTE: Jade /erraz Barbosa Pereira
MATRÍCULA: 354.870

Salvador, 25 de outubro de 2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Michela Cordeiro de Araújo

– erente

á oordenação de E7ecução Orçamentxria Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.01754.0010577/2020-07

INTERESSADA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. INSTALAÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAZARÉ. APLICAÇÃO DO ART. 59, INCISO VII, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/2005. PELO DEFERIMENTO E APROVAÇÃO DA MINUTA

PARECER Nº. 597/2021

Trata-se de solicitação de autorização para contratação direta, através de **Dispensa de Licitação**, em favor de **Kleber de Jesus da Silva**, visando à locação de imóvel urbano situado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Mulungus, Nazaré - BA, pelo período de cinco anos, **para a instalação da Promotoria de Justiça de Nazaré**.

O valor mensal da locação será de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, durante os primeiros 12 (doze) meses, haja vista os custos previstos com as adaptações do imóvel, e de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, nos 48 (quarenta e oito) meses restantes, perfazendo um dispêndio total de **R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais)**.

Anexados ao pedido: autorização para dispensa de licitação, termo de referência, justificativa para contratação, informações orçamentárias, proposta de locação, minuta do contrato locatício que se pretende firmar, documentos comprobatórios da titularidade do domínio do bem, relatório da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, avaliação imobiliária, Ata de Reunião do Comitê de Repactuação Orçamentária e deliberação da Procuradoria Geral de Justiça, além de outros documentos relativos à avença.

A despesa correrá por conta do Projeto/Atividade 2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos, Elemento 33.90.36, cujo saldo de dotação é de **R\$ 1.022.056,00 (um milhão vinte e dois mil e cinquenta e seis reais)**.

Justificando a pretensa contratação, manifesta-se a unidade responsável, *in verbis*:

"2.3. Ressalte-se que a necessidade de mudança do imóvel ora locado, situado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré - Ba, decorre de solicitação da promotoria, a qual pleiteia melhores condições físicas para atendimento ao público da localidade, a exemplo de rampas e estrutura física para locomoção de cadeirantes, bem como melhores condições de trabalho para os membros e servidores.

(...)

4.1 A escolha do Imóvel decorreu da localização e bom estado de conservação com base no relatório elaborado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura - DEA e Laudo de Avaliação Imobiliário.

(...)

5.1 Observa-se que atualmente as Promotorias de Justiça de Nazaré localizam-se em imóvel locado e encontram-se com limitações em relação a espaço físico para abrigar de maneira uniforme todas as unidades daquele órgão ministerial. Não obstante, cumpre destacar que os preços praticados na presente contratação se encontram na média do mercado, tendo em vista laudo de avaliação do imóvel consoante documentos anexos, o que justifica o preço."

O art. 59, VII, da Lei nº 9.433/2005, dispõe:

Art. 59 – É dispensável a licitação:

(...)

VII – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

De acordo com esse dispositivo, a dispensa de licitação para compra ou locação de imóveis será cabível quando restar demonstrado que: (a) o imóvel se destina a atender às finalidades precípua da Administração; (b) sua escolha tenha decorrido de aspectos relacionados com os fatores instalação e localização; (c) o imóvel seja o único capaz de satisfazer o interesse público; e (d) o preço seja compatível com o praticado no mercado.

Como visto, um dos traços característicos desta hipótese de dispensa de licitação é o imóvel destinar-se ao atendimento das finalidades precípua da Administração, entendidas aquelas que são principais, essenciais. Tem-se como finalidade precípua da Administração a sua atividade-fim, aquela que fundamenta sua existência e em função da qual se desenvolvem todas as demais atividades¹, isto é, aquela que visa a garantir o desenvolvimento da função pública, que se realiza com a satisfação das necessidades de interesse geral, promovendo o bem comum da coletividade.

Com efeito, tratando-se de locação de imóvel para atendimento das finalidades precípua do Ministério Público, no que concerne ao funcionamento da citada unidade ministerial, resta comprovada a subsunção da circunstância fática à hipótese legal.

Outro ponto de destaque, que já fora sinalizado na legislação apontada, é que as condições de instalação e localização tenham direcionado a escolha do imóvel. De acordo com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, o imóvel avaliado oferece condições necessárias para adaptação ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Nazaré.

Assim, o imóvel escolhido possui as condições técnicas suficientes para atender a demanda atual deste Ministério Público e, por conseguinte, capaz de satisfazer o interesse público. Sobre o tema, leciona José dos Santos Carvalho Filho:

“As atividades administrativas são desenvolvidas pelo Estado para benefício da coletividade. Mesmo quando age em vista de algum interesse estatal imediato, o fim último de sua atuação deve ser voltado para o interesse público. E se, como visto, não estiver presente esse objetivo, a atuação estará inquinada de desvio de finalidade. Desse modo, não é o indivíduo em si o destinatário da atividade administrativa, mas sim o grupo social num todo. Saindo da era do individualismo exacerbado, o Estado passou a caracterizar-se como o Welfare State (Estado/bem-estar), dedicado a atender ao interesse público. Logicamente, as relações sociais vão ensejar, em determinados momentos, um conflito entre o interesse público e o interesse privado, mas, ocorrendo esse conflito, há de prevalecer o interesse público. Trata-se, de fato, do primado do interesse público. O indivíduo tem que ser visto como integrante da sociedade, não podendo os seus direitos, em regra, ser equiparados aos direitos sociais. Vemos a aplicação do princípio da supremacia do interesse público, por exemplo, na desapropriação, em que o interesse público suplanta o do proprietário; ou no poder de polícia do Estado, por força do qual se estabelecem algumas restrições às atividades individuais. A despeito de não ser um conceito exato, aspecto que leva a doutrina em geral a configurá-lo como conceito jurídico indeterminado, a verdade é que, dentro da análise específica das situações administrativas, é possível ao intérprete, à luz de todos os elementos do fato, identificar o que é e o que não é interesse público. Ou seja: é possível encontrar as balizas do que seja interesse público dentro de suas zonas de certeza negativa e de certeza positiva. Portanto, cuida-se de conceito determinável.”²

Ademais, quanto à compatibilidade dos valores propostos com o quanto praticado na localidade, a unidade responsável colacionou parecer técnico de avaliação imobiliária, demonstrando que o custo planejado para a pretensa contratação está condizente com o mercado.

Entretanto, considerando que a competente escritura imobiliária não contempla a integralidade do imóvel construído, este Ministério Público, munido das cautelas necessárias à gestão da coisa pública e do erário, negociou com o pretenso locador um prazo curto - seis meses - para averbação da construção e consequente atualização do registro imobiliário no competente cartório de imóveis.

Na minuta contratual constam as cláusulas referentes ao objeto, dispensa de licitação, obrigações, preço, condições de pagamento e retenção de tributos, dotação orçamentária, vigência, reajustamento e revisão de preços, tributos, fiscalização, extinção da locação, impedimento à utilização do imóvel, publicidade, foro e disposições gerais, estando em conformidade com as disposições das legislações de regência.

Por derradeiro, vale destacar que, embora o Ato Normativo nº 007/2020, alterado pelos Atos Normativos nº 048/2020, nº 035/2021 e nº 046/2021, estabeleça medidas de redução, contenção e controle de gastos com custeio e investimento, a Decisão Administrativa da Procuradora-Geral de Justiça (evento 0228716) defere o pleito formulado, em consonância com manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária

Considerando que a presente hipótese se enquadra no dispositivo legal citado, **esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela possibilidade jurídica da contratação, aprovando a minuta de contrato apresentada.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 10 de novembro de 2021.

Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessora/SGA
Matrícula 351.869

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assistente de Gestão II

¹ Revista *Zênite de Licitações e Contratos – ILC*, Curitiba: Zênite, n. 112, p. 515, jun. 2003, seção Perguntas e Respostas.

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 31 ed., rev., atual., e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 55.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 04/00/848021s 0, à 42con5orme artf 0.2^o21" l2da bei 00f: 0L/844, f



Documento assinado eletronicamente por **Glaucio Matos Santos Cerqueira** em 04/00/848021s 09#62con5orme artf 0.2^o21" l2da bei 00f: 0L/844, f



A autenticidade do documento pode ser con5erida no site https://seifsistemasfmp.afmpf.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con5erir&id_orgao_acesso_externo=4 informando o código verifcador **0232870** e o código CRC **5F148E8Af**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho o parecer nº 597/2021 da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência, relativo à Dispensa de Licitação em favor de **Kleber de Jesus da Silva**, para locação de imóvel urbano situado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Muluguns, Nazaré BA, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para a instalação da Promotoria de Justiça de Nazaré, pelo período de cinco anos.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências necessárias.

Anexa, minuta da Portaria 349/2021 para designação de fiscal e suplente.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 19/11/2021, às 14h59:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.416/2022.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0233256** e o código CRC **94ADD9E5**.

PORTARIA Nº 3499/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Manoel Souza das Neves, matrícula nº 352.420, e Jade Ferraz Barbosa Pereira, matrícula nº 354.870, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº _____/2021 - SGA, relativo à locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Nazaré.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 11 de novembro de 2021.

Frederico Welington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

DESPACHO

Considerando a conclusão do procedimento administrativo cabível, encaminhamos o expediente para a unidade demandante para que seja diligenciada a coleta de assinatura da contratada. Para tanto, anexamos ao presente, em formato editável, o arquivo final a ser assinado, devidamente numerado.

Salientamos, no ensejo, que se faz necessário ajustar a data de vigência indicada no instrumento.

Esclarecemos, no ensejo, que a assinatura do contrato deverá ocorrer, alternativamente (e conforme ordem de prioridade) da seguinte forma:

1. Preferencialmente, o documento poderá ser assinado VIA SEI/MPBA (Sistema eletrônico de informações - MPBA). Nesta hipótese será necessário atender às seguintes etapas:

a) 1º Preencher o cadastro de usuário externo:

https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_enviar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

b) 2º seguir as orientações descritas no link para encaminhamento da documentação:

<https://portalsei.mpba.mp.br/acesso-externo/local-de-entrega-das-documentacoes/>

2. Alternativamente, o documento poderá ser assinado digitalmente. **Nesta hipótese, faz-se necessário que a assinatura seja aposta em todas as páginas do documento e, ainda, que seja encaminhado, também, o certificado de validação da assinatura digital.**

3. Por fim, e excepcionalmente, o documento poderá ser assinado fisicamente, em 02 (duas) vias, as quais, após assinatura, deverão ser enviadas à esta Coordenação para coleta de assinatura do Superintendente de Gestão Administrativa.

Após, retorne-se o expediente, com as vias assinadas, para que sejam adotadas as demais providências cabíveis.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 27/22/70721, s 2à9 : 1con3rme artf 2.1⁰⁰¹¹"l1da bei 22fL24/7006f



A autenticidade do documento pode ser conhecida no site https://seisistemasfmp.afmpf.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0234989** e o código CRC **EA6D48D5f**

**ME NUTAUÍ GN&I MAr aI GN&X / Ont CI T-ANI SGATAO°NRQNaI GN°o nNMPA°RS
D1n GhNUTn CR°QMt n-TAX CI QX°N°RUET°I CGL-t°MI GI GhRUAoI GAG-AÇ°AS
MI XI &I MAUÃT°I SChC t n-nT GN CónR1 RGA CR°t 0ASMI XI &I MAoI TSGATA CI R
O°NRQ1 n GhRGnMP O°MA´**

ME NUTAUÍ GNVB, PFPBPQÉRÚA

O **X°N°RUET°I CGL-t°MI GI GhRUAoI GAG-AÇ°A**, inscrito no CNPJ sob o número 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **OHÁKÁHL - Ce Ádī cWi CRJd ÁJHj CR-ghÁv**, doravante denominado **tI MAUÃT°I**, e **t n-nT GN CónR1 RGA CR°t 0A**, inscrito no CPF sob o número [REDACTED], brasileiro, residente e domiciliado à Rua Alcides Andrade, 84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazaré/Ba, doravante denominado **tI MAoI T**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 19.09.01754.0010577/2020-07, relativo à Dispensa de Licitação nº 028/2021-DADM, com fundamento nas disposições da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, especialmente no artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com suas alterações posteriores, celebram o presente de **ME NUTAUÍ GN&I MAr aI**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

ME ã1 R1 t A GT°X n°T A G O I CI - ÓnUI

Q´Q Constitui objeto do presente contrato a locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, situado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Muluguns, Nazaré/BA, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça do referido Município.

Q´P Q objeto de locação deste contrato possui, atualmente, área construída de aproximadamente 190,00 m².

ME ã1 R1 t A RnÚ1 No AG G AG°RGnNRA GN&°MPUAr aI C

O presente contrato é formalizado com fundamento no art. 59, inciso VII, Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, o qual autoriza a dispensa de licitação para a "locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

ME ã1 R1 t A QnTMh°TAG G ARCI -T°ÚAr ÕnR G I &I MAoI T

O&I MAoI T obriga-se a:

3.º Q.º Realizar as adaptações no imóvel em um prazo estimado de 45 (quarenta e cinco) dias, entregando o imóvel em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina até o dia **05/11/2021 - 15/11/2021**, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do LOCATÁRIO, conforme condições a seguir especificadas:

3.º Q.º Adaptações a serem realizadas até o dia 15/11/2021:

3.º Q.º Q.º Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 9050/2020;

3.º Q.º P.º Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas;

3.º Q.º Q.º Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;

3.º Q.º Q.º Instalação Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;

3.º Q.º Q.º Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos;

3.º Q.º Q.º Pintura interna do imóvel;

3.º Q.º P.º Adaptações a serem realizadas até 60 (sessenta) dias após a entrega do imóvel:

3.º Q.º P.º Q.º Construção de rota acessível (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050/2020;

3.º Q.º P.º P.º Construção do sanitário acessível e de uso do público externo, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;

3.º Q.º P.º Q.º Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;

3.º Q.º P.º Q.º Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;

3.º Q.º P.º Q.º Pintura externa do imóvel.

3.º P.º Fornecer ao **TI MAUATÓI**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente;

3.º Ressarcir ao **TI MAUATÓI** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis,

quando autorizadas;

3.4 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;

3.5 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **TI MAUÃTÓI** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

3.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

3.7 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.8 Exibir ao **TI MAUÃTÓI**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por ele efetuados;

3.9 Fornecer ao **TI MAUÃTÓI** recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;

3.10 Instalar e manter cerca elétrica para guarnecer o imóvel;

3.11 Instalar e manter o monitoramento eletrônico externo por câmeras de vigilância;

3.12 Apresentar documentação necessária para a emissão do certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM;

3.13 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso;

ARTIGO 4º - OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O **TI MAUÃTÓI** obriga-se a:

4.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **TI MAUÃTÓI** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no item 3.1 deste instrumento;

4.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **TI MAOIT**;

4.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto;

4.4 Levar ao conhecimento do **TI MAOIT**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de

terceiros;

4.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

4.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

4.7 Dar ciência ao **titular** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

4.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **titular** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **titular**;

4.9 Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste Contrato.

4.10 Apresentar certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

5. ANEXO I - Tabela de Preços

5.1 O valor mensal da contratação será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos primeiros 12 (doze) meses de locação, correspondendo a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) relativos ao aluguel mensal e R\$ 3.000,00 (três mil reais) relativos ao valor parcelado das adaptações, cujo montante total é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

5.2 O valor anual relativo ao primeiro ano de vigência da contratação será de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais);

5.3 O valor anual relativo aos anos subsequentes (do segundo ao quinto ano de locação) será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

5.4 O valor global da contratação será de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), conforme detalhado abaixo:

Item	Duração (meses)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)		Valor Global (R\$)
			Valor Base	Valor Adicional	
Locação de Imóvel	12	R\$ 7.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 324.000,00
Locação de Imóvel	48	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 48.000,00	

6.2.1 O pagamento mensal relativo ao objeto deste Contrato será efetuado mediante nota de aluguel apresentada pela **TI MAOITA**, com indicação do mês sob referência, e será concluído no prazo de até 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

6.2.2 No caso de ausência de apresentação da nota de aluguel pela **TI MAOITA** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **TI MAUAT**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

6.2.3 Verificada qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta Cláusula, será considerada como data da apresentação da documentação necessária para o faturamento aquela na qual foi comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **TI MAUAT** pela pendência no pagamento.

6.2.4 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação pelo **TI MAUAT**, o marco inicial para exigibilidade do correspondente aluguel pela **TI MAOITA** será o dia **05/09/2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel e estejam finalizadas todas as adaptações a cargo do **TI MAOIT**.

6.2.5 Após a entrega do imóvel, o(s) **TI MAOIT**(ES) terão um prazo de carência para conclusão das demais adaptações de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega das chaves;

6.2.6 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(s) **TI MAOIT**(ES), somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o **TI MAUAT** atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

6.3 O **TI MAUAT** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.4 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta e agência indicada pela **TI MAOITA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

6.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **TI MAOITA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, inclusive no que diz respeito ao quanto disposto no **Art. 6.º**, a atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **TI MAUAT** será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV *pro rata temporis*.

6.6 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **TI MAUAT**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos.

devidos pelo **t I MAUÃT°I**.

6°5 O **t I MAUÃT°I** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **t I MAOI TA**, que porventura não tenha sido acordada neste contrato.

ME ã1 R1 t A REU°X AG G A G I UAr a I Q Tr AX nNUÃT°A

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

MóK°i JgKÁ I HpgmÁi VñHgFÚÁvW - Hg 40.101.0003	Apã- 9GFAFI n(03.122.503.200 0	T Ácã- 9900	o Ávñ gpã- KÁCT Á. õHv- v 100	NgVñHÁzgKg o Áv) Ávg 33.90.36
--	--	-----------------------	---	---

ME ã1 R1 t A Q °UAOAG G A Q °ÚÊNMPA

, **°QA** contratação terá a vigência de 05 (cinco) anos, a começar em **15 de novembro de 2021 e a terminar em 14 de novembro de 2026**, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante celebração de Termo Aditivo.

, **°P** Caso não tenha interesse na prorrogação, o **t I MAOI T** deverá enviar comunicação escrita ao **t I MAUÃT°I** com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

ME ã1 R1 t A QNI NA G G I Q nA Q RUAX nNUI G G A Q n0°Ra I G nGT nr I R

8°Q A eventual concessão de reajustamento, nos termos do art. 8º, inciso XXV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses a partir do primeiro mês de pagamento efetuado em razão deste contrato, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais, e ainda:

8°Q°Q Utilizar-se-á, como referência para o cálculo da variação do índice IGPM/FGV, 12 (doze) meses de transcurso da vigência contratual, contados a partir do primeiro mês de exigibilidade de pagamento, nos termos do **JAm G°Q'4**, conforme a seguir definido:

8°Q°Q Mês de início: novembro

8°Q°P Mês de término: outubro

8°Q°P Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM/FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado.

8°Q°3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de Termo Aditivo.

8°Q°4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de

força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

8º P A revisão de preços nos termos do art. 8º, XXVI, da Lei Estadual nº 9.433/2005, por interesse do **t I M A o I T**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **t I M A U Ã T º I**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

8º P Q A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Termo Aditivo Contratual.

M t Ã 1 R 1 t A G E M P X A G G I R Q U T º - 1 U I R G Q 1 U T A R Q - T º Ú A r Õ n R G A G I M A o I T A

Q B º Q Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **t I M A o I T**.

Q B º P Na hipótese de alienação do imóvel, permanecerão em vigor todos os termos e efeitos do presente Contrato. Ademais, deverá o **t I M A o I T** fazer constar, em eventual contrato de promessa de compra e venda e na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância de todos os termos pactuados neste instrumento.

Q B º 3 Os herdeiros ou sucessores do **t I M A o I T** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

M t Ã 1 R 1 t A G E M P X A G T º X n º T A G G A G P R M A t º Z A r a I G I G M I N U T A U I

Q Q º Q Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual nº 9.433/2005, o **t I M A U Ã T º I** designará servidor(es), **) - H C m Á J - C K Á C G - H W J H g C Á v) Á . í f 1 g**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **t I M A o I T** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Instrumento.

Q Q º P Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do Contrato.

Q Q º 3 A fiscalização, pelo **t I M A U Ã T º I**, não desobriga o **t I M A o I T** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

Q Q º 3 º Q A ausência de comunicação, por parte do **t I M A U Ã T º I**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **t I M A o I T** das responsabilidades determinadas neste Contrato.

Q Q º 4 Para fins de fiscalização, o **t I M A U Ã T º I** poderá solicitar ao **t I M A o I T**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

M t Ã 1 R 1 t A G E M P X A G R n Ú 1 N o A G G A G u U º N r a I G A G I M A r a I

Q P º Q O presente Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoronamento,

desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **TI MAUATÓI**;

QP 2 Durante o prazo estipulado para a duração do Contrato, não poderá o **TI MAOI T** reaver o imóvel alugado. O **TI MAUATÓI**, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação ao **TI MAOI T** com o mínimo de 02 (dois) meses de antecedência.

QP 3 A locação também poderá ser desfeita:

QP 3 Q Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

QP 3 P Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

QP 3 3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos por culpa do **TI MAUATÓI**, o qual deverá responder pela mora e/ou prejuízos decorrentes, ressalvado o quanto disposto nos **JM vG Q'PAG 4 Q**.

QP 3 3 Q Esta disposição não se aplica à hipótese de ausência de pagamento por culpa do **TI MAOI T**, observado o quanto disposto no **JMmG QAGvGobJM v**.

QP 3 4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **TI MAUATÓI** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

Mt ã1 R1 t AG EMPX AOnT Mh°T AGG I CX Gno °X nNUI QCL U°t °ZAr aI G I CX / Ont

Q3 Q No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **TI MAUATÓI**, se considerará:

Q3 Q'Q Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **TI MAOI T** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **TI MAUATÓI**;

Q3 Q'P Extinto o presente Contrato, sem que ao **TI MAOI T** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **TI MAUATÓI**.

Mt ã1 R1 t AG EMPX A01 ATUAGG AG1 -t °MPo Ao n

O **TI MAUATÓI** será responsável pela publicação do resumo deste Instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

Mt ã1 R1 t AG EMPX A01 °NUAGG I QI TI

Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro,



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E KLEBER DE JESUS DA SILVA, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 082/2021- SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o número 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **KLEBER DE JESUS DA SILVA**, inscrito no CPF sob o número [REDACTED], brasileiro, residente e domiciliado à Rua Alcides Andrade, 84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazaré/Ba, doravante denominado **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 19.09.01754.0010577/2020-07, relativo à Dispensa de Licitação nº 028/2021-DADM, com fundamento nas disposições da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, especialmente no artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, com suas alterações posteriores, celebram o presente de **CONTRATO DE LOCAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, situado à Rua Alcides Andrade, nº 84, Bairro Mulungus, Nazaré/BA, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça do referido Município.

1.2 O objeto de locação deste contrato possui, atualmente, área construída de aproximadamente 250,00 m².

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1 O presente contrato é formalizado com fundamento no art. 59, inciso VII, Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005, o qual autoriza a dispensa de licitação para a “locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

O **LOCADOR** obriga-se a:

3.1 Realizar as adaptações no imóvel em um prazo estimado de 45 (quarenta e cinco) dias, entregando o imóvel em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina até o dia **30 de novembro de 2021**, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria e Projeto emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do LOCATÁRIO, conforme condições a seguir especificadas:

3.1.1 Adaptações a serem realizadas até o dia 30/11/2021:

3.1.1.1 Substituição (ou complementação) da soleira de acesso principal do imóvel para eliminar desnível existente e viabilizar acesso de acordo com norma de acessibilidade NBR 9050/2020;

3.1.1.2 Divisão da Sala de Estar em dois ambientes, com remoção das folhas da porta de correr, instalação de divisória e colocação de novas portas;

3.1.1.3 Alteração das duas folhas de porta da entrada da Sala de Jantar por folha única para garantir acessibilidade, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;

3.1.1.4 Instalação Infraestrutura (instalação elétrica, frigorígena e drenos) para instalação de 08 (oito) equipamentos de ar-condicionado;

3.1.1.5 Ampliação e substituição porta de acesso ao Gabinete 3 por folha de 80cm, seguindo os padrões exigidos;

3.1.1.6 Pintura interna do imóvel;

3.1.2 Adaptações a serem realizadas até 60 (sessenta) dias após a entrega do imóvel:

3.1.2.1 Construção de rota acessível (em piso cimentado) da calçada para a parte interna do imóvel, conforme norma de acessibilidade NBR 9050/2020;

3.1.2.2 Construção do sanitário acessível e de uso do público externo, conforme planta fornecida pelo Ministério Público;

3.1.2.3 Divisão da copa em dois ambientes, com instalação de divisória em gesso e colocação de nova porta, sem retirada da bancada de mármore e armários;

3.1.2.4 Colocação de grades no Gabinete 3, Cozinha, Sala de estagiários e nos sanitários dos Gabinetes 1, 2, 3 e Estagiários;

3.1.2.5 Pintura externa do imóvel.

3.2 Fornecer ao **LOCATÁRIO**, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existente;

3.3 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas;

3.4 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;

3.5 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

3.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

3.7 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.8 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por ele efetuados;

3.9 Fornecer ao **LOCATÁRIO** recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;

3.10 Instalar e manter cerca elétrica para guarnecer o imóvel;

3.11 Instalar e manter o monitoramento eletrônico externo por câmeras de vigilância;

3.12 Apresentar documentação necessária para a emissão do certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM;

3.13 Apresentar a documentação de averbação do imóvel construído na respectiva escritura do terreno, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de multa de 1% (um por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

4.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme disposto no item 3.1 deste instrumento;

4.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**;

4.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto;

4.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

4.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

4.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

4.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

4.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

4.9. Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste Contrato.

4.10 Apresentar certificado de regularidade de Segurança Contra Incêndio e Pânico expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, devidamente atualizado, até o final da vigência do contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos primeiros 12 (doze) meses de locação, correspondendo a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) relativos ao aluguel mensal e R\$ 3.000,00 (três mil reais) relativos ao valor parcelado das adaptações, cujo montante total é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

5.2 O valor anual relativo ao primeiro ano de vigência da contratação será de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais);

5.3 O valor anual relativo aos anos subsequentes (do segundo ao quinto ano de locação) será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

5.4 O valor global da contratação será de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), conforme detalhado abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (MENSAL)	VALOR ANUAL		VALOR PARA 5 ANOS
			Adaptações	Aluguel	
Locação de Imóvel	12	R\$ 7.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 324.000,00
Locação de Imóvel	48	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 48.000,00	

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O pagamento mensal relativo ao objeto deste Contrato será efetuado mediante nota de aluguel apresentada pela **LOCADORA**, com indicação do mês sob referência, e será concluído no prazo de até 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada.

6.1.1 No caso de ausência de apresentação da nota de aluguel pela **LOCADORA** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão.

6.1.2 Verificada qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta Cláusula, será considerada como data da apresentação da documentação necessária para o faturamento aquela na qual foi comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **LOCATÁRIO** pela pendência no pagamento.

6.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação pelo **LOCATÁRIO**, o marco inicial para exigibilidade do correspondente aluguel pela **LOCADORA** será o dia **18 de novembro de 2021**, desde que ocorra a entrega do imóvel e estejam finalizadas todas as adaptações a cargo do **LOCADOR**.

6.1.3.1 Após a entrega do imóvel, o(s) **LOCADOR(ES)** terão um prazo de carência para conclusão das demais adaptações de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega das chaves;

6.1.4 Na hipótese de verificação de pendências na execução de serviços de adaptação a cargo do(s) **LOCADOR(ES)**, somente será definido como marco inicial para exigibilidade de pagamento a data em que o **LOCATÁRIO** atestar a plena conclusão dos serviços de adaptação.

6.2 O **LOCATÁRIO** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.3 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em conta e agência indicada pela **LOCADORA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis contados do último dia útil do mês anterior ao faturado.

6.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **LOCADORA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, inclusive no que diz respeito ao

quanto disposto no **item 6.1.2**, a atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO** será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV *pro rata temporis*.

6.4.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **LOCATÁRIO**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**.

6.5 O **LOCATÁRIO** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **LOCADORA**, que porventura não tenha sido acordada neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101.0003	03.122.503.2000	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A contratação terá a vigência de 05 (cinco) anos, a começar em 18 de novembro de 2021 e a terminar em 17 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante celebração de Termo Aditivo.

8.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o **LOCADOR** deverá enviar comunicação escrita ao **LOCATÁRIO** com antecedência mínima de 03 (três) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do art. 8º, inciso XXV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses a partir do primeiro mês de pagamento efetuado em razão deste contrato, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais, e ainda:

9.1.1 Utilizar-se-á, como referência para o cálculo da variação do índice IGPM/FGV, 12 (doze) meses de transcurso da vigência contratual, contados a partir do primeiro mês de exigibilidade de pagamento, nos termos do **item 6.1.4**, conforme a seguir definido:

9.1.1.1 Mês de início: novembro

9.1.1.2 Mês de término: outubro

9.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM/FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado.

9.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de Termo Aditivo.

9.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

9.2 A revisão de preços nos termos do art. 8º, XXVI, da Lei Estadual nº 9.433/2005, por interesse do **LOCADOR**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo.

9.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

10.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**.

10.2 Na hipótese de alienação do imóvel, permanecerão em vigor todos os termos e efeitos do presente Contrato. Ademais, deverá o **LOCADOR** fazer constar, em eventual contrato de promessa de compra e venda e na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância de todos os termos pactuados neste instrumento.

10.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do Contrato.

11.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **LOCADOR** das responsabilidades determinadas neste Contrato.

11.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoronamento, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **LOCATÁRIO**.

12.2 Durante o prazo estipulado para a duração do Contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 02 (dois) meses de antecedência.

12.3 A locação também poderá ser desfeita:

12.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

12.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

12.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos por culpa do **LOCATÁRIO**, o qual deverá responder pela mora e/ou prejuízos decorrentes, ressalvado o quanto disposto nos **itens 6.1.2 e 6.4.1**.

12.3.3.1 Esta disposição não se aplica à hipótese de ausência de pagamento por culpa do **LOCADOR**, observado o quanto disposto no **item 6.1 e seus subitens**.

12.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

13.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

13.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

13.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que ao **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste Instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR** ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

16.2 A inadimplência do **LOCADOR** com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

16.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº 8.245/1991 e a Lei Estadual nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste Contrato, em especial os casos omissos.

16.4 Não caracterizarão novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

LOCADOR KLEBER DE JESUS DA SILVA Proprietário do Imóvel	LOCATÁRIO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Frederico Wellington Silveira Soares Superintendente de Gestão Administrativa
---	---



Documento assinado eletronicamente por **Kleber de Jesus da Silva** em 23/22/08021, s 238: 1con5orme art72f1...1ºl °1da " ei 227b2L/08837



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 24/22/08021, s 29821con5orme art72f1...1ºl °1da " ei 227b2L/08837



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei7sistemas7mpl a7mp7l r/sei/controlador_externo7php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=8 informando o código verificador **0235003** e o código CRC **B46136397**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL,

Para publicação do Contrato 0237916 e após retorna-se para CEOA/DADM.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 20/22/1, 12às 22:11àcon4rme art92fà...àl °ada " ei 2292L/1, , 69



A autenticidade do documento pode ser con4rida no site https://sei9sistemas9mpl a9mp9 r/sei/controlador_externo9php?acao=documento_con4rir&id_orgao_acesso_externo= in4rmando o código veri4cador **0237916** e o código CRC **A21F0C479**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 349/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Manoel Souza das Neves, matrícula nº 352.420, e Jade Ferraz Barbosa Pereira, matrícula nº 354.870, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 082/2021 - SGA, relativo à locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Nazaré.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 19/11/2021, às 15:2f, con.orme artº 1l, ººº, tLb da 4ei 11º619/2005º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei²sistemas²mpLa²mp²Lr/sei/controlador_externo²php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=0 in.ormando o código veri.icador **0238466** e o código CRC **B983A87Eº**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Informamos que na presente data foi enviado ao sistema de publicação do Diário da Justiça Eletrônico, o extrato da Autorização de Dispensa de Licitação nº 028/2021-DADM, relativo à locação para sediar a Promotoria de Justiça de Nazaré, de modo que o resumo deve sair publicado na data de 19/11/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 20/22/8182, às 2: 3 1, con.or me artº 21, "", l.d. da 4ei 22º926/811: °



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=1 in.ormando o código veri.icador **0238538** e o código CRC **1DB0DBD3**°



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Acuso o recebimento. Informo que estaremos iniciando procedimento relacionado para operacionalização da mudança.

Maria Amalia Borges Franco

Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 04/00/82801, s 0à:501 conforme art. 0º1III1"b"1da Lei 00.906/822à.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0238566** e o código CRC **BD9A2885**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Anexamos ao presente o extrato do resumo da Autorização para Dispensa de Licitação, publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.983, do dia 19/11/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 21/12/2020, às 14h45, conforme art. 2º da Lei 22.421/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=, informando o código verificador **0238964** e o código CRC **30773CC9**.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO CELEBRADO COM A FACULDADE VISCONDE DE CAIRU. Processo: 19.09.45342.0020891/2021-33. Parecer jurídico: 442/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Faculdade Visconde de Cairu. Objeto do ajuste original: possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pela Faculdade Visconde de Cairu no processo seletivo para o "Programa de Estágio" do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: alterar a redação das cláusulas quarta, quinta, sexta e oitava do convênio original para viabilizar a participação de estudantes de pós-graduação no "Programa de Estágio" do Ministério Público do Estado da Bahia.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO CELEBRADO COM A FACULDADE DO SUL DA BAHIA (FASB). Processo: 19.09.45342.0020902/2021-13. Parecer jurídico: 442/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Faculdade do Sul da Bahia. Objeto do ajuste original: possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pela Faculdade do Sul da Bahia no processo seletivo para o "Programa de Estágio" do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: alterar a redação das cláusulas quarta, quinta, sexta e oitava do convênio original para viabilizar a participação de estudantes de pós-graduação no "Programa de Estágio" do Ministério Público do Estado da Bahia.

AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2021-DADM. Processo SEI: 19.09.01754.0010577/2020-07. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Kleber de Jesus da Silva. Objeto: Locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Nazaré. Valor global: (cinco anos): R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0003 – Ação (P/A/OE) 2000 – Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.36. Fundamento legal: Art. 59, VII, da Lei Estadual nº 9.433/2005.

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 123/2021- SGA. Processo SEI: 19.09.00913.0018121/2021-96 - Dispensa nº 090/2021 – DADM. Parecer jurídico: 874/2018. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e empresa Junior Moto Taxi, CNPJ nº 21.778.538/0001-00. Objeto: prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Esplanada/BA. Regime de execução: Empreitada por preço global. Valor global: R\$ 6.879,96 (seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 22 de novembro de 2021 e a terminar em 21 de novembro de 2022.

PORTARIA Nº 344/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Natanael Dias da Silva, matrícula nº 352.840, e Brigida de Figueiredo de Sousa, matrícula nº 354.158, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 123/2021-SGA, relativo aos serviços de mensageiro motorizado da Promotoria de Justiça de Esplanada.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 17 de novembro de 2021.

Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

AVISO DE CONTINUIDADE DE CERTAME

Processo: nº 19.09.02687.0007360/2020-96 – Concorrência nº 01/2021 – Objeto: Obra de construção da sede da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis, conforme edital e seus anexos. AVISO: A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados na licitação em questão que, considerando que as licitantes START SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI – CNPJ 21.450.165/0001-35 e SHOCK INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA – CNPJ 09.625.923/0001-03, deixaram transcorrer in albis o prazo para interposição de recurso em face das decisões da CPL sobre o julgamento de propostas, designa-se o dia 22 de novembro de 2021, às 09h30, para continuidade do certame, através do link disponibilizado no site deste Órgão, com abertura dos envelopes de habilitação e correspondente análise. Salvador, 18/11/2021, Fernanda Valentim – Presidente

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 29/2021 – UASG 926302 – PROCESSO nº 19.09.02349.0006820/2021-24. OBJETO: Prestação de serviços de lavagem de tapetes, carpetes, cortinas e mobiliários estofados, conforme edital e seus anexos. Licitação homologada em sistema pela autoridade competente, o Superintendente de Gestão Administrativa, no dia 12/11/2021, com base no Parecer nº 598/2021, da Assessoria Técnico-Jurídica. EMPRESA VENCEDORA: OLIVIER - LAVANDERIA EIRELI, CNPJ 08.920.547/0001-17. Termo de homologação disponível no sistema Comprasnet, através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 34/2021 – UASG 926302 – PROCESSO nº 19.09.02327.0001093/2021-29. OBJETO: Prestação de serviços continuados de suporte para manutenção de prédios públicos, com dedicação exclusiva de mão de obra mediante postos de serviços, nas áreas de instalação civil, carpintaria, marcenaria, elétrica e correlatas, conforme edital e seus anexos. CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 19/11/2021 às 08:00 horas (Horário de Brasília - DF); ABERTURA DAS PROPOSTAS: 01/12/2021 às 08:30 horas (Horário de Brasília - DF) no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Obs.: O Edital e seus Anexos, poderão ser adquiridos nos sites: <https://www.mpba.mp.br/licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Informações: licitacao@mpba.mp.br.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Coordenação de Execução Orçamentária, acompanhado do extrato do resumo do Contrato nº 082/2021-SGA, publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.984, do dia 22/11/2021.

Oportunamente, encaminhamos a publicação da Portaria nº 349/2021 designatória do fiscal e suplente do contrato mencionado.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 22/11/2021, às 10h 2, conforme artº 1º, III, da Lei 11.761/2008



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://seisistemasfmp.afmp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0240215** e o código CRC **CD1D29C5**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, e considerando o Parecer nº 462/2021, da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência, o qual acolhemos, com fulcro no art. 202, inciso I, alínea “g” e § 1º da Lei Estadual nº 9.433/2005, e considerando o quanto consta do procedimento protocolado sob o número 003.0.33990/2018, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele INTIMA a empresa BODEN ENGENHARIA EIRELI – ME, CNPJ Nº 24.883.079/0001-04, representada por Rafael de Castro Bernardes, acerca da imposição da penalidade de multa no valor de R\$ 395,19 (trezentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos), podendo recorrer da decisão administrativa, se assim desejar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Fica franqueada ao interessado vista aos autos nas dependências da Superintendência de Gestão Administrativa, sendo-lhe facultada a possibilidade de obter cópias, desde que ressarcidos os custos da reprodução.

Em 19 de novembro de 2021.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento nº 003.0.15290/2019 – Contrato nº 37/2019. Objeto: Aquisição de móveis - Parecer Técnico-Jurídico nº 257/2020 – O Superintendente de Gestão Administrativa, no procedimento em epígrafe, decide pela aplicação das penalidades de multa, no valor de R\$ 6.054,70 (seis mil, cinquenta e quatro reais e setenta centavos), e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo período de 18 (dezoito) meses, à empresa Unne Indústria e Comércio de Mobiliário e Componentes Ltda - ME, CNPJ 24.043.173/0001-55, por inexecução contratual – Art. 185, IV, da Lei Estadual nº 9.433/2005. Salvador, 19/11/2021. (Republicada por erro material)

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO – Nº 082/2021-SGA. Processo SEI nº 19.09.01754.0010577/2020-07. Dispensa de Licitação nº 028/2021 - DADM. Parecer Jurídico: 597/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Kleber de Jesus da Silva. Objeto do ajuste: Locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Nazaré/BA. Valor global estimado (05 anos): R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.36. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito na conta bancária da Contratada. Prazo de vigência: 05 (cinco) anos, a contar de 18 de novembro de 2021 até 17 de novembro de 2026.

PORTARIA Nº 349/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Manoel Souza das Neves, matrícula nº 352.420, e Jade Ferraz Barbosa Pereira, matrícula nº 354.870, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 082/2021 - SGA, relativo à locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Nazaré.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

**Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa**

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 119/2021-SGA. Processo SEI nº 19.09.00854.0015383/2021-79. Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021 - DTI. Parecer Jurídico: 591/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Federal Tecnologia Desenvolvimento de Software Ltda, CNPJ nº 01.989.764/0001-14. Objeto do ajuste: Prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao Sistema SisSoft2002 versão SOMBRA light de interceptação e monitoramento de telefonia, móvel e fixa, judicialmente autorizada. Regime de Execução: Empreitada por preço global. Valor global: R\$ 88.681,19 (oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e um mil reais e dezenove centavos). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0021 - Ação (P/A/OE) 2002 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito na conta bancária da Contratada. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, contados da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Após identificação que houve erro material na discriminação do valor contratual, foi necessário a emissão do Termo de Rerratificação 0240918.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 04/22/1412, às 4: 30: , conforme art. 2º, III, "b", da Lei 22.92: /1446.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https3/sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=4 informando o código verificador **0245628** e o código CRC **E895AF88**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 82-2021-SGA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E KLEBER DE JESUS DA SILVA.

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **Kleber de Jesus da Silva**, inscrito no CPF sob o número [REDACTED] brasileiro, residente e domiciliado à Rua Alcides Andrade, 84, Casa, Mulungus, Cep: 44400-000, Nazaré/Ba, doravante denominado **LOCADOR**, resolvem rerratificar o **contrato nº 82/2021-SGA** celebrado entre as partes em 17 de novembro de 2021, a fim de consignar o que segue:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de rerratificação tem por objeto retificar, em razão de erro material, a redação dos itens 5.3 e 5.4 da Cláusula Quinta do Contrato 82/2021-SGA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“5.3 O valor anual relativo aos anos subsequentes (do segundo ao quinto ano de locação) será de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais);”

“5.4 O valor global da contratação será de R\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais), conforme detalhado abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (MENSAL)	VALOR ANUAL		VALOR PARA 5 ANOS
			Adaptações	Aluguel	
Locação de Imóvel	12	R\$ 7.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 276.000,00
Locação de Imóvel	48	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 48.000,00	

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato nº 82/2021 -SGA referido, não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justos e acordados, o presente é assinado em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito de direito.

LOCADOR
Kleber de Jesus da Silva
Proprietário do Imóvel

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Kleber de Jesus da Silva** em 23/11/2021, às 10:5f, con.orme artº 11, ººº, tLb da 4ei 11º513/2009º



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 60/11/2021, às 15:13, con.orme artº 11, ººº, tLb da 4ei 11º513/2009º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei@sistemas.mpLa?mp?r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=0 in.ormando o código veri.icador **0240918** e o código CRC **B3F4CDEEº**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL,

Para publicação e após retornar para CEOA/DADM.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 04/22/1412, às 2: 31f , con.orme artº 21, "", bLb da 9ei 22º: 2f /1446º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=4 in.ormando o código veri.icador **0246953** e o código CRC **7E674EFD**º

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

AUTORIZAÇÃO PARA ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021-Município Nova Venécia (Pregão Eletrônico nº 016/2021 – Nova Venécia). Processo SEI: 19.09.02677.0018717/2021-70. Parecer Jurídico: 613/2021. Data da Autorização: 26/11/2021. Fornecedor: Localiza Fleet S.A, CNPJ nº 27.167.428/0001-80. Objeto: Locação, por adesão a Ata de Registro de preços nº 005/2021-Município Nova Viçosa, de 12 (doze) veículos automotores - incluindo manutenção mecânica, elétrica e substituição de pneus, inclusive seguro, sem motorista. Valor global: R\$ 20.220,00 (vinte mil, duzentos e vinte reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária /Gestora: 40.101.0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

*Retifica publicação no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.989, do dia 29/11/2021.

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 082/2021-SGA. Processo: 19.09.01754.0010577/2020-07 – Dispensa nº 028/2021 – DADM. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Kleber de Jesus da Silva. Objeto da retificação: Retificar, em razão de erro material, a redação dos itens 5.3 e 5.4 da cláusula quinta do contrato original para que passe a constar, como valor anual relativo aos anos subsequentes (do segundo ao quinto ano de locação) o montante de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e o valor global da contratação no montante de R\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais).

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE LOCAÇÃO- CONTRATO Nº 133/2011- SUP. Processo: 19.09.02678.0014261/2021-62. Parecer Jurídico: 623/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia, Raimundo Nonato Pereira Silva e Rosa Amélia de Oliveira Fogaça. Objeto contratual: locação de imóvel urbano para fins não residenciais destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Itaberaba. Objeto do aditivo: Alterar a cláusula quinta do contrato original (aditado) para prorrogar o prazo de vigência por 05 (cinco) anos, a contar de 01/12/2021 até 30/11/2026. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/003 – Ação (P/A/OE) 2000 – Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.36.

RESUMO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Nº 035/2017- SGA. Processo: 19.09.02348.0019691/2021-58 – Parecer: 637/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Trivale Administração Ltda, CNPJ nº 00.604.122/0001-97. Objeto contratual: Prestação de serviços de administração, gerenciamento e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de frota de veículos oficiais. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 06 (seis) meses, a contar de 01/12/2021 até 31/05/2022. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 – Ação (P/A/OE) 2000 – Região 9900 - Destinação de Recursos 100 – Natureza da Despesa – 33.90.39.

RESUMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA – Nº 149/2019- SGA Processo: 19.09.02678.0020663/2021-62. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Executiva Comércio de Máquinas e Equipamentos para Escritório Ltda, CNPJ nº 14.729.826/0001-09. Objeto contratual: Prestação de serviços de reprografia e impressão, na capital e no interior do Estado da Bahia, com e sem disponibilização de operador, de acordo com as necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 01 (um) ano, a contar de 01/12/2021 até 30/11/2022. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

RESUMO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE CONSIGNATÁRIA. Processo SEI: 19.09.02327.0011202/2021-79. Parecer Jurídico: 630/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Caixa Econômica Federal, CNPJ nº 00.360.305/0001-04. Objeto: o credenciamento da Caixa Econômica Federal no Cadastro Geral de Consignatárias do Ministério Público do Estado da Bahia, de modo a estabelecer as condições gerais e os critérios a serem observados no processamento de consignações facultativas em folha de pagamento de membros e servidores deste MPBA, expressamente autorizadas mediante contratos de concessão de empréstimos celebrados entre estes e o BANCO. Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

INQUÉRITO (S) CIVIL (S) / PROCEDIMENTO (S):

EDITAL DE ARQUIVAMENTO – IDEA 305.0.195269/2013.

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENTO SE, por intermédio do Promotor de Justiça infrafirmado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 4º, § 1º da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, comunica a todos os eventuais interessados o ARQUIVAMENTO da Inquérito Civil IDEA 305.0.195269/2013, inclusive para eventual interposição de recurso, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser remetido a esta Promotoria de Justiça por intermédio do e-mail 5pj.juazeiro@mpba.mp.br, indicando-se no assunto “305.0.195269/2013 – RECURSO AO ARQUIVAMENTO”. Sento Sé, 25 de novembro de 2021.

RAIMUNDO MOINHOS
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Devolvemos o expediente à unidade demandante, acompanhado do extrato do resumo do Termo de Rerratificação do contrato nº 082/2021-SGA, publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.991, do dia 01/12/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/02/2020, às 14:20:00, com o certificado digital nº 99fL94/2116f.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0247735** e o código CRC **789DF337f**.



SRD	Solicitação de Reserva de Dotação	40101.0003.21.0000189-1
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa		
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados	Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	Objeto: CONTRATO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, SITUADO À RUA ALCIDES ANDRADE, Nº 84, BAIRRO MULUGUNS, NAZARÉ/BA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO REFERIDO MUNICÍPIO.DADM-28/2021. SEI Nº 19.09.01754.0010577/2020-07. CONTRATO Nº 82/2021.
Data do Cadastro: 06/12/2021	Situação: Incluída	Integração Simpas: Não
Responsável da Unidade: MARIA AMALIA BORGES FRANCO	E-mail Responsável pela Unidade: AMALIA@MPBA.MP.BR	Telefone do Responsável pela Unidade: 7131030122
Valor da SRD (R\$) *** 276.000,00	DUZENTOS E SETENTA E SEIS MIL REAIS *** **	
Justificativa:	Usuário de Alteração:	Data/Hora de Alteração:

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2021	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	7.000,00
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	81.000,00
2023	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	48.000,00
2024	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	48.000,00
2025	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	48.000,00
2026	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	44.000,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2021	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	-622.838,16	7.000,00	-629.838,16



INT		Instrumento Contratual		40101.0003.21.0000176-5	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Contrato		Número da LID: 40101.0003.21.0000169-2		Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	
Objeto: CONTRATO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, SITUADO À RUA ALCIDES ANDRADE, Nº 84, BAIRRO MUŁUGUNS, NAZARÉ/BA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO REFERIDO MUNICÍPIO.DADM-28/2021. SEI Nº 19.09.01754.0010577/2020-07. CONTRATO Nº 82/2021.					
Data Celebração: 17/11/2021		Data Publicação no DOE: 19/11/2021		Número do Contrato/Convênio: 82/2021	
Data Início: 18/11/2021		Data Término: 17/11/2026		Situação: Ativo	
Nome da Unidade Administrativa (UA): DADM					
Responsável pela UA: MARIA AMALIA BORGES FRANCO					
Email do Responsável pela UA: AMALIA@MPBA.MP.BR			Telefone do Responsável pela UA: 7131030122		
Valor total do Instrumento (R\$) *** 276.000,00			DUZENTOS E SETENTA E SEIS MIL REAIS *** ** * *** ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** *		

LOTES						
Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	276.000,00	Não				0,00

DADOS CREDOR			
Código:	2021143176		
Nome:	Kleber De Jesus Da Silva		
CPF/ CNPJ:	00.043.789/3235-00	Insc. Estadual:	03142920
Responsável no Credor:	Kleber De Jesus Da Silva	E-mail Responsável:	kjsltda@hotmail.com

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2021	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	GERAL	7.000,00
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	GERAL	81.000,00
2023	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	GERAL	48.000,00
2024	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	GERAL	48.000,00
2025	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	GERAL	48.000,00
2026	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	GERAL	44.000,00



CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1

Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	01/12/2021	7.000,00

Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1

Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	01/01/2022	6.750,00
2	01/02/2022	6.750,00
3	01/03/2022	6.750,00
4	01/04/2022	6.750,00
5	01/05/2022	6.750,00
6	01/06/2022	6.750,00
7	01/07/2022	6.750,00
8	01/08/2022	6.750,00
9	01/09/2022	6.750,00
10	01/10/2022	6.750,00
11	01/11/2022	6.750,00
12	01/12/2022	6.750,00

Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1

Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	01/01/2023	4.000,00
2	01/02/2023	4.000,00
3	01/03/2023	4.000,00
4	01/04/2023	4.000,00
5	01/05/2023	4.000,00
6	01/06/2023	4.000,00
7	01/07/2023	4.000,00
8	01/08/2023	4.000,00
9	01/09/2023	4.000,00
10	01/10/2023	4.000,00
11	01/11/2023	4.000,00
12	01/12/2023	4.000,00

Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1

Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	01/01/2024	4.000,00
2	01/02/2024	4.000,00
3	01/03/2024	4.000,00
4	01/04/2024	4.000,00
5	01/05/2024	4.000,00
6	01/06/2024	4.000,00
7	01/07/2024	4.000,00
8	01/08/2024	4.000,00
9	01/09/2024	4.000,00
10	01/10/2024	4.000,00
11	01/11/2024	4.000,00
12	01/12/2024	4.000,00

Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1

Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
----------	------------------	--------------



1	01/01/2025	4.000,00
2	01/02/2025	4.000,00
3	01/03/2025	4.000,00
4	01/04/2025	4.000,00
5	01/05/2025	4.000,00
6	01/06/2025	4.000,00
7	01/07/2025	4.000,00
8	01/08/2025	4.000,00
9	01/09/2025	4.000,00
10	01/10/2025	4.000,00
11	01/11/2025	4.000,00
12	01/12/2025	4.000,00

Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1

Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	01/01/2026	4.000,00
2	01/02/2026	4.000,00
3	01/03/2026	4.000,00
4	01/04/2026	4.000,00
5	01/05/2026	4.000,00
6	01/06/2026	4.000,00
7	01/07/2026	4.000,00
8	01/08/2026	4.000,00
9	01/09/2026	4.000,00
10	01/10/2026	4.000,00
11	01/11/2026	4.000,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à DICOFIN o processo de Dispensa com Contrato, ressaltando que já foi feito por essa Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa o lançamento do Instrumento do Contrato no **FIPLAN** para empenhos futuros.

Jessica Siqueira Souza

Unidade de Execução Orçamentária

Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 28/07/2020, às 14h11m, com o código de verificação **0040L72294**.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4sistemas4mpl.a4mp4.r/sei/controlador_externo4php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0252984** e o código CRC **EFE744C74**.